

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

UM TERRENO CHEIO DE ASPEREZAS:

O Cemitério da Matriz de Porto Alegre no cotidiano da cidade (1772-1888)

Pedro von Mengden Meirelles

Orientador: Professor Doutor Fábio Kühn

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

von Mengden Meirelles, Pedro

Um terreno cheio de asperezas: O Cemitério da Matriz de Porto Alegre no cotidiano da cidade (1772-1888) / Pedro von Mengden Meirelles. -- 2016.
243 f.

Orientador: Fábio Kühn.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Rio Grande do Sul. 2. História de Porto Alegre. 3. História social da morte. 4. Cemitérios. 5. Livros de registro de óbitos. I. Kühn, Fábio, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

PEDRO VON MENGDEN MEIRELLES

UM TERRENO CHEIO DE ASPEREZAS: O Cemitério da Matriz de Porto Alegre no cotidiano da cidade (1772-1888).

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História

Orientador: Professor Doutor Fábio Kühn

Banca avaliadora:

Professor Doutor Igor Teixeira (UFRGS)

Professora Doutora Mara Regina do Nascimento (UFU)

Professor Doutor Paulo Roberto Staudt Moreira (UNISINOS)

Porto Alegre, março de 2016

Algum tempo atrás, dois velhos deuses me explicaram as propriedades da dedicatória. Por isso, dedico essas mortes a Neil Gaiman, aquele quem melhor me ensinou a ouvir o som de Suas Asas.

Antonius Block – O que ele disse?

Escudeiro – Nada.

Antonius Block – Estava mudo?

Escudeiro – Eu não diria isto. Pelo contrário, foi

bem eloquente.

Antonius Block – É mesmo?

Escudeiro – Sim, bem eloquente. Mas seu discurso

foi melancólico.

Ingmar Bergman, *O Sétimo Selo*

Agradecimentos

Foram necessários dois anos para a feitura desta dissertação, mas ela é fruto também de uma pesquisa iniciada em 2010. Nesses seis anos, muitas foram as pessoas que contribuíram, de diferentes formas, com a existência deste trabalho. Dedico esse espaço para agradecer a todas elas.

Agradeço ao CNPq pela bolsa de pesquisa, que permitiu minha dedicação exclusiva à esta pesquisa, assegurando a qualidade do trabalho feito.

Agradeço aos professores do curso de História da UFRGS, que me acompanham desde 2007, pela qualidade das aulas, dos ensinamentos e pela dedicação ao bom ofício do historiador. Em especial, aos professores Fábio Kühn, Silvia Petersen, Helen Osório e Benito Schmidt, mestres dedicados que me acompanharam também no mestrado, a quem devo mais do que poderia dizer.

Aos amigos provindos da graduação, agradeço as horas acadêmicas e as horas de lazer, ambas tão necessárias à vida.

Ao Eduardo, meu irmão sem ser de sangue, agradeço pelo carinho de sempre, e pelas ajudas valiosas, mesmo à distância. Muitas das reflexões que aparecem aqui foram geradas em conversas nossas, e tua leitura atenta e sugestões sempre precisas fizeram esse trabalho melhor.

Aos amigos do mestrado, em especial à Melina, Grazielle, Camila, Bruna, Jaqueline e Luciano, obrigado pelas ajudas em aulas e trabalhos, pelo companheirismo na tranquilidade e no desespero. O trabalho do historiador é muitas vezes solitário, e a presença de vocês ajudou a tornar esse percurso menos custoso.

Meu muito obrigado a todos os profissionais responsáveis pelos arquivos e instituições de pesquisa que frequentei durante esses anos, o trabalho de vocês em preservar os monumentos da cidade é de valor incalculável. Agradeço em especial à Vanessa Gomes Campos, responsável pelo Arquivo da Cúria, grande pesquisadora que nos últimos quatro anos nunca se esquivou de me ajudar sempre prontamente e com muita boa vontade. Perambular pelo passado da igreja portoalegrense foi muito mais tranquilo graças à presença dela. À professora Vera Barroso, do arquivo da Santa Casa, meu igual agradecimento e leitura atenta de vários textos.

Aos amigos arqueólogos Fernanda Tocchetto, Alberto Tavares e Mariana Neumann, obrigado pelas ajudas, pelas sugestões, pelo carinho e pelos trabalhos. Aprendi e aprendo muito com todos. À Angela Cappelletti, agradeço pela possibilidade de participar das escavações da Cúria Metropolitana, cujas descobertas auxiliaram em muito a dar a forma atual a esta dissertação. Aos amigos Clóvis, Zeli, Jocyanne, e Eduardo, agradeço pelo companheirismo e apoio durante aquela pesquisa. Se não fosse por vocês, tudo seria muito diferente.

Ao meu orientador, Fábio Kühn, agradeço pela mão gentil com que me guiou nesses dois anos, por alimentar a minha paixão pelas fontes primárias, pelos elogios e estímulos, e por incentivar as loucuras metodológicas que propus.

Aos professores Paulo Moreira e Igor Teixeira, agradeço as ricas orientações dadas em minha qualificação. Ajudaram a corrigir falhas de minha análise e a apontar caminhos diferentes – e melhores – ao texto que propunha escrever.

Às professoras Mara do Nascimento e Ana Silvia Scott, meu muito obrigado pela cedência de seus bancos de dados. Muitas foram as fontes que escolhi para abordar nesse trabalho, e o auxílio de vocês em encurtar o tempo gasto nessa análise foi vital para que eu pudesse defender esta dissertação a tempo.

Aos colegas e amigos do grupo de pesquisa Imagens da Morte (Unirio) e dos simpósios temáticos d'A Morte, o morrer e os mortos na Ibero-américa (Anpuh), com especial destaque para os professores Cláudia Rodrigues, Mara do Nascimento, Luis Vailati, Renato Cymbalista, Mauro Tavares e Eliane Fleck, que desde 2011 me acolheram com bastante atenção e carinho nos simpósios e nas discussões, com conselhos atenciosos e sugestões valiosas. O meu crescimento durante o percurso de estudante da morte para pesquisador da morte se deve em grande parte ao apoio desses historiadores.

À minha família, vivos e mortos, que me fizeram como sou hoje, de todos os modos. Aos meus pais, nunca poderei agradecer pela formação e constante incentivo para que eu fizesse o que sempre me deu prazer, que é pesquisar. Minha biblioteca existe graças a vocês, que são meu apoio, meu arrimo, minha base.

Ao Victor, meu companheiro, não tenho palavras. Os mortos exigiram de Ulisses um sacrifício de sangue para poderem falar. Já os meus mortos, todos dessa dissertação, tomaram o meu tempo, meu suor, minhas lágrimas, meu sono. Agradeço por ter paciência, por aguentar meu mau humor, minhas ausências. És minha vida, e essa dissertação também é tua.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo compreender a dinâmica cotidiana desenvolvida no Cemitério da Matriz de Porto Alegre, entre os anos de 1772 e 1850. Defendo nesta dissertação o argumento de que é preciso levar em consideração a gênese e o funcionamento deste espaço para melhor estudar os primeiros anos desta cidade, pois vejo no cemitério um espaço privilegiado de análise do social, embora o mesmo não tenha sido tradicionalmente estudado em trabalhos de história local. Com base em uma ampla e exaustiva análise dos livros de óbito das freguesias que utilizavam aquele cemitério, acompanhei diariamente o uso do mesmo, possibilitando por a prova a aplicação ou não da legislação oriunda do Poder Central desejosa de uma maior regulamentação daquele espaço. No primeiro capítulo abordo duzentos anos de trabalhos e pesquisas históricas a respeito da fundação de Porto Alegre, salientando o caráter religioso dessa fundação. No segundo capítulo, calcado principalmente nos registros de óbito, analiso o cotidiano da principal necrópole da cidade, sua geografia tanatológica, e a distribuição da população em diferentes tipos de sepulturas. No terceiro capítulo, embasado pela bibliografia a respeito das mudanças de mentalidade quanto à morte e o morrer no Ocidente, analiso o descontentamento surgido em meados do século XVIII quanto aos cemitérios eclesiásticos, e seu impacto em Porto Alegre, em princípios do século seguinte. Por fim, em um quarto capítulo que abarca o período de 1865 a 2012, analiso os usos que o espaço no qual estivera o cemitério exerceu após o fechamento, e como os mesmos influíram na construção de uma memória daquele local. A partir desse percurso, pretendi demonstrar que é possível realizar a história social de dada comunidade mesmo a partir de um enfoque, a princípio, sem vida ou sociedade.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul; Porto Alegre; morte; cemitério; história social; livros de óbito.

Abstract

This paper aims to understand the daily dynamics developed in the Main Church Graveyard of Porto Alegre, between 1772 and 1850. In this dissertation I advocate that is necessary to understand the genesis and the operation of such place to better comprehend the first years of the city. The reason to such analysis stands in the comprehension of the graveyard as a privileged place to study society, although this point of view isn't very common among social historians. Based on a wide and exhaustive analysis of the death records of all parishes that used the mentioned graveyard, I have followed the daily practices in this place, allowing to demonstrate if the legislation deriving from the Crown was or was not applied. In the first chapter I work with 200 years of researches about the creation of Porto Alegre, stressing the religious ethos of its foundation. In the second chapter, in which the death records will be the main source of analysis, I study the daily routine of Porto Alegre's main graveyard, its thanatological geography, and the distribution of the population in several types of graves. In the third chapter, based on the bibliography about the changes of mentality on death and dying in Western civilization, I analysed the emergence of discontent on ecclesiastical graveyards on the first half of XVIII century in Porto Alegre. To conclude, in a fourth chapter, which covers the gap between the years of 1865 and 2012, I analyse the secondary uses of the cemetery, after its shutdown, and how those help in the understanding the way its social memory was built. In this research I have intended to show that it is possible to write the social history of such community even through the use of sources that speak more of death than life.

Keywords: Rio Grande do Sul; Porto Alegre; death; graveyard; social history; death records.

Lista de figuras

Figura 1 – Sobreposição da planta de Porto Alegre de 1844 com imagem de satélite atual, mostrando a posição da cidade antiga em relação ao relevo do terreno. . .	89
Figura 2 – Detalhe da Planta de Porto Alegre de 1844.....	102
Figura 3 – Fotografia da Igreja Matriz Madre de Deus e da Capela do Divino Espírito Santo.	104
Figura 4 – Praça da Matriz, capela do Divino, igreja Matriz antiga e palácio Piratini, c. 1920.....	107
Figura 5 – Vista da nave da Matriz, com os altares laterais e a capela-mor, antes de julho de 1920.....	109
Figura 6 – Lápide existente na Cúria Metropolitana, datada de 1847.....	131
Figura 7 – Detalhe da "Planta de Porto Alegre" de 1888, de João Cândido Jacques.	162
Figura 8 – Detalhe da gravura "Porto Alegre vista sul, 1852", de Hermann Wendroth.	180
Figura 9 – Detalhe da "Planta da cidade de Porto Alegre, Capital da Prov. de São Pedro do Rio Grande do Sul", de Antônio Eleuthério de Camargo, 1868.	191
Figura 10 Fundos da igreja matriz após a demolição da nave e traslado do altar-mor para o arco-cruzeiro (percebe-se a cicatriz na alvenaria).....	211
Figura 11 Preparação do terreno para a construção da Cripta da nova catedral.	211
Figura 12 Fotografia tomada quase na mesma localidade que a anterior.....	212
Figura 13 Missa de traslado dos esquifes dos bispos Feliciano e Sebastião ...	213
Figura 14 Aspecto da Catedral em dezembro de 1940, vinte anos após o início das obras.	214
Figura 15 – Vista aérea atual da quadra em que se localizam a Catedral e a Cúria Metropolitana.....	216
Figura 16 – Vista aérea da Área A.	217
Figura 17 – Alfinete de mortalha, retirado de um dos enterramentos.	218
Figura 18 – Contas de colar em vidro colorido.....	219
Figura 19 – Botão de fardamento militar, com uma coroa em relevo e a inscrição "P. II", achado junto aos ossos.....	219

Figura 20 – Fotografia mostrando a concentração de ossos humanos encontrada na Área A, contra o muro do antigo Seminário Episcopal.	220
--	-----

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Distribuição das sepulturas de irmandade no século XVIII.	111
Gráfico 2 – Distribuição das covas e sepulturas de fábrica ao longo dos anos.	112
Gráfico 3 – Distribuição das sepulturas internas à igreja Matriz em relação aos anos.	117
Gráfico 4 – Distribuição quantitativa das sepulturas externas por categorias e espaços	128
Gráfico 5 – Distribuição anual de livres e escravos no cemitério (1772-1850)	129
Gráfico 6 – Somatório dos principais assentos abordados no decorrer deste capítulo.	136

Lista de abreviaturas

AHCMPA – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

AHPAMV – Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

APERS – Arquivo Público do Rio Grande do Sul

CHCSCMPA – Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Misericórdia de Porto

Alegre

CRL/BGD – Center for Research Libraries/Brazilian Government Documents

HDBN – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

MCHJC – Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

MPAJF – Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Índice

Agradecimentos.....	6
Resumo	8
Abstract.....	9
Lista de figuras.....	10
Lista de gráficos	11
Lista de abreviaturas.....	12
Índice	13
Introdução	15
Capítulo 1 - Uma história de 210 anos: a produção bibliográfica a respeito de Porto Alegre entre 1804 e 2014.....	30
1.1 <i>Alacriportus</i> : Visões de Porto Alegre no século XIX.....	33
1.2 A Porto Alegre vista pelos Porto Alegre: criação da Matriz açoriana	37
1.3 A década de 1940: Walter Spalding e o germe do primeiro bicentenário	50
1.4 A década de 1970: Riopardense, Spalding, e o novo bicentenário.....	69
1.5 De 1980 a 2014: Sem comemorações mas também sem conclusões	78
Capítulo 2 - A dinâmica cotidiana do cemitério da Matriz de Porto Alegre (1772-1850).....	85
2.1 José Marcelino de Figueiredo e a fundação de Porto Alegre	87
2.2 “E foi sepultado no cemitério desta Matriz”: setenta e oito anos de sepulturas dentro da cidade	92
2.2.1 “Livro em que se assentem os nomes dos defuntos”: os registros de óbitos e a dinâmica cemiterial	93
2.2.2 A Igreja Matriz Madre de Deus: o templo como local de sepultamento	100
2.2.2.1 Espaços da morte: o alpendre, a porta e a varanda.....	106
2.2.2.2 Espaços da morte: as grades	107

2.2.2.3 Espaços da morte: a nave	108
2.2.2.4 Espaços da morte: a capela-mor.....	113
2.2.2.5 Espaços da morte: as sepulturas à céu aberto	122
2.2.2.6 Espaços da morte: outros locais de enterramento	133
Capítulo 3 - O gravíssimo dano que se segue do costume de se sepultarem os mortos nas igrejas: o lento exílio dos mortos.	138
3.1 As terras infeccionadas das sepulturas: o túmulo se torna manancial da peste	140
3.2 Porto Alegre e a criação do cemitério extramuros: o fim do gravíssimo dano (1804-1815)	143
3.3 Porto Alegre e a criação do cemitério extramuros: o fechamento do foco de miasmas (1828-1850).....	151
Capítulo 4 - O que foi feito do Cemitério da Matriz após 1850? O uso do terreno entre 1865 e 2012.....	179
4.1 O Rio Grande passa a ter um bispo: a atuação de Dom Feliciano sobre os cemitérios	181
4.2 O Seminário Episcopal Madre de Deus	185
4.2 A destruição da igreja Matriz no século XX	209
4.3 O cemitério torna-se objeto arqueológico	214
Conclusão	222
Documentação consultada	226
Referências bibliográficas.....	230
Anexos	246

Introdução

Não se tratava de um esquartejamento ou parricídio; não era o assassinato de uma família inteira ou um assalto à coletoria; era cousa pior, sacrílega aos olhos de todas as religiões e consciências: violavam-se as sepulturas do “Sossego”, do seu cemitério, do seu campo-santo. [...]

A indignação na cidade tomou todas as feições e todas as vontades. A religião da morte precede todas e certamente será a última a morrer nas consciências. Contra a profanação, chamaram os seis presbiterianos do lugar – os bíblicos, como lhes chama o povo; clamava o Agrimensol Nicolau, antigo cadete, e positivista do rito Teixeira Mendes; clamava o Major Camanho, presidente da Loja Nova Esperança; clamava o turco Miguel Abudala, negociante de armarinho, e o cético Belmiro, antigo estudante, que vivia ao deus-dará, bebericando parati nas tavernas. A própria filha do engenheiro residente da estrada de ferro, que vivia desdenhando aquele lugarejo, sem notar sequer os suspiros dos apaixonados locais, sempre esperando que o expresso trouxesse um príncipe a desposá-la –, a linda e desdenhosa Cora não pode deixar de compartilhar da indignação e do horror que tal ato provocara em todos do lugarejo. Que tinha ela com o túmulo de antigos escravos e humildes roceiros? Em que podia interessar aos seus lindos olhos pardos o destino de tão humildes ossos? Porventura o furto deles perturbaria o seu sonho de fazer radiar a beleza de sua boca, dos seus olhos e do seu busto nas calçadas do Rio?

Decerto, não; mas era a Morte, a Morte implacável e onipotente, de que ela também se sentia escrava, e que não deixaria um dia de levar a sua linda caveirinha para a paz eterna do cemitério. Ai Cora queria os seus ossos sossegados, quietos e comodamente descansando num caixão bem feito e num túmulo seguro, depois de ter sido a sua carne encanto e prazer dos vermes...

Afonso Henriques de Lima Barreto, “A Nova Califórnia”.¹

No Dia de Finados Pedro Terra foi com a mulher e a filha ao cemitério para levar flores às sepulturas de seus parentes. Era uma manhã morna, de sol muito pálido. O cemitério de Santa Fé ficava no alto duma coxilha, a um quarto de légua do povoado; era cercado de pedras e as suas sepulturas todas não passavam de montículos de terra com cruces ou então de lajes rústicas onde havia nomes gravados com letras singelas. Só havia uma que tinha a forma de capela e era de tijolo rebocado e caiado: o jazigo perpétuo da família Amaral. [...] E esse jazigo destacava-se com tamanha imponência no meio daquelas sepulturas quase rasas que era como se até depois de mortos os

¹ BARRETO, Lima. **A Nova Califórnia**. São Paulo: Brasiliense, 1979 [1910]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000155.pdf>. Acesso em 16 fev. 2016.

Amarais, famosos por serem homens altos e autoritários, continuassem a dominar os outros, a falar-lhes e dar-lhes ordens de cima de seus cavalos.

Numa das cruzeiras havia um nome e uma pequena inscrição: Ana Terra Descansa em Paz. Não havia datas. Esse era um característico das gentes daquele lugar: ninguém sabia muito bem do tempo. Os únicos calendários que existiam no povoado eram o da casa dos Amarais e o do vigário, pe. Lara. [...]

Diante daquele túmulo, naquela manhã de princípios de novembro, achavam-se Pedro Terra, sua mulher, Arminda, e Bibiana, a filha do casal. De chapéu na mão, os cabelos grisalhos esvoaçando à brisa, Pedro olhava para a cruz e lembrava-se dum dia – havia muitos anos – em que tinham vindo enterrar naquele mesmo cemitério um dos habitantes do povoado que morrera com os intestinos furados pelas guampas dum touro bravo. [...]

Pedro Terra tomou o braço da esposa e levou-a consigo em silêncio, para depositar flores nos túmulos de três de seus filhos que haviam morrido quando ainda adolescentes: um afogado, outro de bexigas e o terceiro de bala perdida, por ocasião duma briga, num dia de carreiras.

Erico Verissimo, “O Tempo e o Vento”.²

Os cemitérios da atualidade, embora possam manter em alguns casos um caráter religioso, pertencem em geral à esfera do secular, sendo mais geridos por lógicas de higiene do que por questões de fé. Em Porto Alegre, a Lei Complementar nº 373 de 25 de janeiro de 1996 define que o serviço funerário municipal será gerenciado por uma comissão formada por membros das secretarias de Saúde, Indústria e Comércio, Meio Ambiente, e por representantes médicos, entre outros.³ Já o Decreto nº 15582, de 2007, que regulamenta os cemitérios municipais na cidade, institui, diretamente no primeiro artigo, que todos os ritos serão aceitos nas necrópoles, desde que “não ofendam os bons costumes e as leis”.⁴

² VERISSIMO, Erico. **O Tempo e o Vento, parte I: O Continente I**. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2004 [1949], p. 223-227.

³ Lei Complementar de 25 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o serviço funerário no âmbito do Município de Porto Alegre. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000022457.DOCN.&l=20&u=%2Fnethtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>. Acesso em 1 fev. 2016.

⁴ Decreto 15.582 de 31 de maio de 2007. Aprova o Regulamento dos Cemitérios Municipais de Porto Alegre e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000029118.DOCN.&l=20&u=%2Fnethtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>. Acesso em 1 fev. 2016.

Esse cemitério municipal, laico, limpo e estéril, gerenciado pela saúde e aberto a todos, é criação recente. Nesta dissertação, tratarei de uma necrópole que se assemelha muito mais às retratadas nas duas citações que abrem essa introdução: um espaço tratado com familiaridade pelos habitantes do lugarejo, cuja visita estimula a criação de uma memória coletiva, ao mesmo tempo em que desenha uma genealogia familiar, pois é o local que concentra os ossos dos familiares, vizinhos e amigos desde sempre. Um lugar que, se profanado, seria capaz de unir as pessoas mais diferentes, pois o que estaria se destruindo era o próprio cerne da comunidade, a terra na qual a sociedade descansaria.

Ainda que ficcionais, e separados no tempo e no espaço, os dois exertos acima conseguem apresentar como seria o cotidiano de um cemitério antigo, antes das reformas higiênicas de meados dos Oitocentos, que viriam a criar as necrópoles modernas. Em Porto Alegre, o germe para esse tipo de cemitério surgiu em abril de 1850, após uma preparação de quarenta e cinco anos. Ao longo de toda a primeira metade do século XIX transformações lentas e graduais se deram no âmbito funerário da cidade, refletindo reformas semelhantes ocorridas na Europa e em outras partes do Império brasileiro. Naquele momento, em 6 de abril, deixávamos para trás um modelo de enterramento surgido no final da antiguidade, que foi se aprimorando até sua plenitude, ao redor do século XII, quando mortos e vivos passaram a habitar os mesmos espaços, em tamanha simbiose a ponto de serem os primeiros a orientar o traçado da cidade dos últimos. Isto duraria até o estourar das Luzes no século XVII, quando o cadáver voltaria a se transformar em um símbolo de impureza e doença, a partir do qual começaria o rápido declínio dos cemitérios no interior das cidades.

Este será o pano de fundo dessa dissertação. Dedico-me a estudar neste trabalho o cotidiano, o fechamento e o desaparecimento do primeiro cemitério da cidade de Porto Alegre. Cemitério este que nasceu com a vila, recebeu em suas terras ricos e pobres, livres e escravos, nobres, militares, padres, açougueiros, barbeiros, mortos pela doença, pela guerra ou pela velhice. Um lugar que representava uma comunicação direta com os Céus, pois ser sepultado junto à igreja significava estar em companhia das santas partículas, da água benta, dos santos, que estavam todos em comunhão com o divino. Um lugar, também, que unia a comunidade, pois ao longo de seus 78 anos, praticamente todos os habitantes (católicos) da vila, ali foram sepultados. Pois assim era a igreja no Brasil antigo, presente em cada momento da vida do cidadão – nascimento, batismo, casamento e morte –, que em seu seio reunia toda a sociedade.

Mas, mesmo representando tudo isso, esse cemitério foi fechado e, em seguida, lentamente apagado da memória social da cidade. E, sendo a história a “ciência da mutação e da explicação da mudança”,⁵ me dediquei neste trabalho a conhecer esse lugar, desde a sua fundação até o seu ocaso; entender como ele funcionou ao longo de oito décadas; quem foi nele enterrado; por que se tornou indesejável; como diferentes autoridades viram nele um problema; e, por fim, como e por que foi destruído e esquecido. Ou, basicamente, o que era o cemitério da Matriz e o que ele disse, em diferentes momentos, sobre a sociedade que o criou e utilizou? Esta é a pergunta central desta dissertação.

O cemitério pode ser o “personagem principal” deste trabalho, mas nem por isso deixo de produzir aqui uma história voltada para o social. Compreendo-o como um “fato social total”: um espaço que envolve a totalidades das relações sociais, econômicas, culturais, religiosas, jurídicas e políticas.⁶ Concordo com o escrito pelo antropólogo José Martins, em uma pioneira coletânea sobre a história da morte no Brasil: “a concepção da morte revela a concepção da vida”.⁷ Compreender o funcionamento do cemitério da Matriz é compreender a estrutura da sociedade dos vivos, e como esta passou por uma transformação brutal a partir de meados do século XIX.

Não trato o cemitério tendo ele mesmo como fim para a análise. Fujo de uma corrente que, embora assentada nas faculdades de história, trata a necrópole apenas como plano de fundo para analisar uma iconografia descolada de qualquer contexto histórico. *A linhagem historiográfica* no qual pretendo me colocar entende que a morte, os mortos, e os seus lugares não podem ser desvinculados da vida, dos vivos e do seu cotidiano, sendo este, necessariamente contextualizado.

⁵ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012, p. 17.

⁶ MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: _____. **Sociologia e antropologia**. Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2003, p. 187.

⁷ MARTINS, José de Souza (Org.). **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1983, p. 9. Esta afirmação está plenamente de acordo com o que era pesquisado na Europa no mesmo período. Em um volume publicado originalmente em 1982, com os anais de um evento ocorrido três anos antes no Instituut voor Middeleeuwse Studies da Katholieke Universiteit Leuven (Bélgica), tratando da temática “A Morte na Idade Média”, os organizadores invocaram as palavras de Pierre Chaunu, para quem “o estudo do momento de *transitus* fornece um fio que liga todas as diversas linhas da sociedade humana”. BRAET, Herman & VERBEKE, Werner (Eds.). **A Morte na Idade Média**. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 9. Otto Oexle, pesquisador alemão presente neste evento, cita Eberhard Bruck no mesmo sentido: “a atitude dos homens com relação à morte determina seu comportamento com relação à vida”. BRUCK, 1954 apud OEXLE, Otto. A presença dos mortos. In: BRAET, Herman & VERBEKE, Werner (Eds.). **A Morte na Idade Média**. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 28.

Embora a cada ano surjam mais trabalhos no Brasil voltados para a compreensão do cotidiano mortuário em uma perspectiva histórica e os costumes atrelados a ele, ainda se trata de uma historiografia recente.⁸ Um dos principais e primeiros trabalhos a respeito da história da morte publicados no Brasil é o de João José Reis (original de 1991), no qual o autor analisa uma revolta ocorrida na Bahia em 1836, que resultou na destruição de um cemitério privado e laico. Na introdução deste trabalho, Reis escreve:

No Brasil, a historiografia sobre ritos funerários é escassa. Há, é claro, trabalhos valiosos como o de Clarival do Prado Valladares,⁹ sobre a evolução da arte cemiterial, e as obras de sociólogos, antropólogos e sobretudo folcloristas, com suas informações preciosas sobre costumes funerários. Numa importante coletânea organizada há poucos anos [em 1983] por José de Souza Martins, Maria Luiza Marcílio observaria a insuficiência de nossa historiografia quanto ao “tema da morte na História, em suas linhas e concepções mais atualizadas”. E acrescentou: “Nossos historiadores pouco se voltaram para o assunto. São, sobretudo, os nossos cientistas sociais que tomam a frente, os antropólogos primeiro, seguidos dos sociólogos e psicólogos, que vão desbravando as primeiras veredas.”¹⁰

Reis cita, na sequência, trabalhos de Kátia Mattoso e Inês de Oliveira, que utilizaram dos testamentos para tratar da morte escrava, e os de Adalgisa Campos e Affonso Ávila, que estudaram a morte barroca, para concluir: “Apesar do ritmo ainda lento, já se começou a escrever a história das atitudes diante da morte entre nós. Este livro, entretanto, parece ser o primeiro inteiramente dedicado ao assunto”.¹¹

O que de fato foi, abrindo caminho para outros tantos estudos ao trabalhar em perspectiva comparada as informações oriundas dos pesquisadores das atitudes perante a

⁸ Atualmente, um dos principais centros de pesquisa nacionais sobre o assunto é o Grupo de Pesquisa “Imagens da Morte”, financiado pelo CNPq e mantido pela pesquisadora Cláudia Rodrigues, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). O grupo realiza eventos internacionais a cada dois anos, sendo que a sétima edição será realizada em São Paulo em julho de 2016. Mais informações em: <http://7imagensdamorte.wix.com/imagensdamorte>. Acesso em 16 fev. 2016.

⁹ Antropólogo social, médico e historiador da arte, Clarival Valladares iniciou o estudo de artes cemiteriais em 1967. Em um segundo livro, em 48 capítulos, aborda temas dos mais variados, como “porque o defunto deixou a igreja”, “o culto da macumba nos cemitérios rurais e metropolitanos” e “cemitério de cachorros no Rio de Janeiro”. Apesar de sua formação, foi um dos primeiros a apontar a possibilidade de se usar as necrópoles como fontes para a história social. VALLADARES, Clarival do Prado. **Riscadores de milagres**: Um estudo sobre arte genuína. Rio de Janeiro: Superintendência de difusão cultural da secretaria de educação do estado da Bahia, 1967; VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e Sociedade nos cemitérios brasileiros**: Um estudo da arte cemiterial ocorrida no Brasil, desde as sepulturas de igrejas e as catacumbas do ordens e confrarias até as necrópoles secularizadas. 2 volumes. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura; Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1972.

¹⁰ REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das letras, 2009, p. 22.

¹¹ REIS, 2009, p. 23.

morte europeus com as decorrentes das informações documentais baianas, Reis mostraria que muitos dos requisitos para se “bem morrer” apresentados por Philippe Ariès para a França dos séculos XV ao XVIII valiam para o Brasil do século XIX.¹² Reis também trabalharia com o passo-a-passo feito antes e depois da morte do indivíduo, que começava com a preparação do testamento, escolha do túmulo, preparação do funeral, escolha do local de sepultura e vestimenta funerária, a feitura dos últimos sacramentos, a procissão do enterro, e o pagamento dos sufrágios. Aborda, por fim, as mudanças na legislação eclesiástica e seculare com relação aos enterramentos dentro das igrejas, a partir do século XIX.

No entanto, uma das principais inovações do trabalho de Reis, afora o seu tratamento de um tema pouco abordado, foi o novo olhar sobre a chamada *Cemiterada*, aquela revolta de 1836 que levou à destruição de um novo cemitério, construído fora dos limites da cidade de Salvador. Tema de alguns poucos trabalhos nos séculos XIX e XX, essa revolta sempre foi analisada tendo, por um lado, “uma estreita motivação econômica”, e por outro, “uma expressão atrasada de religiosidade”. Reis inovará ao apresentar a sua versão dos fatos, chamando atenção para as “tradições tão profundamente arraigadas na alma do povo de Salvador”¹³ e perturbadas pelos empresários construtores do novo cemitério. Em suma, diz o autor, que um cemitério não é apenas um local de depósito de corpos. É, e sobretudo no período abordado, um grande manancial de crenças e práticas que afetavam não só o bem viver em comunidade como também a paz da alma imortal. E ao tentar construir um cemitério fora dos padrões impostos pela crença, aqueles empresários atentaram duramente contra a “saúde física e espiritual” da população.

A herdeira direta de João José Reis é Cláudia Rodrigues, que em 1997 publica o livro *Lugares dos mortos na cidade dos vivos*, fruto de sua dissertação de mestrado defendida dois anos antes.¹⁴ Nele, Rodrigues trata das transformações sofridas pelas

¹² Philippe Ariès foi, segundo Maria Luiza Marcílio, o precursor dos estudos das atitudes perante a morte, aprofundados em livros como *História da morte no Ocidente* e *O Homem perante da morte*. Juntamente com outros historiadores oriundos da Terceira Geração dos Annales, como Michel Vovelle, Jean-Claude Schmidt e Jacques Le-Goff, iria fundamentar aquilo que sabemos sobre as atitudes perante a morte na Europa (principalmente da França), da Idade Média ao século XIX. MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. **Varia Historia**, n. 31, jan. 2004, p. 20.

¹³ REIS, 2009, p. 333.

¹⁴ RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

tradições fúnebres no Rio de Janeiro oitocentista a partir das grandes epidemias de febre amarela que grassaram a cidade. João José Reis, autor do prefácio, nele diz:

Ao longo da primeira metade do século XX, ainda predominava no Brasil urbano um modelo de morte que se pode denominar de barroco [...]. As pessoas se preparavam para morrer, com alguma antecedência, escrevendo testamentos que instruía sobre a mortalha que deveria cobrir seus cadáveres, os padres, pobres e irmandades que deveriam acompanhar seus funerais, o local de sepultura, o número e tipo de missas a serem rezadas e outras providências que acreditavam ser necessárias à salvação de suas almas. [...] Essa morte espetacular, essa morte barroca, africana ou africanamente barroca, sofrerá o impacto profundo, para muitos terrível, das epidemias de febre amarela e sobretudo de cólera que assolaram o Rio de Janeiro e diversas outras regiões do Brasil, em meados do século passado. [...] Os mortos, contados aos milhares e espalhados entre todas as categorias sociais, já não podiam receber os cuidados que até então os sobreviventes lhes dedicavam, para que desfrutassem uma boa morte. Aquela convivência pacífica e solidária entre vivos e mortos ruiu face à desordem pestífera. [...] Em primeiro lugar ficava agora a saúde física dos vivos, não a saúde espiritual dos mortos. [...] E foi assim que os vivos expulsaram os mortos de seu meio, expulsaram-nos da cidade que até então pertencera a ambos.¹⁵

Rodrigues aborda um período posterior ao trabalhado por Reis. Nesse sentido, seu trabalho permitiu interpretações diferenciadas sobre as mudanças no comportamento religioso nos Oitocentos. Se no caso baiano as motivações higiênicas do novo cemitério foram rechaçadas pela população, no caso carioca, como diz Reis, “aí veio a peste, que representou o argumento definitivo em favor dos reformistas. Diante dela, a tradição foi obrigada a se render”.¹⁶ A secularização da morte com o fim dos enterramentos nas igrejas, mostra Rodrigues, levará também à uma secularização da sociedade, e à uma ampla mudança de costumes que alterará a vida urbana como um todo. Com esse trabalho, Rodrigues mostra como “o lugar dos mortos” é peça cabal para a compreensão, também, da “cidade dos vivos”, reforçando a herança trazida por Clarival Valladares, a de que o cemitério é uma fonte crucial para a história social.

Em 2002, tal como um descendente de Valladares, Renato Cymbalista, arquiteto, publica sua dissertação de mestrado sobre a arquitetura popular dos cemitérios paulistas. Embora na origem da pesquisa Cymbalista não desejasse se localizar entre as disciplinas, logo percebeu “que estava tratando de um objeto historicamente constituído por meio de

¹⁵ REIS, João José. Prefácio. In: RODRIGUES, 1997, p. 12-13.

¹⁶ REIS, 2009, p. 14.

inúmeras intervenções, resultando na paisagem que se apresenta aqui e agora”: o cemitério público municipal.¹⁷ A partir disso, diz o autor:

Lancei-me, portanto, à pesquisa histórica. O primeiro desafio era estabelecer o recorte temporal do trabalho, o que não foi nada simples. Quando tratamos das relações entre o homem e a morte, estamos falando de temporalidades muito extensas e de transformações imperceptíveis a princípio.¹⁸

Cymbalista não retira o olhar de cima do espaço físico do cemitério. Aborda a campanha higienista iniciada em São Paulo graças à epidemia de febre amarela e cólera ocorrida no Rio de Janeiro (a mesma estudada por Cláudia Rodrigues), vitoriosa a partir da década de 1860, quando os primeiros cemitérios públicos começaram a ser criados naquele estado. No entanto, o autor é categórico ao se apoiar em Reis para afirmar “a força da permanência dos costumes fúnebres”: em São Paulo pode não ter havido revolta como em Salvador, mas nem por isso a população deixou de negociar com os poderes locais para implantar cemitérios que permitissem alguma manutenção de suas crenças.¹⁹ O trabalho deste autor é valioso por mostrar que os sujeitos não eram passivos diante da norma, e se valiam das falhas do sistema para fazer impor a sua visão de mundo e negociar com as regras.

Cláudia Rodrigues traria, em 2005, novo trabalho sobre o cotidiano cemiterial no Rio de Janeiro, desta vez analisando as transformações decorrentes do contexto analisado em sua dissertação, qual seja, a secularização da morte no Rio de Janeiro dos séculos XVIII e XIX.²⁰ Oriundo de sua tese de doutorado, defendida em 2002, nesse livro a autora tratará mais das mentalidades em torno da morte, ao analisar os “manuais de bem morrer”, muito difundidos a partir do século XVII na Europa, e a sua difusão no Rio de Janeiro, bem como a ameaça causada a essa tradição pela secularização dos cemitérios em decorrência do discurso higienista de meados do século XIX. Comparando testamentos do século XIX, a autora mostrará que conforme as reformas higienistas eram sendo implantadas, a população “se esquecia de como bem morrer”, e os testamentos – originários do âmbito religioso, quando serviam de ferramentas para garantir o bem-estar

¹⁷ CYMBALISTA, Renato. **Cidades dos Vivos**: Arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2002, p. 16.

¹⁸ CYMBALISTA, 2002, p. 17.

¹⁹ Ibid., p. 53-64.

²⁰ RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do Além**: A secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005.

da alma após o passamento – passavam a ser apenas instrumentos jurídicos de transmissão de heranças e pagamento de dívidas.²¹

A autora, porém, chama atenção para não se confundir “anticlericalismo e laicização com irreligiosidade”, ao afirmar que as reformas higienistas daquela época estavam contrárias ao domínio que a igreja tinha sobre os mortos, e não avesso à idéia de religião como um todo.²² Suporta o uso do termo “secularização”, por compreender que não houve perda “da religiosidade (vívda), mas sim a redefinição de seu papel e de seus espaços” através da reforma cemiterial.²³ Vai ao encontro, assim, de Cymbalista, quando esse autor conclui que os novos cemitérios, apesar dos discursos reformistas, ainda possuem uma religiosidade “desviante” do discurso oficial. Tanto um como outro autor apontam, assim, para o uso dos cemitérios como fonte de análise das mentalidades de uma população com respeito à vida – tanto a terrena quanto à além-túmulo – qualquer que seja o período abordado.

Por fim, gostaria de salientar aqui o livro produzido a partir da tese de doutorado de Renato Cymbalista, responsável por seu afastamento de fato das questões arquitetônicas para trazê-lo ao mundo dos tãato-historiadores. Lançado em 2011, *Sangue, ossos e terras* aborda a ocupação do território luso-brasileiro nos séculos XVI e XVII a partir da perspectiva dos mortos, lançando mão de uma hipótese surgida ainda no livro anterior: “Se nos pusermos a procurar as origens das relações entre os vivos e os mortos nas cidades paulistas, acredito que não poderemos sequer afirmar que os vivos chegaram antes”.²⁴

Nessa segunda obra, o autor amplia o seu recorte geográfico para além de São Paulo. Segue dialogando diretamente com Cláudia Rodrigues: se na tese desta era discutida a secularização da sociedade no século XIX, na de Cymbalista será apresentada ao leitor uma época na qual a integração entre o religioso e o social era inquebrável:

No começo da Idade Moderna era impensável ao homem cristão pensar, percorrer ou produzir o território de forma laica. Não se trata de negar as influências de ordem econômica e pragmática nos atos dos sujeitos

²¹ Ibid., p. 309-338.

²² Ibid., p. 343.

²³ Ibid., p. 346.

²⁴ CYMBALISTA, 2002, p. 27; CYMBALISTA, Renato. **Sangue, ossos e terras**: Os mortos e a ocupação do território luso-brasileiro (séculos XVI e XVII). São Paulo: Alameda, 2011.

da época, mas de identificar uma outra racionalidade, de base espiritual e religiosa, que também orientou a produção do território.²⁵

Cymbalista abordará, então, a força que o corpo dos mortos cristãos – tanto os “normais” quanto os santos – tinham na Europa desse período, a capacidade de carregar, em si, toda a cristandade. Ao analisar a crença de que a deposição dos ossos de um santo mártir em território “pagão” tornava-o passível de ser ocupado pelos seguidores de Cristo, Renato Cymbalista amplia a compreensão de que os cemitérios católicos do período eram também, em si, “portas terrenas” para o Paraíso, uma vez que as relíquias dos santos depositadas nas igrejas estariam em comunicação direta com a alma dos santos, localizada junto a Deus. Era esse o motivo para o enterro dos mortos ocorrer dentro dos templos: a crença de que a proximidade com os ossos consagrados levaria à ascensão mais rápida da alma dos fiéis.

As hipóteses de Cymbalista reforçam, também, o papel central dos cemitérios para a estruturação das povoações nesse período. A ereção de uma capela ou igreja, mais do que configurar um centro de freguesia, serviria também para, através de seu cemitério, consagrar a ocupação definitiva daquela terra.²⁶

Porém, não convém antecipar fatos nem ditos. Fiz aqui essa breve revisão bibliográfica sobre as pesquisas que abordaram a morte, o morrer e os cemitérios brasileiros para demonstrar que, ainda que pouco numerosos, existem trabalhos bastante inovadores e com um criterioso tratamento das fontes.²⁷ Nesses, já não é mais praticada

²⁵ Id., 2011, p. 16.

²⁶ CYMBALISTA, 2011, p. 246-249.

²⁷ Longe de querer esgotar a produção cemiterial nacional, deixei de citar aqui diversos trabalhos que, oriundos dos cursos de graduação e pós-graduação em história, abordaram o cemitério e a morte de diversas maneiras. Apenas para citar alguns, há o trabalho de Amanda Pagoto, que aplica a metodologia criada por José Reis para compreender as transformações fúnebres em São Paulo na década de 1850; o livro de André Ribeiro, que realiza um estudo prosopográfico da região cacaueira, tendo o cemitério como plano de fundo; o livro de Livia Sorio, que faz uma compilação de diversos memorialistas que escreveram sobre os cemitérios de Porto Alegre, acompanhado de fotos das necrópoles atuais da cidade; o livro de Juliana Schmidt, que aborda o vestuário e o luto no Ocidente (com foco na Europa); a tese de Luiz Vailati, que inova tanto no tema como no tratamento das fontes, ao trabalhar com a morte infantil, fugindo da documentação clássica para compreender as mentalidades sobre a morte, o testamento, pois “criança não testa”. A mais recente produção desta leva, que serve como bom exemplo para a tomada de corpo que a historiografia sobre a morte teve nos últimos anos, é a compilação das conferências e mesas-redondas do IV Congresso do Grupo de Pesquisa Imagens da Morte, organizado por Cláudia Rodrigues e Fábio Lopes. Esse livro, com trabalhos bastante variados, sintetiza as diversas linhas que esses estudos vêm seguindo nos últimos anos. PAGOTO, Amanda Aparecida. **Do âmbito sagrado da igreja ao cemitério público: Transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860)**. Coleção Teses e Monografias, 7. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004; RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Memória e Identidade: Reformas urbanas e arquitetura cemiterial na região cacaueira (1880-1950)**. Ilhéus: Editus, 2005; RODRIGUES, Cláudia; LOPES, Fábio Henrique (Orgs.) **Sentidos da morte e do morrer na Ibero-América**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014; SORIO, Livia. **Cemitérios da Província: História e arte**

a simples transposição das informações oriundas dos historiadores da morte franceses,²⁸ mas sim a compreensão de que a sociedade criada nas colônias americanas, com o foco no que viria a ser o Brasil, engendrou uma religiosidade diferente de sua matriz europeia:

Avançando pelos séculos XVII e XVIII, o desenvolvimento do processo colonizatório propiciava maior interpenetração entre religiosidade europeia, africana e ameríndia; enquanto a Europa tridentina se esforçava em depurar a religião e “limpá-la” das reminiscências folclóricas, a colonização europeia dos trópicos impunha o sincretismo.²⁹

A autonomia das colônias, entendida aqui pelo autogoverno das câmaras municipais, responsáveis pela administração cotidiana das povoações, é outro fator a ser considerado quando se verificam as especificidades surgidas no Brasil em relação à Europa.³⁰ Cymbalista já havia destacado que, embora a lei de 1º de outubro de 1828, que criava as câmaras municipais, incumbia a essas a obrigação de fundar cemitérios públicos, quase nenhuma verba era repassada pela coroa para a realização dessa tarefa, levando os municípios a procrastinarem sobre este assunto.³¹

Será com base nesses trabalhos, sobretudo nos estudos de Renato Cymbalista e Cláudia Rodrigues, que pretendo embasar essa pesquisa. Compreendo que o cemitério da Matriz de Porto Alegre, ativo entre os anos de 1772 e 1850, é fonte fulcral para análise daquela sociedade pois, uma vez que todos morrem, sem distinção de cor ou classe social, espera-se que grande maioria da população esteja presente nos livros de óbito que registram os enterrados naquele local.

Como procurei demonstrar aqui através das pesquisas já feitas, a análise das atitudes e reações dos vivos perante a morte do outro e a de si própria, tanto antes quanto

cemiterial em Porto Alegre. Porto Alegre: Edição do Autor, 2009; SCHMIDT, Juliana. **Mortes vitorianas: Corpos, luto e vestuário**. São Paulo: Alameda, 2010; VAILATI, Luiz Lima. **A morte menina: Infância e morte no Brasil dos oitocentos** (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010.

²⁸ Cito, por exemplo, os trabalhos de ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente: Da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012 [1975]; ARIÈS, Philippe. **O Homem diante da Morte**. São Paulo: Editora Unesp, 2014 [1977]; BAYARD, Jean-Pierre. **Sentido oculto dos ritos mortuários**. São Paulo: Paulus, 1996; DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; LE GOFF, Jacques. **O Nascimento do Purgatório**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995; SCHMITT, Jean-Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999; VOVELLE, Michel. **As Almas do Purgatório: ou O Trabalho de Luto**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

²⁹ SOUZA, Laura de Mello. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 17.

³⁰ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. **Tempo**, vol. 14, nº 27, dez. 2009, p. 56-57.

³¹ CYMBALISTA, 2002, p. 45-46.

depois das reformas higienistas, permite um olhar diferenciado e valioso sobre a sociedade do período. Analisar, então, a primeira e maior necrópole porto-alegrense em seu funcionamento e sua posterior demolição permitirá trazer novos dados sobre o cotidiano da Porto Alegre nos Setecentos e nos Oitocentos.

Praticamente inexistem trabalhos que abordam as transformações fúnebres em Porto Alegre. A única autora a abordar o mesmo período que trabalho aqui, e a utilizar fontes muito semelhantes, é Mara do Nascimento, em sua tese de doutorado a respeito da atuação das irmandades leigas em Porto Alegre no século XIX, no qual trabalha, entre outros tópicos, as práticas funerárias dessas associações.³² Embora semelhante, o trabalho de Nascimento difere do meu por priorizar as irmandades religiosas como instrumentos de análise da sociedade do período. O cemitério da Matriz aparece diversas vezes em seu trabalho, mas em uma perspectiva diferente da por mim trabalhada. Como mais agentes sociais se utilizaram daquele espaço que não só as irmandades, acredito que esta dissertação possibilitará uma maior abrangência e contribuição em alguns dos tópicos trabalhados por Nascimento. As preocupações de Nascimento se focam mais na questão da devoção, motivo pelo qual a autora analisa uma fonte que não usarei nesse trabalho, os testamentos, somando 257 deles para os dois séculos. Como apoio à essa fonte (para verificar na prática o que ocorria com o desejado pelos fregueses em suas últimas vontades), Nascimento analisará também 4.700 assentos de óbito, recolhidos por amostragem dentre os existentes no período de 1772 a 1832.

Partindo da análise de João José Reis, e através dela, lendo as hipóteses formuladas por Mara do Nascimento, creio que será possível desconstruir as motivações puramente higienistas destacadas pelos cronistas contemporâneos e historiadores recentes para a destruição daquele espaço mortuário. Como bem disse Lucien Febvre,

A história não apresenta aos homens uma coleção de fatos isolados. Ela organiza esses fatos. Ela explica-os, e portanto, para os explicar, transforma-os em séries, a que não presta igual atenção. Porque, quer queira quer não, é em função das suas necessidades presentes que ela recolhe sistematicamente, e em seguida classifica e agrupa os fatos passados. É em função da vida que ela interroga a morte.³³

³² NASCIMENTO, Mara Regina do. **Irmandades leigas em Porto Alegre: Práticas funerárias e experiência urbana séculos XVIII-XIX**. Porto Alegre: PPG História/UFRGS, Tese de Doutorado, 2006, p. 25.

³³ FEBVRE, Lucien, 1977 apud BICALHO, Maria Fernanda. Dos “Estados nacionais” ao “sentido da colonização”: história moderna e historiografia do Brasil colonial. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel

Assim, divido este trabalho em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *Uma linhagem historiográfica de 210 anos: a produção bibliográfica a respeito de Porto Alegre entre 1804 e 2014*, faço um levantamento bibliográfico exaustivo daquilo produzido – por acadêmicos, para acadêmicos, por leigos, para leigos – sobre a história de Porto Alegre, com foco nas narrativas sobre sua fundação, buscando três aspectos: a identidade do fundador e o período de fundação da cidade; a presença ou não de templo religioso e cemitério na localidade no século XVIII; e questões relativas ao cemitério da Matriz ou da construção do Seminário Episcopal. Nesse capítulo não trabalho com fontes primárias, sendo todo composto apenas por bibliografia secundária.

O segundo capítulo, nomeado de *A dinâmica cotidiana do cemitério da Matriz de Porto Alegre (1772-1850)*, é dedicado ao estudo das zonas de enterramento existentes em Porto Alegre no final do século XVIII e início do XIX. A principal dessas zonas é a igreja Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus e seu entorno, mas havia outros locais, os quais trato com menor detalhes. A principal fonte para análise do cotidiano cemiterial são os livros de registro de óbito. Esses livros – doze para a freguesia da Matriz, sendo sete para livres e cinco para escravos, além de outros dois, igualmente divididos entre livres e escravos, para a freguesia de Nossa Senhora do Rosário, que compartilhava o cemitério da Matriz –, que abarcam todo o período de funcionamento do cemitério, entre 1772 e 1850, se encontram no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana (AHCMPA).³⁴

Embora os dados constantes nos registros pareçam depender do capricho dos clérigos que os anotavam, sendo que informações como *causa mortis* ou origem geográfica do morto nem sempre estão presentes, há dados que, por *lei*, devem existir.³⁵

& GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **Cultura política e leituras do passado**. Historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 70.

³⁴ Graças à microfilmagem desses documentos para fins genealógicos, feita pela Igreja de Jesus Cristo e os Santos dos Últimos Dias (Mórmons), todos os livros de óbito analisados nesta pesquisa podem também ser acessados via internet, no domínio: <https://familysearch.org/search/collection/2177295>. Acesso em 1 fev. 2016.

³⁵ Adalgisa Campos, para uma freguesia de Ouro Preto, ressalta que “sendo pessoa de destaque econômico ou fidalguia (não importando se inocente ou adulta) o registro apresenta conteúdo bastante detalhado a respeito do morto, de sua família e de suas práticas de sociabilidade. Por sua vez é verdadeiramente lacônico ou mesmo omisso quando alusivo à etnia africana [...]. Como decorrência a base de dados não fica perfeita [...]”. CAMPOS, Adalgisa A. Locais de sepultamento e escatologia através de registros de óbitos da época barroca. **Varia Historia**, n. 31, jan. 2004, p. 162. Paulo Moreira e Fabiano Queiroz fazem a mesma ressalva para os livros da Madre de Deus de Porto Alegre ao afirmar que “existem dados como causa da morte, idade do falecido, etc., que às vezes constam e outras não, não havendo homogeneidade”. MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; QUEIROZ, Fabiano Fischer de. E o cadáver é escravo: Comentários sobre doença e morte entre a população cativa de Porto Alegre no século XIX (1830-1834). In: ÁVILA, Vladimir Ferreira de (Org.). **Anais da V Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto

Um desses dados é o local de sepultura, que indica se o corpo foi enterrado dentro da igreja, no cemitério ou adro, ou nas catacumbas. No século XVIII, por vezes o local de sepultamento dentro da igreja é discriminado (acima das grades, perto da porta, etc.), permitindo um maior rigor na coleta dos dados. São esses os dados que irei utilizar, principalmente, para analisar a dinâmica cotidiana do cemitério, pois eles permitem visualizar, dia a dia, como o espaço era utilizado para seu fim primário, que é o enterro dos corpos.

Como o meu foco é a compreensão do cemitério, e o tempo existente para a finalização da dissertação é curto, não foi possível analisar os óbitos enquanto indivíduos – uma vez que o total geral dos registros compilados somam 27.219 registros –, razão pela qual de cada assento selecionei apenas duas informações: local de sepultura e data de enterro, de modo a conseguir trabalhar com a longa duração do cemitério, visualizando as diferentes “fases” tanto de modo sincrônico quanto diacrônico. Preferi abarcar a totalidade das fontes, com poucos dados, do que ampliar o uso desses, mas com uma amostragem menor, para ter um maior rigor de análise. A adoção dessa metodologia permitiu o acesso a informações que seriam impossíveis de serem coletadas caso houvesse feito uma amostragem arbitrária, ainda que controlada.

O terceiro capítulo, que batizei de *O gravíssimo dano que se segue do costume de se sepultarem os mortos nas igrejas: o lento exílio dos mortos* trata do fim do cemitério, com os discursos médico-higienistas contra as sepulturas eclesiásticas, e a atuação da Câmara Municipal e da Presidência da Província em fechar a necrópole, bem como as discussões com a Santa Casa de Misericórdia, a irmandade encarregada de criar o novo cemitério. Infelizmente, inexistem para esse período (pré-1853) documentos que tratem do cotidiano do clero porto-alegrense então, embora um dos objetivos dessa dissertação seja compreender o lado religioso do fim dos cemitérios, fiz isso buscando a voz dos bispos e párocos a partir da documentação de caráter governamental e das irmandades.

Alegre: CORAG, 2007, p. 216. Cabe lembrar, no entanto, que as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, conjunto de regras eclesiásticas que gerenciavam as práticas do clero em todo Brasil, indicavam com veemência um modelo bastante completo a ser seguido, no qual deveriam ser informados a data de falecimento, status do morto (casado, viúvo, filho de, cônjuge de), lugar de falecimento, idade, com quais sacramentos, local de sepultamento, dados do testamento quanto à missa ou funeral, dados do funeral, condição financeira do enterro, e responsável pelo enterro. Claro que, como se vê, nem sempre essas informações aparecem registradas. VIDE, Sebastião Monteiro da, Arcebispo. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2001 [1707], p. 292.

Por fim, o último capítulo, *O que foi feito do Cemitério da Matriz após 1850? O uso do terreno entre 1865 e 2012*, quis mostrar os usos que o espaço cemiterial atrás da igreja tomou após o fechamento daquela necrópole. Esses “usos secundários” da área são vitais para a compreensão do apagamento da memória desse espaço. Como fontes, foram utilizados diversos documentos existentes no arquivo da Cúria a respeito da construção do Seminário Episcopal e da destruição da Matriz, bem como correspondências e ofícios trocados entre os bispos, os presidentes da Província, a Câmara e os Ministros do Império, além de reportagens de jornais da época. Chegando à década de 2010, trago informações de pesquisas arqueológicas realizadas recentemente no local do antigo cemitério, com a intenção de mostrar que, mesmo fechado há 162 anos, o cemitério da Matriz continua a ser um local de uma memória continuamente (re)construída.

Entremeada às fontes, em todos os capítulos, está a bibliografia de apoio, de modo a contextualizar o local com o global, seja a partir da discussão dos cemitérios católicos do Ocidente, em específico no Brasil, seja abordando a esfera cemiterial dos poderes secular e religioso. Assim, buscando detalhes e informações dispersas nas mais variadas fontes documentais, tentei alcançar o cotidiano do principal cemitério da cidade, o que acredito ter conseguido.

Capítulo 1 - Uma história de 210 anos: a produção bibliográfica a respeito de Porto Alegre entre 1804 e 2014

“E justamente essa, é uma das vantagens que tem o livro: corrigir inúmeros pontos que por ahi andam errados, capacidade só adquirida na consulta dos arkhivos públicos. ”

Augusto Porto Alegre, 1906

O quão claramente se conhece a Porto Alegre do final do século XVIII até as primeiras décadas do século XIX? Em publicação de 2012, editada pela Prefeitura Municipal, uma das últimas obras lançadas sobre a história dessa cidade, o historiador Charles Monteiro procura em poucas páginas destacar os principais aspectos da trajetória urbana entre o século XVIII e os anos 2000. Em capítulo referente aos anos de 1700, o autor nomeia três sesmeiros, os primeiros a possuírem as terras em que se encontra a cidade, tendo o cuidado de destacar que estes “não tinham intenção de promover o povoamento da região, interessava-lhes apenas o apresamento e a criação do gado”. A seguir, menciona os “casais de número”, colonos açorianos enviados por El-Rei para ocuparem o território das Missões, mas que por ocasião da Guerra Guaranítica acabaram se instalando provisoriamente em terreno ribeirinho de um daqueles sesmeiros, Jerônimo de Ornellas. Monteiro afirma que a localidade, até então conhecida por “Porto do Dorneles”, em referência ao seu proprietário, passa a se chamar “Porto de São Francisco dos Casais”, em homenagem aos colonos e ao santo de invocação de uma capela por eles construída no local em 1752. Na conclusão do capítulo, o autor informa que a situação dos casais só seria resolvida em 1772, quando José Marcelino de Figueiredo, governador da Capitania, manda demarcar as ruas e os lotes dos colonos e solicita a criação de freguesia desvinculada da Matriz de Viamão. Isto é feito em 26 de março daquele ano, data que, segundo Monteiro, “os historiadores consideram a fundação de Porto Alegre”.³⁶

Esta data, porém, bem como várias das informações citadas acima, está longe de ser consenso entre os pesquisadores. A data de fundação da cidade, por exemplo, foi motivo para um debate historiográfico que se estendeu por cerca de trinta anos, entre 1939 e 1972, ainda não resolvido, como se verá adiante. A questão pode parecer frívola, uma “bizantinice” nos dizeres de Francisco Riopardense de Macedo, mas aponta para assuntos

³⁶ MONTEIRO, Charles. **Breve História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. da Cidade; Letra & Vida, 2012, p. 10-12.

de grande importância. Riopardense de Macedo, que pesquisou a fundo a “querela dos bicentenários”, indica que a questão era política: havia interesse direto dos governos de 1940 e 1972 em definir se o fundador da cidade havia sido um pecuarista ou um militar português, pois o passado poderia legitimar um presente em que o Presidente da nação era um fazendeiro de São Borja, no caso de Getúlio Vargas, ou um general do Exército, no caso de Emílio Médici.³⁷

Macedo reúne documentos oficiais, artigos de jornal, livros, atas de pronunciamentos e delinea as três décadas de debate, elencando os dois lados da disputa, resumidamente, o Instituto Histórico e Geográfico Rio Grandense (IHGRGS), órgão “oficial” da história e memória porto-alegrense e gaúcha, *versus* o historiador Walter Spalding, que apesar de pertencer ao IHGRGS, sustentava opinião diversa, sendo apoiado por outros pesquisadores independentes como Leandro da Silva Telles. Ao cabo, ambos os lados partiam do mesmo *corpus* documental, só discordando a respeito do significado de termos como “fundação”, “povoamento”, “ocupação”. A querela só será resolvida (ao menos para Prefeitura Municipal) em 1971, quando o padre Ruben Neis apresenta à Câmara de Vereadores farta documentação inédita dos arquivos eclesiásticos, levando ao ato de lei que consagra 26 de março de 1772 como fundação da cidade.³⁸

A decisão oficial não silenciou outras interpretações. Ao longo do último quartel do século XX e nos primeiros anos do século XXI, em artigos, dissertações, teses e livros, acadêmicos ou de divulgação geral, serão veiculadas informações e dados oriundos desse debate – em vários momentos sem a devida crítica sobre a construção dessas informações. Parte dos problemas é inclusive anterior a 1939, pois a historiografia inicial sobre Porto Alegre muitas vezes utilizou como se fosse fonte documental confiável, relatos de testemunhas que não vivenciaram os fatos narrados.³⁹ Assim, erros oriundos de uma publicação de 1906 são propagados ao longo do século XX, levando a interpretações confusas dos fatos, alguns deles originando as questões debatidas quanto a fundação da cidade.

³⁷ MACEDO, Francisco Riopardense de. **O Aniversário de Porto Alegre**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal de Cultura, 2004.

³⁸ *Ibid.*, p. 168.

³⁹ Sobre a fidedignidade de dois dos principais autores do final do século XIX e início do século XX, frequentemente utilizados como fonte histórica, ver PESAVENTO, Sandra Jatahy. A construção de uma Porto Alegre imaginária – uma cidade entre a memória e a história. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos & NEUMANN, Eduardo Santos (Orgs.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

Para entender como a construção e invenção dessas memórias e fatos moldou a bibliografia sobre Porto Alegre, proponho aqui – sem a pretensão de esgotar a bibliografia disponível – uma revisão crítica de diversas publicações feitas entre os séculos XIX e XXI, compreendendo variadas categorias e autores, enfocando em três questões que creio serem essenciais para a compreensão do tema tratado nessa dissertação: a identidade do fundador e o período de fundação da cidade; a presença ou não de templo religioso e cemitério na localidade no século XVIII; e questões relativas ao cemitério da Matriz ou da construção do Seminário Episcopal. O último item é facilmente compreensível, sendo o assunto principal desta dissertação. Os outros dois foram selecionados a partir dos argumentos levantados pelo padre Neis em discurso de 1971.

Neis disse aos vereadores que “fundar uma povoação” significa instituí-la, criar suas instituições e dar forma ao aglomerado urbano. Seria, portanto, diferente da doação de uma sesmaria, pois essas se destinavam à criação de gado e agropecuária. Embora algumas tenham dado origem a povoações, o autor tem o cuidado de afirmar que este não era o caso da de Jerônimo de Ornellas, mostrando através dos registros paroquiais de Viamão que eram poucos os familiares e agregados que moravam com ele. Registra, também, que Ornellas vendeu suas terras e se retirou para Triunfo no momento em que a população de suas terras aumenta com a chegada dos açorianos. Descarta, assim, que ele seja o fundador. Igualmente discorda que a cidade tenha tido origem no arraial criado pelos açorianos a partir de 1752: “Prova-se também a transitoriedade dos açorianos no porto dos Casais pela estatística dos batismos e falecimentos”. Os registros da igreja de Viamão demonstrariam que entre 1752 e 1772, muitos dos casais cansaram de esperar pela ajuda Real e se dispersaram pelo Continente. Os mesmos registros mostram que não havia igreja ou capela no Porto dos Casais até pelo menos 1769. Por fim, como no Brasil colonial era “a fundação de uma freguesia, de comum acordo entre os governos civil e eclesiástico [que] trazia consigo a organização eclesiástica e civil da população”, é com a existência de um templo religioso, seja igreja ou capela, que se pode falar de povoação. E somente com José Marcelino de Figueiredo e a criação da Freguesia é que se pode falar em fundação da cidade.⁴⁰

Como meu interesse principal neste capítulo é abordar a “linhagem” do pensamento sobre as origens de Porto Alegre e sua vida religiosa inicial, não irei analisar

⁴⁰ MACEDO, 2004, p.156-163.

aqui os relatos de diversos viajantes que passaram pelo lugar, de meados do século XVIII ao século XX.⁴¹ Estes, na maioria das vezes, ficaram por poucos dias na cidade e, embora registrem suas visões e informações passadas por gente da terra, não enfocam a história da formação da cidade em si. Portanto, preferi dar destaque àqueles relatos que, mesmo sem a pretensão de escreverem sobre a formação de Porto Alegre, abordem esses assuntos.

1.1 Alacriportus:⁴² Visões de Porto Alegre no século XIX

Início a análise com três dos principais escritos sobre a cidade publicados no século XIX. O primeiro, do sargento-mor Domingos José Marques Fernandes, foi oferecido ao príncipe João, futuro rei Dom João VI, em 10 de setembro de 1804. Permaneceu inédito por mais de cento e cinquenta anos, vindo a ser publicado pela primeira vez em 1961.⁴³ O autor, escrivão de sesmarias da vila de Porto Alegre em 1798, dedica o manuscrito de quatro capítulos ao príncipe com a intenção de divulgar a Capitania de São Pedro e solicitar a divisão desta em quatro municípios, no que viria a ser atendido. Assim, há uma descrição física e geográfica da terra, de sua geografia humana e econômica, uma breve notícia das origens do Rio Grande com as demarcações de fronteiras, as lutas nas Missões, até 1801 e, por fim, uma projeção das potencialidades da Capitania.

No segundo parágrafo do capítulo dois, fala sobre a criação de Porto Alegre, relacionando a escolha de José Marcelino de Figueiredo de para ali transferir a capital em razão da má posição geográfica de Viamão, distante de rios navegáveis:

⁴¹ Cento e vinte e oito relatos de viajantes de diversas nacionalidades e interesses, que passaram por e escreveram sobre Porto Alegre entre os anos de 1754 e 1941, foram publicados em dois volumes organizados por Valter Noal Filho e Sérgio da Costa Franco. Sem a pretensão de esgotamento, os dois compiladores reúnem os principais relatos utilizados em pesquisas, e vários outros até então inéditos. NOAL FILHO, Valter Antonio & FRANCO, Sérgio da Costa. **Os viajantes olham Porto Alegre: 1754-1890**. Santa Maria: Anatterra, 2004a; NOAL FILHO, Valter Antonio & FRANCO, Sérgio da Costa. **Os viajantes olham Porto Alegre: 1890-1941**. Santa Maria: Anatterra, 2004b.

⁴² *Alacriportus*, ou literalmente, Porto Alegre em sua versão greco-latina, é como se refere Antônio José Gonçalves Chaves à capital do Rio Grande do Sul, em sua quinta “memória ecônomo-política”, sobre o Rio Grande do Sul, oferecida aos deputados do Brasil na década de 1820. CHAVES, Antônio José Gonçalves. **Memórias ecônomo-políticas sobre a Administração Pública do Brasil**. 4^o edição. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004, p. 136. O termo parece ter sido usado pela primeira vez para se referir a essa cidade pelo padre Aires de Casal, em obra de 1817. CASAL, Manoel Aires de. **Corografia Brasileira ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817, p. 149.

⁴³ Conforme indica o coronel Deoclécio de Paranhos Antunes, historiador militar, no prefácio da obra. DE PARANHOS ANTUNES, Deoclécio. Prefácio. In: FERNANDES, Domingos José. “A Primeira História Gaúcha”. **Pesquisas História**. Porto Alegre: Instituto Anchieta de Pesquisas, n. 15, ano 5, 1961, p. 5-10.

Teve esse [Marcelino] a providência de criar a Vila de Porto Alegre, para cuja fundação escolheu o sitio melhor que há naquele Continente; por ficar bem no centro dele, onde não pode chegar o inimigo, senão por navegação; e ser por esta mesma fácil ao comércio, dependência e interesse de toda a Capitania; porque é o terreno que se levanta do lago de Viamão [...]; muito espaçoso e superior a inundações, de bom clima, desafogado, e de extensas vistas d'águas e de terras; e finalmente o mais próprio para a capital da Capitania. Já ali havia alguns moradores, cuja povoação se chamava de S. Francisco dos Casais; e se serviu destes, tanto para abrigarem os fundamentos da grande obra que meditava, como para agasalharem e guardarem as ferramentas dos primeiros operários dela.⁴⁴

Fernandes deixa claro ao governante que a existência de Porto Alegre se deve aos méritos do militar português Marcelino de Figueiredo, ao destacar que a vila “não tem maior antiguidade, pouco mais de vinte anos; e se deve à capacidade do governador, que soube aproveitar aquele sítio a benefício dos povos e do Estado”.⁴⁵ É interessante destacar que o sargento-mor cita os colonos açorianos, mas sem vinculá-los aos casais d’El Rei, nem atribuir maior valor à povoação que já existia. Como se verá diante, relatos futuros feitos sobre esses últimos anos do século XVIII já atribuíam ao arraial dos casais maior vulto, destacando principalmente a existência de uma capela feita assim que aqui chegaram, para marcar uma ocupação permanente. Neste sentido, Fernandes é categórico: “Não há na Vila [em 1801] outras igrejas senão a paroquial”.⁴⁶

Se esta primeira obra permaneceu inédita por muitos anos, o mesmo não se pode dizer do *Almanak da Vila de Porto Alegre*, escrito pelo capitão Manuel Antônio de Magalhães em 1808. Magalhães, administrador do contrato do dízimo na vila de Porto Alegre entre 1799 e 1808, também dedicou a obra ao Príncipe Regente Dom João, felicitando-o por chegar a salvo na América após a fuga de Portugal.⁴⁷ Oferece ao soberano “reflexões políticas e interessantes sobre o estado atual da Capitania do Rio Grande de São Pedro, seu clima, produções, comércio, agricultura, navegação, povos, magistratura e outras coisas interessantes [...]”.⁴⁸

⁴⁴ FERNANDES, 1961, p. 35-36.

⁴⁵ Ibid., p. 37.

⁴⁶ Ibid., p. 38.

⁴⁷ KUHN, Fábio. “O Almanaque da Vila de Porto Alegre: Uma leitura do Rio Grande em 1808”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – RS em 1808**. Porto Alegre: IHGRGS, n. 143, ano 88, 2008, p.105-118.

⁴⁸ MAGALHÃES, Manuel Antônio de. “Almanaque da Vila de Porto Alegre com reflexões políticas interessantes sobre o estado atual da Capitania do Rio Grande de São Pedro”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – RS em 1808**. Porto Alegre: IHGRGS, n. 143, ano 88, 2008, p. 119.

O autor, também “avultado comerciante da praça”, divide o manuscrito em duas partes, enfocando na primeira, reflexões políticas e questões econômicas e tributárias, com evidente destaque para as questões de importação e exportação de gado, produções e escravos, pontos que, como comerciante, o afetavam diretamente. Na segunda parte, lista os comerciantes existentes na cidade e arrola alguns dados sobre esta:

Porto Alegre, Capital de toda Capitania, principiou a povoar-se com 22 casais das Ilhas no ano de 1763, chamava-se Porto dos Casais, hoje Vila de Porto Alegre com 1215 fogos, e 6035 almas [...]. Há uma paróquia de que é vigário colado José Ignácio dos Santos Pereira. Tem a fazer-se uma boa capela que igualmente poderá remediar para uma 2ª Matriz, como muito se precisa para a comodidade dos povos.⁴⁹

Apesar de escrito em 1808, só foi publicado pela primeira vez em 1867 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A seguir veio edição de 1908 por Augusto Porto Alegre, primeiro historiador da cidade, do qual se falará a frente, seguida por duas edições, ambas de 1940, feitas por Walter Spalding, polêmico historiador da querela dos bicentenários. A quinta edição saiu em 1980, em livro de Décio Freitas, e a última, aqui citada, em 2008, nos 200 anos da chegada da Família Real ao Brasil. Como diz Fábio Kühn, nas segunda, terceira e quarta edição, os historiadores recuperaram a obra esquecida com o intuito de se firmarem enquanto especialistas na história da cidade. Já a edição mais recente, revisada, nos é interessante por que “é o último testemunho” que “nos conta sobre a Porto Alegre [...] do final dos tempos coloniais, anterior às transformações desencadeadas no período joanino”.⁵⁰

As obras seguintes pertencem a uma Porto Alegre muito diferente, uma cidade moderna, com as grandes transformações aqui ocorridas na década de 1880: surgimento dos arraiais e subúrbios que a malha urbana aos poucos absorve, os transportes públicos, a iluminação, o esgoto, os problemas de segurança pública, as primeiras grandes demolições dos prédios coloniais para a abertura de novas vias, etc. A cidade desse período, diz Sandra Pesavento, estava “em busca de um passado”. Não apenas pela ameaça de as demolições levarem todas as memórias materiais, mas também para reforçar a diferença entre os velhos e os novos tempos.⁵¹ É nesse contexto que surgem as obras dos próximos três autores que abordarei.

⁴⁹ MAGALHÃES, 2008, p. 136-137.

⁵⁰ KUHN, 2008, p. 117.

⁵¹ PESAVENTO, 2004, p. 183.

O primeiro memorialista que Porto Alegre teve foi Antônio Alvares Pereira Coruja, professor e político porto-alegrense, nascido em 1806 e aqui habitando até 1837, quando fugiu para o Rio de Janeiro em decorrência de perseguições políticas. Na Corte, torna-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1839, onde passa a publicar trabalhos sobre linguística. O Coruja pesquisador se torna Coruja memorialista na década de 1880, quando Alfredo Varela lhe escreve para pedir que conte fatos da Porto Alegre que conheceu. Passa então a escrever uma série de memórias sobre a cidade em que viveu – que a essa altura, meio século depois, já era bastante diferente – logo publicadas na *Gazeta de Porto Alegre* e no *Jornal do Comércio*, e posteriormente no *Anuário do Rio Grande do Sul* entre 1886 e 1890.⁵²

O autor utiliza sua própria memória como fonte, relatando fatos e personagens que viu e conheceu, e outros tantos dos quais “ouviu falar”. Nascido já no século XIX, conta histórias da época do governo de Marcelino de Figueiredo, iniciado em 1769. Não há provas de suas histórias, e o próprio memorialista assume que não lhe é possível lembrar de tudo. Ainda assim, tendo crescido trinta anos numa cidade há muito desaparecida, Coruja se torna uma fonte valiosa, talvez não para fatos, mas para o cotidiano de uma Porto Alegre colonial. Mesmo para os leitores da década de 1880, “os relatos de Coruja já teriam um forte sabor de passado esquecido”.⁵³

Assim fala no capítulo sobre a origem e história das ruas de Porto Alegre:

Também não está escrito em que ano para aí foram os primeiros povoadores; é porém certo e está escrito que em julho de 1754 aí aportaram diversas embarcações com tropa em direção à fortaleza de Jesus Maria José de Rio Pardo, e que já no ano antecedente o capitão-general do Rio de Janeiro Gomes Freire de Andrade achando-se na praça da Colônia do Sacramento tinha nomeado um religioso carmelita para servir de capelão aos ilhéus e paulistas que existiam no Porto de Viamão e também capelão da ermida de S. Francisco [que] [...] segundo a tradição [...] era na Quitanda Velha [...] e portanto aí se foram acomodando os primeiros povoadores o que depois se chamou Rua da Praia.⁵⁴

Coruja não discorre mais sobre as origens da cidade. Fala de José Marcelino de Figueiredo, mas não lhe dá mérito algum sobre a fundação da cidade. No entanto, é o

⁵² PESAVENTO, 2004, p. 184-186; FRANCO, Sérgio da Costa. Introdução. In: CORUJA, Antônio Alvares Pereira. **Antigualhas**: Reminiscências de Porto Alegre. Porto Alegre: ERUS, 1983a, p. 11-14.

⁵³ FRANCO, 1983a, p. 13; LAZZARI, Alexandre. **Entre a grande e a pequena pátria**: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910). Campinas: PPG História/ Unicamp, Tese de Doutorado, 2004, p. 35.

⁵⁴ CORUJA, Antônio Alvares Pereira. **Antigualhas**: Reminiscências de Porto Alegre. Porto Alegre: ERUS, 1983, p. 97-98.

primeiro a escrever sobre o antigo cemitério existente atrás da Matriz e, à época de seus escritos, já fechado a mais de 30 anos. O menciona de passagem ao falar da rua do Arvoredo e do Beco do Império.⁵⁵

Até agora só tratei de escritores que contaram, na maioria das vezes, fatos que presenciaram. O seguinte, além de ser o primeiro a escrever no século XX, é também considerado o primeiro historiador de Porto Alegre.

1.2 A Porto Alegre vista pelos Porto Alegre: criação da Matriz açoriana

Augusto Porto Alegre⁵⁶ publicou o seu *A Fundação de Porto Alegre* em 1906. Republicano, dedica a obra a Júlio de Castilhos. Em seu prefácio invoca a Maurice Barrès, pai do nacionalismo francês, para dizer que a nação é feita de regiões, logo estudar a história da cidade é contribuir para a história do país.⁵⁷ Homem culto, cientificista, não considera seu trabalho semelhante ao de Coruja, a quem cita, pois diz ter passado cinco anos em pesquisa aos arquivos da cidade, em trato direto com as “melhores fontes históricas”.⁵⁸ Desse modo, sua obra seria mais fidedigna com a realidade histórica do que as outras existentes até então:

⁵⁵ Respectivamente, atuais ruas Fernando Machado e Espírito Santo. O “ex-cemitério”, diz Coruja, daria de fundos para a primeira e seria ladeado pela segunda. CORUJA, 1983, p. 102 e 121.

⁵⁶ Jornalista e historiador, filho de Achylles Porto Alegre, professor, cronista, poeta, biógrafo, romancista e contista. Os Porto Alegre eram uma das famílias mais cultas da cidade no século XIX e XX, sendo seus membros atuantes em diversos meios culturais e políticos. Eram tios de Augusto, Apeles Porto Alegre, contista, jornalista, educador e dramaturgo, e Appolinário Porto Alegre, pedagogo, romancista, cronista, teatrólogo, poeta e linguista. Toda a família era republicana e abolicionistas ativos, tendo fundado a Sociedade Parthenon Litterário. PESAVENTO, 2004, p. 194. A respeito do Parthenon Litterário, ver a o trabalho de SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. **Dois pra lá, dois pra cá: O Parthenon Litterário e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX.** Porto Alegre: PPG História/UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2008.

⁵⁷ Augusto Porto Alegre, assim como seu pai Achylles, era membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, criado em 1920 à imagem e semelhança do Instituto nacional, fundado na terceira década do século XIX em um contexto de instabilidade política e territorial para o império. Assim, o Instituto Histórico nacional teve como tarefa a feitura de uma história unificada da nação, de modo a criar uma unidade política do passado para o futuro. O Instituto gaúcho, apesar de se localizar já no século XX, partilhará dos mesmos ideais. Assim, os trabalhos dos Porto Alegre devem ser vistos dentro da ótica de escrita de uma história da nação, que não deixa brechas ou dúvidas sobre as origens do povo rio grandense. LAZZARI, 2004, p. 27; SILVEIRA, Daniela Oliveira. **“O passado está prenhe do futuro”:** A escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-1930). Porto Alegre: PPG História/UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2008, p. 11.

⁵⁸ No prefácio da segunda edição, Porto Alegre transparece que a pesquisa na qual se fundamenta o livro era empreendida por ele ao menos desde o século anterior: “Agora dediquemos breves palavras sobre a existência d’este livro. Representa elle uma longa serie de empreendimentos, desenrolando-se por quase cinco annos de pesquisas nos arkhivos públicos; a primitiva base em que o assentamos foi um extenso artigo, que com o titulo de hoje, sahiu publicado na extincta *Gazetinha* (n. de 18 de Janeiro de 1900, occupando a 1.ª página toda). Mais tarde demos outro desenvolvimento ao escripto, e de ampliações repetidas feitas, surgiu a obra que apresentamos. O mesmo trabalho debaixo d’outra feição com o titulo de *Porandúba Sul-Rio-Grandense* foi estampado em 1904 na *Gazeta do Commercio* d’esta capital, com a

E justamente esta [a pesquisa documental], é uma das vantagens que tem o livro: corrigir inúmeros pontos que por ali andam errados, capacidade só adquirida na consulta dos arquivos públicos. Damos nas notas, *in fine* vários documentos, conhecidos uns, inéditos outros e alguns intercalados no texto d'aquelles que julgamos melhor figurarem junto à matéria que os mesmos ilustram.⁵⁹

Disposto, assim, a reunir o que já havia sido produzido sobre a cidade nesses seus 133 anos decorridos desde a fundação, e a corrigir erros de antigos cronistas, Porto Alegre divide a sua obra em nove capítulos, abordando desde a pré-história da localidade,⁶⁰ os achados arqueológicos, as missões jesuíticas, a imigração açoriana, a transferência da capital após a invasão espanhola, a história dos serviços públicos (justiça, correio, alfândega, etc), costumes, festas, cultura popular, “curiosidades” históricas, religião e caridade, cultivo do trigo, da cana e das uvas, teatro e cultura letrada e, por fim, uma descrição da cidade, suas ruas e características, de 1773 a 1906.

Desvinculando a vinda dos açorianos do contexto militar de ocupação das Missões, Porto Alegre informa que D. João V enviou os colonos para povoar o sul do país. Citando Coruja e Manoel de Magalhães, discute o número exato de casais enviados para cá, discordando de ambos. Em relação à data, informa que “não resta a menor dúvida que até 1742 não havia em Porto Alegre população permanente”, sendo os casais de número os primeiros a fixar moradia.⁶¹ Dez anos depois, em 1752, teria chegado o frei Faustino Antonio de Santo Alberto, e construído na praia uma capela para os casais.⁶² A fundação da cidade, no entanto, só aconteceria, para o autor, com José Marcelino de Figueiredo em 24 de julho de 1773.⁶³ É interessante notar que Jerônimo de Ornellas, que no futuro alcançará bastante vulto, é citado pelo autor como sendo apenas um dos chefes de fogos dos “primeiros ilhéus habitantes de Porto Alegre”.⁶⁴

assinatura de *João da Horta*, nosso pseudonymo. A matéria em questão devídoi-a por comodidade em trez artigos, aqui dados sob outra forma nos capítulos próprios a cada matéria”. PORTO ALEGRE, Augusto. **A Fundação de Porto Alegre**. 2º edição. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1909, p. V.

⁵⁹ PORTO ALEGRE, Augusto. **A Fundação de Porto Alegre**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1906, p. C.

⁶⁰ Pesavento diz que Porto Alegre foi o primeiro a atribuir algum papel aos índios, os incorporando ao surgimento da cidade, dizendo que estes continuaram por aqui após a chegada dos açorianos e contribuíram com estes “para o progresso da civilização”. PESAVENTO, 2004, p. 198.

⁶¹ PORTO ALEGRE, 1906, p. 14-21.

⁶² *Ibid.*, p. 27.

⁶³ *Ibid.*, p. 29 e 35.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 16.

O autor não deixa claro quando a igreja Matriz foi construída, mas comenta que em 1773, para os festejos da transferência da capital, já estava de pé.⁶⁵ Quanto aos cemitérios, diz que entre 1742 e 1752 os casais, sem capela ou capelão, enterravam os seus mortos na praia. A partir de 1752, frei Faustino transfere o local de enterramento para uma região mais alta, na área da futura praça da Matriz. Esse local seria usado até 1773, quando é criada a irmandade do Santíssimo e Madre de Deus, e a partir dessa data, os mortos seriam enterrados “no templo de N. S. Madre de Deus” e nos terrenos do “palácio episcopal da diocese”. Outro local de sepultamento nesta época seria os fundos do hospital da Misericórdia. A partir de 1850, com a criação do cemitério da Santa Casa na Azenha, não haveria mais enterros dentro dos limites urbanos.⁶⁶

A obra de Porto Alegre deve ter sido bem recebida no círculo literário e intelectual em que vivia. Os dois mil exemplares da primeira edição devem ter esgotado logo, pois em 1909 o autor lançava uma segunda edição.⁶⁷ Destacando que recebeu apoio financeiro do Conselho Municipal de Porto Alegre para a produção e divulgação da nova obra, Porto Alegre informa que corrigiu erros, adicionou um novo capítulo, e buscou novas informações nos arquivos.⁶⁸ Destacando publicações surgidas entre a primeira e a segunda edição, diz o autor:

A lista completa dos primigênios povoadores da capitania, pela primeira vez organizada por nós, ao elaborarmos este livro, encontra no Anuario do Estado do Rio Grande do Sul para 1908 um esplendido atestado da *verdade que vamos procurando impor, baseados em documentos*, que, infelizmente espíritos fúteis procuram desmerecer. Dita publicação estampa uma planta de antiga colônia de ilhéos nas proximidades da capital, sendo o número d’elles de 60, mencionando-se todos os nomes como fizemos. *É uma questão liquidada esta*; entretanto o Almanak litterario e estatístico do Rio Grande do Sul também de 1908 ainda traz uma novidade do Sr. Joaquim Gomes de Campos Junior: foram 30 os casaes vindos para Porto Alegre, e após uma revolta fugiu a maior parte para Santa Catharina!!! Querer puerilmente embaraçar *coisas já de todo esplanadas*, não é fazer trabalho de história é coçar-se, dando somno aos outros com *descabidas impertinências*, que nada adiantam.⁶⁹

⁶⁵ PORTO ALEGRE, 1906, p. 35.

⁶⁶ Ibid., p.85-86; 148; XVII.

⁶⁷ HDBN, O NOSSO correligionário Augusto Porto Alegre [...]. **A Federação**, Porto Alegre, p. 2, 28 dez. 1904; HDBN, CONSELHO Municipal, **A Federação**, Porto Alegre, ano XXVI, n. 273, p. 4, 26 nov. 1909.

⁶⁸ PORTO ALEGRE, 1909, p. VI.

⁶⁹ PORTO ALEGRE, 1909, p. 18. Grifos meus.

Porto Alegre modificou a ordem de alguns capítulos, mesclou alguns trechos, mas não alterou de modo marcante as informações contidas na primeira edição, aumentando, no entanto, a quantidade de dados. Sustenta a chegada dos casais em 1742, e Jerônimo de Ornellas segue sendo apenas um colono açoriano, e os únicos sesmeiros aqui existentes antes dos ilhéus a serem citados são Dionísio Rodrigues Mendes e Inácio Francisco, sendo esse último o dono, em sua quase totalidade, das terras em que se assenta a cidade.⁷⁰ Sobre José Marcelino de Figueiredo diz:

O nosso khronista Antonio Alvares Pereira Coruja é que acha falta de razão ao chamar-se José Marcellino de Figueiredo fundador de Porto Alegre, o que afigura-se-nos *uma exquisitice* do nosso inesquecível ephemeredista [...]. O principal argumento em que estriba-se Coruja, é que, quando aquelle governador aqui chegara já existia o aldeamento de Porto Alegre, creado por vários brancos, havendo innumerous índios. De facto a localidade que futuramente seria a capital, tinha já uma *existência histórica*, mas na verdade estabelecida pelo acaso, o que tirava-lhe a importância, por *falta de sagração official*, além de que, o território *não era autónomo, fazia parte do de Viamão*, com várias denominações [...] recebendo a de Porto Alegre, como de baptismo pode ser dito, quando aquelle governador demoradamente admirou-lhe os encantos. [...] Coruja no fim de contas não tem razão alguma; o seu protesto é inútil no assumpto, até antipático, pois hoje de quasi todas as localidades do Estado, é conhecido seu fundador real ou considerado como tal o primeiro morador e ninguém ainda lembrou-se de vir encobrir serviços de tal ordem.⁷¹

Porto Alegre, assim, adianta um debate que ocorrerá a partir da década de 1940. Procurando reparar um “erro grave” que “por ai anda correndo mundo errado num livro de certa vulgarização”, tendo ele mesmo caído neste erro quando publicou outra obra sobre a história gaúcha, reforça que a data da fundação de Porto Alegre é a de 24 de julho de 1773, quando “ficam estabelecidas todas as várias autoridades encarregadas da administração civil e religiosa, acompanhadas das repartições ou officios necessários”.⁷² Baseia, tudo isso, nos documentos oficiais, que não foram utilizados por seus antecessores.

Sobre a capela de frei Faustino, diz que há várias discordâncias sobre a sua localização, e que concorda com a que diz que seria na futura Rua da Praia. Apesar de as informações serem cronologicamente incongruentes, escreve que o ato inaugural da capela se deu em 3/12/1747, apesar de o frei que a mandou construir só ter chego em

⁷⁰ PORTO ALEGRE, 1909, p. 37-39.

⁷¹ Ibid., p. 31-32. Grifos meus.

⁷² Ibid., p. 33-34.

19/11/1752...⁷³ Sobre os cemitérios, não acrescenta dado novo. Fala do Seminário Episcopal, mas não comenta sobre o local de sua construção.⁷⁴

O capítulo final, incluído pelo autor nessa segunda edição, reflete sobre a “Porto Alegre de hoje”, trazendo as melhorias ocorridas nos primeiros nove anos do século XX, com ênfase na administração de José Montauray de Aguiar Leitão (intendente municipal entre 1897 e 1924), comparando-o a Marcelino de Figueiredo ao dizer que se esse foi o fundador da Capital, Montauray foi seu reformador, salientando-se que nas histórias futuras escritas sobre a cidade, os nomes desses dois administradores deveriam receber o mesmo mérito.⁷⁵

Augusto Porto Alegre teve a *audácia* de corrigir alguns dos grandes vultos da memória da cidade, como Coruja e Manoel de Magalhães. No entanto, apesar de algumas críticas como apontado acima, pelo caráter “científico” de seu trabalho, ancorado em anos de pesquisa nos documentos originais, “fontes da verdade”, os livros de Porto Alegre acabaram formando uma “matriz explicativa que serviu de referência a todos, historiadores e cronistas, que escreveram sobre a história de Porto Alegre” nos anos seguintes.⁷⁶

Segundo Charles Monteiro, a versão da história de Porto Alegre feita por Augusto foi a mais aceita e citada até 1939, quando se iniciaram as discussões sobre a “verdadeira” data de fundação da cidade. Porto Alegre também seria o responsável pela perpetuação do “mito açoriano” como modo a explicar a origem do povoado que serviria de base a vila de José Marcelino de Figueiredo.⁷⁷

Um terceiro participante desta fase de construção de uma memória de Porto Alegre num momento de demolição da cidade velha é Achylles Porto Alegre, pai de Augusto. Nascido em 1848 na cidade de Rio Grande, Achylles, apesar de escrever desde os 13 anos, passará a publicar seus livros a partir de 1884. Até 1925, um ano antes de sua

⁷³ PORTO ALEGRE, 1909, p. 42.

⁷⁴ Ibid., p. 206.

⁷⁵ Ibid., p. 202.

⁷⁶ MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas**: História e Memória da Cidade. Porto Alegre: Edipucrs, 2006, p. 65-66. Para uma análise comparativa de Coruja e Augusto Porto Alegre, ver PESAVENTO, 2004.

⁷⁷ Por “Mito”, o autor se refere, como se verá no decorrer do texto, o apagamento das outras Matrizes étnicas – em especial o negro e o índio – da colonização inicial de Porto Alegre. Augusto Porto Alegre cita, como anteriores à povoação, grupos de índios que habitariam a região, mas pesquisadores posteriores cada vez mais irão ignorar qualquer existência humana antes do “bandeirante paulista” Jerônimo de Ornellas e das levas colonizadoras dos casais de número açorianos. MONTEIRO, 2006, p. 66 e 105.

morte, lançará 22 livros, entre poesia, crônicas e biografias. Focarei aqui em 18 desses livros, escritos entre 1894 e 1925, que concentram a totalidade de sua produção em prosa, sendo a maioria de caráter histórico.

A produção das obras de Achylles se configura na intersecção de dois momentos políticos relacionados, o local e o nacional. Segundo Juliano Antoniulli, a proclamação da República e a abolição da escravatura nos últimos anos do século XIX viriam a gerar desdobramentos importantes na historiografia brasileira. Alterar-se-á a forma de como narrar a história da nação, bem como quem estaria autorizado a fazê-lo. Uma das maneiras de fazer circular entre a população o passado da pátria foi a produção, por parte de historiadores vinculados ao IHGB, de biografias dos “grandes nomes”. A biografia agiria de modo a dispor o leitor à imitação daquelas ações exemplares.⁷⁸

No Rio Grande do Sul, a sociedade *Parthenon Literário*, fundada em 1868 e composta por diversos professores e homens de letras, “tomou para si a tarefa da educação popular, convictos de seu papel como promotores da civilização e da consciência nacional”.⁷⁹ Sobre o papel ativo do acadêmico em prol de sua comunidade, escreve Achylles:

Não basta ser acadêmico e trazer ao dedo o anel de hematita, como símbolo honroso de uma corporação, que nasceu entre a má vontade de uns e a indiferença de muitos para ser, ainda um dia, o orgulho da nossa terra. Cada um que trabalhe, sem descanso, para revelar à luz meridiana que a posição conquistada deve-a unicamente ao seu esforço e não à benévola condescendência da camaradagem dos oficiais do mesmo ofício.⁸⁰

O *Parthenon* irá assim, num primeiro momento, investir na produção das biografias de militares ilustres e na publicação de documentos relevantes para a história local.⁸¹ Como membro fundador da sociedade – junto com seus irmãos Apelles e Apollinário, entre outros – Achylles dedicou muitas páginas de seus 22 livros à produção de trajetórias de vida e ação de homens e mulheres ilustres da cidade, da pátria ou do

⁷⁸ ANTONIOLLI, Juliano Francesco. **Através do Passado**: crônica, biografia e memória na série pedagógica de Achylles Porto Alegre (1916-1920). Porto Alegre: PPG História/UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2011, p. 10.

⁷⁹ LAZZARI, 2004 apud ANTONIOLLI, 2011, p. 11.

⁸⁰ PORTO ALEGRE, Achylles. **Contos e Perfis**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1910, p. 5.

⁸¹ Ver a respeito desta sociedade a já citada dissertação de SILVEIRA, 2008, op. cit.

globo, sendo um desses, de 1916, reeditado e ampliado no ano seguinte, dedicado inteiramente ao relato de vidas exemplares.⁸²

O contexto regional, porém, também incentivou no teor dos textos de Achylles. Com a República e a subida ao poder regional do Partido Republicano Riograndense, a administração municipal ficou por 40 anos nas mãos de apenas três intendentess, sendo a Intendência ocupada, no período das publicações de Achylles, por José Montauray, seu mais longo administrador. Durante os 27 anos que exerceu o poder, Montauray deu continuidade ao processo de reformas urbanas iniciados na década de 1890. Assim, o teor das crônicas de Achylles serão assemelhadas às de Coruja, pois ambos escrevem em contextos semelhantes: a produção de memórias sobre uma Porto Alegre antiga, colonial, atrasada, que se encontra em plena demolição pela chegada do progresso.⁸³

A República, porém, terá um gosto mais amargo para Achylles do que teve para Coruja. O cronista que escreve em 1910 chamando seus pares a produzir para a pátria, publica em 1919 um volume intitulado “Vultos e Factos do Rio Grande do Sul”, com 71 perfis de “vultos” gaúchos e alguns fatos de sua história, dedica o volume “à mocidade estudiosa”, dizendo que “hoje escreve para instruir, como antigamente escrevia para me deleitar”.⁸⁴ Em 1920, porém, sua vida sofre um revés.

Na obra “Através do Passado”, de 1920, Achylles escreve no prefácio que “este livro foi, pois, escrito entre lágrimas” causadas pela morte de sua filha Aracylia, companheira do pai na velhice.⁸⁵ Talvez não seja a toa que este livro seja o primeiro a trazer uma história de Porto Alegre, contrastando um “hontem” com um “hoje”. Ao escrever sobre a obra, diz: “trabalho de história, de reminiscência e, não raro, de evocação”. Ao falar da filha, escreve: “escrevi na primeira página o nome de minha querida filha morta, como um grito de saudade e de esperança – esperança de encontrá-

⁸² PORTO ALEGRE, Achylles. **Homens Ilustres do Rio Grande do Sul**. 1º edição. Porto Alegre: Typ. do Centro, 1916; PORTO ALEGRE, Achylles. **Homens Ilustres do Rio Grande do Sul**. 2º edição. Livraria Selbach, 1917. A segunda edição foi corrigida e ampliada com a adição de mais 60 nomes, somados aos 112 da primeira edição.

⁸³ MONTEIRO, 2012, p. 30. Para uma avaliação dos governos dos intendentess municipais entre 1897 e 1937, ver BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendentess**. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

⁸⁴ PORTO ALEGRE, Achylles. **Vultos e Factos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1919, p. 5.

⁸⁵ PORTO ALEGRE, Achylles. **Através do Passado**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1920a, p. 3.

la, breve, num mundo melhor que este onde a desilusão e o sofrimento são a única e eterna partilha dos bons”.⁸⁶

A partir dessa obra, os escritos do autor adquirem um profundo tom melancólico e saudosista. Os títulos de suas obras evocam um passado bom frente a um presente pesaroso: *Flores entre ruínas* (1920), *Jardim de Saudades* (1921), *Paisagens mortas* (1922), *Noutros tempos* (1922), *Homens do passado* (1922), *Serões de inverno* (1923), *À sombra das árvores* (1923), *Noites de luar* (1923), *Palavras ao vento* (1925), *À beira do caminho* (1925), *Prosa esparsa* (1925). Em *Serões de inverno* escreve:

Meu coração é a sepultura viva de criaturas do meu sangue e da minha idolatria, que nele dormem o sono que não tem despertar; mas eu ponho os meus olhos nas estrelas e o meu pensamento no céu, e sinto que o meu sangue tem ainda o calor dos anos viris e os meus nervos a fortaleza das energias ativas, que o trabalho retempera e revigora.⁸⁷

Arrisco dizer que, para manter a memória dos tempos em que tinha a filha e os irmãos (Appolinário faleceu em 1904 e Apelles, em 1917) entre si, Achylles passa a registrar com maior intensidade as suas reminiscências sobre a Porto Alegre antiga que vinha sendo destruída.⁸⁸ Por vezes é otimista com as mudanças:

Todavia, como as [ruas] de hoje são diferentes das de ontem! É verdade que são mais bonitas. A velha casaria de goteira que os portugueses nos trouxeram, foi substituída pela platibanda e a frontaria arquitetônica, que embelezam hoje os edifícios de nossa linda cidade.⁸⁹

Mas em geral é melancólico:

Este livro é de reminiscências, e os assuntos nele tratados, remontam-se a muitos anos vividos da minha existência, que eu fui lançando à penumbra do passado. O cenário que, por vezes, eu descobro, já não existe. O progresso transformou-o. Eu evoco sítios, que já não são atualmente como o eram e como eu agora os pinto, com cores singelas, é certo, mas com verdade absoluta. São paisagens mortas que eu desenho com as tintas tristes da minha saudade.⁹⁰

⁸⁶ PORTO ALEGRE, 1920a, p. 4.

⁸⁷ PORTO ALEGRE, Achylles. **Serões de inverno**. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1923a, p. 7.

⁸⁸ Escreve ele: “E assim vou eu aos poucos ressuscitando sem estardalhaço os vultos do nosso passado, e evocando os aspectos de uma idade [e de uma cidade?] melhor, quando os costumes eram mais puros, e se respirava uma atmosfera menos impregnada de gases mefíticos, por que o amoralismo contemporâneo não havia ainda espalhado no ar que sorvemos os micróbios da sífilis social – que domina atualmente. [...] Cidade de tradições como é Porto Alegre, que mereceu o título honorífico de ‘Leal e Valorosa’, conferido pelo governo imperial, há muito que se dizer na história e na lenda. É o que nós vamos fazendo, sem precipitação, agora revivendo um tipo esquecido; de aqui a pouco, exponho na tela, a traços rápidos mas vivos, um dos trechos pitorescos da cidade de outr’ora.” PORTO ALEGRE, Achylles. **Homens do Passado**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922c, p. 9-10.

⁸⁹ PORTO ALEGRE, Achylles. **Noutros tempos**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922b, p. 7.

⁹⁰ PORTO ALEGRE, Achylles. **Paizagens mortas**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922a, p. III.

O progresso é bom quando traz melhorias para a cidade, mas ao profanar a alma da cidade antiga, é atacado pelo cronista:

Um dia destes, fazendo o meu cotidiano giro matinal pela minha querida cidade, achei-me, de repente, na tradicional praça da Matriz, e logo chamaram minha atenção grandes carroçadas de entulho que saiam dos fundos de nossa antiga catedral.

Estaquei, subitamente, e, contemplando o velhusco templo, tão preso ao nosso *saudoso passado*, os meus olhos de poeta romântico se encheram de lágrimas.

[...] Foi ali que eu, um dia, entrei, levando pela mão o meu amor, e me casei. Foi ali que os meus filhos e os meus netos, receberam na boca o sal da vida e na cabeça a água lustral do batismo. Foi ali que os pedaços mais queridos do meu coração, que o infortúnio, pela mão da morte m'os levou – receberam as orações e a água cristã que lhes deram entrada no céu. [...]

Ali, naquele templo augusto, viviam pelo menos cinquenta anos de minha existência, e eu via-o agora atacado e ferido pela picareta inconsciente do operário rústico, que nada conhece da vida da cidade antiga!

E via, arrancados àquela terra santa, e que fora cemitério, a enxadadas brutais, as ossadas de muitos dos nossos antepassados, que eram dali *expulsos, como uma espécie nova e singular de despejos*, - como inquilinos que não pagam aluguéis de casa...

Mais de uma hora fiquei, parado, olhando o velho templo, e derramando lágrimas.

Pieguismo? Que o seja!

Como eu, a maior parte da população da cidade há de sentir o desaparecimento da nossa velha igreja, porque não há um habitante da capital que não tenha ali uma relíquia.

São mais de cento e cinquenta anos da crônica da cidade e da vida de nossos avós que são lançados em terra, feitos destroços, transformados em poeira.

[...] Não. Não sou só eu que choro: é quase toda a população. Cada golpe da picareta repercute no coração do nosso povo como punhaladas.

Para que isto?

Para no seu lugar levantar-se um templo rico e majestoso como o de Salomão, para escorraçar do seu recinto os humildes e os pequenos.

[...] Seja!

Que se levante um novo templo, com o suor do povo, que curte misérias, e não sabe o que lhe está reservado ainda, para mostrar que na capital gaúcha a religião é rezada ou praticada opulentamente, é natural; mas a cidade é grande: erigissem-no em outro sítio, deixando de pé a nossa velha Matriz na sua tocante simplicidade, como uma relíquia de antanho.

Apunhalem, mais uma vez, o nosso coração, destruindo tudo o que nos é mais caro, como a velha catedral que é um relicário de ouro, que encerra de todos nós – um sorriso ou uma lágrima.⁹¹

É nesta crônica que Achylles mais mostra o tom de seus escritos pós-1920. O progresso da cidade é desejado pelo cronista, porém este espera que o avanço não interfira naquilo que a cidade antiga tem de bom, qual seja, aquilo no qual possui vínculo afetivo. Cabe lembrar que como ativo republicano e abolicionista, Achylles Porto Alegre desejava a mudança da sociedade e do regime. O progresso de Montauray, no entanto, estava acabando com mais do que era desejado.

É nessas crônicas de reminiscências, também, que Achylles encarna um pouco de Coruja, ao lembrar as ruas antigas e os tipos populares.⁹² Evocando Michelet, para quem “a História é uma ressurreição”, escreve:

A história de nossa formosa cidade tem sido bela e longamente traçada e mesmo retraçada por espíritos de eleição que a este glorioso e lindo trato da terra gaúcha estão ligados pelo berço ou pelo coração e que, por isso, lhe deram largas e proveitosas horas de estudo, meditação e carinhoso cuidado. Desde a sua fundação até a atualidade, a crônica de Porto Alegre está escrita sem falhas, pode-se dizer. A vida da cidade é, pois, conhecida por velhos e moços que aqui nasceram, cresceram, afundaram raízes, floresceram e frutificaram, e, por isso mesmo, amam extremadamente ao berço querido. Não temos portanto a pretensão de, nestas páginas, descobrir a pólvora. Todavia sempre há uma novidade no passado das coisas mais conhecidas, e como o presente apresenta em cada dia um aspecto novo, uma surpresa, um imprevisto e como não raro encerra sempre algo de inédito, de impenetrado, mesmo para os olhos mais perspicazes e observadores, não nos parece impossível encontrar leitores, até entre os que melhormente conheçam a nossa *urbs*, que descubram neste leve trabalho ‘algo de nuevo a mirar’, como diria, pela boca de Fradique Mendes, o fino, irônico e paradoxal Eça de Queiroz.⁹³

Por essa introdução, Achylles lembra seu filho, que havia acabado de lançar a segunda edição de seu livro. Tal como Augusto, Achylles se dedica – baseado em pesquisa nos arquivos e em sua memória e seus conhecimentos de vida – a corrigir alguns erros já assentados sobre a história da cidade, e a adicionar “novas coisas a mirar”. Assim,

⁹¹ PORTO ALEGRE, Achylles. **Jardim de saudades**. Porto Alegre: Oficinas Graphics Wiedemann & Cia, 1921, p. 77-80. Grifos meus.

⁹² No prefácio de Flores entre ruínas, Zeferino Brasil escreve: “Um belo dia, Achylles Porto Alegre fez-se historiógrafo e evocador dos melhores tipos de nosso passado. A sua pena transformou-se numa máquina fotográfica, e aspectos, cenas, e tipo de antanho, apanhados pela sua objetiva fiel, reproduziram-se, nos seus últimos livros, com uma precisão impressionante.” BRASIL, Zeferino. Flores entre ruínas. In: PORTO ALEGRE, Achylles. **Flores entre ruínas**. Porto Alegre: Oficinas Graphics Wiedemann & Cia, 1920, p. 4.

⁹³ PORTO ALEGRE, 1920a, p. 6.

logo diz que uma fotografia muito conhecida e divulgada como sendo uma “vista geral da cidade de Porto Alegre em 1835” não pode ser anterior a 1860, pois aparece representado o teatro São Pedro em atividade, o que só foi ocorrer em junho de 1858, além de que as primeiras fotografias aqui tiradas foram posteriores a 1860. Utilizando este exemplo, Achylles demonstra que mesmo histórias muito consolidadas poderiam ser derrubadas e reescritas.⁹⁴

Sobre os açorianos, propaga o “mito” reforçado por seu filho. Em crônica de 1919, diz que “a fibra açoriana [...] deitou raízes” no porto que foi, por eles, denominado “Porto dos Casaes”, tendo sua descendência “espalhado e multiplicado-se”.⁹⁵ Quanto à questão da data da fundação, diz que “houve uma ligeira discordância de datas, que, entretanto, foi liquidada por historiadores e cronistas”, sendo fora de dúvida que o mesmo se deu em 27 de junho de 1773 sendo que “o princípio de sua fundação se deu em 1742, que foi quando se estabeleceram nesse sítio os sessenta casais açorianos a quem cabe a glória de tão notável empresa”. Consultando os livros de batismo e óbito da cidade antiga, passa a arrolar esses primeiros colonos e seus descendentes. Nada diz sobre Jerônimo de Ornellas ou a sua sesmaria.⁹⁶

Não cita bibliografia, mas dialoga com Coruja e Sebastião Leão, outro velho cronista da cidade.⁹⁷ Não menciona diretamente a seu filho, mas vários trechos da crônica citada são copiados diretamente d’*A Fundação de Porto Alegre*. Biógrafo inicialmente, Achylles retirou o foco das trajetórias dos grandes (porém nunca as abandonou) para priorizar a recriação de um passado que o progresso ia apagando. Junto com Augusto, e com Coruja, trouxe de volta à vida figuras do passado, e içou os açorianos para o posto de primeiros ocupantes desta terra. Criado o “mito”, este passou a ser abordado e aprimorado pelos autores seguintes.

Convém mencionar um trabalho não dedicado à pesquisa histórica para mostrar como a versão defendida pelos Porto Alegre acabou se popularizando. Trata-se a obra de

⁹⁴ PORTO ALEGRE, 1920a, p. 7.

⁹⁵ PORTO ALEGRE, 1919, p. 203.

⁹⁶ PORTO ALEGRE, 1920a, p. 8-10.

⁹⁷ Dr. Sebastião Leão nasceu em Porto Alegre em 1866, sendo contemporâneo de Augusto e Achylles Porto Alegre. Médico, escreveu crônicas sobre a história e os tipos populares da cidade no jornal *Correio do Povo* entre 1895 e 1903, quando faleceu. SPALDING, Walter. Introdução. In: LEÃO, Sebastião. **Datas Rio-Grandenses**. Porto Alegre: Divisão de Cultura, Secretaria de Educação e Cultura, 1962, p. VII-IX; FIGUEIRÓ, Raquel Braun. **Os deslocamentos do Leão: Uma análise da trajetória do médico Sebastião Leão em um contexto racializado – Porto Alegre de 1866 até 1903**. Porto Alegre: Departamento de História/UFRGS, Trabalho de Conclusão de Curso, 2007.

Olympio de Azevedo Lima, intitulada *Recenseamento da População do Município de Porto Alegre*, publicada em 1912. Nela, após apontar os dados do recenseamento recente e compará-los com os anteriores, Azevedo Lima indica alguns apontamentos por ele reunidos sobre a história do município, como homenagem pelo centenário de elevação à cidade. Acaba repetindo os mesmos dados trazidos por Achylles e Augusto: o estabelecimento de 60 casais em 1742 nas praias do porto de Viamão, a partir de então, Porto dos Casais, para onde, em 24/07/1773, seria transferida a capital da Capitania. Esses dados seriam republicados pelo autor em obra de 1922.⁹⁸

Na década de 1930 se começaram a verdadeiramente investigar os colonos açorianos. Em 1931 o general João Borges Fortes publica a obra *Troncos Seculares: O povoamento do Rio Grande do Sul*, onde investiga os primeiros homens a ocupar esse território. De início interessado em escrever a genealogia de seus antepassados, Borges Fortes diz que, ao perceber como estes “troncos seculares” se intercruzavam, passou a pesquisar a história da Capitania, definindo os quatro grupos ou levas migratórias que formaram a base da população: os índios oriundos das Missões, os colonos fugidos de Colônia do Sacramento ou descidos de Laguna, aqueles que se espalharam após a conquista de Rio Grande pelos espanhóis e, por fim, os açorianos.⁹⁹

O autor não trata diretamente da fundação de Porto Alegre, apenas fala de seus primeiros moradores. Nesse sentido, é pioneiro em tratar Jerônimo de Ornellas não como um açoriano, como haviam dito seus antecessores, mas como um lagunista que recebeu carta de sesmaria em 1740, habitando a região que seria ocupada pelos casais.¹⁰⁰ Quanto aos açorianos, Borges Fortes analisa a documentação de entrada destes na Capitania e conclui que aqueles que fundaram o Porto dos Casais não chegaram em 1742, como vinha sendo dito, mas em 1748.¹⁰¹

Graças a essas pesquisas Borges Fortes pode dar prosseguimento à investigação sobre os açoritais, que levaram ao livro *Casaes*, de 1932. Nele analisa em minúcias todo

⁹⁸ LIMA, Olympio de Azevedo. **Dados Estatísticos do Município de Porto Alegre, organizados em 1912, pelo 2º escriptuário**. Porto Alegre: Livraria do Commercio, 1912; LIMA, Olympio de Azevedo. **Recenseamento da População do Município de Porto Alegre, mandado executar pela Intendência Municipal, em Novembro de 1921, e outros apontamentos sobre o mesmo Município, organizados pelo 1º escriptuário**. Porto Alegre: Livraria do Commercio, 1922, p. 54.

⁹⁹ BORGES FORTES, João. **Troncos Seculares: O povoamento do Rio Grande do Sul**. 2ª edição. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 34 e 76-77.

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 40-44.

o processo de migração desses colonos, desde sua saída do Arquipélago dos Açores, a viagem até Santa Catarina, e a posterior dispersão das levas pelo Rio Grande do Sul. Pesquisando a fundo em documentos primários inéditos, o autor põe por terra alguns dos mitos divulgados até o momento. Invocando Sebastião Leão e Augusto Porto Alegre, diz:

Os documentos que vamos compulsando para escrever este trabalho de compilação sobre o povoamento do Rio Grande, nos autorizam a dizer que parece haver confusão na fixação do ano de 1742 para a entrada dos casais açorianos em nossa terra.¹⁰²

O autor atenta para uma questão de terminologia, dizendo que o termo de época “casaes” não pode ser confundido com “casaes de numero”, aqueles sendo colonos açorianos quaisquer, e esses sendo os vindos a partir de 1747 por vontade de D. João V.¹⁰³ Como já havia dito na obra anterior, se haviam açorianos no porto de Viamão em 1742, esses eram apenas “casaes”.

Informa que em 1752 desembarcaram no porto de Rio Grande 278 famílias provindas de Santa Catarina e destinadas às Missões. Com o início da Guerra Guaranítica, a intenção de manda-los ocupar o interior do Continente foi abandonada, e a primeira iniciativa do governo foi instalá-los de modo temporário onde fosse possível. Alguns ficaram no porto de Rio Grande, outros foram enviados aos Campos de Viamão, extensa área que constituía quase toda a Capitania, com exceção das Missões e dos fortes ao sul. É nesse contexto que se encontram alguns arranchados “em o sítio do Dornelles no districto de Viamão”, ou seja, nas terras de Jerônimo de Ornellas.¹⁰⁴ Sobre Ornellas, diz ser “o primeiro povoador do local em que está agora Porto Alegre, tendo recebido carta de sesmaria concedida pela câmara de Laguna em 1747”.¹⁰⁵

Desse “miserável rancho de pescadores”, criado em 1752, “se formou a primeira cellula” da Capital. Ornellas vendeu sua propriedade em 1762 para Inácio Francisco, que permitiu aos casais construir um oratório dedicado a São Francisco na praia que ocupavam. Citando Augusto Porto Alegre, Borges Fortes diz ter sido esse o primeiro templo católico da localidade. Diz o autor que com José Marcelino as terras de Inácio Francisco foram expropriadas e divididas entre os casais, com exceção do local em que estava sua sede de estância.¹⁰⁶

¹⁰² BORGES FORTES, João. **Casaes**. Rio de Janeiro: Edição do Centenário Farroupilha, 1932, p. 79-81.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 81-82.

¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 123-126.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 144.

¹⁰⁶ BORGES FORTES, 1932, p. 191-203.

Assim, com pesquisa em novas fontes documentais, Borges Fortes reescreve parte da história herdada de Augusto Porto Alegre: haveria colonos no porto em 1742, mas não eram os açorianos de Sua Majestade, esses só chegariam em 1752; Jerônimo de Ornellas deixa de ser um chefe de família açoriano para se tornar o primeiro morador do que seria Porto Alegre; e a capela de São Francisco seria construída após 1762, e não quando da chegada de frei Faustino, que sequer é citado pelo autor.

1.3 A década de 1940: Walter Spalding e o germe do primeiro bicentenário

No primeiro semestre de 1939, a Prefeitura Municipal, através do prefeito Loureiro da Silva, cria o “Boletim Municipal”, documento impresso que “divulgará todos os atos do governo municipal, uma série de documentos e ensaios documentados sobre a história política, social e econômica do município, bem como amplo noticiário do que de mais importante houve durante o período que mediará entre um e outro número desta publicação”. À época, o Diretor do Arquivo e Biblioteca Municipal, que editava o Boletim, era Walter Spalding.¹⁰⁷

Spalding nasceu em 1901 e veio a falecer em Porto Alegre em 1976. Grande pesquisador da história gaúcha e portoalegrense, publicou mais de duzentos trabalhos entre 1922 e 1969. Ativo, participou de diversos centros de pesquisa e organizou eventos:¹⁰⁸

Prof. em P. Alegre: desde 1931. Bibliotecário da Diretoria do Arquivo Municipal de P. Alegre: 1937-38. Diretor do Arquivo e Biblioteca Municipal de P. Alegre: 1939-63, aposentando-se nesse último ano. Poeta, historiador, contista, genealogista, biógrafo, crítico literário, cronista e teatrólogo. Membro da Academia Rio-Grandense de Letras, 2ª fase, da qual era o presidente ao se extinguir em 1944; do IHGRGS; e do Instituto Brasileiro de Genealogia. Foi o organizador do Pavilhão Cultural da Exposição Comemorativa do Centenário Farroupilha, P. Alegre: 1935.¹⁰⁹

Não está escrito, mas pode-se dizer que o *Boletim Municipal* foi iniciativa de Spalding, que dedicou todos os seus trabalhos de pesquisa a atacar aqueles a quem

¹⁰⁷ BOLETIM Municipal, vol. 1, ano 1, n. 1, p. 2, 1º semestre de 1939. In: IHGRGS. **A História de Porto Alegre no Boletim Municipal**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2009. 1 CD-ROM.

¹⁰⁸ VILLAS-BOAS, Pedro. Walter Spalding. 1974. In: IHGRGS. **A História de Porto Alegre no Boletim Municipal**. Porto Alegre: IHGRGS, 2009. 1 CD-ROM; NEVES ALVES, Francisco das. Walter Spalding. In: IHGRGS. **A História de Porto Alegre no Boletim Municipal**. Porto Alegre: IHGRGS, 2009. 1 CD-ROM.

¹⁰⁹ MARTINS, Ari. Walter Spalding. 1978. In: IHGRGS. **A História de Porto Alegre no Boletim Municipal**. Porto Alegre: IHGRGS, 2009. 1 CD-ROM.

considerava maus historiadores, isto é, os que escreviam sobre a história imaginando “a seu bel prazer, satisfazendo apenas suas tendências e caprichos, contrariando provas e fatos”.¹¹⁰ No primeiro número do *Boletim*, Spalding publica artigo intitulado “O Município de Porto Alegre”, no qual descreverá a situação urbana da cidade à época, sua geologia, clima, flora, fauna, hidrografia, e história, desde a ocupação indígena até 1937.¹¹¹

Sobre a fundação da cidade, escreve:

Há grande divergência na data da fundação de Porto Alegre, sendo considerada, principalmente, a de 24 de julho de 1773. Entretanto, Porto Alegre é muito mais antiga, datando sua fundação de 1740, ano em que foi criado “Porto de Viamão” por Jerônimo Dornelas Vasconcelos e Menezes, proprietário no morro da Senhora de Santana.¹¹²

Citando descrição de um militar que, em 1754, passando pelo porto, viu um “arroio [i.e. arraial] de casa de palha habitadas por casais das ilhas”, Spalding é categórico em dizer que isto:

[...] prova que nossa formosa capital não foi fundada por José Marcelino de Figueiredo, como dizem, e sim pelos *casais das ilhas*, que foram os primeiros povoadores, provavelmente por solicitação de Jerônimo Dornelas Menezes e Vasconcelos, primeiro ‘donatário’ dos terrenos em que assenta a parte mais antiga de Porto Alegre. [...] Mas qual a data verdadeira da fundação de Porto Alegre?¹¹³

Como já se viu até aqui, todos os autores, com exceção de Manuel Antônio de Magalhães, informavam a existência desse arraial antes de 1773, mas, novamente, todos, sem exceção, creditavam a fundação da cidade a José Marcelino. Spalding, nesse artigo, aproveita a contribuição de Borges Fortes, que tirou Jerônimo de Ornellas do anonimato,

¹¹⁰ NEVES ALVES, 2009.

¹¹¹ SPALDING, Walter. O Município de Porto Alegre. *Boletim Municipal*, vol. 1, ano 1, n. 1, 1º semestre de 1939, p. 121-162. In: IHGRGS. **A História de Porto Alegre no Boletim Municipal**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2009. 1 CD-ROM.

¹¹² *Ibid.*, p. 134.

¹¹³ *Ibid.* Grifo no original.

e inverte toda a produção histórica existente até então.¹¹⁴ Partindo de Borges Fortes, vai atrás da carta de sesmária de Ornellas, que Fortes só cita, e a transcreve na íntegra:¹¹⁵

Se nos quisermos guiar pelos primeiros povoadores, aqueles casais açoritados de que fala o cronista do “arroio de casas de palha”, teremos o ano de 1752, apenas. Entretanto, *a nosso ver*, a data de fundação deve ser anterior e julgamos que deve ser aquela em que o terreno foi concedido a Jerônimo Dornelas Vasconcelos e Menezes, graças a quem teve início o seu povoamento.¹¹⁶

Apesar de não haver qualquer menção à intenção de povoamento por parte de Ornellas em sua carta de sesmária, o autor é firme em sustentar o ano de 1740 como inicial para a cidade. Em nota cita informação de Borges Fortes, sobre a existência da carta de sesmária de Sebastião Francisco Chaves, dada em 1736. Em *Troncos Seculares*, Borges Fortes informara que Sebastião Chaves era lindeiro de Ornellas.¹¹⁷ Apesar dessa sesmária ser anterior a de Ornellas, por ter sido nas terras de Jerônimo onde os casais se assentaram, é a ele que Spalding credita o título de fundador, tendo, porém, o cuidado de salientar:

Porto Alegre não tem data de fundação. Não se sabe quando foi fundada. Quer, porém, parecer-nos que, à falta de outra data mais precisa – e já que uma devemos adotar, a de 5 de novembro de 1740 é a mais plausível. Não há dúvida que tal data é discutível. O que, porém, não pode continuar é a comemoração do 24 de julho como data da fundação. Esta data está completamente errada, mesmo para os que querem que a comemoração seja feita quando passou a denominar-se Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre¹¹⁸.

[...] Ora, como fundar não quer dizer povoar e, menos ainda, mudar de orago, quer parecer-nos que Porto Alegre foi, em verdade, fundada no dia em que Jerônimo Dornelas Vasconcelos e Menezes, recebeu, de fato, a carta de sesmária das terras que já ocupava desde 1732, - isto é:

¹¹⁴ No principal guia genealógico do Rio Grande do Sul, publicado em 1937 (anterior, portanto, do Boletim Municipal, mas posterior à Revista do Arquivo Público Mineiro, de 1933, de onde Spalding copiou a carta de sesmária de Ornellas), há um verbete sobre Jerônimo, no qual este é identificado como “um dos primeiros povoadores da Capitania de São Pedro” sendo que “uma de suas fazendas ocupava a área onde hoje está situada a Cidade de Porto Alegre”. Esse guia, como é de praxe nas publicações genealógicas, tem sempre a preocupação de exaltar os feitos daqueles que biografá e, no entanto, não atribui caráter fundador ao sesmeiro, que só consta aqui por ser “Fidalgo madeirense”. Vê-se que a atribuição de fundador é atribuída apenas por Walter Spalding. CARVALHO, Mário Teixeira de. **Nobiliário Sul-Riograndense**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937, p. 183-184.

¹¹⁵ Em 1928, Lygia Feu de Carvalho, membro e esposa do diretor do Arquivo Público Mineiro transcreveu documentos relacionados à “demarcação do sul do Brasil pelo governador e capitão general Gomes Freire de Andrada, 1752-1757”, compostos de “registros de cartas, portarias, instruções, provisões, nombramentos e sesmarias relativas a colônia”. Dentre os documentos, está a primeira transcrição completa conhecida do “registro de hua carta de Sesmária confirmada por S. Magestade pertencente a Jeronimo Dorneles de Menezes”. Os documentos foram publicados em 1933 na revista do Arquivo. ARQUIVO Público Mineiro. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano XXIV, Vol. 1, 1933, p. 63-66.

¹¹⁶ SPALDING, 2009, p. 135. Grifos meus.

¹¹⁷ BORGES FORTES, 1931, p. 56.

¹¹⁸ SPALDING, 2009, p. 136.

5 de novembro de 1740. Não vai, no que dissemos, afirmativa. Simples conjectura que deixamos entregue à apreciação de nossos doutos historiógrafos e leitores.¹¹⁹

O autor coloca a construção da capela de São Francisco em 3/12/1747 e a elevação à freguesia em 18/01/1773. Sustenta a data da transferência da capital para o porto em 24 de julho de 1773, dizendo que “muito, entretanto, fez Marcelino pela nova capital, transformando-a completamente e preparando-a para ser elevada à categoria de vila”.¹²⁰

O artigo de Spalding, por suas informações inéditas e argumentos incomuns, chamou a atenção da Administração Municipal, que enviou a seguinte mensagem ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS):

Havendo algumas controvérsias em torno da data de fundação da cidade de Porto Alegre, e querendo esta Prefeitura assinalar com festivas comemorações a passagem do 2º centenário da cidade, solicito a esclarecida colaboração desse Instituto, no sentido de ser precisada a efeméride com os dados mais positivos que se consigam coligir.¹²¹

O ofício do Prefeito foi encaminhado à Comissão de História do Instituto, que produziu parecer assinado por Jaci Antônio L. Tupi Caldas. No texto, Tupi Caldas afirma ter examinado “não só todos os textos publicados e constantes no fichário da biblioteca do Instituto, mas ainda todas as atas da Câmara da Vila”, além de ter consultado documentos originais do Museu Julio de Castilhos, entre outros. Apesar de parecer pouco provável ter sido tamanha massa documental pesquisada em onze dias, o relator concluiu o pedido em 31 de outubro, dizendo:

Do exposto, chegamos às duas conclusões seguintes: 1º) [...] a efeméride de 5 de novembro de 1740 recorda a origem de povoação local; na data de 5 de novembro *podemos* realizar o culto cívico, em memória, dos “pioneiros” da colonização da gleba porto-alegrense. 2º) A data de 24 de julho de 1773 *deve merecer* culto cívico, porque recorda a “*fundação da cidade*” de Porto Alegre, isto é, a inauguração de um “novo lugar” construído para a instalação da capital da Capitania do Rio Grande de São Pedro, com a segurança que há na ação do Governo e na influência dos agentes do meio físico, condicionando o trabalho na órbita do municipalismo. Essas conclusões de ajustam perfeitamente à verdade *histórica*.¹²²

¹¹⁹ SPALDING, 2009, p. 138.

¹²⁰ Ibid., p. 143-149.

¹²¹ Ofício nº 466 de 20 de outubro de 1939 de José Loureiro da Silva ao IHGRGS. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL – IHGRS. A fundação de Porto Alegre e o IHGRS. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IHGRGS, n. 21, 1975, p. 13.

¹²² Parecer de Jaci Tupi Caldas e Pe. Luis Jaeger de 31 de outubro de 1939, relativo à data da Fundação da Cidade de Porto Alegre. IHGRS, 1975, p. 15-19. Grifos meus, com exceção do último, que é do autor.

O texto é enviado para crítica dos membros do Instituto, recebendo pequenas correções do genealogista Mário Teixeira de Carvalho em 14 de novembro, porém sem alterar seu conteúdo factual. Em 23 de novembro, no entanto, a Diretoria do Instituto envia ao Prefeito versão resumida e alterada do relatório original de Caldas, assinada por Walter Spalding, Leonardo Macedônia, Olinto Sanmartin e A. G. Lima.

A versão recebida por Loureiro da Silva afirmava que “sendo a data mais antiga que a história documentadamente registra, a de 5 de novembro de 1740, deve ser ela comemorada [...] como sendo a *data inicial*, ponto de partida, isto é: de colonização”:

Resumindo: São datas máximas da evolução de Porto Alegre:

1º) 5 de novembro de 1740 – colonização – data que *deve merecer atenção especial* pois que de *grande significado*.

2º) 24 de julho de 1773 – fundação *jurídica* da cidade e instalação da nova capital do Rio Grande, data *também* de grande importância, especialmente *para o Estado*.¹²³

Esse ofício, não aprovado pelos demais membros do Instituto, invertia as conclusões de Tupi Caldas ao dar mais relevância à 1740, seguindo assim, não a tradição de 1773, que o IHGRGS defendia desde seus primórdios, mas sim aquilo apresentado por Spalding no início do ano de 1939 em seu *Boletim Municipal*. O efeito imediato do segundo parecer foi a comemoração, em novembro de 1940, do segundo bicentenário da cidade, contando com a participação de Getúlio Vargas.¹²⁴

No plano Municipal, uma das principais realizações do bicentenário, no quesito produção e divulgação de conhecimento histórico, foi a promoção do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia, para recordar “à geração presente e aos vindouros a obra magnífica dos antepassados, que fundaram e desenvolveram a povoação, que hoje é a bela cidade de Porto Alegre”.¹²⁵ Realizado entre 5 e 16 de novembro daquele ano, faz

¹²³ Ofício de 23 de novembro de 1939 de Walter Spalding, Leonardo Macedônia, Olinto Sanmartin e A. G. Lima ao Prefeito Loureiro da Silva. IHGRGS, 1975, p. 22. Grifos meus.

¹²⁴ Cabe lembrar que, cinco anos antes, em 1935, comemorou-se no Rio Grande do Sul o primeiro centenário da Revolução Farroupilha, também cercado de grandes eventos e celebrações. Nele, aproveitando-se o contexto do Golpe de 1930 e a ascensão de um gaúcho ao mais alto posto do país, buscou-se uma afirmação do RS um Estado em pleno desenvolvimento, e digno de ocupar o lugar antes reservado aos paulistas na política nacional. As comemorações de 1940 vinham, então, no embalo das anteriores, ao exaltar mais uma vez a cidade de Porto Alegre, e todo o território gaúcho, em unidade com o progresso do país. PROJETO UNIARQ. **Arquitetura Comemorativa**: Exposição do Centenário Farroupilha 1935. Porto Alegre: Faculdade de Arquitetura; UFRGS, 1999.

¹²⁵ MACEDÔNIA, Leonardo. Prefácio. In: IHGRGS. **Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia**: Comemorativo ao Bi-centenário da colonização de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, vol. 1, 1940a, p. VII-IX.

o discurso de abertura o Dr. Leonardo Macedônia, Presidente do IHGRGS. Esse fato assinala uma cisão interna dentro do Instituto,¹²⁶ que discutirá ao longo das três décadas seguintes a respeito da data correta da fundação.¹²⁷

Os trabalhos no III Congresso foram divididos em sete seções: Paleontologia, arqueologia, etnografia e antropologia; Povoamento, entradas, sesmeiros, genealogia e heráldicas, biografias; Geologia, geografia, fauna, flora e clima; Agricultura, indústria e comércio; Ciências, artes, letras, religião e ensino; História de Porto Alegre; e Avulsos. Dezenove trabalhos tratavam diretamente de Porto Alegre e sua história. Destes, selecionei alguns que dialogam com o presente texto.¹²⁸

Laura Cepollaro, arquivista do Museu Júlio de Castilho, apresenta uma lista de documentos, produzidos entre 1755 e 1782 por ou sobre casais açorianos, na tentativa de “prova à ação civilizadora dos casais, que se estabeleceram em solo sulriograndense, no século XVIII”.¹²⁹ Walter Spalding, na figura do Diretor do Arquivo Municipal, oferece “cinco documentos interessantes” sobre o final do século XVII e inícios do século XVIII, um dos quais suportando a sua tese de que os primeiros sesmeiros estavam em Porto Alegre muito antes do que é dito.¹³⁰ Em ambos, a preocupação de se encontrar nos

¹²⁶ Para marcar essa cisão, é marcante o discurso de Macedônia na abertura do evento: “Inicia o povoamento o bravo e destemeroso Jerônimo de Ornelas Meneses e Vasconcelos. Prospera o pequeno povoado. Casais de lusitanos, dos Açores e da Madeira chegam esperançados em constituir um novo lar. [...] Progride a cidade nascente. Nela impera o grande organizador Brigadeiro José Marcelino de Figueiredo.” MACEDÔNIA, Leonardo. Discurso de Abertura do III Congresso Sul Riograndense de História e Geografia. In: IHGRGS. **Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia: Comemorativo ao Bi-centenário da colonização de Porto Alegre.** Porto Alegre: Prefeitura Municipal, vol. 1, 1940b, p. CXXIX-CXXXIII.

¹²⁷ Para Charles Monteiro, será o IHGRGS que ocupará lugar central na cena historiográfica sobre Porto Alegre até a década de 1970, como detentor oficial da memória local. Tanto o é que apesar de diferentes versões para quem foram os fundadores ou colonizadores iniciais da cidade surgirem entre 1921 (data de criação do Instituto) e 1970, quase todos aqueles que escreveram sobre, eram membros do IHGRGS. Por exemplo, Walter Spalding, Souza Docca e Ruben Neis, cada qual com a sua versão para a fundação, eram todos colegas. Para uma maior discussão a respeito, ver MONTEIRO, 2006, p. 51-57.

¹²⁸ Para Monteiro, o evento e a posterior publicação dos Anais, representados por 2978 páginas divididas em quatro volumes, “constituiu um marco na produção historiográfica local”, sendo esta “uma narrativa exemplar baseada na crítica de autenticidade e na citação de documentos oficiais inéditos, assinados por autoridades políticas, administrativas e militares reconhecidas e com datação mais recuada possível”, sendo os casais açorianos amplamente citados. MONTEIRO, 2006, p. 89-134. Grifo meu.

¹²⁹ CEPOLLARO, Laura J. Casais (Algumas notícias de açorianos). In: IHGRGS. **Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia: Comemorativo ao Bi-centenário da colonização de Porto Alegre.** Porto Alegre: Prefeitura Municipal, vol. 2, 1940, p. 43-58.

¹³⁰ SPALDING, Walter. Cinco documentos interessantes. In: IHGRGS. **Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia: Comemorativo ao Bi-centenário da colonização de Porto Alegre.** Porto Alegre: Prefeitura Municipal, vol. 2, 1940a, p. 171-185.

documentos os indícios mais antigos de povoação estável possíveis. Outros dois textos se destacam dos demais.

O primeiro é de Deoclécio de Paranhos Antunes, que escreve sobre a “Porto Alegre no século XVIII”. Nele, o autor segue os passos de Borges Fortes, ao colocar o ano de 1732 como início das sesmarias em Viamão, destacando, entre outros que havia na mesma época e região, a de Jerônimo de Ornellas, confirmada em 5 de novembro de 1740. Essa data é designada pelo autor como o início da colonização de Porto Alegre, por Jerônimo ter reunido ao seu redor seus filhos, agregados, escravos e arrendatários. Coloca os casais açorianos em primeiro plano, dizendo que é mais provável que tenham chegado em 1751, e não em 52 como se ia dizendo. Esses formariam a base da população e teriam dado prosseguimento à “obra de Ornellas”. A capela, de 1747, teria sido feita pela gente de Ornellas. Posiciona a construção da igreja Matriz em 1772, e no ano seguinte, a mudança de orago e transferência da capital. Seguindo o teor do Congresso, José Marcelino é visto como dando continuidade ao trabalho de colonização iniciado por Ornellas, dito como “agente civilizador”.¹³¹

Walter Spalding, que fazia parte do comitê de avaliação do Congresso, diz que o texto de De Paranhos Antunes é “sem maiores novidades da história de Porto Alegre no século XVIII”, e com “afirmativas que devem ser contestadas”, como a vinda dos casais em 1751. Apesar disso, se trata de um estudo “digno de encômios e representa boa contribuição para o estudo definitivo” da história da cidade.¹³²

O segundo trabalho é fruto do autor do parecer oficial de 1939. Tupi Caldas vai escrever sobre “Porto Alegre – Síntese Histórica – De estância à capital”, falando do

¹³¹ Uma das interessantes – ainda que errônea – contribuições do autor nesse artigo é a projeção de como seria o traçado urbano de Porto Alegre em 1772, época em que, segundo ele, foram demarcadas as ruas e as praças do “novo lugar”. Na ausência de representação cartográfica original do período, o autor desenha as ruas citadas em documentos de todo o século XVIII, colocando-as como se fossem contemporâneas entre si. DE PARANHOS ANTUNES, Deoclécio. Porto Alegre no século XVIII. In: IHGRGS. **Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia**: Comemorativo ao Bi-centenário da colonização de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, vol. 3, 1940, p. 1039-1069. Na década de 1980, essa hipótese cartográfica será redesenhada por Clóvis Silveira de Oliveira e ganhará contornos de verdade, sendo frequentemente reproduzida como “Planta de Porto Alegre de 1772”. OLIVEIRA, Clóvis Silveira de. **A Fundação de Porto Alegre**: Dados Oficiais. Porto Alegre: Gráfica Norma, 1987.

¹³² SPALDING, Walter. Parecer sobre a monografia de De Paranhos Antunes. In: IHGRGS. **Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia**: Comemorativo ao Bi-centenário da colonização de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, vol. 1, 1940b, p. CCLI-CCLIII.

período de 1740 a 1773.¹³³ É um trabalho de grande profundidade teórica e pesquisa documental, destacando-se entre os demais do congresso. Destaca Ornellas de dentre os outros sesmeiros pela posição geograficamente privilegiada de suas terras, em comunicação fluvial com o interior do Continente. Sobre a gente que habitava a sesmaria, diz:

Na propriedade rural de Ornelas e Menezes estiveram, sem dúvida, *arranchados* moradores de várias procedências, principalmente da Colônia do Sacramento, do Rio Grande de São Pedro, de Laguna, de Curitiba, de Sorocaba e mesmo ilhéus da Madeira e dos Açores.¹³⁴

A capela criada em 1747, e o capelão chegado em 1752, seriam ambos para serviço da família de Ornelas e dos “novos povoadores”, chegados a partir da Provisão Real de 1747 que regulava a vinda dos casais de número para as terras do Sul. Tupi Caldas, assim como Paranhos Antunes, elabora duas plantas a partir dos documentos pesquisados, uma com a localização das Sesmarias dos Campos de Viamão, e outra, com a Sesmaria de Ornellas repartida em datas para os casais em 1772. O “novo lugar”, ou vila de Porto Alegre, seria inaugurado em 24 de julho de 1773, confirmando as informações passadas pelo autor em seu parecer do ano anterior, e renegando, por assim dizer, a *raison d'être* do III Congresso.¹³⁵

Mas Tupi Caldas foi exceção vencida. Ornellas, que até 1931 era figura anônima, foi consolidado pela Municipalidade e por Spalding como fundador da cidade. Paralelamente ao III Congresso, o governo de Loureiro da Silva patrocinou diversas publicações em comemoração aos duzentos anos. A primeira delas foi a reedição de algumas das crônicas e perfis feitos por Achylles Porto Alegre, buscadas de 14 livros do autor e reunidas em um volume organizado por Deusino Varela, que *corrigiu* alguns dos *erros* do cronista.¹³⁶ Na reedição do conto “Porto Alegre de ontem e de hoje”, publicado

¹³³ TUPI CALDAS, Jaci. Porto Alegre – Síntese Histórica – De estância à capital. In: IHGRGS. **Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia**: Comemorativo ao Bi-centenário da colonização de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, vol. 3, 1940a, p. 1527-1570.

¹³⁴ TUPI CALDAS, 1940a, p. 1539. Grifo do autor.

¹³⁵ TUPI CALDAS, 1940a, p. 1556-1557.

¹³⁶ Das 118 crônicas selecionadas por Varela, estranhamente, não está “Os açorianos”, na qual o autor cristaliza o “mito” de origem da cidade, publicada em PORTO ALEGRE, 1919; VARELA, Deusino (Org.) **História Popular de Porto Alegre**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1940. Essa obra é citada em todos os lugares como sendo de autoria de Achylles Porto Alegre, porém acredito – como consta no corpo deste texto – que isso se trata de um erro, motivo pelo qual coloquei aqui Varela como seu organizador.

em 1940 com o título de “Histórico da Cidade”, Varela faz quatro notas explicativas, duas das quais nos interessam.¹³⁷

Onde Achylles diz que a cidade “foi fundada a 27 de julho de 1773”, o organizador informa ao leitor de 1940 que “nessa data foi a capital transportada de Viamão para Porto Alegre, conforme ofício da mesma data do governador da Província Coronel José Marcelino de Figueiredo”.¹³⁸

A segunda atualização de Achylles às novas diretrizes historiográficas está quando este diz que os casais chegaram em 1742. Intervém Varela, dizendo que “segundo documentos oficiais ultimamente encontrados, a chegada dos açorianos deu-se em 1752”.¹³⁹ O organizador também acrescentará alguns sumários históricos para melhor orientar o leitor moderno nas *paisagens mortas* de Achylles.

Outra publicação patrocinada pelo governo municipal foi *Imagens Sentimentais da Cidade*, de Athos Damasceno Ferreira, vencedor do 1º prêmio no concurso “Roteiro Sentimental, instituído pela Prefeitura Municipal, em comemoração ao Bi-Centenário”.¹⁴⁰ O autor, nascido em 1902, irá se utilizar das obras de Manoel Antônio de Magalhães, Coruja, Augusto Porto Alegre, Achylles Porto Alegre, Olympio de Azevedo Lima, Borges Fortes, Walter Spalding, jornais antigos, relatos de viajantes e documentos oficiais para traçar um “relato sentimental” da cidade velha e suas transformações. Num relato com ar de ficção, Athos Damasceno, poeta e literato, vai falando de sua cidade, dos tipos populares e da vida social de outros tempos. Não cita Ornellas, mas os açorianos são apontados a todo momento como sendo a raiz da população atual. Marcelino de

¹³⁷ Charles Monteiro também destaca a supressão de alguns trechos da crônica original por Varela, por exemplo, um longo parágrafo em que Achylles aponta erros de datas em uma publicação oficial: “A supressão dessas quatro páginas do texto original por Deusino, deveu-se provavelmente à dificuldade do autor em manter toda uma discussão sobre datas, que já haviam sido revisadas em 1940. Com essa supressão, não seria necessário explicar a questão em notas de rodapé. Isso poderia terminar confundindo o leitor ou evidenciando as controvérsias entre os historiadores acerca dessas datas, bem como a arbitrariedade desse tipo de explicação. Ao cortar esse trecho da obra, Deusino escamoteava o processo permanente de releitura, crítica e reescritura da historiografia sobre a cidade”. Essa interpretação de Monteiro só reforça o caráter manipulador da memória que teve a compilação (e correção) das crônicas de Achylles em 1940. MONTEIRO, 2006, p. 163.

¹³⁸ VARELA, 1940, p. 8.

¹³⁹ Ibid., p. 9.

¹⁴⁰ FERREIRA, Athos Damasceno. *Imagens Sentimentais da Cidade*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1940.

Figueiredo é tratado rapidamente, por seu nome de batismo¹⁴¹, e indicado apenas como quem transferiu a capital.¹⁴²

Walter Spalding também lançou o volume *Porto Alegre – Retrato de uma Cidade*, contendo cem fotografias de W. Hoffmann Harnisch Filho, mostrando a cidade velha, mas, principalmente, a cidade nova que surgia, intercaladas com pequenos textos seus. Na “História Sintética da Cidade”, que abre o volume, Spalding firma novamente sua versão dos fatos: Ornellas foi o fundador da cidade quando, a partir de 1732 (porém só oficializado em 1740), fixou residência com sua família e agregados nas terras da atual cidade.¹⁴³

Riopardense de Macedo informa que Spalding, numa bela manobra de manipulação histórica, ajudou a associar a figura de Loureiro da Silva à Jerônimo de Ornellas, tornando o primeiro descendente do “fundador”. Spalding teria descrito como deveria ser a figura de Ornellas para que Fernando Corona, escultor, fizesse o medalhão comemorativo dos 200 anos, e ambos usaram o perfil do Prefeito para dar as feições do sesmeiro.¹⁴⁴

O Governo Nacional participou com a publicação da monumental obra *Porto Alegre – Biografia duma Cidade*, que contava com o subtítulo “Monumento do Passado, Documento do Presente, Guia do Futuro”.¹⁴⁵ O livro seria “número inicial de uma série de monografias [...] cujo programa é pôr em evidência [...] as várias cidades do Brasil [...] que tem vivido sob a palpitação constante de um anelo de paz e tolerância, sob a inspiração do símbolo imutável que brasona o céu da Pátria”.¹⁴⁶

¹⁴¹ O verdadeiro nome de Marcelino de Figueiredo era Manoel Jorge Gomes de Sepúlveda. Após ter causado a morte de um oficial escocês, o militar muda de nome e é transferido secretamente para o Brasil por ordem da Coroa. Para mais detalhes, ver KÜHN, Fábio. Um governador em apuros - A trajetória administrativa de José Marcelino de Figueiredo (Rio Grande de São Pedro, 1769-1780). In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Orgs.). **Temas Setecentistas: Governos e populações no Império Português**. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2009, p 171. Disponível em <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Um-governador-em-apuros-F%C3%A1bio-K%C3%BChn.pdf>. Acesso em 4 nov. 2015.

¹⁴² *Ibid.*, p. 180.

¹⁴³ SPALDING, Walter. **Porto Alegre – Retrato de uma Cidade**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1940c, p. 5.

¹⁴⁴ MACEDO, 2004, p. 20; FRANCO, Álvaro; COUTO E SILVA, Morency; SCHIDROWITZ, Léo Jerônimo (Orgs.) **Porto Alegre: Biografia duma cidade**. Porto Alegre: Tipografia do Centro S.A., 1940, p. 334-335. Tupi Caldas, do mesmo modo, anexou ao seu trabalho apresentado ao III Congresso, uma “nota genealógica” trazendo o “parentesco da Exma. Esposa e filhos do Prof. Jaci Antônio Louzada Tupi Caldas, em linha reta ascendente das pessoas geradas de Dom Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos”, que seria ancestral em sétimo grau do historiador. TUPI CALDAS, 1940a, p. 1563.

¹⁴⁵ FRANCO; COUTO E SILVA; SCHIDROWITZ, 1940.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 15-16.

Monumento de divulgação da nação unificada sob o regime Vargas,¹⁴⁷ o primeiro volume da série saiu sobre Porto Alegre por coincidir com as comemorações. Não se menciona o mês da publicação, mas, por conter diversas fotos do festejo do bicentenário, ocorreu após este e ao III Congresso. Muitos dos textos apresentados no Congresso são reproduzidos na obra, com o acréscimo de fotografias e fac-símiles de pinturas. É dividido em três grandes partes: Na primeira são trazidos os aspectos gerais de Porto Alegre; na segunda, seu passado; e na última, a com maior extensão, seu presente e futuro. Abrindo a seção sobre o “passado”, está um artigo de Spalding, reafirmando tudo já dito por ele no III Congresso.¹⁴⁸ Há, também, um artigo de Tupi Caldas, fazendo o mesmo.¹⁴⁹

A contribuição mais interessante nesta obra é o artigo do padre João Maria Balém, Cura da Catedral Metropolitana, que escreve sobre “A Paróquia de Nossa Senhora Madre de Deus (1772-1940)”, trazendo o até então inédito olhar religioso para a questão da fundação da capital.¹⁵⁰ Balém retrocede ao início da igreja católica no Brasil e no Rio Grande do Sul, lembrando que o Bispado de São Paulo, no século XVIII, recomendou ao Brigadeiro José da Silva Paes que, nas povoações que criasse no Continente, “assinalasse um quadrado de terra para praça, de quinhentos palmos de face onde em um dos lados se

¹⁴⁷ Os trabalhos do III Congresso também foram de encontro ao projeto nacional de unificação do país, lançado por Getúlio Vargas. Para Sarah Silva, é “no contexto da Campanha de Nacionalização empregada pelo governo federal a partir de 1939, [que] as discussões sobre a presença imigrante branca europeia no Rio Grande do Sul, em comparação aos demais estados da federação, emprestaram ao conclave sulino um significado especial quanto às possibilidades de definição do lugar social dos afro-descendentes nas histórias regionais [...]” SILVA, Sarah Calvi Amaral. **Africanos e afro-descendentes nas origens do Brasil: Raça e Relações raciais no II Congresso Afro-brasileiro de Salvador (1937) e no III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia do IHGRS (1940)**. Porto Alegre: PPG História/UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2010, p. 29. Já Leticia Nedel destaca a vontade dos intelectuais gaúchos reunidos no encontro de escreverem histórias que os anexasse, de fato, à trajetória da Nação, ao analisar a presença de Gilberto Freyre no evento: “o recifense [Freyre] [...] ocupava-se da menos tropical [das regiões brasileiras] e da mais tardiamente incorporada ao império colonial português. Uma área conhecida, para desgosto de seus representantes, como o limite daquela civilização, o estado mais ‘estrangeiro’ do Brasil [...]. E talvez tenha sido esta a maior revelação trazida a Freyre pelos gaúchos que conheceu: a decisão de se fazerem representar, a qualquer preço, dentro de limites luso-brasileiros”. NEDEL, Leticia. A recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 13, 2007, p. 86.

¹⁴⁸ SPALDING, Walter. História da Cidade de Porto Alegre por dois séculos. In: FRANCO, Álvaro; COUTO E SILVA, Morency; SCHIDROWITZ, Léo Jerônimo (Orgs.). **Porto Alegre: Biografia duma cidade**. Porto Alegre: Tipografia do Centro S.A., 1940d, p. 81-112.

¹⁴⁹ TUPI CALDAS, Jaci. Colonato Lusitano em Porto Alegre. In: FRANCO, Álvaro; COUTO E SILVA, Morency; SCHIDROWITZ, Léo Jerônimo (Orgs.). **Porto Alegre: Biografia duma cidade**. Porto Alegre: Tipografia do Centro S.A., 1940b, p. 126-131.

¹⁵⁰ BALÉM, João Maria, Padre. A Paróquia de Nossa Senhora Madre de Deus (1772-1940). In: FRANCO, Álvaro; COUTO E SILVA, Morency; SCHIDROWITZ, Léo Jerônimo (Orgs.). **Porto Alegre: Biografia duma cidade**. Porto Alegre: Tipografia do Centro S.A., 1940, p. 379-401.

pusesse a igreja”.¹⁵¹ É essa recomendação que irá sustentar a existência de capela no Porto dos Casais para o autor.

Balém não especifica o ano de chegada dos casais no porto de Viamão, mas diz que foi na década de 1750. Sugere sem citar fontes que a capela já existia em 1741, e não atribui qualquer caráter fundador a Ornellas, a quem mal cita. O mesmo faz a José Marcelino. O foco de seu artigo é a Igreja e as ações religiosas, portanto passa por cima de toda a discussão sobre a origem da administração secular na vila de Porto Alegre no século XVIII. Credita a construção da igreja Matriz em 1780, demolida após 135 anos para a construção da nova Catedral.¹⁵² Não menciona nenhum dos cemitérios.

A chegada do ano de 1941 não significou o fim das comemorações do bicentenário ou das querelas em torno da data da fundação. Em 6 de março de 1941, o Coronel Souza Doca falou à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro sobre os duzentos anos, em resposta a palestra proferida uns meses antes a respeito da fundação de Porto Alegre por Ornellas.¹⁵³ Nessa fala, reproduzida posteriormente em livro, Souza Doca acusa de anacronismo marcar 5/11/1740 como início da colonização da cidade. Aponta, também, a confusão que se fez durante os festejos do ano anterior, entre *colonização* e *fundação*. Discordará de todos: de Spalding, do IHGRGS, dos escritores anteriores. Para Souza Doca, não foi em 1740 nem em 1773 que Porto Alegre foi fundada, nem o fez José Maercelino de Figueiredo, Jerônimo de Ornellas ou os casais:

O ano que deve ser consagrado como o da fundação de Porto Alegre é o de 1732 – por ter sido o em que ali se arrancharam seus primeiros povoadores civilizados, erigindo suas moradias, estabelecendo suas estâncias, cultivando as terras ocupadas. Não é conhecido o dia e o mês da localização. Há, entretanto, documento que positiva aquele ano, mencionando a existência, ali, em 1732, de três moradores: Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos, Sebastião Francisco Chaves e Dionísio Rodrigues Mendes, aos quais foi agregado mais um Miguel Braz Lopes Filho, e, a seguir, muitos outros. [...] Não se conhecendo a data completa da fixação dos primeiros povoadores, parece-nos acertado, que, adotando-se de praxe consagrada, se estabeleça o último dia do ano de 1732 como o da fundação de Porto Alegre.¹⁵⁴

Desse modo, o autor retira de Ornellas a posse egoísta do título de fundador, considerando todos os sesmeiros que habitavam a área atual da cidade como fundadores

¹⁵¹ BALÉM, 1940, p. 380.

¹⁵² BALÉM, 1940, p. 385-389.

¹⁵³ SOUZA DOCA, José Fernandes de. **O Bi-Centenário da Colonização de Porto Alegre**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1941.

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 13-14.

e iniciadores da colonização. Sobre 1752, considera o ano da colonização *oficial*, e para 24 de julho de 1773 e Marcelino de Figueiredo, concorda com Augusto Porto Alegre, dando uma ênfase nas palavras do autor: seria “fundador de Porto Alegre, *como capital do Rio Grande do Sul*”, e não enquanto povoação.¹⁵⁵

Outro a publicar em 1941 é João Maria Balém, que amplia seu artigo do ano anterior no livro *A Primeira Paróquia de Porto Alegre*.¹⁵⁶ Nesse livro, monsenhor Balém novamente não dá muita atenção à Jerônimo de Ornellas. Reconhece-o como um dos povoadores dos campos de Viamão, em cuja estância, em local denominado “Rincão de São Francisco”, habitavam “muitos casais e outros vindos da Colônia do Sacramento”. Por Ornellas ter vendido suas terras e se retirado do porto em 1769, Balém não o considera fundador de nada.¹⁵⁷ Entretanto, dedica um capítulo em separado à José Marcelino de Figueiredo, a quem chama de “o fundador de Porto Alegre”, e outro a Dom Antonio do Desterro, Bispo do Rio de Janeiro, a quem dá o título de “o fundador da freguesia de São Francisco dos Casais”.¹⁵⁸

Em 1942 seria publicado o segundo volume da série iniciada com *Porto Alegre – Biografia duma Cidade*. O volume, dedicado ao Rio Grande do Sul, foi dividido em cinco partes: A fisionomia da terra; O coração (o povo, sua história); O cérebro (ensino, literatura e ciências, ordem e progresso); A alma (o patriotismo, a fé, o espírito do povo e a família); e As mãos criadoras (as artérias, a produção, os 88 municípios mais a Capital, e o intercâmbio platino-brasileiro). É na quinta parte, na seção sobre a história de Porto Alegre, que é veiculado um discurso bastante diferente daquele de dois anos antes:

Uma vez efetuada a transferência de populações de Rio Grande para o interior do território, verificou-se, de pronto, a conveniência de *criar uma povoação no litoral do Guaíba*. Foi, então, ordenado pelo governador interino, Antônio de Veiga e Andrade, ao capitão Alexandre José Montanha, em 12 de julho de 1772, que, da estância denominada Morro de Sant’Anna, pertencente a Inácio Francisco, desapropriasse e demarcasse os terrenos precisos à edificação para diversos casais e para a igreja Matriz, o que foi feito.¹⁵⁹

¹⁵⁵ Ibid., p. 14 e 33-35.

¹⁵⁶ BALÉM, João Maria, Padre. **A Primeira Paróquia de Porto Alegre**: Nossa Senhora Madre de Deus (1772-1940). Porto Alegre: Tipografia do Centro S/A, 1941.

¹⁵⁷ BALÉM, 1941, p. 23-32.

¹⁵⁸ Ibid., p. 33-35 e 36-40, respectivamente.

¹⁵⁹ COUTO E SILVA, Morency; PIRES, Arthur Porto; SCHIDROWITZ, Léo Jerônimo. **Rio Grande do Sul**: Imagem da Terra Gaúcha. Porto Alegre: Editora Cosmos Ltda., 1942, p. 553. Grifos meus.

O artigo, não assinado, colocava assim a fundação da vila novamente na década de 1770, ignorando a atuação de Ornellas, mas sem citar José Marcelino. Apenas dois anos após o festejo do bicentenário e havia novamente dúvidas sobre as datas centrais do início da cidade gaúcha. Em 1945, a Imprensa Oficial do Estado lançou a compilação *Aspectos Gerais de Porto Alegre*, obra em dois grandes volumes organizados por Fortunato Pimentel.¹⁶⁰ Sobre o autor, não encontrei muitas informações: organizou diversos livros com “aspectos gerais” de muitas cidades gaúchas, e era, em 1942, secretário geral da Liga de Defesa Nacional gaúcha.¹⁶¹ Isto, e o fato de a capa de seu livro representar Jerônimo de Ornellas – em desenho baseado em trabalho de Spalding¹⁶² – apontam a orientação da obra com a versão oficial da história de Porto Alegre.¹⁶³

A obra é um compilado de textos muito semelhantes aos dois outros volumes comemorativos já citados. Muitos dos artigos não são assinados, o que leva a supor que são de Pimentel. Outros, são reproduções de cronistas clássicos da cidade (Augusto e Achylles Porto Alegre, Sebastião Leão, Coruja, Gaston Hasslocher Mazon), bem como artigos apresentados no III Congresso ou reproduzidos em *Porto Alegre – Biografia duma Cidade* (como os de Walter Spalding, Ernani Correa, Olinto Sanmartin, Tupi Caldas, Scylla Soares e Souza). Tal multiplicidade de autores e obras com orientações teóricas distintas e produzidas em contextos diversos exacerba a variedade de verdades sobre a fundação de Porto Alegre, a origem de seu primeiro cemitério e instituições religiosas.

Por exemplo, o artigo que abre a obra, apesar de não assinado, reproduz o ponto de vista de Spalding.¹⁶⁴ O artigo seguinte é uma reprodução de um texto do Dr. Sebastião Leão que, não datado, deve ser da década de 1890. Por ser anterior aos trabalhos de Borges Fortes, Leão ainda situa a chegada dos casais em 1742, a do capelão em 1752, e a construção da capela e transferência do cemitério para a futura praça da Matriz em 1753.

¹⁶⁰ PIMENTEL, Fortunato (Org.). **Aspectos Gerais de Porto Alegre**. 2 volumes. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial do Estado, 1945.

¹⁶¹ HDBN, O ANIVERSÁRIO do Chefe da Nação será comemorado com solene Te-Deum. **O Comércio**, Caxias do Sul, p. 6, 13 abr. 1942.

¹⁶² Este desenho representava Jerônimo de Ornellas de pé, em pose heroica, em cima de um morro (provavelmente o Morro Santana, onde estava localizada a sede de sua sesmaria), olhando com orgulho para a Porto Alegre moderna. Essa representação, apesar do conteúdo incerto dos textos em seu interior, só reforçava a suposta criação de Porto Alegre pelo sesmeiro paulista. MACEDO, 2004, p. 102.

¹⁶³ Tanto o é que foi recomendada por Spalding como reunindo “tudo quanto de mais importante existe esparso” sobre Porto Alegre, sendo “obra que todo portoalegrense precisaria ler para, assim, melhor conhecer sua terra e o valor de sua terra dentro do Rio Grande do Sul e do Brasil”. SPALDING, Walter. Noticiário. In: **Boletim Municipal**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, vol. IX, ano VIII, nº 23, jan.-mar. 1946, p. 173.

¹⁶⁴ PIMENTEL, 1945, p.5.

Não cita Ornellas, mas tampouco atribui à Marcelino de Figueiredo o papel de fundador. Para ele, como evidencia no título do artigo, seriam “fundadores”, a saber:

A Veiga Andrade, Alexandre Montanha, José Saldanha (capitão de engenheiros), Gabriel Batista, Frei Faustino, e a José Marcelino de Figueiredo, muito deve Porto Alegre. Foram eles que mais legitimamente contribuíram para a prosperidade da nossa bela capital em seu período inicial.¹⁶⁵

A seguir, o organizador insere uma entrevista dada por Spalding ao jornal Folha da Tarde em 1940, provavelmente antes da celebração do bicentenário. Nela o autor comenta “que não pode haver dúvida alguma quanto à data da colonização – veja bem, colonização – de Porto Alegre, então Porto de Viamão: 5 de novembro de 1740”.¹⁶⁶ A ênfase dada por Spalding já havia sido problematizada por Souza Doca em 1941, ao falar sobre o colega historiador:

O bicentenário, nessa ocasião [junho de 1940], para o mesmo autor [Spalding], já não era mais da **fundação** e sim da **colonização**. Logo depois, entretanto, voltou a sustentar que a data da **fundação** de Porto Alegre e não da **colonização**, “deve ser aquela em que o terreno foi concedido legalmente a Jerônimo de Ornelas” [isto é, 5 de novembro de 1740].¹⁶⁷

Após, há artigo de Clemenciano Barnasque, historiador, chamando José Marcelino de fundador da cidade e, informando ser impossível precisar a data de criação da primitiva capela, sugere a de 18 de janeiro de 1773.¹⁶⁸ Em outra seção, não assinada, sobre a religião católica na cidade, há diversas datas para a inauguração da primeira igreja Matriz Madre de Deus: 1771, 1772, 1773, 1793.¹⁶⁹ Com estes exemplos fica patente as discordâncias que existiam entre os pesquisadores à época sobre os inícios de Porto Alegre.

Tanto é que em 29 de outubro de 1953 o então prefeito Ildo Meneghetti envia novo ofício ao IHGRGS:

Apesar das pesquisas feitas em várias administrações, não tem a Municipalidade elementos para fixar, com precisão, a data exata da *fundação* de Porto Alegre. Ao passo de que *se conhecem* as datas de sua *elevação a cidade e a capital*, são *contraditórios* os dados publicados referentes ao *início da povoação*, coincidindo para uns com a carta de sesmaria de 5 de novembro de 1740, para outros com o aviso de José

¹⁶⁵ LEÃO, Sebastião. Os Fundadores de Porto Alegre. In: PIMENTEL, 1945, p. 6-8.

¹⁶⁶ SPALDING, 1940 apud PIMENTEL, 1945, op. cit., p. 21-23.

¹⁶⁷ SOUZA DOCA, 1941, op. cit., p. 17. Grifos no original.

¹⁶⁸ BARNASQUE, Clemenciano. Efemérides de Porto Alegre. In: PIMENTEL, 1945, op. cit., p. 25-30.

¹⁶⁹ PIMENTEL, 1945, op. cit., p. 122, 115 e 124, 123, 121 respectivamente.

Marcelino de Figueiredo, de 9 de dezembro de 1773, e para outros ainda, a chegada dos casais açorianos em 1747. [...] É o que ora venho pedir [...] certo de que a decisão do IHGRGS indicará, com precisão, a data em que Porto Alegre foi fundada.¹⁷⁰

Atente-se que para o prefeito não há diferença entre *fundação* e *início da povoação*. O ofício foi encaminhado à Comissão de História e Geografia do Instituto, formada por Afonso Guerreiro Lima¹⁷¹, Moysés Vellinho e Otelo Rosa. O Parecer produzido foi aprovado por unanimidade pelo plenário da instituição.

Os autores iniciam o trabalho discutindo o que se entende quando se fala em *fundação* da cidade. Concordam que é incoerente confundir isto com o início do povoamento, pois essa é uma ação impossível de ser datada. Indicam que “a fundação de Porto Alegre se fez lentamente, de forma espontânea, mediante um processo de aglutinação que não obedeceu a nenhum preceito prévio”, sendo o porto de Viamão um “acidente geográfico” como qualquer outro nas proximidades. Concluem, então, que Porto Alegre não pode ser comparada a outras cidades, como Salvador, cuja fundação foi premeditada e possuía data certa. Porto Alegre seria “uma série de contradições, de incertezas, de atos quase inexplicáveis, que de sobejo justificam as dúvidas até hoje reinantes”.¹⁷²

Fazem, então, uma síntese das datas então conhecidas: 1732 para ocupação inicial dos três sesmeiros, 1736 para oficialização da sesmaria de Sebastião Chaves e 1740 para a de Jerônimo de Ornellas, 1752 para a chegada dos açorianos, 1762 para a venda da sesmaria à Inácio Francisco, 1772 para a criação da freguesia e desapropriação da fazenda de Inácio e demarcação da igreja e dos lotes para os açorianos, 1773 para a transferência da capital para o Porto dos Casais. Após análise de alguns documentos primários, concluem:

Como já ficou referido, só em junho de 1772 foram demarcados, na fazenda de Inácio Francisco, pelo Capitão Alexandre José Montanha, os terrenos para a construção das casas do povoado, e da igreja Matriz. *A região, sem dúvida, tinha moradores e habitações*, a esse tempo, mas, note-se bem, *em propriedade particular, privada*, e dispersas, sem nenhuma ordem, *sem as características de uma povoação*, o que só depois desses atos passaria a ter, o que se tornava necessário porque, por provisão de 26 de março de 1772, fora criada a Freguesia de S.

¹⁷⁰ Ofício nº 1290 de 29 de outubro de 1953 do Governador Ildo Meneghetti ao IHGRGS. In: IHGRGS, 1975, p. 23. Grifos meus.

¹⁷¹ Afonso G. Lima havia assinado o parecer adulterado por Walter Spalding em 1939.

¹⁷² Parecer de 1º de dezembro de 1953 de Afonso Guerreiro Lima, Otelo Rosa e Moyses Vellinho ao Prefeito Ildo Meneghetti. In: IHGRGS, 1975, p. 23-27.

Francisco do Porto dos Casais, desmembrada da de Viamão. Foi nesse dia 26 de março de 1772 que *Porto Alegre se emancipou* da jurisdição de Viamão, *criou personalidade própria*, deixou de ser, apenas, *uma faixa de terra* pertencente ao distrito da antiga Capela Grande.¹⁷³

Para concluir, afirmam que 5/11/1740 foi apenas a confirmação e registro legal do ato de ocupação de terra de um dos três sesmeiros que habitavam em terras da futura cidade; o aviso de 9/12/1773, levantado pelo prefeito, também está descartado, por ser posterior a fundação; e 1747 é uma data errada por si só, pois já havia ficado provado que os casais chegaram aqui na década de 1750. Afirmam, novamente, que “a cidade de Porto Alegre, cujo *povoamento* teve começo, mais ou menos, em 1732, foi *fundada* em 26 de março de 1772, em que foi elevada a freguesia, desmembrada de Viamão”.¹⁷⁴

Esse documento será enviado ao prefeito em 4 de dezembro. Seis dias depois, Meneghetti assinava o prefácio de nova publicação de Walter Spalding, afirmando que “o desenvolvimento de Porto Alegre bem precisava de uma obra que estampasse, com capricho e exatidão, a história, a vida, a evolução material, social e cultural da cidade e do município e suas ligações com o interior do Estado do Rio Grande do Sul”. A obra, “editada sob os auspícios da Prefeitura Municipal”, certamente já estava pronta quando do envio do ofício ao IHGRGS. No entanto, é interessante notar a mudança de tom que Spalding dá ao texto sobre os inícios da cidade. É de se pensar se o mesmo foi corrigido após o novo parecer do Instituto, para se adequar às diretrizes municipais:

[Sobre Ornellas] Radica-se, pois à terra que recebeu em definitivo por carta de doação datada de 5 de novembro de 1740. Inicia-se, assim, o *povoamento* da zona de Porto Alegre atual, com a denominação de “Porto do Dorneles”.¹⁷⁵

Não há qualquer menção a “fundação” ou “fundador”. O mesmo se dá em novo livro, de 1954, a respeito do primeiro centenário da Sociedade Portuguesa de Beneficência. Ao relembrar o histórico da cidade, Spalding cita 1732 como a data de chegada dos três sesmeiros, e 1736 e 1740 como datas de oficialização de duas das posses. Fala da chegada dos casais em 1752, e então:

Vinte anos mais tarde, em 1772, o progresso da localidade exigiu a desapropriação definitiva da sesmaria de Jerônimo, sendo criada, *independente de Viamão*, a freguesia do Porto de São Francisco dos

¹⁷³ Ibid., p. 25. Grifos meus.

¹⁷⁴ IHGRGS, 1975, p. 27. Grifos meus.

¹⁷⁵ SPALDING, Walter. **Porto Alegre**. São Paulo, Habitat, 1953, s/p. Grifos meus.

Casais, a 26 de março do mesmo ano, *dando origem definitiva* ao que seria, depois, a capital do Rio Grande do Sul – Porto Alegre.¹⁷⁶

Pela mudança de tom do autor, poder-se-ia presumir que o novo parecer do Instituto Histórico lhe chamou atenção em alguns pontos, mas não podendo ainda confirmar ou negar, evitou o uso dos termos fundação e colonização. O mesmo se dá com outros autores em publicações posteriores. O monsenhor João Maria Balém, em livreto escrito em 1956 para angariar obras para as obras da catedral, diferentemente de seu artigo de 1941, evita usar chamar Marcelino de Figueiredo de fundador da capital.¹⁷⁷ Já Paulo Xavier, em artigo escrito para o jornal *Correio do Povo* em julho de 1957, insere no debate a data de 9 de novembro de 1752 – a chegada de sessenta soldados paulistas que precederam o desembarque dos açorianos em algumas semanas – como “origem urbana de Porto Alegre”, por ver naquele acampamento militar o primeiro agrupamento urbano da região em que se ergueria o Município.¹⁷⁸

A busca de documentos inéditos, no entanto, cessou após a comemoração do bicentenário. O que se seguiu foi a repetição das mesmas informações por diferentes autores, através de diferentes olhares, o que só aumentava a confusão existente. Para Amyr Borges Fortes em 1960, por exemplo, Porto Alegre teve origem nas três sesmarias, mas teve freguesia criada em “7 de novembro de 1747”, que seria desmembrada de Viamão somente em 1772, “data considerada como a da fundação de Porto Alegre”.¹⁷⁹

Em 1961 e 1962 surgiram dois novos cronistas da Porto Alegre “moderna”, Ary da Veiga Sanhudo e Archymedes Fortini, respectivamente. Sanhudo, porto-alegrense nato, foi vereador entre 1952-1955 e 1956-1959, e autor da lei que regulamentava os limites e os nomes dos bairros da cidade. Após aprovação do projeto de lei, em dezembro de 1959, passou a organizar o livro, que foi dividido em dois volumes, com o segundo publicado em 1975.¹⁸⁰ No primeiro volume, salientando que não estava “escrevendo história”, mas sim reunindo argumentos para defender seu projeto na Câmara, Sanhudo reúne algumas reminiscências suas, lugares e personagens que conheceu, e outros que só

¹⁷⁶ SPALDING, Walter. **A Beneficência Portuguesa**. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Terezinha Ltda., 1954, p. 10. Grifos meus.

¹⁷⁷ BALÉM, João Maria, Padre. **A Catedral de Porto Alegre**. Porto Alegre: Edmundo Luis Kunz, 1956.

¹⁷⁸ XAVIER, Paulo. Porto Alegre: Origem do agrupamento urbano (artigo ao *Correio do Povo* de 6/07/1957). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: IHGRGS, n. 21, 1975, p. 106-111.

¹⁷⁹ BORGES FORTES, Amyr. **Compêndio de História do Rio Grande do Sul**. 5ª edição. Porto Alegre: Sulina, 1976, p. 49-50.

¹⁸⁰ MONTEIRO, 2006, p. 332.

pesquisou, para falar “desta mundana capital, outrora tímido arraial dos açorianos”. Organizou em livro o que já havia saído nos jornais para deixar claro que:

Porto Alegre mudou muito. Tanto, que é quase impossível imaginá-la no antigo gabarito de capital da Província. [...] Porto Alegre vestiu-se de cimento, ferro e vidro e, como uma jovem bela dama, esqueceu-se do seu encantado vestido de brincar. [...] Botou roupa nova, mas estas crônicas *não deixarão* que ela pense que foi sempre assim.¹⁸¹

Assim, “sem a mínima veleidade de obra historiográfica”, a primeira crônica trata do Porto do Dorneles, esse “primeiro nome de Porto Alegre”, recebido “antes da chegada dos casais”: Foi “ali [que] começou a cidade”¹⁸². Sanhudo “não pretende fazer história”, mas atribui a esses primeiros “povoadores” – os casais e mais alguns – a origem da cidade, em terras que eram de Ornellas, aquele que batizou o porto. Não cita historiadores, mas fala que “os cronistas da cidade são unânimes” em atribuir ao porto a origem da cidade, e se refere nominalmente a Achylles Porto Alegre para descrever a antiga Rua da Praia.

A segunda crônica tratará da “primeira missa” em Porto Alegre, feita, segundo o cronista, em 3 de dezembro de 1747 na ermida de São Francisco, à beira do rio, em meio ao que:

[...] não chegava a constituir-se num arraial e muito menos numa povoação. Era ainda uma escassa aglomeração, muito mais espalhada pelo contorno da península e que não oferecia, nem de longe, o aspecto natural de núcleo urbano organizado. [...] Por ocasião da missa, os açorianos ainda não tinham chegado, e esses povoadores que aqui existiam não eram mais do que gente perdida pelo Brasil afora, uns fugidos da Colônia do Sacramento, outros vindos com as Bandeiras Paulistas e outros ainda, escapados de Laguna e refugiados neste nosso pequeno fim de mundo da colônia portuguesa.¹⁸³

Suas crônicas tinham um fim político claro, que era dar subsídio entre a população ao seu projeto de lei. Portanto, a publicação primeira em um jornal de grande circulação, e após em livro, de informações como as colocadas acima, não podem ser destacadas do contexto historiográfico corrente na época. Paralelo às discussões da academia, estava um ex-vereador novamente atribuindo a existência da cidade à um aglomerado de gente assentada nas terras de um tropeiro paulista, sem se preocupar em explicar qual seria a lógica de ser uma missa rezada em lugar que nem era arraial.

¹⁸¹ SANHUDO, Ary da Veiga. **Porto Alegre Crônicas de minha cidade**. 2ª edição. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1979, p. 9-11. Grifo meu.

¹⁸² SANHUDO, 1979, p. 13.

¹⁸³ *Ibid.*, p. 16-17.

No ano seguinte, Archymedes Fortini publicará as suas crônicas em livro denominado *Porto Alegre através dos tempos*.¹⁸⁴ O autor, argelino radicado na cidade desde 1899, era professor de jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, então recentemente federalizada. Em 27 capítulos, irá descrever a história da cidade desde os índios até meados do século XX, passando por alguns períodos mais marcantes, como o cerco farrapo, descrevendo tipos populares, mudanças nas nomenclaturas das ruas, o aparecimento de melhorias como a luz elétrica e o bonde, entre outras curiosidades.

No que se refere à fundação de Porto Alegre, diz:

Os corpos docente e discente dos estabelecimentos de ensino têm, ultimamente, demonstrado grande interesse em conhecer a história de Porto Alegre, nos mais diversos aspectos, desde a fundação aos tempos atuais. Existem várias obras publicadas sobre o assunto, a maior parte delas esgotadas. [...] Em consequência disso, os interessados apelam, de viva voz, para os conhecimentos dos velhos historiadores porto-alegrenses. Um dos mais solicitados, o Prof. Walter Spalding, Diretor do Arquivo Municipal, atendeu, durante o ano recém findo, nada menos de 300 consulentes, entre estudantes e mestres.¹⁸⁵

O trecho acima indica que Fortini não se afasta da Matriz historiográfica corrente do período, pois compila em seu livro informações dessas “fontes esgotadas” com o intuito de ajudar “os jovens estudiosos de nossa terra”. É, então, o livro, uma reunião de muito do que se publicou sobre a cidade até aquele ano, com destaque para os escritos Spalding. Por causa desse *pot-pourri* de fontes, Fortini chama de “primeiros povoadores” tanto aos açorianos quanto aos sesmeiros, com destaque a Ornellas. Não me estenderei mais sobre ele, pois não traz informações novas quanto a essa matéria.¹⁸⁶

1.4 A década de 1970: Riopardense, Spalding, e o novo bicentenário

O historiador Charles Monteiro informa que o debate a respeito da data correta para a fundação de Porto Alegre, praticamente silenciado após a resposta do IHGRGS ao prefeito Ildo Meneghetti, ressurgiu no começo da década de 1970, em grande parte devido a duas publicações de referência sobre Porto Alegre, publicadas no final dos anos 1960.

¹⁸⁴ É dedicado à memória de Augusto e Achylles Porto Alegre, Gaston Mazon, Othelo Rosa e Deusino Varela, com homenagem e gratidão à Eduardo Duarte, Walter Spalding, Dante de Laytano e Ary Sanhudo. FORTINI, Archymedes. **Porto Alegre através dos tempos**. Porto Alegre: Divisão de Cultura, 1962.

¹⁸⁵ FORTINI, 1962, p. 11.

¹⁸⁶ O autor publicará outro volume de reminiscências sobre a cidade em 1966, na qual retoma Spalding para destacar datas importantes para a história da cidade, entre elas: 5 de novembro de 1740 para o povoamento particular de Ornellas, e abril de 1751 para a colonização oficial pelos casais. FORTINI, Archymedes. **Histórias da nossa história**. Porto Alegre: Editora Grafipel, 1966, p. 14.

A primeira se trata da obra de Walter Spalding, *Pequena História de Porto Alegre*, de 1967, e a segunda, do ano seguinte, *Porto Alegre – Origem e crescimento*, do arquiteto e urbanista Francisco Riopardense de Macedo, que com esse livro entrava no debate.¹⁸⁷

Spalding, nesse novo volume, relembra o início de seu trabalho como diretor do Arquivo Municipal:

Graças a esse enorme manancial histórico [os documentos originais do Arquivo], sempre nele encontrando coisas novas, acrescidas de cópias de documentos que mandamos copiar nos Arquivos de Minas Gerais, Rio de Janeiro e do Estado do Rio Grande do Sul, foi que *conseguimos determinar os primórdios de Porto Alegre*, modificando, constantemente, nossos ensaios com novas achegas, e *corrigir datas erradas*, tradicionalmente copiadas pelos “historiadores de gabinete” e, assim, perpetuadas. Sofremos, por isso, ataques, alguns violentos, e censuras que algumas vezes nos levaram a revides não menos violentos, *em defesa da verdade documental* que obstinados historiadores de “histórias feitas” não queriam reconhecer.¹⁸⁸

O livro, em 43 capítulos, é voltado para “os estudiosos” e, mais particularmente, aos estudantes primários e acadêmicos, e às professoras. O autor organizou a história em ordem cronológica, dos índios aos dias atuais (1967), com o anexo da transcrição integral de alguns elementos necessários para a compreensão da história local. Afirmando, no prefácio, que a história pode ser reescrita quando se descobrem novos documentos oficiais, Spalding, nessa obra, modifica algumas de suas conclusões anteriores.

Mantém a crença de que os sesmeiros foram os primeiros povoadores, mas não atribui mais a Ornellas o posto de primeiro, dizendo que, por exemplo, Dona Ana da Guerra se estabeleceu nos campos de Viamão em 1730, fundou uma capela em sua estância, e nela iniciou um povoado. A partir de outros exemplos, Spalding diz que Ornellas foi o único tropeiro dessa leva a não erigir uma capela em sua propriedade, deixando de propagar, assim, a história da capela de 1747.¹⁸⁹ Entretanto, pelo porto de Viamão estar na sesmaria de Ornellas, e ter sido ali, para o autor, que iniciou a ocupação da cidade, esse é ainda chamado de “homem de visão” que criou a oportunidade para em

¹⁸⁷ MONTEIRO, 2006, p. 352.

¹⁸⁸ SPALDING, Walter. **Pequena História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Sulina, 1967, p. 10. Grifos meus.

¹⁸⁹ Por nada encontrar que comprovasse a criação da capela, Spalding entende que a capela de 1747 deve ser a da Estância Grande do Viamão, do sesmeiro Francisco Carvalho da Cunha que, construída em 1740, era elevada à sede de freguesia em 1747. SPALDING, 1967, p. 19-20 e 37.

suas terras dar “início ao povoamento e fundação da mais tarde capital do Rio Grande do Sul”.¹⁹⁰

Sobre os açorianos, não escreve nenhuma novidade, apenas que vieram, em 1751-52, e ocuparam as terras reais à beira do rio. A capelinha, diz ter sido criada em 1754 por ordens de Gomes Freire de Andrade. Reforça que não foram somente os casais de 1752 que deram origem à população, mas também parte dos agregados de Ornellas, e outros habitantes da Capitania, fugidos de Laguna, Sacramento, entre outros. Parte desses casais também teria se espalhado pelo território.¹⁹¹ Apesar de ter agregado alguns dados novos, este livro de 1967, em sua maioria, repete o mesmo discurso que Spalding empregava desde 1940:

Sua concepção de uma história exemplar com fins pedagógicos, movida por heróis, e a importância dada à cronologia e ao documento oficial indicavam que Spalding mantinha-se fiel à matriz explicativa elaborada pelo Instituto Histórico em 1940. No entanto, a ampliação do campo de saber histórico¹⁹² e o ingresso de novos membros no Instituto já assinalavam a necessidade de uma revisão na produção historiográfica e da obra excessivamente datada de Spalding.¹⁹³

O trabalho de Riopardense de Macedo vem dar novos ares a esse debate. O urbanista, chefe da Seção de Pesquisas Urbanas da Divisão de Urbanismo da Secretaria Municipal de Obras e Viação, e professor catedrático da Faculdade de Arquitetura, não cita uma só obra de Spalding em sua bibliografia.¹⁹⁴ Ciente de que o seu olhar de arquiteto poderia trazer novas luzes sobre velhos problemas, Macedo sabia que iria “contrariar alguns estudiosos que, embora cheios de boa vontade, não chegaram a usar a escala gráfica e os sistemas elementares de medidas para comparar os documentos”, tanto é que critica os mapas de sesmarias sugeridos por Tupi Caldas no III Congresso por não serem compatíveis com a realidade.¹⁹⁵

Sobre a fundação da cidade, questão “que mais tem confundido os estudantes”, afirma logo no prólogo que Ornellas não tinha qualquer interesse em criar povoações, e

¹⁹⁰ Ibid., p. 21.

¹⁹¹ Ibid., p. 33-36.

¹⁹² Com a criação dos cursos de História nas Universidade Federal do Rio Grande do Sul e na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

¹⁹³ MONTEIRO, 2006, p. 354.

¹⁹⁴ Dos já aqui citados, figuram Souza Doca, Tupi Caldas, De Paranhos Antunes, Athos Damasceno, João Borges Fortes e Mário Bernd. A ausência dos autores mais antigos, bem como dos cronistas clássicos, deixa claro a novidade que o livro de Macedo trazia. MACEDO, Francisco Riopardense de. **Porto Alegre – Origem e Crescimento**. Porto Alegre: Sulina, 1968.

¹⁹⁵ Ibid., p. 7-13.

que desde o início o governo planejou deixar os casais no porto apenas provisoriamente, e que se não fosse a Guerra Guaránítica e a invasão espanhola ao sul da Capitania, “o quadro de distribuição da população do Rio Grande do Sul, possivelmente teria sido bem diferente”, sendo contrário à interpretação teleológica de que aos casais estava destinado o Porto de Viamão.¹⁹⁶

Divide o livro em oito capítulos, sendo em vários deles destacado o condicionamento fisiográfico do local, “porque elas [as razões demográficas e geográficas] explicam, juntamente com outras de natureza viária, a marginalização de Viamão” e a criação e desenvolvimento da cidade. Sobre os sesmeiros, diz que “durante alguns anos [...] permaneceram nesta área cuidando apenas dos seus interesses ligados, principalmente, à preia do gado e reprodução deles”.¹⁹⁷ Fala da criação de uma capela em 1747, por posseiros pescadores atrelado à sesmaria de Ornellas. Quanto aos açorianos, reforça que esses só foram transferidos de Rio Grande para o Porto de Ornellas por conta daquele ser local de parada em direção ao interior do Continente, logo não eram colonos para os Campos de Viamão.¹⁹⁸ E, sendo urbanista, considera o fundamento da cidade como a mudança da Administração para o “novo lugar”, o que se deu com Marcelino de Figueiredo.¹⁹⁹

Em 23 de setembro de 1970, foi publicado no jornal *Folha da Tarde* artigo denominado “Cidade recebeu os restos mortais de seu fundador”, em referência ao envio, pela cidade de Triunfo, dos ossos que deveriam ser de Jerônimo de Ornellas.²⁰⁰ Juntamente com outros artigos semelhantes sobre a história da cidade, e do lançamento dos dois livros acima citados, é reacendido o debate em torno da fundação. Colaborou para isso a administração de Thompson Flores ter ignorado o parecer de 1953 do Instituto e resolvido comemorar os 230 anos da Capital com uma série de eventos.²⁰¹

Como parte das comemorações, foi lançado o livro *A Praça do Portão e o Viaduto Loureiro da Silva*, esse último inaugurado naquele período, com grande pompa,²⁰² que

¹⁹⁶ Ibid., p. 10.

¹⁹⁷ MACEDO, 1968, p. 45.

¹⁹⁸ Ibid., p. 45-50.

¹⁹⁹ Ibid., p. 59.

²⁰⁰ Hipótese, por fim, desmentida. Para isso, ver MEIRELLES, Pedro von Mengden. **Geografia Social da Morte: Uma análise espacial do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre**. Porto Alegre: Departamento de História/UFRGS, Trabalho de Conclusão de Curso, 2010, p. 89-93.

²⁰¹ MONTEIRO, 2006, p. 355-356.

²⁰² O batismo do viaduto com o nome do Prefeito do Bicentenário servia, também, para aproximar as duas administrações e as duas celebrações.

vem a repetir que a data de 5 de novembro de 1740 “pode ser considerada como a de fundação da cidade”. Ao dividir a história da cidade em cinco tempos e cinco “administrações” – a saber: Jerônimo de Ornellas; José Marcelino; José Montauray/Otávio Rocha; Loureiro da Silva; Thompson Flores – Leandro Telles fazia com que a Municipalidade de 1970 fosse vista como uma coroação de um longo processo urbanístico iniciado com o sesmeiro paulista.²⁰³

Em reação às comemorações, Riopardense de Macedo envia carta ao Instituto Histórico por estar “inconformado, como tantos outros, com a data usada para a Semana de Porto Alegre”, que apesar do parecer do IHGRGS de 1953, segue o 5 de novembro adotado pela Prefeitura. Ciente de que admitir essa data é “desorientar a juventude, enganá-la quanto aos processos que fazem surgir uma povoação. É dar 230 anos a uma cidade que ainda não chegou aos duzentos”, Macedo exige uma ação do Instituto.²⁰⁴

E a ação veio, mas por parte de outros órgãos, dos jornais, e do próprio Riopardense, que publicou várias matérias sobre a *correta* data de criação da cidade, salientando que Jerônimo de Ornellas não colonizou nem fundou nada. Os jornais Correio do Povo e Folha da Tarde, principalmente, farão campanha pública pela escolha da data, chamando diversas vezes para escrever as duas principais figuras desse debate: Macedo por 26 de março e Spalding por 5 de novembro.²⁰⁵ A polêmica toma assim feições bastante pessoais, a ponto de Walter Spalding afirmar que “a campanha é contra mim”.²⁰⁶

Em 1971, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura lança livro para reunir alguns escritos que mostrassem “uma visão panorâmica de como o antigo Porto dos Casais” virou a atual metrópole. Em prol da variedade de olhares, não restringiram apenas a historiadores, “muito menos ainda quisemos que a versão – no caso de um fato histórico – fosse a oficial. Cada um podia escolher” o que iria dizer, sendo a cidade “grande,

²⁰³ TELLES, Leandro da Silva. **A Praça do Portão e o Viaduto Loureiro da Silva**. Porto Alegre: Gabinete Municipal de Coordenação e Planejamento, 1970, p. 11

²⁰⁴ MACEDO, 2004, p. 86-89.

²⁰⁵ Fac-símiles de diversas reportagens desse período são encontradas em MACEDO, 2004, p. 90-115.

²⁰⁶ Ao professor Paulo Staudt Moreira agradeço a sugestão de que a querela entre Spalding e Macedo possuía, também, razões políticas, visto ser o arquiteto membro atuante do Partido Comunista do Brasil e o historiador ser publicamente conservador. MARTINS, Marisângela T. A. **A esquerda de seu tempo: Escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre, 1927-1957)**. Porto Alegre: PPG História/UFRGS, Tese de Doutorado, 2012, p. 258.

contraditória”.²⁰⁷ No mesmo ano, Leandro Telles lança nova obra sobre a origem das ruas de Porto Alegre, defendendo a posição de Walter Spalding no debate.²⁰⁸

Paralelamente a esses dois lançamentos, a Câmara Municipal decide convidar três historiadores para a discussão: Arthur Ferreira Filho, que suporta a data de 24/09/1773, Walter Spalding, por 5/11/1740, e Ruben Neis, por 26/03/1772. O primeiro a falar foi Ferreira Filho, representante do IHGRGS, em 20 de abril.

Em discurso “para trazer esclarecimentos sobre a data exata da fundação da cidade, ao menos no entendimento daquele Instituto”, Ferreira Filho diz que a confusão quanto à data se iniciou após o envio de resumo interpretativo do parecer de 1939 ao Prefeito, ao invés do texto integral. Nesse, o Instituto havia dito que a data de 5 de novembro marcava o início da colonização, não fundação. Na Câmara, o autor defende que essa data marca a oficialização da sesmaria de Ornellas, não a sua chegada nesse local – sendo que nem foi o primeiro sesmeiro a se fixar – nem o início de seus trabalhos de criação de gado, pois a Carta de Sesmaria o autoriza apenas a plantar e criar, não a iniciar povoação. Povoamento só teria sido iniciado em 1752 pelos soldados paulistas e casais açorianos que estavam acampados nas margens do Guaíba independentemente da vontade do sesmeiro. Para o conferencista, há duas datas que poderiam servir para fundação da cidade: 26 de março de 1772, que foi a instalação da freguesia, e 24 de julho de 1773, transferência da capital. O Instituto se posiciona pela primeira.²⁰⁹

Spalding falou à Câmara em 11 de maio, também como membro do Instituto, mas em discordância com a maioria de seus colegas quanto à data.²¹⁰ Para Spalding, tanto a data de 1772 quanto 1773 se referem a “formar alguma coisa nova dentro do que existe”, sendo que o que existia era “uma capela e a Freguesia de Santa Madre de Deus, quando

²⁰⁷ Contudo, no único texto a tratar especificamente da formação da cidade, Selbat Rüdiger traça a sua origem até o Porto de Ornellas em 1740. RÜDIGER, Selbat. A Formação de Porto Alegre. In: QUINTANA, Mário et. al. **Porto Alegre Ontem e Hoje**. Porto Alegre: Movimento, 1971, p. 81-90.

²⁰⁸ Nos próprios agradecimentos do livro, Telles reforça a continuidade duvidosa de um processo histórico que havia apontado em seu livro anterior. Dedicou o texto à memória de Loureiro da Silva, seu tio, e colocou Telmo Thompson Flores como “seu legítimo sucessor na modernização do velho burgo açoriano”. TELLES, Leandro da Silva. **Crônicas das Ruas de Porto Alegre**. Porto Alegre: Gabinete Municipal de Coordenação e Planejamento, vol. 1, 1971.

²⁰⁹ Acompanhavam o conferencista os membros do Instituto Moysés Vellinho (Presidente em exercício), Coelho de Souza, Orlando Pacheco, Riograndino da Costa e Silva, entre outros. FERREIRA FILHO, Arthur. A Fundação de Porto Alegre (Fala à Câmara Municipal em 20/04/1971). In: IHGRGS, 1975, p. 28-47.

²¹⁰ Acompanharam a sessão os seguintes membros do Instituto favoráveis à Spalding: Leandro Telles, Olinto San Martin, Dante de Laytano, José Luis Freitas, Elidio Pereira e Grace Irigaray. Padre Ruben Neis, seu opositor nessa questão, também estava presente.

foi emancipada e não fundada. Só a má-fé e a má vontade podem dizer que Porto Alegre não existia”. O debate, nesses termos, caíra para desavenças pessoais e “má fé”, uma vez que ambos os lados partiam do mesmo corpo documental, só variando suas interpretações sobre o que seria *fundar*.²¹¹

Dados novos vieram com as contribuições de Ruben Neis, Secretário Geral do Arcebispado e Diretor do Arquivo Histórico e Genealógico da Arquidiocese, que desde 1969, pelo menos, publicava artigos nos jornais porto-alegrenses sobre as questões debatidas no período, usando os documentos eclesiásticos à sua disposição para embasar suas conclusões, contrárias à Spalding, principalmente.²¹² Em março de 1971, publicou no jornal *Correio do Povo* uma série de artigos denominados “A Fundação de Porto Alegre”. No segundo artigo da série, afirma:

Uma das fontes mais preciosas para o estudo das nossas primitivas localidades são os livros paroquiais: os registros de batismo, casamento e óbito. Como também as habilitações matrimoniais, livros de Irmandades, e outros documentos da época. Mas com simples leitura, principalmente dos livros paroquiais, nada se apura. Procurei, por isso, fazer estatísticas, análises, tirar tudo que pudesse interessar, em dias inteiros de trabalho, e desses documentos, onde se encontram os nomes das famílias, muitas localizações e outras referências, consegui colher dados realmente preciosos, que permitem fazer um julgamento bastante exato da situação.²¹³

Com essas diretrizes, o autor dirá que a hipótese de existir capela em 1747 se sustenta no raciocínio de que, para criar um templo religioso dessa categoria, é preciso um grande número de fiéis, e se esses existiram, é por que Ornellas havia fundado povoação em sua sesmaria. Neis dirá que nos livros de batismo da década de 1740, aparecem poucos familiares e escravos de Ornellas, e nenhum agregado, indicando que a sua fazenda era igual, ou até mesmo mais pobre, que a dos outros sesmeiros.²¹⁴

Afirma que o “sítio de Dorneles” só passou a se chamar “porto de Dorneles” ou “porto de Viamão” quando adquiriu importância estratégica para o transporte de tropas para a região das Missões, e antes da década de 1750, é certo que não havia nenhuma ocupação permanente na região do atual centro da cidade. Quanto aos açorianos e seu

²¹¹ MACEDO, 2004, p. 151-152.

²¹² Ver, por exemplo, NEIS, Ruben, Padre. Jerônimo de Ornellas – Porto Alegre – Triunfo. **Correio do Povo**, Porto Alegre, Caderno de Sábado, p. 11, 8 nov. 1969.

²¹³ NEIS, Ruben, Padre. A Fundação de Porto Alegre II. **Correio do Povo**, Porto Alegre, Caderno de Sábado, p. 5, 27 mar. 1971

²¹⁴ *Ibid.*

capelão, os livros de registro de Viamão “mostram claramente” que foi uma população que “se passou pela freguesia”, cansada de esperar as terras prometidas pelo Rei. Os poucos que ficaram, só foram ter *cemitério* e *igreja* próprios – pois até então usavam a Matriz de Viamão para casamentos, batizados e funerais – quando Marcelino de Figueiredo chega à Capitania em 1769, já preparando a criação da povoação.²¹⁵

Em 1º de junho de 1971, falou à Câmara Municipal, repetindo muitas das informações já veiculadas por ele nos jornais. Aos vereadores, define *fundar* uma cidade como instituí-la, o que no caso de Porto Alegre, foi feito em março de 1772, e *colonizar*, critério diferente, tem como um dos seus sentidos a criação de colônias, demarcação de lotes de terras e igreja para instalação de colonos, o que igualmente se dá com Marcelino de Figueiredo²¹⁶. Após apresentar extensa documentação comprovando seus pontos ou negando os de Spalding, Neis convence a Câmara. Thompson Flores sanciona, em 29 de dezembro daquele ano, a lei nº 3609 que consagra a data da fundação da cidade como sendo 26 de março.²¹⁷

Com o segundo bicentenário oficialmente comemorado em 26 de março de 1972, as autoridades municipais deram as questões por encerradas. Nos outros meios, porém, a questão continuou.²¹⁸ Nos anos seguintes foram editados em livros algumas das matérias veiculadas nos jornais, reforçando alguns dos lados do debate.²¹⁹

²¹⁵ Ibid.; NEIS, Ruben, Padre. A Fundação de Porto Alegre III. **Correio do Povo**, Porto Alegre, Caderno de Sábado, p. 13, 3 abr. 1971.

²¹⁶ Fala do padre Ruben Neis à Câmara Municipal em 1º de junho de 1971. MACEDO, 2004, p. 155-163.

²¹⁷ Reforça-se que Ruben Neis, sendo ele mesmo um eclesiástico, não possui uma pesquisa imparcial, e ao defender a existência de Porto Alegre apenas quando esta adquire um governo religioso desligado do de Viamão, está lançando uma hipótese de acordo com os interesses da Igreja. A inovação de seus trabalhos reside na massiva pesquisa documental realizada pelo pesquisador em material primário inédito – os arquivos eclesiásticos abrigados na Cúria Metropolitana de Porto Alegre, bem como róis de confessados e outros documentos reunidos pelo padre por todo Rio Grande do Sul – que o permitiram traçar as trajetórias desses primeiros açorianos de 1752. No entanto, não devemos tomar as conclusões do autor como certezas, pois o exame dos livros de registros eclesiásticos de Viamão entre os anos de 1752 e 1772 apontam para a existência de colonos açorianos no Porto de Viamão. Assim, parte dos Casais se dispersou pelo Continente, como afirmou Neis, mas parte considerável deve ter remanescido na península que mais tarde viraria Capital. MACEDO, 2004, p. 168.

²¹⁸ Em matéria veiculada pelo jornal Folha da Tarde em fevereiro de 1972, sobre a celeuma entre Neis e Spalding, Neis fala sobre o colega: “Spalding diz ainda que jamais aceitará 1772 como ano de fundação de Porto Alegre. Ninguém pode, nem jamais pretendeu força-lo a aceitar essa data. Isto é problema da inteligência, e talvez mais ainda da vontade. Respeitamos a liberdade alheia. E acima da divergência de idéias, continue a nossa amizade.” DATA de Fundação de Porto Alegre: a celeuma eterna. **Folha da Tarde**, Porto Alegre, p. 34, 10 fev. 1972.

²¹⁹ Em 1972, Ruben Neis publica seu discurso de posse no IHGRGS, no qual organizou a fala que havia dado à Câmara. NEIS, Ruben, Padre. **Porto dos Casais – Criação da Freguesia – Fundação de Porto Alegre**. Porto Alegre: Metrópole S.A., 1972. No mesmo ano, assim como nos seguintes, membros do Instituto como Adroaldo Mesquita da Costa, Moysés Vellinho e Rio Grandino da Costa e Silva, todos

A década de 1980 chega com um viés mais saudosista. Já em 1975, saíra a segunda edição de crônicas de Ari Sanhudo, “com quinze anos de atraso” e com muitas crônicas “com sabor de antigo”, mas que o autor escolheu publicar sem alteração porque “muitas coisas que ali estão já não existem mais”, e outras foram modificadas ou melhoradas.²²⁰ Em 1980, com os auspícios da administração de Guilherme Villela, é reeditado o álbum comemorativo do bicentenário de 1972, acrescido de novas imagens com melhor qualidade de impressão. Leandro Telles, autor dos textos que acompanham as fotos, justifica a reedição para contribuir com a preservação dos últimos resquícios da cidade velha: “salvemos o pouco que resta da herança dos nossos maiores”.²²¹

Em 1983, Sérgio da Costa Franco, advogado, historiador e jornalista, que até então havia aparecido como bibliografia em algumas publicações de Spalding, graças a seus trabalhos sobre aspectos da história gaúcha, publica seu primeiro livro sobre Porto Alegre, em comemoração ao 125º aniversário da Associação Comercial da cidade. Nela, atribui a colonização aos casais e a fundação da vila a Marcelino de Figueiredo.²²²

Em 1985 e 1987, Clóvis Silveira de Oliveira, cartógrafo e fotógrafo, após elaborar, com sucesso de público, uma sobreposição dos mapas de 1980 com o de 1840, para mostrar a evolução da cidade e dos aterros, bem como a antiga localização de prédios não mais existentes, publicou dois livros sobre a formação da cidade. O primeiro, uma “sinopse da formação cultural gaúcha, com expressiva massa de dados de interesse

favoráveis à data de 26 de março, lançam artigos ou entrevistas falando sobre a fundação da cidade. COSTA, Adroaldo Mesquita da. Discurso proferido a 24 de março de 1972, na Câmara Municipal de Porto Alegre. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: IHGRGS, n. 21, 1975, p. 53-60; COSTA E SILVA, Riograndino da. Do Porto dos Casais à Grande Porto Alegre (1974). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: IHGRGS, n. 21, 1975, p. 61-70; VELLINHO, Moysés. O Fundador de Porto Alegre. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: IHGRGS, n. 21, 1975, p. 73-105. E, em 1973, Riopardense de Macedo organiza em livro várias das crônicas escritas na última década, sendo um capítulo inteiro dedicado à questão do verdadeiro bicentenário. MACEDO, Francisco Riopardense de. **Porto Alegre: História e vida da cidade**. Porto Alegre: Edições URGs, 1973.

²²⁰ Diferente do primeiro volume, esse enfoca pouco na história geral da cidade, mais em algumas lendas urbanas, tipos populares e acontecimentos de destaque, e dedica muitas páginas à história de bairros menos centrais, que tiveram ênfase no primeiro volume. SANHUDO, Ary da Veiga. **Porto Alegre Crônicas da minha cidade**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1975.

²²¹ A obra não era destinada a discutir as origens da cidade, apenas mostrava vários aspectos dos séculos XIX e início do século XX, principalmente do casario que passou a ser demolido para dar lugar à “cidade moderna” em 1940 e 1970. Walter Spalding havia falecido em 1976, e Leandro Telles, seu parceiro em relação à data de fundação, nessa e em outras obras posteriores, evita usar os termos “fundador” e “fundação” quando escrevia sobre as origens portoalegrenses. TELLES, Leandro da Silva. **Porto Alegre Antigo**. Série Raízes Gaúchas, vol. 2. Porto Alegre: Painel Editora, 1980.

²²² Em nota, o autor indica, a quem quiser saber mais sobre a fundação da cidade, que leia obras de Riopardense de Macedo e Walter Spalding. FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre e seu comércio**. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983b.

cultural, compilados entre *todos* os historiadores da cidade” versa sobre o crescimento urbano da cidade, das sesmarias até o século XX, com enfoque nas habitações urbanas e modernidades implantadas no último século.²²³ Já o segundo trata especificamente dos “dados oficiais” da fundação da cidade em 26/03/1772. O autor refaz as plantas imaginadas por Tupi Caldas e De Paranhos Antunes, além de desenhar algumas próprias com base nos documentos.²²⁴

1.5 De 1980 a 2014: Sem comemorações mas também sem conclusões

No final do século XX, as discussões dos bicentenários ficaram para trás e o enfoque deixou de ser quem havia fundado o que e quando. Apesar disso, de quando em quando, a questão voltava um pouco à tona. Num texto de 1987, cita-se “fundação” no título, mas nada é dito no corpo da obra.²²⁵ Sérgio da Costa Franco, em 1988, publica um guia histórico sobre a cidade no qual, no verbete sobre Ornellas, diz que “não é correto atribuir-lhe a fundação de Porto Alegre, como já aconteceu, pois em nada concorreu para a formação do agrupamento onde nasceria o povoado”. Mas, no verbete sobre José Marcelino, escreve “é por muitos considerado o fundador de Porto Alegre, embora a povoação incipiente já existisse desde 1752, bem antes de sua chegada”, deixando assim a questão em aberto.²²⁶

Na década de 1990, as dúvidas de mantém. Em uma publicação de 1992, voltada para um público mais amplo, em linguagem bastante leiga e por vezes coloquial, o “mito açoriano” é novamente propagado.²²⁷ A “retomada dos açorianos” vai acometer até à Riopardense de Macedo, em publicação de 1993, na qual afirma que José Marcelino criou

²²³ O “todos” é exagerado, pois há a clara ausência de Walter Spalding na bibliografia. Percebe-se a influência dos escritos de Neis no autor quando este escreve sobre a falta de interesse de povoação dos primeiros sesmeiros, e atribui a fundação da cidade à José Marcelino. OLIVEIRA, Clóvis Silveira de. **Porto Alegre: A cidade e sua formação**. 2ª edição. Porto Alegre: Metrópole S.A., 1993.

²²⁴ É recai no erro da “planta de Porto Alegre em 1772”, imaginada por Tupi Caldas, conforme já dito, e identificada por Oliveira como se fosse a original feita por Montanha no momento de traçar as ruas, os lotes e demarcar a igreja da nova povoação. OLIVEIRA, 1987 p. 62.

²²⁵ Trata-se de artigo de Moacyr Flores, publicado nos anais do curso “Porto Alegre – história e cultura”, organizado por Hilda Flores. Nele o autor deixa subentendido que a fundação foi feita por José Marcelino de Figueiredo. FLORES, Moacyr. Povoamento e fundação de Porto Alegre. In: FLORES, Hilda Agnes Hübner (Org.). **Porto Alegre: História e Cultura**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987, p. 17-21.

²²⁶ Não há um verbete sobre os casais açorianos. FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre Guia Histórico**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1988, p. 294-295 e 383-384, respectivamente.

²²⁷ Dizem os autores que “Porto Alegre não tem fundador. É fruto do esforço coletivo do povo. Gente simples que não vinha para construir cidades, mas apenas para viver melhor suas vidas humildes”. CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha; PENNA, Rejane; OLIVEIRA, Paulo Marsiaj. **Porto Alegre de Aldeia à Metrópole**. Porto Alegre: Metrópole S.A., 1992, p. 15.

a Freguesia de São Francisco “onde antes havia apenas uma capela filial” no povoado açoriano.²²⁸

Apesar da celeuma final em 1971 e dos artigos de Ruben Neis, a matriz historiográfica que persistiu foi outra, que combinou alguns dos dados de Riopardense com outros dados de Spalding. Comprova-se isso apontando outro trecho de uma publicação oficial de 1997 dirigida ao público leigo: “Porto Alegre nasceu de um acampamento provisório de migrantes açorianos abandonados à própria sorte, a meio caminho do território das Missões. Sem ato solene, sem fundador: apenas um ponto de espera numa viagem interrompida”. Mesmo que se afirme que os casais estavam destinados a outro lugar, subtítulos como “a comovente chegada”, “os açorianos enfrentaram doenças e falta de comida até o porto de chegada” estimulam novamente interpretações teleológicas.²²⁹

No novo século, essas questões ainda teriam lugar. Costa Franco afirma, em texto de 2000, que embora seja oficial a data de 26/03/1772, “é indiscutível que, antes da criação da freguesia, um arraial existiu por vinte anos”.²³⁰ Fábio Kühn, em publicação de 2002 voltada para público amplo, atribui a “origem ao núcleo urbano de Porto Alegre” aos casais açorianos.²³¹ Em 2004, duas publicações merecem comentários.²³² Uma primeira se refere aos anais de um congresso realizado na Faculdade Porto-Alegrense (FAPA) em 2003, enfocando na história do Morro Santana, com quatro capítulos

²²⁸ MACEDO, Francisco Riopardense de. **História de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 1993, p. 23.

²²⁹ A obra, patrocinada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, possui texto de Sérgio da Costa Franco mas há entrevistas com diversos historiadores, antropólogos e outros pesquisadores de diversas áreas que trabalhavam com Porto Alegre e sua história. Dentre eles, pode se destacar, na ordem em que aparecem no texto, os arqueólogos Fernanda Tocchetto e Arno Kern, e os historiadores Eduardo Santos Neumann, Moacyr Flores, Maria Luiza Martini, Padre Ruben Neis (que desfaz, novamente, o mito da capela pré-1769), Sandra Pesavento, Célia Ferraz de Souza, entre outros. FRANCO, Sérgio da Costa. **História Ilustrada de Porto Alegre**. Porto Alegre: Gráficas Rioplatense S.A., JÁ Editores, 1997, p. 21.

²³⁰ Considerando necessário que haja uma capela para um agrupamento de casas ser chamado de arraial, novamente se recai no problema da ausência de documentação que comprove a existência de tal contingente populacional anterior a 1769. FRANCO, Sérgio da Costa. **Gente e espaços de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p. 9.

²³¹ O livro foi proposto para tratar a história do Rio Grande do Sul por três séculos, sem entrar em profundas discussões historiográficas, pois se dedica a abranger um público leigo mais amplo. O autor cita extensa bibliografia especializada, porém, de Ruben Neis, só utiliza seu texto sobre Santo Antônio da Patrulha, ignorando as publicações sobre Porto Alegre nas quais problematiza a responsabilidade dos casais na “fundação de núcleo urbano”. KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002, p. 55-59.

²³² Uma terceira trata-se dos anais de um curso ministrado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 2003, traz texto de Moacyr Flores praticamente idêntico ao escrito pelo autor em 1987, contando com mais bibliografia, mas sem mudar as conclusões. FLORES, Moacyr. Origem e fundação de Porto Alegre. In: DORNELLES, Beatriz (Org.). **Porto Alegre em destaque: História e Cultura**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2004, p. 11-24

relacionados a Ornellas. Apesar de problematizarem a construção do mito fundador da década de 1940 atribuído a ele, nenhum outro sesmeiro ganhou destaque, permanecendo certa “aura especial” sobre Jerônimo.²³³

O segundo é um livro do arquiteto Günther Weimer, outro grande opositor das teses tradicionais sobre a fundação e inícios da cidade: a de que Ornellas teria sido o fundador; a que atribui aos casais a colonização; e a de que o Capitão José Montanha teria traçado as ruas e construído a primeira igreja. Sobre a primeira, lembra que Ornellas vendeu sua sesmaria em 1762 tendo, então “nada a ver com a criação da cidade”. Sobre a segunda, escreve:

É sabido que estes invasores da sesmaria de Jerônimo Dorneles – alguns dos primeiros colonos sem terra da província – foram removidos pelo governador Sá e Faria para o Taquari de modo que, quando a sesmaria foi desapropriada vinte anos depois do desembarque [dos casais em 1752], já não havia mais referência a qualquer remanescente da povoação, posto que o inventário dos bens existentes era extremamente minucioso com o arrolamento das árvores frutíferas e de lei, chegando ao requinte de inventariar até as telhas da cobertura do retrete da moradia do proprietário. Isto indica que os ranchos dos açoritas já haviam sido consumidos pelo tempo.²³⁴ Portanto, os açorianos também entraram na história sem ter nada a ver com o fato.²³⁵

Quanto ao terceiro ponto, Weimer analisa plantas de povoações comprovadamente traçadas por Montanha, bem como igrejas de sua autoria, e conclui que o engenheiro deve ter sido encarregado apenas de demarcar os lotes para os colonos e a praça central do novo povoado, tendo este crescido “dentro dos padrões da tradição popular lusitana, sem um planejamento prévio”, visto os ângulos das ruas, dentre outros fatores que não combinariam com a formação acadêmica de Montanha.

²³³ Os artigos são de Sérgio da Costa Franco, que discute brevemente a ocupação do morro por Ornellas, de Ricardo Fitz, que aborda a construção do mito; dos arqueólogos Fernanda Tocchetto e José dos Reis, responsáveis por pesquisa arqueológica realizada no morro em 1997 com intuito de se achar a sede da sesmaria (objetivo não concretizado); e um artigo não assinado, contendo os painéis de exposição realizada durante o encontro. BARROSO, Vera Lúcia (Org.). **Do Morro Santana, a cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal de Cultura, 2004.

²³⁴ Um adendo é necessário. Günther Weimer, não sendo historiador, ignora que um arrolamento de posses de um sesmeiro não incluiria, em nenhuma hipótese, os bens e benfeitorias feitas por posseiros em suas terras. Ademais, os casais ficaram assentados nas terras realengas à margem de um rio caudaloso, no caso, o Lago Guaíba, como ditava a Lei e Foral das Sesmarias, sendo, portanto, terras que não constariam no inventário de Ignácio Francisco de Mello. Assim sendo, a citação de Weimer é trazida aqui apenas para apontar o encadeamento dos argumentos utilizados por pesquisadores para a discussão sobre os primeiros anos da cidade, e não como prova documental da não existência de vila anterior à chegada de Marcelino de Figueiredo ao governo da Capitania.

²³⁵ WEIMER, Günther. **Origem e evolução das cidades rio-grandenses**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004, p. 102.

Com o que se demonstrou até aqui, comprova-se que as hipóteses de Neis e Weimer não foram aceitas pelos pesquisadores, pois as origens de Porto Alegre seguiram sendo descritas como uma combinação da povoação açoriana surgida nas terras do fundador Jerônimo de Ornellas. No final da década de 2010, um trabalho acadêmico e uma publicação oficial da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre seguem perpetuando uma tradição que, como mostraram os autores acima citados, não se baseia em dados documentais.²³⁶

Dentre estudos mais recentes, tem-se a já citada obra de Charles Monteiro, a primeira em muito tempo exclusivamente dedicada à história de Porto Alegre.²³⁷ Digno de comentário também é a análise da presença açoriana no Continente de São Pedro no século XVIII, feito por Ana Scott e Gabriel Berute.²³⁸ Apesar de atribuir a criação do povoado aos casais, os autores, analisando os registros de casamento, afirmam que, para o período de 1772 a 1800, “pouco foi o impacto causado pelos ilhéus”:

A presença deles pode ter sido diluída pelo fato da freguesia ser o núcleo “mais urbanizado”, “capital do Continente”, mesmo que sem ser vila e, por conseguinte, ser um centro de atração para muitos contingentes populacionais.²³⁹

Por que foi preciso aqui escrever sobre a fundação de Porto Alegre? Ou melhor, sobre o que se discutiu ser essa fundação? Porque, entre quase todos aqueles que escreveram sobre a origem da cidade desde o final do século XIX até 2014, mais do que

²³⁶ Um dos trabalhos é o livro de Adriano Comissoli, originado de sua dissertação de mestrado na qual analisa a Câmara de Porto Alegre entre 1767 e 1808. Ao discutir as origens da vila, o autor diz que Ornellas estava mais interessado em povoar suas terras “com animais do que com gente”, mas que “somente em 1752, quando chegaram às margens do Guaíba casais de colonos oriundos do Arquipélago dos Açores, é que se forma uma povoação regular no local”, que dará origem, em 1772, a um “núcleo populacional independente de Viamão”. COMISSOLI, Adriano. **Os “homens bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)**. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008, p. 43-44. O segundo, editado pelo Conselho dos Cidadãos Honorários da cidade, reproduz os mapas feitos por Clóvis Oliveira, e informa que Porto Alegre se formou com cerca de 300 colonos açorianos e madeirenses que, junto com um capelão e 60 soldados paulistas, criaram um rancho quando aqui desembarcaram em 1752. MOTTA, Carlos Alberto Pippi da. (Org.). **Histórias de Porto Alegre contadas por seus cidadãos**. Porto Alegre: Conselho de Cidadãos Honorários de Porto Alegre, 2009, p. 4-5.

²³⁷ Apesar disso, o autor menciona “pequena capela” criada a partir de 1752. MONTEIRO, 2012, p. 11-12.

²³⁸ SCOTT, Ana Sílvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos. Gentes das Ilhas: repensando a migração do Arquipélago dos Açores para a capitania do Rio Grande de São Pedro no século XVIII. In: SCOTT, Ana Sílvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos; MATOS, Paulo Teodoro (Orgs.). **Gentes das Ilhas: Trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790**. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 105-146.

²³⁹ Por usarem apenas os dados referentes aos casamentos, e sem cruzar os registros com outras freguesias, como fez Ruben Neis em 1972 (em trabalho não citado pelos autores), Scott e Berute não propuseram outras alternativas a essa pouca aparição dos ilhéus nos registros. A solução apontada pelo padre Neis seria que poucos dos ilhéus de 1752 haveriam ficado no porto até 1772, logo poucos apareceriam como noivos ou noivas. SCOTT; BERUTE, 2014, op. cit., p. 139.

apontar quem foram os colonizadores iniciais – por que esses variaram ao longo das décadas – foi discutir como era a nascente capital no final dos Setecentos.²⁴⁰ Nas duas ocasiões em que a Municipalidade se decidiu sobre o assunto – em 1940 e em 1972 -, o que se concluiu foi a respeito das origens urbanas: primeiramente entendendo que havia intenções de colonização por parte de Jerônimo de Ornellas, e em um segundo momento, aceitando que é na criação do aparato administrativo, por meio da construção dos prédios dos poderes religioso e secular, que se funda uma cidade.

Foi a existência de igreja, ou a capela, anterior a 1769, um dos focos de discussão mais acalorados, sendo finalmente – a meu ver – resolvido por Ruben Neis em entrevistas, reportagens e palestras no começo dos anos 1970. Isso se deu, principalmente, devido a crença – correta – de que é necessário ter um templo religioso católico como embrião das cidades, vilas e arraiais do mundo ocidental como um todo, neste período. E, juntamente com a igreja, estariam os mortos.

Partilho da tese desenvolvida por Renato Cymbalista, arquiteto e historiador que analisou o surgimento das cidades brasileiras, em especial as paulistas, a partir de seus cemitérios, a de que os mortos eram um dos fatores principais na fundação de novas povoações. Era uma época, como se verá nos próximos capítulos, em que se dava grande importância para o local de sepultura de um ente querido:

É possível que a preocupação com os lugares de deposição dos mortos tenha atravessado o Atlântico com intensidade ainda maior do que a existente na Europa, onde há séculos estavam consolidados os locais

²⁴⁰ Pesquisando nos repositórios digitais das faculdades de história de duas das principais universidades do Estado – PUCRS e UFRGS -, buscando por teses e dissertações produzidas entre 2011 e 2014, que tratassem de Porto Alegre em seus primórdios, encontrei três que seguiram citando os casais açorianos como primeiros ocupantes da região ou criadores do primeiro núcleo urbano. Daiane Bitencourt, em dissertação sobre as práticas de cura em Porto Alegre do século XVIII a meados do século XX, cita Luis Escosteguy para afirmar que os primeiros ocupantes eram “militares e agricultores” trazidos por iniciativa da Coroa e relacionados ao Tratado de Madri e à ocupação das Missões. Luciano Gomes, em excelente dissertação sobre a presença negra em Porto Alegre no século XVIII, apesar de fazer uma ótima crítica bibliográfica sobre a propagação do “mito açoriano” pelos membros do IHGRGS, afirma que Marcelino de Figueiredo transpôs a capital para o “Porto dos Casais, o povoado formado por casais de número que surgiu às margens do estuário”. Por fim, Marcelo Lazzarotti, em dissertação sobre as origens portuárias de Porto Alegre, atribui o início dessas ao povoado criado a partir de 1752 pelos açoritas, também os primeiros a iniciar a construção de estaleiros no porto. BITENCOURT, Daiane Brum. **Para sua saúde e vigor**: Práticas de cura e medicamentos populares em Porto Alegre (1776-1936). Porto Alegre: PPG História/PUCRS, Dissertação de Mestrado, 2011, p. 44; GOMES, Luciano Costa. **Uma cidade negra**: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802. Porto Alegre: PPG História/UFRGS, Dissertação de mestrado, 2012, p. 31-32; LAZZAROTTI, Marcelo dos Santos. **Arqueologia da Margem**: Porto Alegre: Formação de uma cidade portuária (do século XVIII a meados do século XIX). Porto Alegre: PPG História/PUCRS, Dissertação de mestrado, 2013, p. 137 e seguintes.

adequados para o repouso, sacralizados e vigiados pelos vivos, pois nada disso estava garantido na América.²⁴¹

Por isso, ao falar de “terras doadas a um santo, ao qual edificavam-se pequenos templos ou capelas, em torno dos quais formavam-se muitas povoações”,²⁴² o autor está se remetendo a uma tradição urbanística bastante antiga na Europa. Sobre as praças urbanas na formação da cidade de origem portuguesa, escreveu Manuel Teixeira:

As praças urbanas – ou o tipo de espaço urbano que genericamente pode se enquadrar nessa designação, em que se incluem as praças, os largos, os terreiros, os campos, os adros, etc. – têm um papel importante na compreensão da identidade morfológica dos traçados urbanos de origem portuguesa. [...] As praças desempenham um papel fulcral na estruturação dos espaços urbanos, traduzindo sua importância funcional e simbólica²⁴³. Elas são locais privilegiados de encontro, de troca e de sociabilidade, condensando em si as razões de natureza política, social e econômica que *historicamente conduziram ao aparecimento e à estruturação das cidades e que constituem sua essência*.²⁴⁴

Teixeira também destaca as múltiplas funções da praça, que indicam a sua origem, e se confundem entre si: como mercado, ou praça política, militar e religiosa. Para essa última função, Philippe Ariès informa que na Europa medieval (e é uma tradição que na América portuguesa continuará até meados dos séculos XVIII ou XIX em algumas localidades), “o termo *igreja* não significava apenas o edifício”, mas todo o espaço que abrangia também a praça paroquial ou adro. O autor também informa que, na França do século IX, “para se estabelecer um cemitério, se construía uma igreja”, pois essa era o espaço oficial dos mortos. O oposto, porém, não poderia ocorrer: uma igreja não ocuparia um espaço já profanado por cadáveres enterrados em local não sacralizado.²⁴⁵

Fazendo-se a devida crítica, para evitar anacronismos, é com essa lógica em mente que Ruben Neis diz não acreditar ter havido capela ou cemitério no Porto dos Casais antes da chegada de José Marcelino de Figueiredo. Para o padre Neis, e é esta a lógica seguida neste trabalho, o primeiro cemitério de Porto Alegre chega ao mesmo tempo que a administração oficial, e está em estreita ligação com esta. Para se compreender o que

²⁴¹ CYMBALISTA, 2011, p. 225.

²⁴² Ibid., p. 246.

²⁴³ Essa afirmação vai ao encontro do que o padre Balém escreveu em 1940, ao transcrever ordem no Bispo de São Paulo ao Brigadeiro Silva Paes, no século XVIII, ordenando que se “assinalasse um quadrado de terra para praça, de quinhentos palmos de face onde em um dos lados se pusesse a igreja”. BALÉM, 1940, p. 379-401.

²⁴⁴ TEIXEIRA, Manuel C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 99-100. Grifos meus.

²⁴⁵ ARIÈS, 2014, p. 68-69.

proponho nesta dissertação, é preciso ter em mente o fato de que o Cemitério da Matriz foi o primeiro local de enterramento oficial de Porto Alegre, surgido em 1772, e saber que essa informação é bastante ignorada (nos vários sentidos dessa palavra) pela historiografia tradicional da cidade.

Capítulo 2 - A dinâmica cotidiana do cemitério da Matriz de Porto Alegre (1772-1850)

Para se compreender a criação de Porto Alegre deve-se atentar para a situação do Continente de São Pedro em relação ao restante da América portuguesa no último quartel do século XVIII. Apesar da fundação da Colônia do Sacramento, às margens do Prata, em 1680, foi somente no reinado de Dom João V (1706-1750) que a administração portuguesa voltou mesmo os seus olhos para a fronteira mais austral de seus domínios americanos.²⁴⁶ Para Sandra Pesavento, essa integração tardia se explica na ausência de “agricultura colonial de exportação diretamente integrada ao mercado internacional”.²⁴⁷

A situação se alteraria com a decadência do açúcar e a descoberta das Minas Gerais, no final do século XVII, tornando relevantes os rebanhos de gado do sul do país.²⁴⁸ A partir de então, o Continente de São Pedro seria desbravado por tropeiros paulistas e lagunenses, interessados primeiramente na captura do gado xucro, mas, que a partir da década de 1730, mais ou menos, passariam a requisitar sesmarias na região dos Campos de Viamão,²⁴⁹ e assentariam residência.²⁵⁰ Paralelamente ocorreria uma ação oficial coordenada pela Coroa, preocupada com a necessidade de “defender o promissor Brasil da ambição das potências estrangeiras e preservar o comércio que Portugal fazia com suas colônias”.²⁵¹ Nesse contexto que seria fundada a vila de Rio Grande, com o presídio Jesus Maria José em 1737, consolidando a presença portuguesa nas terras ao sul.

É o conflito com os espanhóis pela posse do Continente que irá marcar a atuação da Coroa lusa naquele território na “Época Pombalina” (1750-1777), refletindo na América a política internacional europeia: uma fase de aliança da Espanha com a França

²⁴⁶ KÜHN, Fábio. **Gente da Fronteira: Família e Poder no Continente do Rio Grande (Campos de Viamão, 1720-1800)**. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 69.

²⁴⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 7ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994, p. 7.

²⁴⁸ PESAVENTO, 1994, p. 13.

²⁴⁹ “Os Campos de Viamão abrangiam uma área de considerável extensão no nordeste do atual Rio Grande do Sul. Os tais campos correspondiam às terras situadas ao sul do rio Mampituba, tendo a leste o Oceano Atlântico e a oeste e a sul a baliza fluvial do Guaíba e da Lagoa dos Patos. Para os paulistas e lagunenses que exploraram o Rio Grande a partir do Caminho da Praia, os campos eram todas as planícies despovoadas à margem esquerda do Rio de São Pedro”. KÜHN, 2014, p. 69-70.

²⁵⁰ Um dos sesmeiros que chegaram nesta década foi Jerônimo de Ornellas, bastante citado no capítulo anterior, uma vez que em suas terras grande parte da historiografia acredita ter surgido Porto Alegre. *Ibid.*, p. 46-47.

²⁵¹ *Ibid.*, p. 69.

e de Portugal com a Inglaterra.²⁵² Desde 1735 os espanhóis faziam ataques frequentes à Colônia, seu principal interesse na região por conta do controle do Prata, após os quais a cidade era retomada e reconstruída pelos portugueses. Com a falência do Tratado de Madri, que entregaria Colônia de vez para os espanhóis em troca do território das Missões, e da posse portuguesa dos Campos de Viamão, as relações entre as Coroas se deterioraram ainda mais. O estado de guerra na Europa em 1762 gerou a ocupação espanhola de Colônia e a invasão da vila de Rio Pardo. Apesar do Tratado de Paris de 1763, que suspendeu as hostilidades, “os espanhóis permaneceram instalados na metade sul do Rio Grande do Sul, estabelecidos na vila do Rio Grande e em São José do Norte. Em outras palavras, dominavam os dois lados do canal de acesso à Lagoa dos Patos, o que impedia os portugueses de abastecer Viamão utilizando a via lacustre/fluvial”.²⁵³

Como se pode perceber, a situação bélica do Continente na segunda metade do século XVIII era intensa. Colônia foi invadida e reconquistada diversas vezes até 1777, ano em que Portugal finalmente perdeu a posse daquela cidade. Rio Grande e Rio Pardo foram recuperados apenas em 1776. Nesse contexto, urgia que se salvaguardasse a administração do Continente de modo a garantir a posse lusitana da terra.

Após a invasão de Rio Grande em 1763, parte da população debandou para territórios mais seguros ao norte da Lagoa dos Patos, “incluindo aí os responsáveis pela administração da Capitania”.²⁵⁴ Se iniciaria assim a peregrinação da Câmara de Rio Grande, que de 1763 a 1773 se localizaria na vila de Viamão, a segunda povoação mais desenvolvida e populosa da região àquela altura. Ao cabo desses dez anos, por ordem do governador, a Câmara é novamente transferida para a nascente povoação de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, que apesar de sede do governo, só se tornaria vila no entrar do século XIX.

Como surgiu Porto Alegre? No capítulo anterior viu-se os últimos duzentos anos de discussões sobre esse fato. E, como escrevi, este trabalho se sustentará nas exceções da historiografia, ao entender que a futura Capital do Rio Grande do Sul terá sua origem através dos atos administrativos de seu governador José Marcelino de Figueiredo, na década de 1770.

²⁵² RODRIGUES, José Honório. **O Continente do Rio Grande (1680-1807)**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 58-60.

²⁵³ KÜHN, 2014, p. 79.

²⁵⁴ COMISSOLI, 2008, p. 42.

2.1 José Marcelino de Figueiredo e a fundação de Porto Alegre

Ruben Neis, em 1975, ao falar sobre as origens de diversas cidades gaúchas, escreveu que “Porto Alegre, também fundação açoriana, foi *idealizada* para sede do governo da Capitania”.²⁵⁵ O padre comenta sobre os açorianos pois não há dúvida de que alguns casais das Ilhas estiveram no Porto de Viamão por volta de 1752, à espera do cumprimento do Tratado de Madri, prontos para irem colonizar as terras missioneiras.²⁵⁶ Porém, como escreveu Neis em outra ocasião,

Foi naqueles dois anos [1753-54] que no porto do Dorneles se encontrava o maior número de açorianos. Nota-se claramente nos livros de Viamão que foi uma população que se “passou” pela freguesia, e que aí já não se encontrava em 1755. (...) A maioria dos açorianos foi para Santo Amaro, Rio Pardo, e posteriormente Taquari. [...] Ainda outros, com o fracasso da tomada das Missões, ficaram aqui, sem rumo, sem terra própria, e ainda durante muitos anos sem capela e sem cemitérios próprios. Não era uma povoação. Era um aglomerado de famílias que viviam as tontas.²⁵⁷

Voltemos à Viamão. A bibliografia é unânime ao afirmar que a mudança da Câmara para àquela vila só se deu por ser ela a mais desenvolvida do Continente fora das mãos dos espanhóis, uma vez que, em termos estratégicos e defensivos, não era Viamão muito privilegiada: situava-se “em terreno aberto, vulnerável a quaisquer ataques por não contar com proteção natural ou artificial”.²⁵⁸ Desse modo, Viamão, enquanto cidade, estava bastante distante do ideal defensivo português:

Desde o início da nacionalidade que Portugal se confrontava com inimigos de maior dimensão e poder, como era Castela, a norte e leste, e o mundo árabe a sul. Esta circunstância vai envolver os mestres de obras e os engenheiros militares para tratarem das fortificações desde

²⁵⁵ NEIS, Padre Ruben. **Guarda Velha de Viamão**: No Rio Grande miscigenado surge Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Sulina, 1975b, p. 16. Grifo meu.

²⁵⁶ No Livro 1º de Óbitos de Viamão encontram-se vários assentos de açorianos relacionados ao Porto de Viamão, ou dos Casais, mas todos eles sepultados em Viamão, o que por si já invalida a existência de uma igreja naquele porto antes de Marcelino de Figueiredo. Pode-se citar os casos de José de Mello, natural da Ilha de Santa Maria, sepultado em 15 de dezembro de 1753 e “assistente neste porto de Dornelles”, ou o de João Machado Bitancourt, também assistente naquele porto, natural “das ilhas”, enterrado em 29 de março de 1757, ou ainda o famoso Antônio Agostinho Castello Branco, açoriano de Angra, morto a facadas por um dos filhos de Jerônimo de Ornellas e sepultado em Viamão em 8 de novembro de 1760. 1º livro de óbitos de Viamão. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (orgs.) Projeto resgate de fontes paroquiais. Porto Alegre- Viamão (século XVIII). Disponível em <http://www.viamaoantigo.com.br/Primeiro%20Livro%20de%20Obitos%20-%20Viamao.pdf>. Acesso em 04 nov. 2015.

²⁵⁷ AHCMPA, Arquivo Pessoal do Pe. Ruben Neis, NEIS, Ruben. A Fundação de Porto Alegre II, **Correio do Povo**, Porto Alegre, Caderno de Sábado, p. 5, 27 mar. 1971.

²⁵⁸ COMISSOLI, 2008, p. 45.

muito cedo e, por outro lado, a necessidade de localizar as urbes em locais de difícil acesso – em colinas, em ilhas, em penínsulas – e de as rodear de muralhas defensivas, tornando-se verdadeiras fortalezas.²⁵⁹

Por esse padrão serão construídas, por exemplo, as cidades portuguesas de Óbidos, Alta de Coimbra e Lisboa e, na América portuguesa, Salvador, São Paulo, Ouro Preto, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Porto Alegre, em sua formatação original, sem os aterros do século XIX, situava-se “sobre uma pequena península formada por uma colina que se projeta de norte a sudoeste sobre a lagoa dos Patos”, como a descreveu o viajante francês Auguste de Saint-Hilaire em 1820.²⁶⁰ Possuía, então, melhores condições defensivas que Viamão, especialmente em um período de tantas guerras entre as Coroas pela posse do Continente, e em um contexto que não parecia favorável a Portugal, graças ao domínio espanhol ao sul do território e bloqueio do comércio com Viamão. Havia também um maior potencial comercial, pois por via fluvial, podia-se fazer o “escoamento dos produtos de Viamão, Rio Pardo, Taquari, Triunfo” que, após passarem por Porto Alegre, seguiriam para Rio Grande (uma vez reconquistado) e daí, por “via marítima até o restante do Brasil”.²⁶¹

²⁵⁹ LOBO, Manuel Leal da Costa & SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. Introdução. IN: _____ (Orgs.). **Urbanismo de Colina**: Uma tradição luso-brasileira. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mackpesquisa e IST Press, 2012, p. 31.

²⁶⁰ NOAL FILHO; FRANCO, 2004a, p. 41.

²⁶¹ COMISSOLI, 2008, p. 46.

Figura 1 – Sobreposição da planta de Porto Alegre de 1844 com imagem de satélite atual, mostrando a posição da cidade antiga em relação ao relevo do terreno.



Fontes: IHGRS. Cartografia virtual histórica-urbana de Porto Alegre. Século XIX e início do XX. Edição em CD-Room, 2005; software Google Earth. Agradeço ao Eng. Alfonso Risso pela sobreposição das imagens.

Supõe-se assim que a experiência militar do novo governador da Capitania, José Marcelino de Figueiredo, tenha guiado a escolha daquele acanhado arraial, habitado por algumas poucas famílias, mas sem quaisquer pretensões de, sozinho, virar uma freguesia, e planejado nele a nova capital. A cronologia da documentação conhecida demonstra bem as intenções do governador. Mal assume o governo, em 1769, já solicita ao vice-rei Marquês do Lavradio, que autorizasse a mudança da capital de Viamão para o porto dos Casais, obtendo resposta negativa, visto não ter condições alguma daquele porto assumir a administração do Continente naquele período.²⁶²

Ora, de acordo com Murillo Marx, o primeiro estágio da fundação de cidades na colônia passava por procedimentos eclesiásticos de criação de capelas.²⁶³ Ruben Neis localiza a capela do Porto dos Casais como construída em 1769, já durante o governo de

²⁶² Conforme carta do Marquês de Lavradio a Marcelino de Figueiredo, citada em COMISSOLI, 2008, p. 44.

²⁶³ MARX, Murillo, 1991 apud BRUNA, Gilda Collet. Paradigmas urbanístico-ambientais das cidades luso-brasileiras. IN: LOBO, Manuel Leal da Costa & SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo (Orgs.). **Urbanismo de Colina: Uma tradição luso-brasileira.** São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mackpesquisa e IST Press, 2012, p. 45.

Marcelino de Figueiredo, salientando que este teria percebido “a posição estratégica do Porto dos Casais, e procurou organizar a povoação”.²⁶⁴ Assim, pode-se supor que não tendo conseguido a criação da vila através da Coroa, Marcelino buscou o caminho da Igreja.

Em 1º de janeiro de 1771, o governador escrevia ao seu superior informando ter solicitado ao bispo um vigário que servisse de capelão do Porto dos Casais, com a intenção de criar uma freguesia, “tendo o dito Excelentíssimo ficar a mandar-mo brevemente”.²⁶⁵ Em agosto do mesmo ano, o governador é convocado ao Rio de Janeiro pelo Marquês do Lavradio, a fim de ser disciplinado.²⁶⁶ Porém, antes de partir, relata Paranhos Antunes, o governador “aconselhou os moradores do Porto dos Casais a promoverem um abaixo-assinado, pedindo a elevação da Capela de São Francisco a Paróquia. [...] Entregando o governo ao seu sucessor, ao chegar no Rio uma das primeiras coisas que tratou foi a ereção da nova paróquia, o que conseguiu com facilidade”.²⁶⁷

Tanto o foi, que por Edital de 26 de março de 1772, o bispo do Rio de Janeiro, Dom Frei Antônio do Desterro, “criava Freguesia o Porto dos Casais, erigindo em Matriz a Capelinha de São Francisco e nomeando primeiro vigário o Padre José Gomes de Faria”, que tomaria posse do cargo em 25 de setembro daquele ano. A partir de então se iniciam os registros eclesiásticos de Porto Alegre, sendo o primeiro deles um batizado ocorrido em vinte e nove de setembro.²⁶⁸

Assim, através de um Edital eclesiástico, criou-se a freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, desligando-a juridicamente da vila de Viamão, e transferindo para lá também todo o aparato administrativo da Igreja.

Imediatamente à criação da freguesia, Marcelino de Figueiredo, ainda no Rio de Janeiro, ordenava ao engenheiro militar, Alexandre Montanha, que desapropriasse a fazenda de Inácio Francisco de Melo, proprietário da antiga sesmaria de Ornellas, e nela demarcasse os lotes residenciais e os locais para igreja, praça e edifícios públicos.²⁶⁹

²⁶⁴ NEIS, 1972, p. 13.

²⁶⁵ Ibid., p. 13.

²⁶⁶ Segundo Fábio Kühn, “desde o princípio o vice-rei foi crítico em relação ao seu subordinado, que o julgava muito intempestivo.” Assim, entre 1769 e agosto de 1771, as reprimendas se avolumaram, culminando na convocação e prisão de Marcelino, substituído no governo da Capitania pelo governador interino Antônio da Veiga Andrade. KÜHN, 2009, p 172-173.

²⁶⁷ DE PARANHOS ANTUNES, 1941, p. 1052.

²⁶⁸ BALÉM, 1956, p. 13.

²⁶⁹ NEIS, 1972, p. 14.

Como já estava planejando a criação da freguesia desde 1769, é de esperar que Marcelino de Figueiredo tenha, naquele ano, ordenado a ereção da Capela de São Francisco na região denominada “Alto da Praia”, atual rua Duque de Caxias, onde ainda hoje se encontra a igreja Matriz (embora não seja o mesmo edifício colonial). Tal localização estaria de acordo com as diretrizes das “cidades de colina” portuguesas, como já se referiu.

Nessas condições, a capela ou igreja Matriz era localizada em posição topográfica privilegiada, em lugares altos, sem umidade, arejados, definindo o largo. A Coroa tratava do acesso inicial, do feitiço urbano, das vias e parcelas do terreno, bem como das construções principais; e a mitra que representava o poder eclesiástico, à qual os reis se submetiam para obter o reconhecimento de seus reinos pelo papa, cuidava da cristandade, tanto do ponto de vista religioso como administrativo. A ocupação se expandia pelas colinas e escarpas. No entanto, deixava-se, por vezes, um espaço aberto desocupado entre a igreja e as casas, numa distância em que as procissões podiam passar ao redor da igreja, o adro. [...] Em algumas igrejas, o adro abrigava um cemitério.²⁷⁰

Em 18 de janeiro de 1773, o bispo carioca, por portaria, alterava o orago da recém-criada freguesia para a invocação de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, ao mesmo tempo em que ordenava a mudança do governo civil para lá.

Mudar a Capital desse Governo que até agora se conservava junto a Igreja Matriz de Nossa Senhora [da Conceição] de Viamão para o Lugar a que chamão Porto dos Cazaes do mesmo Destricto de Viamão onde se acha no [va]mente estabelecida a Freguesia de São Francisco erigindo nesse lugar uma nova Villa com o título de Porto [ale]gre [...] E que nos assentos, termos, e mais papeis que da qui em diante se fizerem no Referido Lugar por pessoas da nossa Jurisdição se ponha o título da Villa, ou Freguesia [de] Nossa Senhora Madre de Deos de Porto alegre de Viamão: E porque nos parece tãobem muito conveniente para o bem [commum] dos Povos, e maior utilidade das Almas, que a Vigararia da Vara, que até agora se conservava junto [a mesma] Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Viamão deste nosso Bispado, se mude para esta nova Villa, e Freguesia [de] Nossa Senhora Madre de Deos de Porto alegre.²⁷¹

Gilda Bruna resume este processo do seguinte modo:

²⁷⁰ MARX, 1991 apud BRUNA, 2012, p. 48.

²⁷¹ Provisão Episcopal de 26 de março de 1772, transcrição de Vanessa Gomes de Campos. Disponível em <http://ahpoa.blogspot.com.br/2010/04/va-reclamar-ao-bispo-assim-funcionava.html>. Acesso em 4 nov. 2015. Colchetes da transcritora.

Com a vigência da instituição do Padroado Régio, pode-se caracterizar o processo de fundação de cidades pelo poder eclesiástico, que começa em torno da capela: esta, quando recebia um pároco, ascendia ao nível de igreja Matriz, o que permitia que o núcleo se tornasse uma paróquia ou freguesia que, por fim, seria hierarquicamente alçada à autonomia municipal, no contexto da política e dos interesses da metrópole, Portugal. Desse modo, os procedimentos eclesiásticos que atuavam em nome da Coroa regiam a fundação de cidades.²⁷²

Em julho de 1773 Marcelino retornava ao Continente, reempossado no cargo “debaixo da mesma posse” de seu mandato inicial. No dia 24 daquele mês, oficiava aos vereadores da Câmara, em Viamão, que havia mudado sua residência para o porto e possuía ordens de Lavradio determinando a mudança da capital da Capitania para lá, e que em obediência a esta ordem, já haviam sido transferidas a Provedoria da Fazenda Real e Vara da Comarca Eclesiástica, bem como seu cartório, ordenando, portanto, que a câmara e os seus oficiais também se mudassem para a nova capital, onde “brevemente hey de criar vila”.²⁷³

2.2 “E foi sepultado no cemitério desta Matriz”: setenta e oito anos de sepulturas dentro da cidade

O primeiro Livro de Registros de óbitos da igreja Matriz de Viamão, que abarca o período de 1748 a 1776, possui, como já informado acima, alguns assentos relacionados ao Porto dos Casais, indicando, conforme escreveu o padre Neis, que aqueles que morriam no porto antes da elevação da capela à Matriz eram transportados até a sede da freguesia, onde eram sepultados.²⁷⁴ Em cinco dos óbitos deste livro, registrados nos anos de 1753 e 1754, há referências ao “capelão dos casais na expedição das Missões”, identificado ora como “Padre Paulino Antônio de São Alberto”, ora como “frei Alberto de Santo Antônio”.²⁷⁵ No entanto, nos registros que informam o local da sepultura, todos

²⁷² BRUNA, 2012, p. 45-46.

²⁷³ COMISSOLI, 2008, p. 44; MIRANDA, Marcia Eckert. **Continente de São Pedro: Administração Pública no Período Colonial**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; CORAG, 2000, p. 56.

²⁷⁴ Claro que pode-se esperar que nem todos os cadáveres seriam transportados até Viamão, logo podem ter ocorrido enterramentos clandestinos e extraoficiais no Porto dos Casais que não seriam, portanto, registrados nos livros de óbito. É possível que os boatos a respeito do cemitério que teria existido nas praias do Porto dos Casais entre 1752 e 1772 tenham se originado a partir da descoberta de ossadas humanas nessa área, mas como não existem fontes documentais que comprovem a existência de cemitério no porto nesse período, considero aqui que os ossos são decorrentes de sepulturas ocasionais. NEIS, 1975, p. 104-105; LEÃO, 1962, p. 353 e 360.

²⁷⁵ Refiro-me aos óbitos de João, inocente, sepultado a 24/03/1753 na porta da igreja de Viamão; Maria, inoc., sep. 22/12/1753 fora da porta da igreja de Viamão, defronte à sacristia; Francisco, escravo, sep. em 07/06/1754 em local não informado; Maria, inoc., sep. em 13/06/1754 na porta principal da igreja de

indicam a igreja Matriz de Viamão, mostrando que embora existisse um capelão com os açorianos nesse período, os serviços religiosos eram executados no *único* templo da freguesia.

Apesar de, como apresentado na seção anterior, *provavelmente* existir capela em Porto Alegre a partir de 1769, é apenas em 1772 que batismos, casamentos e óbitos serão realizados nesta cidade, com a criação da freguesia. E ao longo das quase oito décadas seguintes, até abril de 1850, será principalmente dentro e ao redor da igreja Madre de Deus que se realizaram os sepultamentos da população livre e escrava da cidade. Com a destruição deste espaço cemiterial em 1865, o único modo que resta ao historiador para compreender a dinâmica da morte na cidade antiga são as fontes eclesiásticas.

2.2.1 “Livro em que se assentem os nomes dos defuntos”: os registros de óbitos e a dinâmica cemiterial

A principal fonte documental que permite ao pesquisador acesso ao cotidiano cemiterial do passado são os livros de assento de óbitos. Tornados obrigatórios pelo papa Paulo V, em 1614, esses registros permitiam a cada vigário ter controle sobre os seus fiéis, pois através deles cada morto era individualizado e contabilizado.²⁷⁶ No Brasil, graças a instituição do Padroado Régio, até 1891 (quando foram oficialmente separados Estado e Igreja), a religião católica como era considerada “uma lei fundamental e constitucional do Estado” e os registros eclesiásticos valiam como registros civis.²⁷⁷

Em 1719 são publicadas as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, de Dom Sebastião Monteiro de Vide (elaboradas em 1707), o primeiro conjunto de regras eclesiásticas da colônia, embasadas pelo Concílio de Trento, que por mais de um século irão reger a vida eclesiástica no Brasil. Em seu título XLIX, parágrafo 831, assim indica “como se farão os assentos dos defuntos”:

Por tanto mandamos, que em todas as Igrejas Parochiaes haja um livro, em que se assentem os nomes dos que morrerem, e que cada um dos Parochos de nosso Arcebispado no dia em que o defunto fallecer, ou ao mais tardar dentro dos tres primeiros seguintes, faça no dito livro assento do seu fallecimento, escrevendo-o ao comprido, e não por abreviatura, ou algarismo, na maneira seguinte.

Viamão; José, inoc., sep. em 13/06/1754 na porta principal da igreja de Viamão. AHCMPTA, Livro 1º de óbitos de Viamão.

²⁷⁶ Também eram obrigatórios e complementares ao controle da população os livros de assento de casamento e de batismo, e os róis de confessados. MARCÍLIO, 2004, p. 14.

²⁷⁷ BURNICHON, 1910 apud MARX, Murillo. **Nosso chão**: do sagrado ao profano. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 24.

Aos tantos dias de tal mez, e de tal anno falleceo da vida presente N. Sacerdote Diacono, ou Subdiacono; ou N. marido, ou mulher de N. ou viúvo, ou viúva de N., ou filho, ou filha de N., de lugar de N., freguez desta, ou de tal Igreja, ou forasteiro, de idade de tantos annos, (se commodamente se puder saber) com todos, ou tal Sacramento, ou sem eles: foi sepultado nesta, ou em tal Igreja: fez testamento, em que deixou se dissessem tantas Missas por sua alma, e que se fizessem tantos Officios: ou morreo ab intestado, ou era notoriamente pobre, e por tanto se lhe fez o enterro sem se lhe levar esmola.²⁷⁸

Por tal modelo a ser seguido, verifica-se que o morto só se configurava enquanto indivíduo se tivesse relações com a sociedade: se fosse casado com alguém, viúvo de alguém, filho de alguém, ou membro do corpo maior da Igreja. Para os escravos, o nome do seu senhor estava sempre presente, pois era o que lhe localizava socialmente. O registro eclesiástico se configurava, assim, no registro de vida de cada pessoa, e a aceitação, ainda que estratégica, dos rituais católicos que coordenavam toda uma vida (desde o nascimento, passando pelo casamento, e acompanhando até o túmulo) eram a garantia da cidadania católica, “requisito básico para a sobrevivência na Colônia”.²⁷⁹

Desse modo, tem-se no pároco a figura central de cada paróquia, pois cabia a ele a categorização de cada indivíduo. Para Sheila Faria, “os padres [eram] os verdadeiros filtros das informações dos registros” pois, uma vez que eles “não poderiam saber sobre a vida de todos, mesmo em pequenas paróquias”, os dados precisavam ser complementados através “de consulta com os pais do batizando, noivos, padrinhos e testemunhas”, mas “a interpretação e a redação final, entretanto, ficava a cargo do pároco”.²⁸⁰

Assim, embora a Igreja exigisse um padrão para os registros, através de suas Constituições, a variedade era grande, pois o registro estava a cargo de cada pároco, munido das informações que lhe foi possível conseguir. Registros de óbitos de forasteiros, por exemplo, trazem sempre pouquíssima informação, sendo repletos de “fococas” da comunidade, tais como “dizem ser casado em”, “tinha aparentemente tantos anos”, “parece que fora filho de”. Para Faria, “era, portanto, uma necessidade de identificação que levava padres a registrar “fococas” da comunidade sobre semidesconhecidos que vinham ali falecer. Os padres transmitiam [aos registros] o que ouviam”. Conclui a autora:

²⁷⁸ VIDE, 2011, p. 292.

²⁷⁹ FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 304-307.

²⁸⁰ *Ibid.*, p. 310-311.

Com base nestas considerações, quero afirmar que a redação dos registros não se reduzia às informações dadas pelos envolvidos e, nem mesmo, pelos próprios padres. Representava, através das escriturações dos padres, o que as pessoas indicavam sobre elas próprias e o que a comunidade local sabia ou murmurava sobre elas.²⁸¹

Para esta pesquisa serão utilizados todos os registros de treze livros de assento de óbitos, quais sejam: Livro 1º de óbitos (livres e escravos) da Matriz, livros 2º a 7º de óbitos livres da Madre de Deus, livros 2º a 5º de óbitos escravos da Madre de Deus, livro 1º de óbitos livres do Rosário, livro 1º de óbitos escravos do Rosário, perfazendo quase a totalidade dos óbitos registrados em Porto Alegre até 1850.²⁸² Dentre os dados constantes nos registros, trabalharei apenas com aqueles que me permitem compreender a dinâmica do uso do espaço ao longo do tempo, ou seja, o local de sepultura e a data de enterramento.²⁸³ A transcrição de todos os óbitos ao longo de quase oito décadas me permitiu ter um bom vislumbre da gênese dessa fonte, aprimorando a compreensão de como são produzidos os assentos.

O primeiro livro de óbitos da freguesia foi rubricado e teve as páginas numeradas de graça no Rio de Janeiro, por “André Lopes de Carvalho – Familiar”, devido ordem do bispo, ciente da “pobreza da freguesia”. O termo de abertura, onde constam essas informações é datado de 10 de abril de 1772 e, à folha 245 está o termo de encerramento, de quatro dias depois, assinado pelo mesmo André Carvalho. Este livro em especial

²⁸¹ FARIA, 1998, p. 312.

²⁸² Através do decreto imperial de 24 de outubro de 1832 ficou dividida a paróquia da Madre de Deus de Porto Alegre em três freguesias, somando à própria Madre de Deus as de Nossa Senhora das Dores e a de Nossa Senhora do Rosário, sendo existente também a Capela de Belém, elevada a curato em 1831. Apesar de existirem os livros de óbito de Belém de 1831-1839 e 1845-1850, devido ao volume de dados já contabilizados para os livros da Madre de Deus e do Rosário, não utilizei a documentação de Belém neste trabalho. Assumo, no entanto, que existe a possibilidade de, naqueles livros, existirem registros de óbitos sepultados na Madre de Deus, que não constaram na presente análise. BALÉM, 1941, p. 97-98; FRANCO, 2006, 64.

²⁸³ Para análise do Livro 1º de óbitos da Madre de Deus, utilizei a base de dados do Projeto Resgate, complementando-a com as informações sobre o local de sepultura, que embora estejam registradas na fonte não foram compiladas pelos transcritores. Para os livros 2 a 7 de óbitos livres da Madre de Deus, compilei apenas as duas informações listadas acima, o mesmo valendo para os livros do Rosário. Para os óbitos escravos, agradeço a gentileza de Ana Sílvia Volpi Scott e Dario Scott, coordenadores do projeto NACAOB, pela cedência de seu banco de dados dos óbitos escravos de Porto Alegre entre 1773 e 1835. Como nossos métodos de coleta de dados são diferentes, não poderei fazer a mesma análise para os óbitos escravos que farei com os óbitos livres. Para os óbitos escravos da Madre de Deus entre 1835 e 1850 (livros 4 e 5), trabalharei novamente com a transcrição de apenas dois campos. NEUMANN; KÜHN, op. cit.; SCOTT, Ana Sílvia Volpi; SCOTT, Dario. Análise quantitativa de fontes paroquiais e indicadores sociais através de dados coletados para Sociedades de Antigo Regime. **Mediações**: Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 18, n. 1, 2013, p. 106-124.

contém os óbitos de livres e escravos, sendo os primeiros registrados das folhas 1 a 178v, e os segundos a partir da folha 180 até o final.²⁸⁴

As folhas sempre são rubricadas e numeradas no canto superior direito da face, nunca no verso, e provavelmente na mesma ocasião, é riscada uma reta vertical próxima à margem esquerda da folha, separando esta em duas partes: na seção da esquerda constará apenas o nome do falecido, por vezes com algum título como “Dona”, “Capitão”, “Marquês/Visconde/Barão de”, e às vezes alguma observação do escrivão eclesiástico quando o mesmo passava certidão do respectivo óbito, constando o registro “P.C.” acompanhado da data e rubrica. No campo da direita, constaria o registro em si, de quatro a seis assentos por página, dependendo do tamanho da letra do escrivão. Este primeiro livro tem outra particularidade de também possuir a transcrição dos testamentos daqueles falecidos que os fizeram, na sequência do assento.

Havia pelo menos três religiosos envolvidos na feitura do assento, que por vezes eram a mesma pessoa: o pároco que encomendava o corpo e acompanhava o sepultamento; o escrivão eclesiástico, que fazia o assento; e o vigário responsável pela paróquia, que assinava o registro. Esta profusão de agentes poderia provocar três principais problemas: registro em livro errôneo; registro fora da cronologia; registro com erro no nome do morto ou nas demais informações.

A cadeia de eventos provavelmente se dava da seguinte forma: o padre que encomendava o cadáver passava as informações para o escrivão eclesiástico que registrava o assento, que seria mais tarde assinado pelo responsável. Sheila Faria, em estudo sobre os Campos dos Goitacazes no período colonial, cunhou a hipótese de que os párocos provavelmente rascunhavam os dados do morto no momento do enterro para depois transcreverem para o livro de assentos.²⁸⁵ No livro 1º de óbitos livres do Rosário há pelo menos um exemplo que confirma essa hipótese para Porto Alegre. No registro de óbito de Georgina consta o seguinte:

Aos vinte e nove dias do mês de Maio de mil oito centos quarenta e oito fez aqui o assento de Jeorgina [sic] *pelo achar em hum papel avulso*, a qual falleceo de molestia interior no mês de febreiro [sic] do corrente anno, Georgina mulher de Joze de Oliveira com os sacramentos foi

²⁸⁴ AHCMPA, Livro 1º de óbitos da Madre de Deus.

²⁸⁵ FARIA, 1998, op. cit., p. 311.

encomendada por licença na Madre de Deos e sepultada no mesmo sementerio [sic]; E para constar assigno. O Coadjuntor Dom. Rod.²⁸⁶

O assento acima demonstra não só que a hipótese de Faria é válida e correta, mas também que a data do registro se refere à escrita deste, e não ao dia da morte,²⁸⁷ além de que pode não haver relação entre a paróquia a qual se refere o livro (do Rosário) e a paróquia de sepultamento do cadáver (da Madre de Deus). Outro dado que sustenta a disparidade entre o dia da morte e o dia do registro é o fato de que, dos 14.226 registros existentes nos livros de livres da Matriz, cerca de 12,5% deles não obedece uma ordem cronológica, sendo exemplar o que se passa nas folhas 137v-138 do livro 4 de óbitos livres da Matriz:

Tabela 1 Óbitos registrados com desencontro de datas.

Fl.	Data	Encomendador	Local	Assinante
137v	01/06/1827	Jacinto Julio de Queiros	Cemitério	Tomé de Souza
137v	28/05/1827	Inácio Soares Viana	Cemitério	Tomé de Souza
137v	03/06/1827	José da Cunha	Cemitério	Tomé de Souza
137v	02/06/1827	Francisco de Paula Macedo	Cemitério	Tomé de Souza
138	04/06/1827	Tomé Luis de Souza	Cemitério	Tomé de Souza
138	03/05/1827	Inácio Soares Viana	Cemitério	Tomé de Souza
138	28/05/1827	Inácio Soares Viana	Cemitério	Tomé de Souza
138	27/05/1827	Inácio Soares Viana	Cemitério	Tomé de Souza
138	27/05/1827	Inácio Soares Viana	Cemitério	Tomé de Souza

Fonte: AHCMPA, Livro 4º de óbitos livres da Madre de Deus, fl. 137v-138.

Dos nove óbitos acima, cuja cronologia se inicia no dia 1º de junho, seis estão fora de ordem. Neste caso, o escrivão e o pároco que assina os registros são a mesma pessoa, o pároco encomendado Tomé Luiz de Souza, vigário responsável pela Vara desde fevereiro de 1833.²⁸⁸ A falha foi, possivelmente, do pároco Inácio Soares Viana,

²⁸⁶ AHCMPA. Livro 1º de óbitos livres do Rosário, fl. 50v-51. Grifos meus.

²⁸⁷ Apesar de que há pelo menos dois exemplos nos quais é a data da morte que abre o registro: o de Luiz Francisco Guedes, falecido a 03/03/1810(sendo esta a data que inicia o assento) e sepultado em 04/03; e o de Antônio José da Silva Monteiro, a primeira baixa da Revolução Farroupilha, morto no Combate da Ponte da Azenha em 19/09/1835, cujos ossos foram sepultados no interior da igreja Matriz em 30/03/1837, sendo esta a data do assento. AHCMPA. Livro 2 de óbitos livres da Madre de Deus, fl. 173v; Livro 6 de óbitos livres da Madre de Deus, fl. 26, respectivamente.

²⁸⁸ Falecido em Porto Alegre em 15/12/1858. RUBERT, Arlindo, Padre. **História da Igreja no Rio Grande do Sul: Época Imperial (1822-1889)**. Vol. 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 36.

responsável pela encomenda de todos os registros fora de ordem, que provavelmente comunicou os sepultamentos muito tardiamente a Tomé de Souza.²⁸⁹

O segundo erro comum de ser encontrado nos livros eclesiásticos é o assento de casamentos ou batismos nos livros de óbitos, e o assento de escravos no livro de livres, ou vice-versa.²⁹⁰ É ilustrativa uma nota apresentada ao pé da página 67 do livro 1º de óbitos escravos do Rosário:

Desde esta folha numero sessenta e sete ate as folhas setenta verso não valem estes assentos p. estarem lançados no comp. livro de óbitos por ser engano do escrituário.²⁹¹

Do exposto, verifica-se que os registros eram revisados após serem registrados pelo escriturário (provavelmente o momento da assinatura pelo pároco), e que havia meios de se corrigir as informações erradas, quer pela consulta aos rascunhos, quer pela consulta às testemunhas. Prova disso, além dos exemplos já dados, é o seguinte assento:

Aos vinte dias do mez de junho de mil oitocentos quarenta e quatro annos nesta cidade de Porto Alegre falleceo ~~de molestia interior~~ de desinteria, sem sacramentos, Manoel Joaquim Barbosa, com sessenta annos de idade, natural de Sanctos, cazado com Christina de Medina. Foi encommendado pelo reverendo coadjuntor Joze Ignacio de Carvalho e Freitas, e sepultado no cemitério ~~desta Matriz~~ da Misericordia. E para constar fiz este assento. O vig. Thomé Luiz de S.za.²⁹²

Não há como saber a data em que foram feitas as correções, mas há registrado na margem três datas em que Thomé de Souza passou certidão deste registro: 03/11/1844, 29/11/1845, e 10/10/1849. Logo, os erros podem ter sido notados logo após a feitura do registro (que foi feito e assinado pelo pároco), ou em alguma dessas situações posteriores. O que importa é que havia como notar os erros e repará-los.²⁹³

²⁸⁹ Há ainda um outro detalhe, o de que o escrivão registraria vários óbitos em sequência, que mais tarde seriam conferidos e assinados pelo vigário responsável. Junto ao registro do dia 12/02/1847, na folha 26 do livro de livres do Rosário, há a seguinte mensagem: “Fallecendo o vig. Ignacio Soares Viana sem assignar os termos até a f. 50v assigno em o p. José Ignacio de Carvalho Freitas”. AHCMPA, Livro 1º de óbitos livres do Rosário, fl. 26.

²⁹⁰ Por causa disso, é provável que nos livros de casamento e batismo das freguesias Madre de Deus, Rosário, Dolores e Belém do período existam registros de óbito que não serão computados aqui. Quando o pároco responsável, revisando os livros, encontra registros fora do lugar, os rasura e registra novamente no livro competente, mas alguns acabam escapando de sua análise. Assumo, portanto, que os óbitos apresentados nesse trabalho podem não ser a totalidade dos ocorridos em Porto Alegre no período analisado.

²⁹¹ AHCMPA, Livro 1º de óbitos escravos do Rosário, fl. 67-67v.

²⁹² AHCMPA, Livro 7º de óbitos livres da Madre de Deus, fl. 117v. Tachado no original.

²⁹³ No mesmo livro, fl. 138, há novamente um assento redigido e assinado por Thomé de Souza, com a seguinte inscrição na margem: “Este assento não está exato; por isso fica sem efeito. Vid. fl. 189. S.za”. E na folha 189, quando a cronologia dos óbitos já estava no ano de 1847, foi inserido o assento exato, transformando “Maria Joaquina da Conceição”, natural de Laguna, falecida em 02/06/1845 em “Maria

É importante para esta análise a compreensão da gênese dos livros de óbito, sua fonte básica, pois assim interpreta-se mais facilmente os dados neles contidos. Foram documentos que, ao menos até o final da década de 1790 (no mundo português), tinham interesse apenas para os clérigos, pois permitia à Igreja Católica “conhecer claramente quais eram os seus membros”, método surgido, como já se disse, em um contexto de Reforma Católica e reação contra a perda da “unidade da cristandade Ocidental”.²⁹⁴ Era, pois, um instrumento de controle dos fiéis.

A partir da década de 1770, na Europa, há duas “tomadas de consciência” paralelas, sem que seja possível determinar qual causou qual: uma primeira pode ser definida como urbano-higiênica, pois compreendia ser possível ao homem “influir sobre a longevidade das populações” através da compreensão de como agiam as epidemias e sua relação com as estações do ano (temperatura, umidade, ventos, etc.) e a limpeza urbana.²⁹⁵ A segunda tomada de consciência seria administrativo-política, e se relacionava ao surgimento da demografia:

No quadro da Aritmética Política e do pensamento mercantilista a avaliação e contagem do populacho assumia uma importância crucial, servindo de suporte às políticas de ocupação do território, gestão das populações, exercício da fiscalidade, recrutamento militar e aproveitamento da mão de obra. [...] Nas palavras do Marquês de Pombal: *a força e a riqueza de todos os países consiste principalmente no número e multiplicação da gente que o habita.*

Estas estatísticas da população, suas características e circuitos de produção permitem, por isso, analisar a intensidade com que o Estado penetrava nos territórios e construía e negociava a nova ordem.²⁹⁶

Ambas abordagens verão nos livros eclesiásticos uma ferramenta essencial para a compreensão das dinâmicas de população. Nesse sentido, foi expedida a Ordem Régia de 21 de novembro de 1797 a vários governadores ultramarinos, principalmente para o

Joaquina Muniz”, natural de Laguna, falecida em 01/06/1845. Novamente, neste segundo assento, há a inscrição “PC 02 de outubro de 1847 S.za”, levando a crer que era no momento da feitura das certidões de óbito que certos erros eram percebidos e corrigidos, provavelmente informados pelos parentes do falecido (ou quem quer que fosse o interessado pela certidão). AHCMIPA. Livro 7º de óbitos livres da Madre de Deus, fl. 138 e 189.

²⁹⁴ MARCILIO, 2004, p. 14.

²⁹⁵ VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo**: Uma história da Higiene Corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 159-161.

²⁹⁶ MATOS, Paulo Teodoro de; SOUSA, Pablo Silveira e. A Estatística da População na América Portuguesa, 1750-1820. **Memorias**: Revista Digital de Historia y Arqueologia desde el Caribe, vol. 25, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://rcientificas.uninorte.edu.co/index.php/memorias/article/viewArticle/6915/6779>. Acesso em 07 nov. 2015.

Brasil, exigindo o envio anual de um mapa estatístico, entre outros, específico para a mortalidade. É provável que os bispos tenham exigido aos párocos, a partir dessa Ordem, um maior rigor e detalhamento na feitura dos óbitos pois, em Porto Alegre, a partir de 1º de janeiro de 1799, todos os assentos, sem exceção, passam a causa do óbito, informação rara de ser encontrada nos anos anteriores.²⁹⁷

Se os Oitocentos trazem uma maior variedade de dados para as *causa mortis*, o inverso acontece quanto aos locais de sepultamento: o ano de 1805 parece constituir uma espécie de limite cronológico para uma maior qualificação da geografia social da morte. Embora o cemitério apareça como uma possibilidade de local de sepultamento desde 1772, uma das particularidades do século XVIII é o uso da igreja enquanto necrópole, com o seu interior subdividido em locais de sepultamento de maior ou menor prestígio. Mas antes de entender como isso funcionava, precisamos conhecer a igreja Matriz Madre de Deus.

2.2.2 A Igreja Matriz Madre de Deus: o templo como local de sepultamento

Em 1971 o pesquisador Athos Damasceno assim descrevia a antiga igreja Matriz de Porto Alegre:

Ignora-se quem tenha sido o autor de seu projeto. Sabe-se, contudo, que o traçado veio do Rio de Janeiro em 1774 e que em junho do mesmo ano foram tomadas as primeiras providências para a sua execução pela Confraria do Santíssimo Sacramento e pela Irmandade de Nossa Senhora Madre de Deus, ambas sob a direção do Pe. José Gomes de Faria e do próprio Governador da Província, José Marcelino de Figueiredo. Suas obras, entretanto, somente tiveram início em fins de 1779, ganhando incremento no ano seguinte e quando do vicariato do Pe. Luiz Medeiros Correa. Em 1794, encontrando-se à testa da paróquia o Pe. José Inácio dos Santos Pereira, a igreja, de uma só nave, já estava praticamente concluída, faltando-lhe somente as duas torres que, assim como os respectivos consistórios, somente seriam erguidas no início do século XIX.²⁹⁸

O autor baseia suas informações principalmente no que diz o padre João Maria Balem, que em sua obra, completa:

Enquanto se estudavam os meios com que se construiria a nova Matriz e o risco que viera do Rio de Janeiro, fizeram-se os reparos necessários

²⁹⁷ A partir de sugestão dada pelo prof. Paulo Teodoro de Matos, busquei no Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre alguma possível circular enviada ao clero entre os anos de 1797 e 1799, para validar esta hipótese. No entanto, nada foi encontrado. Deixo registrado meus agradecimentos à Vanessa Gomes de Campos pela ajuda nesta busca.

²⁹⁸ FERREIRA, Athos Damasceno. **Artes Plásticas no Rio Grande do Sul (1755-1900)**. Porto Alegre: Editora Globo, 1971, p. 44.

no primitivo oratório, aumentando-lhe a capacidade e acomodações internas, e para isto, o próprio José Marcelino concorreu de uma só vez com a quantia de 19\$200, “para o concerto da Igreja Velha”.²⁹⁹

Entende-se, assim, que a capela criada em 1769 por influência do governador foi ampliada em torno de 1774 para servir de local de culto até que a nova igreja, cujas obras iniciariam em 1779/1780, estivesse pronta. As *Constituições Primeiras*, assim informavam sobre a construção das igrejas paroquiais (Título XXII, parágrafos 687 e 688):

Havendo-se de edificar de novo alguma Igreja parochial em nosso Arcebispado, se edifique em sítio alto, e logar decente, livre da humidade, e desviado, quanto for possível, de lugares imundos, e sórdidos, e de casas particulares, e de outras paredes, em distancia que possam andar as Procissões ao redor dellas, e que se faça em tal proporção, que não somente seja capaz dos fregueses todos, mas ainda de mais gente de fora, quando concorrer as festas, e se edifique em logar povoado, onde estiver o maior numero dos fregueses.

[...] As Igrejas Parochiaes terão Capella maior, e cruzeiro, e se procurará que a Capella maior se funde de maneira, que posto o Sacerdote no Altar, fique com o rosto no Oriente, e não podendo ser, fique para o Meio-dia, mas nunca para o Norte, nem para o Occidente. Terão Pias Batismaes de pedra, e bem vedadas de todas as partes, almarios para os Santos Oleos, pias de agoa benta, um púlpito, confessionário, sinos, e casa de Sacristia; e *haverá no âmbito, e circunferência dellas adros, e cemitérios capazes para nelles se enterrarem os defuntos*; os quaes adros serão demarcados por nosso Provisor, ou Vigario Geral, como acima fica dito, e os autos dessa marcação se guardarão no nosso Cartorio, e o translado no Cartorio de cada uma das igrejas.³⁰⁰

Vê-se assim que a própria lei eclesiástica do século XVIII entendia a igreja e o espaço ao redor delas como necrópoles, dando continuidade a um costume que na Europa existia desde o século V, e que a partir do século XIII, com a doutrina do Purgatório, ganha mais força: a crença de que as almas dos mortos poderiam ser auxiliadas pelos vivos, facilitando a sua chegada ao Paraíso, mediante uma série de rituais que acabariam tomando corpo como a “doutrina da boa morte”.³⁰¹

²⁹⁹ BALEM, 1941, p. 62.

³⁰⁰ VIDE, 2011, p. 252-253. Grifos meus.

³⁰¹ RODRIGUES, 2005, p. 40-59.

Figura 2 – Detalhe da Planta de Porto Alegre de 1844. O n° 1 representa a Igreja Matriz; o n° 7 as catacumbas e o n° 5 o cemitério.



Fonte: IHGRGS.

O processo que ocorreria na Matriz de Porto Alegre nos Setecentos deve, entre outros, a duas tradições centenárias. A primeira, surgida na Antiguidade Tardia, tem início quando as relíquias corporais dos primeiros mártires cristãos são transportadas para o interior das basílicas, catedrais e igrejas. Aos poucos passaria a germinar a crença de que as sepulturas próximas aos santos seriam beneficiadas pela proximidade com aqueles “ossos especiais”, que “comunicariam um pouco de sua virtude aos mortos, resgatando os pecados de quem ali estivesse sepultado”:

Ainda que houvesse o questionamento de alguns eclesiásticos ao sepultamento no interior dos templos, sob o argumento da mistura entre o culto divino e o culto dos mortos, o fato é que a Igreja passava a assumir o controle sobre os locais de sepultura com a instituição dos sepultamentos *ad sanctos* [junto aos santos, dentro do templo]. Doravante, a sepultura eclesiástica seria considerada como uma das condições básicas para a obtenção da salvação da alma e como um pilar do dogma da ressurreição, segundo o qual era necessária a inumação.³⁰²

³⁰² RODRIGUES, 2005, p. 43.

Uma prova da aceitação eclesiástica da sepultura no interior das igrejas é aquilo que consta no Título LIII, parágrafo 843 das *Constituições Primeiras*:

É costume pio, antigo, e louvável na Igreja Catholica, enterrarem-se os corpos dos fieis Christãos defuntos nas Igrejas, e Cemiterios dellas; porque como são lugares, a que todos os fieis concorrem para ouvir, e assistir ás Missas, e Officios Divinos, e Orações, tendo á vista as sepulturas, se lembrarão de encommendar a Deos nosso Senhor as almas dos ditos defuntos, especialmente os seus, para que mais cedo sejam livres das penas do Purgatório, e se não esquecerão da morte, antes lhes será aos vivos mui proveitoso ter memoria dela nas sepulturas. Por tanto ordenamos, e mandamos, que todos os fieis que neste nosso Arcebispado falecerem, sejam enterrados nas Igrejas, ou Cemiterios, e não em lugares não sagrados [...].³⁰³

A segunda tradição tanatológica diz respeito exatamente às orações que seriam feitas junto aos túmulos para auxiliar no fim das penas do Purgatório. Segundo Philippe Ariès, é a partir do século XIV que surgiram “associações de laicos para ajudar os padres e os monges no culto dos mortos”, que se dedicariam a obras de caridade inspiradas no Evangelho de Mateus (25:35-36): “tive fome e me destes de comer, tive sede e me deste de beber; era um estrangeiro e me acolhestes, nu e me vestistes, doente e me visitastes, prisioneiro e viestes me ver”. Porém, “acontece que, dentre todas as obras de misericórdia, o culto dos mortos tornou-se a principal finalidade das irmandades”. Dentre as motivações das irmandades se destaca:

[São] uma segurança para o Além: os defuntos ficam garantidos pelas orações dos seus confrades, e muitas vezes são enterrados no jazigo da irmandade, sob o chão da capela onde se realizam os cultos para o repouso de suas almas. O pano mortuário (*pallium*) da irmandade cobre o caixão, e os irmãos participam do préstito ao lado do clero e das quatro ordens mendicantes (ou em seu lugar). A irmandade manterá, no futuro, serviços e orações cuja execução, segundo se suspeita, a fábrica ou os conventos negligenciam e esquecem.³⁰⁴

As irmandades terão um enorme papel na lida funerária da Porto Alegre nos séculos XVIII e XIX, pois também fazem parte dessa tradição que atravessou os séculos e os oceanos. Das duas primeiras irmandades criadas na década de 1770 para auxiliarem na construção do primeiro templo, uma está profundamente enraizada nas tradições fúnebres: a irmandade dedicada ao Arcanjo São Miguel e as Almas do Purgatório (ou simplesmente São Miguel e Almas), fundada em 1773 e dedicada a “concorrer com todas

³⁰³ VIDE, 2011, p. 295.

³⁰⁴ ARIÈS, 2014, p. 243-249.

as nossas [dos seus irmãos] forças, para que se celebrem muitos sacrifícios a Deus, aplicados pelas Almas que estão nas penas do Purgatório, a fim de que o mesmo Senhor pela sua infinita Misericórdia as alivie e vão gozar a bem-aventurança”.³⁰⁵ São Miguel, pela tradição católica, era aquele que recebia as almas e as conduzia ao Paraíso, por isso, a principal função social dessa Irmandade eram as missas semanais em prol das Almas do Purgatório.

A segunda irmandade criada na cidade, em 1774 foi a do Santíssimo Sacramento e Madre de Deus. Enquanto as demais irmandades (quando não tinham como santo de devoção o orago das igrejas) ocupavam os altares secundários dos templos paroquiais, os irmãos do Santíssimo sempre ficavam a cargo do altar-mor pois, como seu próprio nome já diz, sua obrigação era a promoção do culto da Eucaristia, lhes cabendo “zelar pela cera, pelo óleo da lâmpada, do sacrário, do cálice sagrado, da hóstia e todas as demais alfaias necessárias ao sucesso e ao brilhantismo da cerimônia eucarística”.³⁰⁶

Essas duas irmandades teriam, após a construção da igreja, seus locais de reunião (consistórios) dentro do templo, localizados na base das torres – São Miguel e Almas ocupando a lateral leste, e Santíssimo Sacramento e Madre de Deus a oeste -, além de terem os altares para suas imagens de devoção. A arquitetura interior do templo era assim repartida em seções associadas a diferentes fés e devoções, e relacionadas a elas estavam sepulturas de diferentes status mortuários.

Figura 3 – Fotografia da Igreja Matriz Madre de Deus e da Capela do Divino Espírito Santo. Notar, no alto da torre da esquerda, imagem de São Miguel com a

³⁰⁵ Conforme Compromisso de 1775, citado por TAVARES, Mauro Dillmann. **Irmandades, Igreja e Devoção no sul do Império do Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 138.

³⁰⁶ Para mais detalhes sobre a vida associativa e as práticas funerárias das irmandades na Porto Alegre desse período, ver o trabalho de NASCIMENTO, 2006, p. 287. Nesta dissertação não irei me aprofundar nas irmandades portoalegrenses e suas relações com a morte e os mortos, pois este foi o objeto de análise de Nascimento, que o fez de modo primoroso.

espada em chamas e uma balança. Século XX (pré-1920), de autoria de Virgilio Calegari.



Fonte: Acervo Museu Joaquim José Felizardo (MPAJF).

Ironicamente, para se poder reconstruir uma imagem do interior da Matriz, o único meio é utilizando as fotografias que foram tiradas no momento de sua destruição, na década de 1920. Não posso afirmar que o estado da igreja naquela época era o mesmo do abarcado pela cronologia desta pesquisa,³⁰⁷ mas, como os documentos pesquisados pouco informam sobre a disposição dos elementos internos ao templo, as fotografias permitem um vislumbre único de como era a antiga igreja.

A igreja Matriz possuía, como já foi dito, duas torres. Na segunda metade do século XIX a antiga rua da Igreja, atual Duque de Caxias, foi rebaixada, e com isso tiveram que construir escadarias para dar acesso à Matriz e à capela do Divino. Essa reforma provavelmente eliminou um alpendre³⁰⁸ que existia à porta do templo.

³⁰⁷ Uma vez que houve reformas para readequação do templo, após o fim dos sepultamentos em seu interior, como em 1863, ocasião em que a irmandade Madre de Deus solicitou verba para o governo para “a refação de todo o assoalho do corpo da Igreja” dada a necessidade de “cobrir uma sucessão de catacumbas não apresenta um plano igual e commodo e se acha alquebrado nas numerosas juntas que para aquelle fim lhe derão.”. AHRs, Fundo Documental Assuntos Religiosos (AR), Caixa AR7, Maço 15, Carta do Provedor da Madre de Deus ao Presidente da Província em 21 de setembro de 1863.

³⁰⁸ “Alpendre: He huma espécie de tecto, sustentado com columnas, ou pilares, diante das portas das cazas, Igrejas, &c.” BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino...** Vol. 1. Coimbra: Collegio das

2.2.2.1 Espaços da morte: o alpendre, a porta e a varanda

Em 1776 um cadáver foi sepultado no alpendre, o da lagunense Maria Dias, de 25 anos, que não fez testamento por ser pobre.³⁰⁹ Outras três pessoas foram sepultadas no lado de fora da igreja, sem especificar se era ou não sob o alpendre. Em 13 de abril de 1783 o escravo Miguel foi sepultado “fora da igreja”.³¹⁰ Em 2 de maio de 1790 foi sepultado “fora da porta” daquela Matriz o lisboeta João Ribeiro Cabral, em situação muito diferente do escravo Miguel e de Maria Dias, pois tinha bens a testar.³¹¹ O último falecido a ser sepultado no lado de fora do templo (ao menos, o último que informa a fonte), foi José Inácio de Medeiros, nascido em Colônia. No dia 28 de janeiro de 1805, foi “sepultado á porta da Matriz, do lado de fora”. Também fez testamento.³¹²

Mara do Nascimento, que analisou os testamentos do período, indica outros sete indivíduos que requereram à igreja uma sepultura junto às portas da Matriz, mas cujos registros (entre os anos de 1787 e 1803) não indicam se tiveram seus desejos atendidos ou não. A autora reforça que uma sepultura na porta do templo, por onde todos os fiéis deveriam passar para assistir aos ofícios divinos, “transferia ao morto uma lembrança cíclica por parte da comunidade”, uma vez que não haveria como não passar pela lápide sem lembrar de rezar pela alma dos que estavam lá.³¹³

Havia um outro local, que provavelmente ficava na parte da frente do prédio, ao lado da capela do Divino Espírito Santo, que era a varanda. Em um postal da década de 1920 aparece um espaço gradeado e ladrilhado, que pode ter recebido, em 1783, os corpos de Marcelino Marques de Almeida, português, e Bonifácio, de São Paulo, ambos sepultados na varanda da Matriz em 14 de fevereiro.³¹⁴

Artes da Cia. de Jesus, 1728, p. 279. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario>. Acesso em 10 nov. 2015.

³⁰⁹ AHCMPA, Livro 1º de óbitos da Madre de Deus, fl. 13v.

³¹⁰ AHCMPA, Livro 1º de óbitos da Madre de Deus, fl. 196v.

³¹¹ AHCMPA, Livro 1º de óbitos da Madre de Deus, fl. 99v.

³¹² AHCMPA, Livro 2º de óbitos livres da Madre de Deus, fl. 87.

³¹³ Cabe lembrar que as próprias Constituições eclesíásticas elogiavam as sepulturas internas pois “[os fiéis] tendo á vista as sepulturas, se lembrarão de encommendar a Deos nosso Senhor as almas dos ditos defuntos”. VIDE, 2011, p. 295; NASCIMENTO, 2006, p. 237.

³¹⁴ AHCMPA, Livro 1º de óbitos da Madre de Deus, fl. 53.

Figura 4 – Praça da Matriz, capela do Divino, igreja Matriz antiga e palácio Piratini, c. 1920.



Fonte: AHCMPA.

2.2.2.2 Espaços da morte: as grades³¹⁵

Passado o alpendre, e adentrado uma das três portas que davam acesso à nave, chegava-se ao vestíbulo. A pia batismal deveria ficar aqui, mas não há fotos dela.³¹⁶ No interior, em 1920, havia grades separando a área do nártex ou vestíbulo da área dos bancos. Não deveriam ser as mesmas grades que separavam as mulheres dos homens e os escravos dos livres durante as missas nos séculos anteriores:

Durante as missas o recinto central, isolado por grades de madeira, era reservado às mulheres, que ficavam agachadas ou ajoelhadas em plano fisicamente inferior aos recintos laterais, destinados aos homens, mais exatamente aos “homens bons” ou homens livres com algum prestígio, que se postavam de pé, simbolizando sua posição social tanto diante do

³¹⁵ João José Reis, em sua obra sobre as mudanças cemiteriais na Bahia do século XIX, informa que as grades mencionadas nos registros seriam apenas aquelas que separariam a nave dos altares, sendo as sepulturas “das grades pra cima” as mais importantes pois estariam mais próximas dos santos de devoção. No entanto, como Nascimento faz a citação transcrita acima e relaciona as grades dos livros de óbito de Porto Alegre àquelas usadas para separar os fiéis durante a missa, mantenho a interpretação da autora, fazendo esta ressalva. REIS, 2009, p. 176.

³¹⁶ É mencionada pelo visitador pe. Bento Cortes de Toledo, em 5 de maio de 1799: “Faço saber que aos cinco dias do mês de Mayo de mil sette centos, e noventa, e nove visitei pessoalmente esta Igreja Matriz de N. Senhora Madre de D. V. de Porto Alegre, em Companhia do Rdo. Parocho Colado Joze Ignacio dos Santos Pereira, confrarias, Nobreza, e Povo della, fiz a procissão dos defuntos, visitei o Sacrário, Pia batysmal, Altares, Paramentos da Igreja, e provendo no Espiritual, e temporal, me pareceo necessario para o culto divino, serviço de Deos, e bem das Almas ordenar o seguinte...”. AHCMPA, Cat I-1: Visitações, Visita do Padre Bento Cortes de Toledo em 05 de maio de 1799.

clero, como das mulheres e escravos. Estes últimos eram os assistentes da missa que se colocavam no espaço em torno da porta, à entrada do edifício, e mais distante das santas imagens.³¹⁷

Cinco sepulturas fazem menção às grades, todas do ano de 1783: No espaço situado “das grades pra cima”, em direção ao altar-mor, foram sepultados os corpos de Josefa Maria, em 22 de fevereiro, por ser seu marido “irmão do Santíssimo”; Manoel Pinheiro, em 25 de fevereiro; Manoel, em 19 de abril; e D. Francisca Joaquina de Almeida, sepultada no dia 02 de agosto, em “cova de fábrica”.³¹⁸ E, das grades para baixo, em direção à porta, foi enterrado em cova de fábrica José Lopes Duro, em 13 de março, sendo seu corpo acompanhado ao túmulo pela Irmandade São Miguel e Almas.³¹⁹

2.2.2.3 Espaços da morte: a nave

Após os bancos,³²⁰ teríamos diante de nós os altares secundários, além do altar-mor com a imagem da Madre de Deus. Sob o arco cruzeiro, dividindo a nave da capela-mor, há outra grade, que certamente existia desde o século XVIII.

³¹⁷ HOORNAERT, 1992 apud NASCIMENTO, 2006, p. 231-232.

³¹⁸ De acordo com Raphael Bluteau, padre autor do primeiro dicionário de português (publicado entre 1712 e 1728), “Fábrica da Igreja” é “a renda para os reparos dela, e conservação do templo”. BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário portuguez & latino...** Vol. 4. Coimbra: Collegio das Artes da Cia. de Jesus, 1713, p. 3. Nesse sentido, “Covas de fábrica” são aquelas localizadas no interior do templo e cujo uso revertiam em rendimentos à igreja. AHCMPA, Livro 1º de óbitos da Madre de Deus, fl. 53v, 54 e 56.

³¹⁹ AHCMPA, Livro 1º de óbitos da Madre de Deus, fl. 53v.

³²⁰ Os bancos não existiam nas igrejas naquele tempo, conforme diz José Reis: “Os frequentadores das igrejas oravam e assistiam a missas de pé ou ajoelhados e, quando cansados e quando fosse apropriado, sentavam-se no chão, isto é, sobre as sepulturas”. REIS, 2009, p. 174.

Figura 5 – Vista da nave da Matriz, com os altares laterais³²¹ e a capela-mor, antes de julho de 1920.



Fonte: AHCMPA.

No espaço constituído entre as duas grades deveria ficar o maior número de sepulturas,³²² que se diferenciam em dois tipos: as sepulturas das irmandades e as sepulturas da fábrica, as mais utilizadas pelos mortos do período, entre livres e escravos.

Segundo Nascimento:

A sepultura no interior do templo era propriedade da fábrica, no entanto, mediante anuidade ou taxas extras, elas poderiam ser “cedidas” temporariamente às irmandades. Em vista disso, as associações que possuíam altares próprios dentro da igreja paroquial até poderiam

³²¹ De acordo com a legenda no verso da foto, escrita pelo monsenhor João Maria Balem, os altares se referem, da esquerda para a direita, aos santos Santa Cecília, Divino Espírito Santo, São Miguel e Santa Rita. Escrevendo em 1909, Augusto Porto Alegre assim descreveu o interior da Matriz: “Possue no corpo geral 5 altares; além da padroeira N. S. Madre de Deus, veneram-se os santos acima mencionados [Santíssimo Sacramento, São Miguel e Almas, Santa Cecília, Santo Antonio, Santa Rita, São João Batista, Santa Ana, São Francisco de Assis] e mais estes: N. S. das Dores, Espírito Santo, S. José, S. João Baptista, S. João Evangelista, S. Braz, S. Paulo e S. Sebastião. Na capella do Sacramento, anexa, há 3 altares com as imagens do Senhor dos Passos, N. S. do Parto, e Senhor da Paciencia”. PORTO ALEGRE, 1909, p. 225, nota 16.

³²² Com relação à Bahia (e o mesmo poderia valer para Porto Alegre, não tendo indícios do contrário), Reis assim descreve esses túmulos: “covas retangulares, com oito a seis palmos [137 a 183 cm] de fundo, cobertas com pedra de lioz, mármore ou madeira. As covas eram numeradas, para evitar que fossem abertas aquelas recentemente usadas. Para ajudar o processo de decomposição, cobriam-se os cadáveres com cal. Em seguida, jogava-se terra, que era socada com pesadas calceteiras”. REIS, 2009, p. 175.

receber um número fixo de campas, mas para ficarem isentas da anuidade que esta operação podia lhes custar, tinham a obrigação de concorrer para as obras da Matriz.³²³

Para o período abordado, dentre as irmandades que existiam em Porto Alegre estavam as de São Miguel e Almas (de 1773), do Santíssimo Sacramento e Madre de Deus (1774), de Nossa Senhora do Rosário (1786), de N. S. da Conceição (1790), de N. S. das Dores (1799/1800), do Senhor dos Passos (ligada à Santa Casa de Misericórdia, de 1803) e do Divino Espírito Santo (1821).³²⁴ Segundo escreveu Moacyr Flores, “todas as devoções se organizaram na igreja Matriz de N. Sra. Madre de Deus de Porto Alegre, até conseguirem seu próprio templo”, quando conseguiram.³²⁵ Assim, até a ereção das igrejas das Dores (1813),³²⁶ do Rosário (1827),³²⁷ da Conceição (1851) e Senhor dos Passos (1795) era esperado que os irmãos das mesmas sepultassem os seus dentro da Matriz.³²⁸

Nos registros de óbito só se achou menção a sepulturas de três irmandades: São Miguel e as Almas do Purgatório, Santíssimo Sacramento, e Rosário, somando 41 cadáveres que foram “sepultados em cova de irmandade”, significando que estas sepulturas pertenciam às associações e nada foi pago à fábrica da Matriz.³²⁹ Esses registros aparecem por apenas uma década, e se distribuem da seguinte maneira:

³²³ NASCIMENTO, 2006, p. 244.

³²⁴ A autora salienta também serem conhecidas as irmandades do Santo Sepulcro, da Virgem Mártir Santa Cecília, de Nossa Senhora da Soledade, do Glorioso Santo Antônio, de São José e de São Joaquim, todas de menor vulto. *Ibid.*, p. 80.

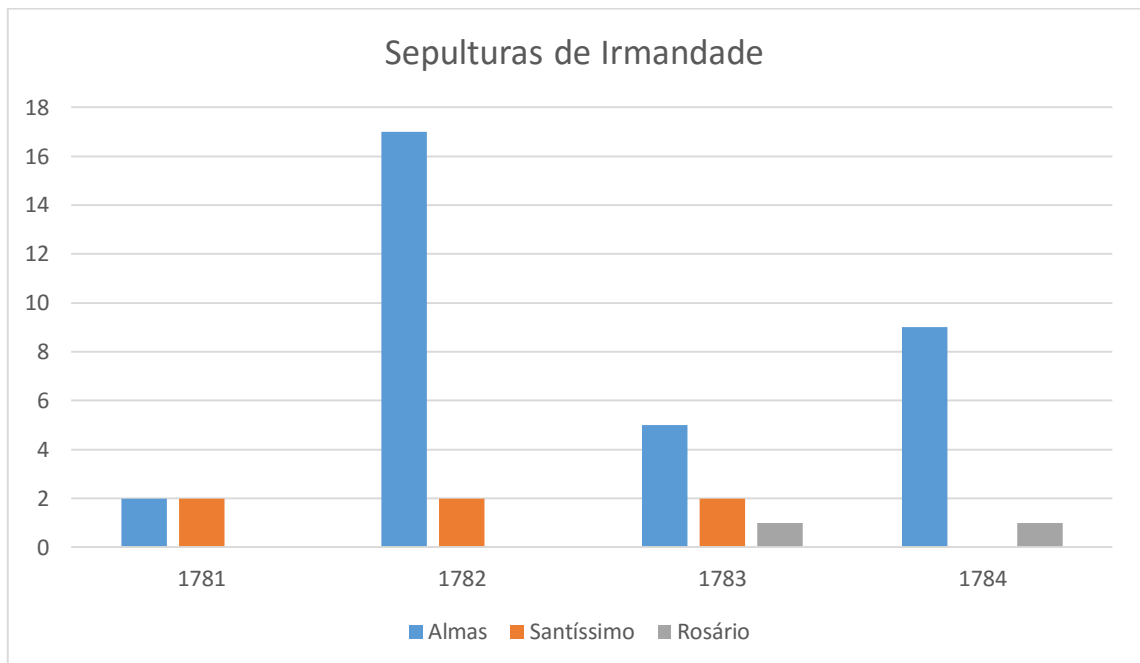
³²⁵ FLORES, Moacyr. Introdução. In: BAREA, José, Bispo. **História da igreja de Nossa Senhora do Rosário**. Porto Alegre: EST Edições, 2004, p. 14.

³²⁶ FRANCO, 2006, p. 136.

³²⁷ BAREA, 2004, p. 25.

³²⁸ SPALDING, 1967, p. 255.

Gráfico 1 – Distribuição das sepulturas³³⁰ de irmandade no século XVIII.



Fonte: AHCMPA, Livro 1º de óbitos da Madre de Deus.

Uma quantidade tão pequena de sepultamentos em covas de irmandade não deve ser compreendida como um fracasso por parte dessas em prover a seus irmãos, pois:

É bem provável, porém, que, nos registros sob a pena do pároco ou seu coadjutor, reinasse a imprecisão: aqueles assentos registrados como “sepultado nesta Matriz”³³¹ podiam referir-se tanto às sepulturas internas que pertenciam à fábrica, como também às que eram de posse das irmandades.³³²

Tanto o é que a autora, comparando testamentos de membros de irmandades com os seus registros de óbito, localizou que, entre 1772 e 1832, “foram sepultados pagando à fábrica” 23 irmãos das Almas, 12 do Santíssimo Sacramento, 10 da Ordem Terceira de

³³⁰ Nos registros são utilizados tanto o termo “cova” quanto o termo “sepultura” para se referir aos locais internos de enterramento, sendo citados vinte e sete vezes “cova das almas” e sete vezes “sepultura das almas”, cinco “covas do Santíssimo” e uma “sepultura do Santíssimo”, além de duas “covas do Rosário”. O padre Raphael Bluteau, em 1728, identifica *cova* como uma “cavidade natural, ou aberta a força”, relacionando-a com o enterro dos mortos, e *sepultura*, em um longo verbete que discorre sobre o modo que muitas culturas enterram seus mortos, é relacionada à *jazigo* e *cemitério*. BLUTEAU, 1728, p. 591-592 e 593-597.

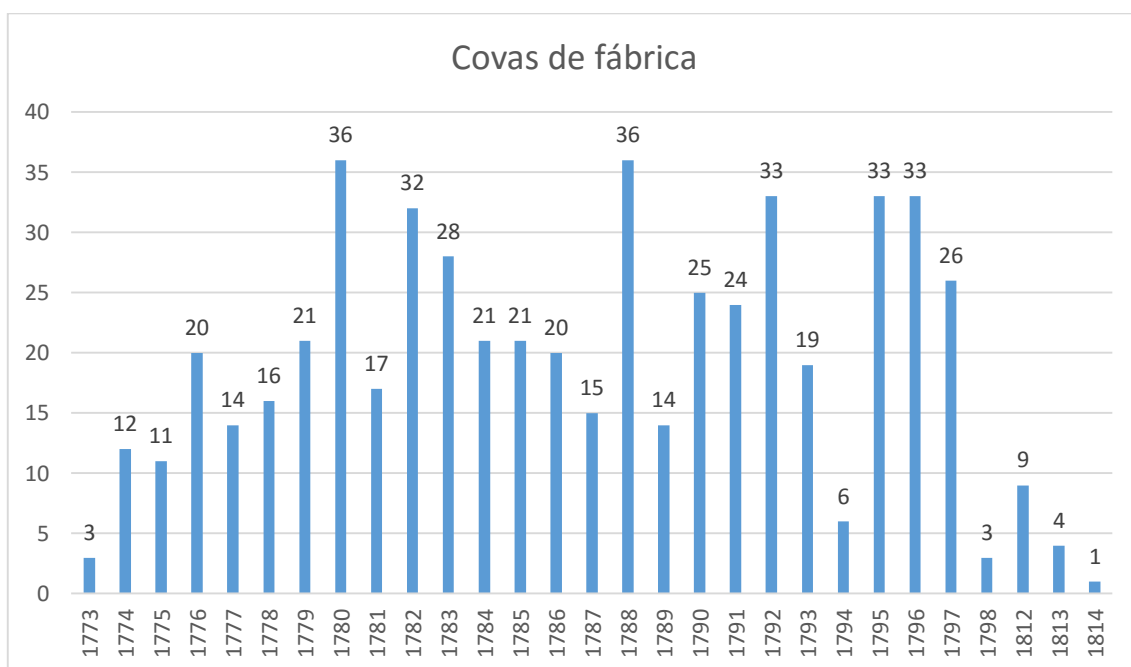
³³¹ E, estes, entre 1772 e 1850, entre livres e escravos, somavam 1.158 registros, aos quais podem ser adicionados mais dois que localizam o sepultamento “na Matriz Madre de Deus”, totalizando 1.160 sepulturas.

³³² NASCIMENTO, 2006, p. 245.

São Francisco, 10 do Rosário, 5 das Dores, 1 da Conceição e outros 10 de outras irmandades.³³³

Como a renda oriunda do “aluguel” temporário das sepulturas representava “a maior parte dos recursos para a aquisição ordinária do guisamento (hóstia, vinho), azeite de oliva para ser bento, círio pascoal, etc” entende-se porque a igreja foi tão pontual na cedência de sepulturas às irmandades, sendo a grande maioria das covas citadas nos registros de óbito sendo “de fábrica”, largamente utilizadas durante quase toda a cronologia aqui abordada, totalizando 553 registros:³³⁴

Gráfico 2 – Distribuição das covas e sepulturas de fábrica ao longo dos anos.



Fonte: AHCMPA, Livros 1º, 2º e 3º de óbitos livres da Madre de Deus, Livro 2 de óbitos escravos da Madre de Deus.

³³³ NASCIMENTO, 2006, p. 245.

³³⁴ A professora Mara do Nascimento, em minha banca de defesa, gentilmente trouxe uma colocação que auxilia na compreensão do uso das sepulturas de fábrica. Segundo a autora, os direitos paroquiais serão muito discutidos em contendas entre párocos e irmandades. Destes, não cabiam dúvidas sobre três dos ofícios pertencentes aos párocos por direitos já previstos nos Estatutos da Ordem de Cristo: sacramentar, sepultar e encomendar os paroquianos. Os emolumentos e o exercício desses três ofícios divinos não poderiam pertencer aos capelães ou irmandades, mas só ao pároco. Portanto, a fábrica – emolumentos advindos desses ofícios entre outros – era por direito da Igreja, ninguém pode se intrometer nessas funções eclesiais. O resto é discutível. E as irmandades vão mover ações para discutir isso. Não abordarei tais discussões neste trabalho pois, como já disse, não trabalhei especificamente com a documentação das irmandades, portanto desconheço se tais contendas tiveram lugar em Porto Alegre (a autora utilizou como exemplo um caso de Minas Gerais). Deixo, no entanto, o comentário como sugestão para os futuros pesquisadores do tema.

Relacionados a esses registros estão outros 1160 identificados apenas como “sepultado nesta Matriz”, desde 1773 até quase o final do período estudado, em 1849. Sobre estes não se pode dar muitos detalhes pois, como dito acima, residem na imprecisão da pena dos párocos. Assim, dentre as duas grades que delimitavam a nave da antiga Matriz, foram sepultados em setenta e sete anos um total de 594 cadáveres.³³⁵

2.2.2.4 Espaços da morte: a capela-mor

Cruzando o arco cruzeiro, tem-se acesso à capela-mor. Um espaço funerário tão seletivo que as *Constituições Primeiras* ameaçavam de excomunhão os padres que concedessem nele sepulturas sem a devida autorização do bispo.³³⁶ Durante toda a existência do interior da Matriz enquanto necrópole, apenas quatro cadáveres receberam a honra de serem depositados junto à partícula sagrada depositada no sacrário no altar-mor, aos pés da Mãe de Deus.

O Capitão Manoel Machado de Souza, faleceu em decorrência de uma inflamação no ventre em 29 de março de 1802. Natural da Ilha de São Jorge e filho legítimo de André Machado e de Rosa Maria, era casado com Dona Maria Ignácia de Valença. Fez testamento, elegendo por testamenteiro o Tenente João Joseph de Carvalho e Freytas, pelo qual deixou à irmandade de Santa Bárbara uma esmola de 200 mil réis para a construção de sua matriz em Encruzilhada. Recebeu todos os sacramentos e foi encomendado pelo vigário José Ignácio dos Santos Pereira.³³⁷

Mara do Nascimento informa que em seu testamento o capitão solicitou um número expressivo de missas, deixando uma boa esmola por cada uma delas, “que certamente o colocaram no quadro dos *irmãos zelosos e benfeitores*”, ou seja, aqueles que mais contribuíram com dada irmandade. A autora coloca essas doações como motivo para ter recebido sepultura diferenciada.³³⁸

³³⁵ Desconsiderando-se os “sepultados nesta Matriz”, tem-se 553 em cova ou sepultura de fábrica, mais 41 em cova ou sepultura de irmandade.

³³⁶ “Outro-sim mandamos sob a dita pena de excomunhão, e de vinte cruzados, que, sem nossa licença, se não abram na Capella-mór sepulturas, salvo for para Vigarios perpétuos, (que nella se poderão enterrar dos degraos do Altar-mor para baixo) ou para os que tiverem nella sepulturas próprias, e perpetuas de seus antepassados. ” Título LVI, parágrafo 855. VIDE, 2011, p. 299.

³³⁷ AHCMPA, Livro 2º de óbitos livres da Madre de Deus, fl. 47v; NASCIMENTO, 2006, p. 236.

³³⁸ NASCIMENTO, 2006, p. 236.

O segundo sepultado foi Manoel Vieyra Rodrigues, que morreu pondo “sangue pela boca” em 19 de dezembro de 1812, e apesar disso, recebeu todos os sacramentos.³³⁹ Havia casado em Porto Alegre com Patrícia Maria da Purificação, a quem nomeou sua testamenteira. Foi encomendado pelo vigário José Ignácio dos Santos Pereira e sepultado “na Capela Mor desta Matriz”.³⁴⁰ De acordo com Nascimento:

Não tive acesso ao seu testamento para descobrir se estava filiado a alguma irmandade, entretanto os dois fatos acima apontados – a cova na capela-mor e a causa de sua morte não lhe impedir de receber todos os sacramentos – confirmam que recebeu tratamento diferenciado por parte da autoridade paroquial, já que lhe foi permitido contornar as leis canônicas vigentes.³⁴¹

O terceiro privilegiado com sepultura próxima ao altar foi o “Muito Reverendo Paroco Collado desta Matriz” José Ignácio dos Santos Pereira, que havia encomendado os dois cadáveres acima mencionados. Falecido no dia 25 de fevereiro de 1816, de “moléstia interior”, aos “setenta e seis annos, onze meses e vinte e quatro dias”, recebeu todos os sacramentos e foi “sepultado no Plano da Capella Maior desta Matriz ao lado do Evangelho”, após ser encomendado pelo pároco Antônio Vieira da Soledade.³⁴²

O padre Pereira foi o primeiro vigário colado de Porto Alegre, nomeado por D. Maria I em 4 de abril de 1795 e confirmado pelo bispo em 2 de setembro de 1795, significando que era vitalício no cargo, recebendo salário advindo dos cofres do Erário Régio, o que por si só o qualificava, segundo as *Constituições Primeiras*, a receber sepultura na capela-mor sem ser necessária autorização da autoridade eclesiástica local.³⁴³

A última fiel a receber a maior honraria *post mortem* foi Dona Luiza Justiniana de Mascarenhas, de 32 anos, natural do Rio de Janeiro e casada com Manoel José de Freitas Travassos, falecida em 8 de novembro de 1820. Dona Luiza recebeu todos os sacramentos, não deixou testamento, e foi sepultada após ser encomendada pelo pároco

³³⁹ As *Constituições Primeiras* proibiam a administração de hóstias consagradas aos enfermos que apresentassem vômitos ou outras moléstias que pudessem fazer o enfermo expelir a partícula. Nesses casos, o vigário deveria apenas apresentar o Santíssimo Sacramento para o moribundo “adorá-lo”, não sendo, portanto, administrado o sacramento. Se Manoel Rodrigues recebeu todos os sacramentos, como informa seu registro, o pároco burlou a legislação eclesiástica. Tít. XXIX, parágrafo 108. VIDE, 2011p. 49.

³⁴⁰ AHCMPA, Livro 3º de óbitos livres da Madre de Deus, fl. 1-1v.

³⁴¹ NASCIMENTO, 2006, p. 236.

³⁴² AHCMPA, Livro 3º de óbitos livres da Madre de Deus, fl. 53v.

³⁴³ RUBERT, Arlindo, Padre. **História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial (1626-1822)**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1994, p. 95.

Antônio Vieira da Soledade.³⁴⁴ O relevo social da falecida, no entanto, pode ser demonstrado por ela ser casada com o Comendador Travassos, que era:

Natural da Corte do Rio de Janeiro, filho legítimo de Miguel José de Freitas e Ana Rosa de Jesus, Travassos encontrava-se entre os que acumularam parcelas significativas das escrituras registradas no 1º Tabelionato de Porto Alegre, entre 1808 e 1850: foram treze escrituras no valor total de 4.977,12 libras esterlinas. Em uma delas foi também qualificado como “Comendador”. Em 1824, encontrava-se entre os nove agentes mercantis nomeados como representantes das três principais praças da província (Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo) na “Comissão do Comércio”, esta encarregada de apresentar ao governo provincial um projeto com os meios necessários para fomentar setores como o comércio e a indústria.³⁴⁵

Adriano Comissoli informa ainda que Travassos recebeu o Hábito de Cristo “em 1815, alcançando a comenda em 1845, na esteira de prêmios concedidos aos que se mantiveram fiéis ao império durante a Guerra Civil Farroupilha”. Além disso, foi procurador da Câmara de Porto Alegre em 1812; deputado do Conselho Geral da Província em 1828-1829 e 1833; deputado da Assembléia Legislativa Provincial em 1837, 1846-1849.³⁴⁶

Todos esses dados me permitem colocar Travassos como um membro destacado da elite portoalegrense do período. Como Dona Luiza Mascarenhas não deixou testamento, não é possível verificar se esta deixou alguma doação volumosa para a igreja, como fez o capitão Manoel de Souza, motivo pelo qual este deve ter recebido a sepultura junto ao altar. Porém, dado o relevo social apresentado pelo seu esposo, não é de se duvidar que tenha sido este o caso.

Se, dos 27.219 óbitos registrados para o período, apenas quatro receberam sepultura na capela-mor, não seria necessário caracterizar aqueles que ali foram enterrados para afirmar que se tratava de um espaço bastante exclusivo, que fugia à regra

³⁴⁴ AHCMPA, Livro 3º de óbitos livres da Madre de Deus, fl. 159v.

³⁴⁵ BERUTE, Gabriel Santos. Com quem casar, a quem apadrinhar: notas de pesquisa sobre matrimônio e relações de compadrio na comunidade mercantil de Porto Alegre (primeira metade do século XIX). In: **XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento Histórico e Diálogo Social**, Natal/RN, 2013, p. 6-7. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364770467_ARQUIVO_GabrielBerute_textocomplet0XXVIIANPUH.pdf. Acesso em 13 nov. 2015.

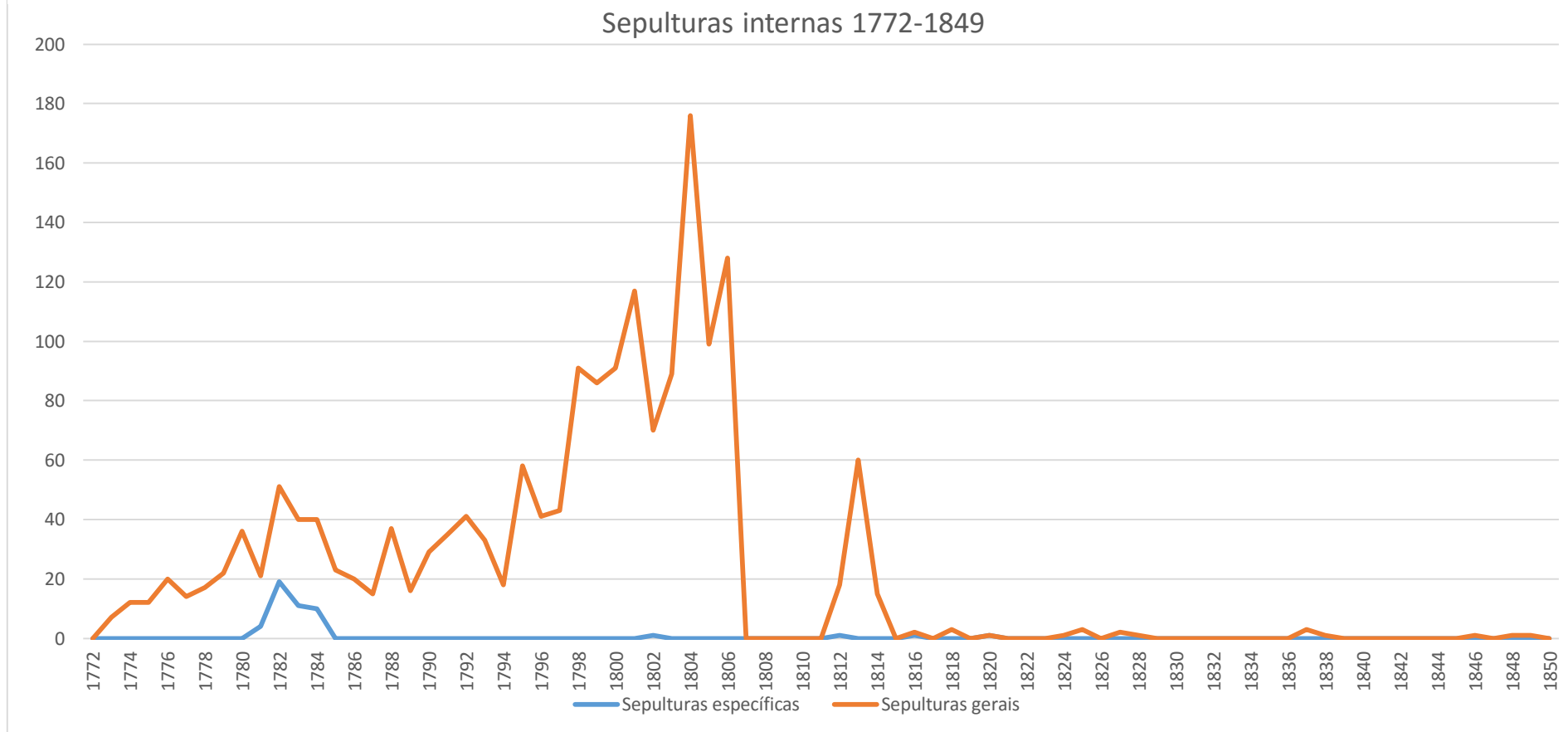
³⁴⁶ COMISSOLI, Adriano. **A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)**. Rio de Janeiro: PPG História/ UFRJ, Tese de Doutorado, 2011, p. 232 e 273, nota 660.

das sepulturas *ad sanctos*. Tanto o é que se contabilizarmos todas as covas internas,³⁴⁷ diferenciando-as em dois grupos – aquelas específicas, ou seja, que foram registradas com algum qualitativo como “grades”,³⁴⁸ “capela mor” e “cova de irmandade”; e aquelas gerais, ou “nesta Matriz” e “cova de fábrica”, sobressai-se um padrão interessante:

³⁴⁷ Para este gráfico, as sepulturas no alpendre, na varanda, e do lado de fora das portas não foram consideradas. Constatam apenas aquelas covas localizadas dentro do edifício religioso.

³⁴⁸ Apenas para a feitura deste gráfico, aquelas duas sepulturas de fábrica que estavam associadas às grades (ambas de 1783) foram consideradas como “sepulturas gerais”, pois apesar de possuírem um qualitativo diferenciado, ainda eram uma categoria tumularia mais generalizada.

Gráfico 3 – Distribuição das sepulturas internas à igreja Matriz em relação aos anos.



Fonte: AHCMPA, Livro 1º a 7º de óbitos livres da Madre de Deus; Livros 1º a 5 de óbitos escravos da Madre de Deus; Livro 1º de óbitos livres do Rosário; Livro 1º de óbitos escravos do Rosário.

Percebe-se uma nítida totalização dos locais específicos para sepulturas até o ano de 1805, pois as covas específicas dos anos 1812, 1816 e 1820 são aquelas relacionadas à capela-mor que, como se viu, são as exceções que confirmam a regra. Após 1805, a pena dos párocos só registrou sepulturas internas de modo completamente genérico, com quatorze sepultamentos em “cova de fábrica” entre os anos de 1812 e 1814, e mais 224 registros cuja sepultura é indicada apenas como sendo “nesta Matriz” entre 1806 e 1849 (com três grandes períodos sem qualquer sepultamento interno, entre 1807-1811, 1829-1836, e 1839-1844).

Para Mara do Nascimento, o verdadeiro marco cronológico para a mudança nas práticas de enterramento se dá em 1814, ano em que a autora coloca o fim dos enterramentos internos, a partir do qual todos os sepultamentos se darão no lado de fora da igreja.³⁴⁹ Porém, como se demonstrou até aqui, houve, sim, enterramentos dentro da Matriz após 1814. Sem querer invalidar os argumentos de Nascimento – que utilizou uma amostragem diferente da aplicada neste trabalho, portanto não contabilizou alguns dados aqui apresentados –, acredito que em 1814 há, sim, uma ruptura, porém não tão radical como a apontada. Esta pode ser verificada ao se ver que em 1814 há 15 sepultamentos internos, todos em sepulturas gerais, enquanto nos anos seguintes haverá um máximo de três, entremeados por vários anos sem qualquer sepultamento *ad sanctos*.

Uma quebra bem demarcada está em 1815, ano no qual não se observou nenhum sepultamento interno. Necessita-se, assim, problematizar os dezoito sepultamentos internos ocorridos entre 1816 e 1849,³⁵⁰ uma vez que estes receberam sepulturas que aparentemente estavam fora do alcance da maioria da população da vila de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. Três deles são de fato *sui generis*, pois não constituem em sepultamento de cadáveres; quatro são de “donas”, uma “hierarquia social costumeira” da América lusa, que apontava as senhoras de elite;³⁵¹ outros três também

³⁴⁹ NASCIMENTO, 2006, p. 251-255.

³⁵⁰ Desconsiderando-se aqui dois enterramentos na capela-mor, em 1816 e 1820.

³⁵¹ João Fragoso cunhou o termo “hierarquia social costumeira” para designar esses status sociais que “não estavam escritos nos velhos papéis da coroa”, mas sim algo construído na prática a partir das relações entre os diversos atores presentes na Colônia. Para Fragoso, “a materialidade dessas práticas adquiriu a forma das relações de clientela e de parentesco consanguíneo e fictício e, entre outros fenômenos, sob a tutela da monarquia, organizou a sociedade americana”. FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: ____; GOUVÊA, M^a de Fátima (Orgs.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 249. Dentro desse sistema colonial, as “donas” eram as esposas desses homens de elite, a nobreza da terra. FRAGOSO; GOUVÊA, 2009, p. 57.

eram ligados de alguma forma à elite. Os oito últimos, no entanto, figuravam no outro extremo da sociedade: um índio prisioneiro; a filha de uma “pobre”; uma preta forra; um *agregado* freguês do Rosário; e quatro escravos, sendo um deles um “anjinho”.³⁵²

Assim, o primeiro sepultamento interno após 1814 foi o de Dona Silvéria Maria do Nascimento, esposa do tenente-coronel José Ignácio da Silveira, falecida em 9 de abril de 1816.³⁵³ Dona Silvéria não deixou testamento, então não podemos saber se a sepultura interna foi recompensa por uma polpuda doação à igreja, ou se por sua posição social.³⁵⁴ Dois anos depois, seria a vez de Dona Anna Maria de Oliveira, viúva de João Gonçalves Salgado, da Fazenda de Camaquã. Anna Maria faleceu em sua fazenda, e foi sepultada “nesta Matriz” em 3 de julho de 1818.³⁵⁵ Quatro meses depois, seria acompanhada no interior do templo pelo cadáver de Antonio de Araújo Ribeiro, filho do comendador José Antônio de Araújo Ribeiro era o cerne “de uma rica família de charqueadores, proprietários de imóveis e estancieiros na campanha, que incorporava advogados, militares e magistrados, todos vinculados à facção conservadora”.³⁵⁶

Alguns anos mais tarde, em setembro de 1824, seria sepultado o filho inocente do Coronel Manoel da Silva Freire, “Secretário do Governo da Capitania” do Rio Grande do Sul por volta de 1819.³⁵⁷ Em 21 de janeiro de 1825, desceria à sepultura o corpo de Dona Anna Clara Barbosa de Menezes, viúva de Pedro Pires da Silveira Casado. Seu sogro era o capitão-mor José Francisco da Silveira Casado, o “Conde da Cunha”, “uma das maiores

³⁵² Cabe lembrar que a sociedade alvo deste estudo possuía uma altíssima taxa de mortalidade infantil e, talvez justamente por isso, o cadáver infantil era visto como distinto dos demais. Segundo aponta Luiz Vailati, o uso dos “substantivos ‘inocente’ e ‘anjo’ [para se referir ao defunto] já trazem consigo significados que são fundamentais à caracterização da criança morta enquanto portadora de uma natureza diferenciada dos demais defuntos [...] [pois] o morto-criança é o único a possuir um nome só para ele”. VAILATI, 2010, p. 49. A distinção não se restringia apenas à nomenclatura, pois como salientou Nascimento (embora, como se verá a seguir, com algum equívoco), “por ocasião dos primeiros anos de interdito às covas internas, as exceções se restringiam apenas aos inocentes (inclusive inocentes filhos de escravos) que ainda podiam ser sepultados no interior do templo”. NASCIMENTO, 2006, op. cit., p. 225.

³⁵³ LOPES FILHO, João Simões. **Furtado de Mendonça: Descendência de Antônio Furtado de Mendonça**. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/07/furtado-mendonca.pdf>. Acesso em 13 nov. 2015.

³⁵⁴ AHCMPA, Livro 3 de óbitos livres da Madre de Deus, fl. 57.

³⁵⁵ AHCMPA, Livro 3 de óbitos livres da Madre de Deus, fl. 113.

³⁵⁶ AHCMPA, Livro 3 de óbitos livres da Madre de Deus, fl. 123; VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)**. Porto Alegre: PPG História/UFRGS, 2007, p. 68.

³⁵⁷ AHCMPA, Livro 4 de óbitos livres da Madre de Deus, fl. 63v; IMPÉRIO DO BRASIL: DIÁRIO FLUMINENSE, Rio de Janeiro, n. 120, vol. 6, p. 487, 22 nov. 1825. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=N8ZcAAAAcAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 14 nov. 2015.

fortunas de seu tempo”. Anna Clara era do tronco Ornellas e Vasconcellos, relacionado ao sesmeiro em cujas terras surgiriam Porto Alegre.³⁵⁸

O ano de 1827 seria o último a receber cadáveres de elite no interior da Matriz, sendo os corpos lá enterrados os de Dona Inocência Laura Vieira de Castro, 2º Viscondessa de Castro, falecida em 25 de agosto;³⁵⁹ e o de João Ladislau de Figueiredo e Mello Japiacu, filho inocente do Doutor Cândido Ladislau Japiacu, antigo “chefe do Poder Judiciário de São Paulo”, desembargador, e mandante do assassinato de Libero Badaró, jornalista liberal opositor de D. Pedro I.³⁶⁰

Afora os membros de uma elite social e econômica citados acima, houve também representantes de uma elite militar pró-império, que recebeu como honras póstumas o direito de ser reenterrada dentro do templo, local nobre, em uma época em que a maioria da população não tinha mais esse acesso.

De 1835 a 1845, o Rio Grande do Sul se viu convulsionado em decorrência da guerra civil Farroupilha. Além dos combates em todo o estado, Porto Alegre se viu sitiada pelos rebeldes em três momentos (jun. a set/1836; maio/1837 a fev/1838, e jun/1838 a dez/1840), que aumentaram a taxa de mortalidade anual da cidade.³⁶¹ Aos *heróis* que se mantiveram ao lado da Coroa e defenderam a cidade dos ataques farroupilhas foram dedicadas várias honras, entre elas, um sepultamento respeitoso aos que caíram em batalha. Assim, para alguns dos soldados imperiais foi reservado um tratamento mortuário praticado na Europa desde o começo da Idade Média: um segundo enterro, apenas dos ossos, após os tecidos moles do corpo já terem sido decompostos após o

³⁵⁸ “José Francisco da Silveira Casado também era um homem da governança. De fato, foi um dos dos sujeitos que mais ofícios camarários desempenharam no período 1767-1808, totalizando sete participações. José também compunha a tropa de Ordenanças, primeiro como alferes e, mais tarde, capitão, sendo nomeado capitão-mor em 1812. Foi juiz de órfãos nos triênios 1782-84 e 1809-11 e almoxarife da Fazenda Real em 1786. Fora igualmente promovido no emprego de Recebedor da Sisa em 1809.” AHCMPA, Livro 4 de óbitos livres da Madre de Deus, fl. 72; COMISSOLI, Adriano. **Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)**. Niterói: PPG História/UFF, 2006, p. 87; PORTO, Aurélio. Velhos Troncos Brasileiros XII: Os Casados, do Rio Grande do Sul. **Carta Mensal: Colégio Brasileiro de Genealogia**, ano XIII, n. 59, mai/jun 2001. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/07/CM59.pdf>. Acesso em 13 nov. 2015.

³⁵⁹ AHCMPA, Livro 4 de óbitos livres da Madre de Deus, fl. 149v; VASCONCELLOS, Barão de. **Arquivo Nobiliarchico Brasileiro**. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p. 119.

³⁶⁰ AHCMPA, Livro 4 de óbitos livres da Madre de Deus, fl. 157; BEGLIOMINI, Helio. Giovanni Battista Libero Badaró. **Biografias de acadêmicos da Academia de Medicina de São Paulo**. Disponível em: <http://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/?pg=biografias&idioma=1>. Acesso em 13 nov. 2015.

³⁶¹ FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre sitiada**. Porto Alegre: Editora da cidade, 2011.

primeiro enterro, junto ao campo de batalha.³⁶² Quatro foram os enterros de ossos de militares encontrados nos registros de óbitos, sendo três deles realizados na Matriz.³⁶³

O primeiro deles não se relaciona à Farroupilha mas sim à Campanha Cisplatina, se tratando dos ossos do Barão do Cerro Largo, José de Abreu Menna Barreto, morto em 20 de fevereiro de 1827 na batalha do Passo do Rosário, tendo seus ossos sido sepultados “nesta Matriz de Porto Alegre” em 21 de fevereiro de 1828.³⁶⁴

O segundo a ter enterro secundário na Matriz foi aquele considerado o primeiro óbito da Farroupilha, ocorrido na madrugada do dia 19 para 20 de setembro de 1835, o “Tenente Secretário da Guarda Nacional Antônio José da Silva Monteiro”, cujos ossos “forão sepultados [...] na Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus desta Cidade com encommendação solemne, a que presidi [escreve o pároco encomendado Thomé Luiz de Souza], no dia trinta de março de mil oitocentos trinta e sete”.³⁶⁵ Monteiro era redator do jornal “O Mestre Barbeiro”, ferrenho opositor dos farrapos.

O último indivíduo a ter seus restos mortais depositados no interior da igreja foi Francisco da Silva Barbosa, “morto, há cinco annos, na Campanha”, aos vinte e dois anos, filho do major Domingos da Silva Barbosa e de dona Maria Sofia. Seus ossos foram reenterrados no dia 2 de setembro de 1849.³⁶⁶

Pela análise dos óbitos acima, pode se presumir que a partir de 1814, apenas representantes da elite, e de uma elite específica, poderia ter uma sepultura interna como última morada. No entanto, entre 1818 e 1849, há oito pontos destoantes no gráfico acima traçado: em 1818 consta nos registros que Izidoro Varella, “índio prisioneiro falecido no Hospital Real”³⁶⁷ em 4 de setembro “e sepultado nesta Matriz”.³⁶⁸ Em 1825 houve os casos de Bazília, “filha natural de Anna Joaquina da Conceição, pobre”³⁶⁹ e o de Anna, preta forra de 50 anos, falecida em 28 de fevereiro, casada com “Francisco, preto escravo

³⁶² WEISS-KREJCI, Estella. Unusual life, unusual death and the fate of the corpse: A case study from Dinastic Europe. In: MURPHY, Eileen M. (Edit.). **Deviant burial in the archaeological record**. Oxford: Oxbow Books, 2008, p. 177-178.

³⁶³ No dia 1º de fevereiro de 1839 foi morto “em favor da legalidade” o tenente da Marinha Antônio Dias dos Santos Belico, cujos ossos foram sepultados na igreja do Nosso Senhor dos Passos provavelmente em outubro daquele ano. O registro de óbito não informa a data do sepultamento, sendo iniciado pela data da morte, mas está inserido entre os assentos de outubro. Foi a primeira menção encontrada na documentação sobre enterro secundário em Porto Alegre. AHCMPA, Livro 6 de óbitos livres da Madre de Deus, fl. 149v.

³⁶⁴ AHCMPA, Livro 4 de óbitos livres da Madre de Deus, fl. 163.

³⁶⁵ AHCMPA, Livro 6 de óbitos livres da Madre de Deus, fl. 26.

³⁶⁶ AHCMPA, Livro 7 de óbitos livres da Madre de Deus, fl. 220v.

³⁶⁷ Atual Hospital da Santa Casa de Misericórdia.

³⁶⁸ AHCMPA, Livro 3 de óbitos livres da Madre de Deus, fl. 118v.

³⁶⁹ AHCMPA, Livro 4 de óbitos livres da Madre de Deus, fl. 73.

de José Ramos”.³⁷⁰ Em 9 de junho de 1837 foi a vez do cadáver de Felisberto, escravo do Cel. Bello, com nove meses de idade, ser enterrado na Matriz.³⁷¹ Outro escravo seria sepultado no interior do templo um mês depois.³⁷² O penúltimo cativo a ter seus restos entre os santos foi um anjinho falecido em 19 de junho de 1838.³⁷³ Finalmente, em 25 de novembro de 1846, o escravo Profirio, de onze meses de idade, apesar de ser freguês de Nossa Senhora do Rosário, foi “sepultado na Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus”.³⁷⁴ O mesmo se deu com Gregório Correntino de Bibigão, “agregado de Joaquim Felix da Costa”, que foi encomendado na Matriz do Rosário em 25 de junho de 1848 e sepultado na Matriz Madre de Deus.³⁷⁵

Um registro de óbito padrão inicia com “Aos tantos dias do mês tal do ano de tanto, nesta cidade de Porto Alegre, faleceu fulano...”. Em alguns deles, talvez por engano do pároco, após a data, constava “nesta Matriz da Madre de Deus foi sepultado fulano”. Nesses casos, considere o local de sepultamento como sendo o interior da Matriz. Como o livro de registros de óbito era a única fonte a registrar quando e onde foi sepultado um cadáver, não há como verificar se foi mesmo este o caso. Os casos citados no parágrafo acima se configuram em uma exceção à regra, sepultados no interior da Matriz, em uma época, como se verá adiante, a grande maioria da população geral, livres e escravos, ricos ou pobres, se encontravam do lado de fora do templo ou em outros locais da cidade.

2.2.2.5 Espaços da morte: as sepulturas à céu aberto

A historiadora Thibaut-Payen, ao trabalhar com os processos de transformações das necrópoles francesas no século XVIII, cita um dicionário de 1776 que diferencia *sepulture* de *cimitière*, classificando a primeira como tendo três significados: o ato de inumação do cadáver; o local de inumação; e a forma como se dava o enterro. Quanto ao cemitério, este seria apenas o “dormitório onde os mortos repousariam até o grande despertar anunciado nas Escrituras”.

³⁷⁰ AHCMPA, Livro 4 de óbitos livres da Madre de Deus, fl. 75v.

³⁷¹ Felisberto era filho de pai crioulo e mãe africana. Alguns meses mais tarde, em 20 de fevereiro de 1838, outro anjinho escravo pertencente ao mesmo coronel Venceslau de Oliveira Bello, com pai crioulo e mãe africana, faleceu e foi enterrado no cemitério. Por se tratarem de mortos muito semelhantes, não sei explicar porque um recebeu um tipo de honra fúnebre não destinada ao outro. AHCMPA, Livro 4 de óbitos escravos da Madre de Deus, fl. 53 e 89.

³⁷² AHCMPA, Livro 4 de óbitos escravos da Madre de Deus, fl. 61.

³⁷³ AHCMPA, Livro 4 de óbitos escravos da Madre de Deus, fl. 95.

³⁷⁴ AHCMPA, Livro 1 de óbitos escravos do Rosário, fl. 36.

³⁷⁵ AHCMPA, Livro 1 de óbitos livres do Rosário, fl. 52

Ces définitions nous montrent immédiatement que le mot sépulture a um contenu plus large, du point de vue individuel, que le mot cimetière, et que toute sépulture ne s'effectue pas nécessairement dans um cimetière. Em effet, contrairement à ce que l'on pourrait penser spontanément, le cimetière n'est pas, sous l'Ancien Régime, le lieu où tous les fidèles sont enterrés. L'idéal, pour les hommes de cette époque, demeure l'inhumation dans l'église, à tel point que certaines paroisses n'ont aucun cimetière.³⁷⁶

O exposto pela pesquisadora ecoa em parte nos escritos de seu conterrâneo Philippe Ariès. Para este autor “quanto mais aristocrática a paróquia, mais o cemitério é uma reserva das classes inferiores, e quanto mais a paróquia é popular, menos forte é a oposição entre a igreja e o cemitério”. Cemitério este que necessariamente precisa estar conectado à uma igreja ou capela, “sem a qual não poderia existir”: mesmo que se encontrasse distante do templo, seria por ele administrado.³⁷⁷

Para o contexto brasileiro, foi mais recorrente um tratamento negativo para os cemitérios.³⁷⁸ João José Reis, ao tratar sobre a morte na Bahia, especialmente em Salvador, escreveu que ser enterrado em cemitérios era um “grande infortúnio”, prática reservada aos “suicidas, criminosos, indigentes e escravos”, além de alguns rebeldes contra o Império. O cemitério padrão seria o “Campo Santo da Pólvora”, em um local ermo, distante de qualquer igreja, com sepulturas rasas. Administrado pela Limpeza Pública, era interdito ao enterro de cristãos de qualquer estrato social, pois se destinava à “remoção de lixo”, cadáver de pagão. Completa o autor: “cemitério de escravo batizado, [tanto] como de gente livre, era, nessa época [os Oitocentos], a igreja ou o adro. Aliás, o termo *cemitério* nem sequer foi usado [nas fontes]”.³⁷⁹

O mesmo se verifica nos trabalhos referentes ao Rio de Janeiro. Cláudia Rodrigues traz o memorialista Luiz Edmundo (nascido em 1878) para dizer que “no Rio antigo os

³⁷⁶ THIBAUT-PAYEN, Jacqueline. *Les morts, l'Église et l'État: recherches d'histoire administrative sur la sépulture et les cimetières dans le ressort du parlement de Paris aux XVII et XVIII siècles*. Paris: Éditions Fernand Lanore, 1977, p. 17.

³⁷⁷ ARIÈS, 2014, p 110-119.

³⁷⁸ Embora, novamente no contexto europeu, segundo o historiador Michel Lauwers, foi a partir do século X que o termo *cimiterium* passou a designar nos livros pontificais “o circuito ou átrio que circundava os lugares de culto e acolhia os corpos dos fiéis defuntos”. Citando uma fonte do ano 1130, o autor se refere ao arcebispo de Dol, para quem “um cemitério sem igreja não serve para muita coisa”, mostrando como na origem da institucionalização eclesiástica, ambos os locais eram indissociáveis e assim permaneceram por boa parte do mundo ocidental cristão até épocas mais recentes. LAUWERS, Michel. **O nascimento do cemitério**: Lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente medieval. Campinas: Editora da Unicamp, 2015, p. 145-147. Agradeço ao professor Igor Teixeira pela indicação.

³⁷⁹ Poucas páginas adiante o autor se contradiz ligeiramente ao dizer que havia cemitérios específicos, como os “de urgência” (para epidemias), os “especializados” (para militares), e os “decentes”, pertencentes a irmandades ou ordens religiosas, atrás das capelas destas, e murados. REIS, 2009, p. 192-193; 196-7.

templos são o cemitério do cristão”, termo que provavelmente não era usado na época, pois são apenas três os cemitérios existentes na cidade na época: o da Misericórdia, atrás do hospital da mesma irmandade, que recebia “os escravos africanos e seus descendentes, bem como os justicados, os indigentes, os falecidos no hospital [...] e os escravos indígenas”; o Pretos-Novos, cemitério que recebia os corpos dos escravos falecidos no porto e no mercado de escravos; e o Cemitério dos Ingleses, protestante, “a primeira necrópole à céu aberto da cidade”, inaugurada em 1811, fruto do acordo entre Portugal e Inglaterra.³⁸⁰

Júlio Pereira, também tratando sobre o Rio de Janeiro, informa que até 1722 o *único* cemitério da cidade era o da Misericórdia, e todo o serviço funerário era monopólio dessa irmandade, que recebia uma taxa sobre cada sepultamento realizado, mesmo no interior das igrejas. Sem discutir o Cemitério dos Ingleses, que exclusivo para protestantes, possuía contexto e práticas que fogem ao tema dessa dissertação, o autor classifica os outros dois cemitérios como locais temidos pela população da época. O da Misericórdia era conhecido pelas “valas comuns” e pela falta de honra ou respeito com que o corpo era sepultado, prática que causava ojeriza em uma época tão preocupada com uma boa morte. Por essa razão, escravos e libertos procuravam se filiar a irmandades que garantiriam uma sepultura eclesiástica para seus membros. No entanto, os escravos que recém desembarcavam na cidade não poderiam possuir filiação, e seus cadáveres foram parar no odioso Cemitério dos Pretos Novos, onde corpos mal amortalhados, em decomposição, ficavam muitas vezes expostos sob uma fina camada de terra, e frequentemente queimados para espantar o mal cheiro.³⁸¹

Em Porto Alegre não se verifica essa negatividade sobre o termo pois o mesmo é usado pelos autores da época indistintamente, tanto para se referir às áreas de enterramento distante das igrejas (como no caso do cemitério localizado atrás do hospital da Misericórdia) quanto para o entorno da igreja Matriz.³⁸² Desde o primeiro ano da

³⁸⁰ RODRIGUES, 1997, p. 70-73; BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. Sob o céu que nos protege: o Cemitério dos Ingleses (RJ). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História Anpuh**. São Paulo, jul/2011. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299768088_ARQUIVO_Sobocequenosprotege.pdf. Acesso em 05 jan. 2016.

³⁸¹ Para mais detalhes sobre o cotidiano dos Pretos Novos, ver a obra de Pereira, que trata exclusivamente sobre o assunto. PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

³⁸² Infelizmente, poucos são os trabalhos de análise cimiterial para o Rio Grande do Sul, de modo que não podemos ainda traçar paralelos com outras cidades e verificar se o mesmo ocorre fora da Capital. A

freguesia (1772) já se encontram no livro de óbitos dois enterramentos realizados no *cemitério*. Para o ano seguinte, nenhum dos assentos menciona esse local, mas há três sepultamentos realizados no *adro*. Embora, por definição, os termos não signifiquem a mesma coisa³⁸³ e, para alguns autores, o adro deveria ter sido discutido neste trabalho quando abordei as sepulturas junto a porta da igreja, para Nascimento ambos se referem a um mesmo local em contextos diferentes, e por isso os relaciono:

O adro era um espaço localizado na parte exterior da igreja Matriz. É bem provável que ficasse atrás do edifício religioso, mas nada impede que também pudesse estender-se para as laterais e até mesmo nos terrenos à frente deste. [...] Em Porto Alegre, após o ano de 1779 – que coincide justamente com o período de construção da nova Matriz aos cuidados da irmandade do Santíssimo Sacramento – o pároco passou a registrar para o local de sepultamento de escravos e livres de diferentes segmentos sociais somente o termo *cemitério*. Este, além de substituir o vocábulo *adro*, também servia para designar, por exclusão, aqueles espaços que não fossem nem a cova de fábrica, nem a cova ou catacumba de alguma irmandade e tampouco algum lugar mais específico no interior do templo, como as sepulturas *ad sanctos*. Portanto, pode-se presumir que *cemitério* designava agora, depois de

dissertação de Ana Paula Flores aborda o cemitério de Santa Maria, mas no período em que os enterramentos já ocorriam do lado de fora da cidade, o mesmo valendo para a dissertação de Cláudia Tomaszewski, para Pelotas. Para Porto Alegre, além dos trabalhos de Nascimento e Meirelles, já citados, há um breve artigo de Lucas Silva, que analisa o cemitério da Matriz, e as dissertações de Daniel Oliveira e Jaqueline Brizola, que não tratam dos cemitérios diretamente, mas abordam a morte na cidade no período posterior a 1850. FLORES, Ana Paula Marquesini. **Descanse em paz: testamentos e cemitério extramuros na Santa Maria de 1850 a 1900**. Porto Alegre: PPG História/PUCRS, Dissertação de Mestrado, 2006; TOMASZEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas - RS: 1847-1922**. Porto Alegre: PPG História/PUCRS, Dissertação de Mestrado, 2007; SILVA, Lucas Silva da. **Cemitério da Matriz: a primeira necrópole de Porto Alegre**. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: Arte, Sociedade, Ideologia**. 2º edição. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 249-256; OLIVEIRA, Daniel. **Morte e vida feminina: Mulheres pobres, condições de saúde e medicina da mulher na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1880-1900)**. Porto Alegre: PPG História/UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2012; BRIZOLA, Jaqueline Hasan. **A terrível moléstia: Vacina, epidemia, instituições e sujeitos: a história da varíola em Porto Alegre no século XIX (1846-1874)**. Porto Alegre: PPG História/UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2014.

³⁸³ Embora arquitetonicamente o termo *atrio* ou adro se refira à um pátio coberto com colunas, encontrado na porção frontal dos templos, pelo uso desse espaço para sepulturas seu significado passou a se transmutar. PEVSNER, Nikolaus. **Panorama da Arquitetura Ocidental**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 12. Padre Bluteau, em seu dicionário de 1712, assim define *Adro*: “[...] No Martyrologio em Portuguez, por *Adro* se entende cemitério, porque antigamente não se enterravão os Cristãos nas Igrejas, nem ao pé dos Altares, por respeito ao Corpo & Sangue de Jesus Cristo, que nos dittos lugares se Consagra; mas nos Adros das Igrejas, a saber na entrada, e diante da porta principal dellas se abrião as sepulturas, por isso entre outros significados *Atrium* veyo também a significar *cemitério* [...]” Por *Cemitério*, o mesmo religioso, explica: “[...] he hum lugar sagrado, ou benzido pello Bispo, em que se enterrão os corpos dos defuntos, mortos no gremio da Igreja, e no qual docemente descansão, como dormindo (que a morte dos fieis he comparada com o sono), e esperando a vinda do Salvador, e a ressurreição universal”. BLUTEAU, 1712, op. cit., vol. 1, p. 136 e vol. 2, p. 235.

pronto o prédio da Matriz, as covas que se localizavam no entorno do templo, sendo essas, então, *apud ecclesiam*.³⁸⁴

Assim chega-se ao último local relacionado à igreja Matriz em que os corpos dos portoalegrenses de outrora foram sepultados. Neste espaço externo, foram sepultados, entre 1772 e 1850, os corpos de 24.804 indivíduos,³⁸⁵ de um modo ainda não plenamente compreendido. Para João José Reis, “a cova no adro era tão desprestigiada que podia ser obtida gratuitamente”, sendo reservadas a escravos e livres muito pobres.³⁸⁶ A origem dessa compreensão parece estar em Ariès, para quem o cemitério se destinava “para enterrar todos os que não pagavam os direitos de sepultura nas igrejas e nos carneiros”, sendo os cadáveres desses enterrados em grandes valas comuns, contendo centenas de corpos “empilhados como toucinhos”.³⁸⁷

Se, como se viu acima, no restante do Brasil os cemitérios pré-reforma eram caracterizados como locais sem a devida decência para o trato com os mortos e reduto daqueles cadáveres que – como no exemplo baiano – seriam tratados que nem lixo, para mostrar que em Porto Alegre a situação era outra, pretendo desmontar cada um dos argumentos usados pelos autores acima citados.

Uma das principais características para a sepultura externa ser considerada de baixo status era sua gratuidade,³⁸⁸ e assim reservada aos pobres da freguesia.³⁸⁹ No entanto, nos livros de óbito de Porto Alegre (lembrando que a própria freguesia é caracterizada como bastante pobre, na nota de abertura do primeiro livro de óbitos),

³⁸⁴ NASCIMENTO, p. 228-229.

³⁸⁵ O espaço externo é caracterizado, como se verá adiante, pelo adro, pelo cemitério, e pelas catacumbas. A soma total dos assentos relacionados a essas áreas, respectivamente, é de 172; 24.622; e 10 registros.

³⁸⁶ O autor analisa o livro de óbitos da freguesia da Penha, demonstrando que 64% dos escravos foram sepultados no exterior do templo. REIS, p. 175-6.

³⁸⁷ ARIÈS, p. 75-79.

³⁸⁸ Fábio Kühn cita um testamento de um morador de Porto Alegre, de 1804, que se refere ao cemitério atrás da Matriz como o lugar em que “se costuma sepultar os pobres e os mendigos”. KÜHN, Fábio. **O projeto reformador da diocese do Rio de Janeiro**: as visitas pastorais no Rio Grande de São Pedro (1780-1815). Porto Alegre: PPG História/UFRGS, Dissertação de Mestrado, 1996, p. 140.

³⁸⁹ Um contraponto aos argumentos de Ariès é apresentado por Lauwers. Para ele, uma decisão do Concílio de Tribur, de 895, retomada em cânones posteriores, justificava a gratuidade da terra cemiterial, sem julgamentos de valor sobre aqueles que lá seriam sepultados: “Todos os cristãos devem considerar abominável e evitar esse iníquo hábito que foi introduzido entre eles de vender a sepultura devida aos mortos por meio de recompensa e de tornar venal a graça de Deus, ainda que não nos lembremos de ter encontrado ou lido em qualquer lugar que isso seja uma graça apostólica. Com efeito, está escrito no Eclesiastes: ‘Não recuse sepultura ao morto’, sabendo que todos nós morremos (Ecl 7, 33) e também: Tudo o que é terra retorna à terra (Ecl 40,11). Por que vendes terra à terra? [...] É preciso lembrar também que a terra não pertence aos homens, mas, como o salmista nos lembra: ‘do Senhor são a terra e aqueles que a habitam’ (Sl 24, 1). Se vendes a terra, ladrão, tu terás as coisas por uma horrível usurpação.”. Necessário lembrar que a sepultura referendada aqui é apenas aquela à céu aberto; a cova interna não estava sendo discutida no concílio. LAUWERS, 2015, op. cit., p. 153.

principalmente no século XVIII, é difícil encontrar algum assento no qual o defunto não é categorizado como “pobre” ou mesmo “sumamente pobre”, vários dos quais sepultados no interior do templo.³⁹⁰ Em nenhum dos registros é informado o valor da sepultura (embora sabemos que ao menos as de fábrica deveriam ser pagas, pois delas vinha parte substancial dos rendimentos para manutenção do templo), porém um assento de óbito de um escravo, de 1837, enterrado no cemitério, faz menção a “direitos paroquiais, fábrica, e sacristão” pagos pelo testamenteiro do senhor do falecido, indicando que a sepultura externa também gerava lucro.³⁹¹

Outro argumento é o de que “a sepultura a céu aberto [...] [estaria] destinada àqueles mortos que não seriam recordados pela memória dos vivos”.³⁹² Em uma sociedade como a portoalegrense do período, esses seriam majoritariamente escravos, pobres, e a soldadesca. De fato, em 1776 cento e cinco cadáveres foram sepultados no exterior da igreja, sendo apenas três deles habitantes da vila. O restante era formado por soldados pertencentes ao Regimento de Infantaria de São Paulo, enviados ao Rio Grande para auxiliar na luta contra os espanhóis.³⁹³ Eram, no entanto, exceção nas quase oito décadas de funcionamento do cemitério.

Quanto a ser um local predominantemente escravo, o gráfico abaixo mostra que, ainda que a diferença seja de apenas 364 indivíduos, mais livres foram sepultados no cemitério do que escravos.³⁹⁴

³⁹⁰ Por exemplo, Manoel, sepultado em “cova de fábrica” apesar de “suma pobreza”, ou José Pereira Garcia, enterrado “nesta Matriz” mesmo sendo “muito pobre”. AHCMPA, Livro 1º de óbitos da Madre de Deus, fl. 2 e fl. 103.

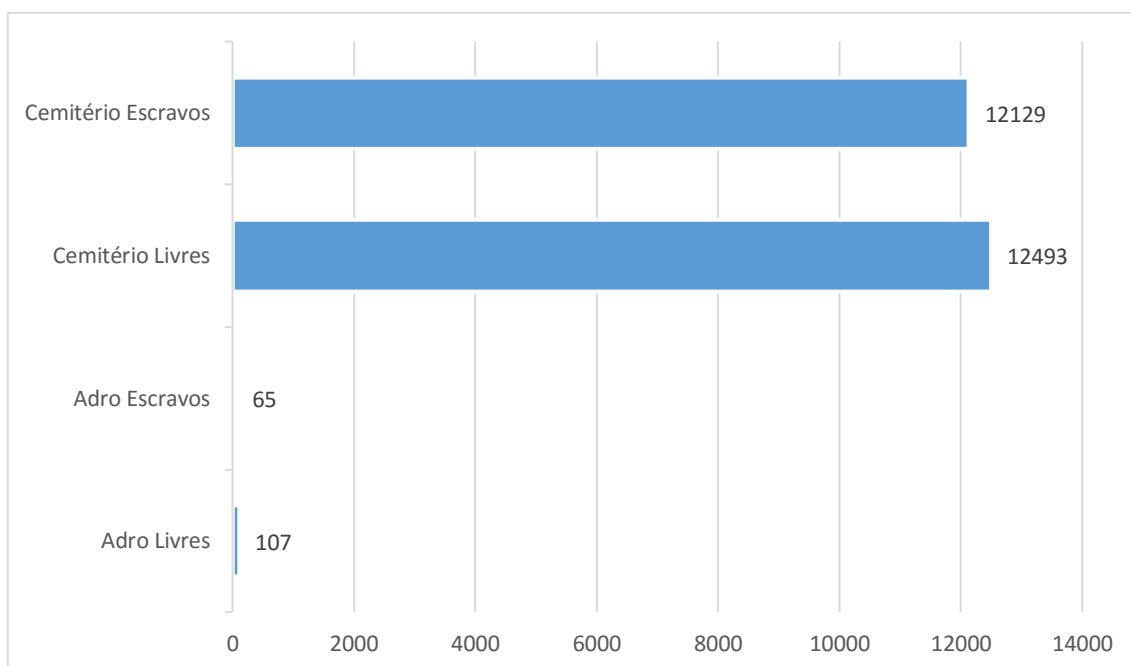
³⁹¹ “Aos vinte e dois dias do mez de Julho de mil oitocentos trinta e sette annos nesta Cidade de Porto Alegre falleceo de bexigas, sem Sacramentos, João, preto Africano, que mostrava ter vinte e cinco annos de idade, escravo, pertencente aos herdeiros do fallecido Joze Pinto de Carvalho; foi encommendado pelo Reverendo Coadjutor Joze Maria da Silva, e sepultado no cemeterio desta Matriz, satisfeitos os direitos paroquiaes, fabrica, e sacristão, pelo Reverendo Orestes Rodrigues de Araujo, testamenteiro do ditto fallecido. E para constar fiz este assento. Thomé Luiz de S.za. Par.o Encomm.do”. AHCMPA, Livro 4º de óbitos escravos da Madre de Deus, fl. 57.

³⁹² ARIÈS apud NASCIMENTO, p. 229.

³⁹³ O coronel Cláudio Moreira Bento atribuiu o grande número de baixas ocorrido antes que a tropa chegasse à frente de batalha a uma epidemia de varíola que grassava São Paulo no momento em que os soldados partiram para o sul. BENTO, Cláudio Moreira. A participação militar de São Paulo na Guerra de Reconquista do Rio Grande do Sul aos espanhóis. **O Tuiuti**: Boletim Profissional de História Militar, n. 104, p. 4-14, jan. 2014.

³⁹⁴ Atento novamente para o fato de que estou considerando como livres, aqui, aqueles registros que foram assentados nos livros específicos para esta categoria, valendo o mesmo para os escravos. É possível que, por descuido do escrivão, existam escravos no livro de livres e vice-versa, e para a análise aqui feita, estes eventuais descuidos não foram corrigidos.

Gráfico 4 – Distribuição quantitativa das sepulturas externas por categorias e espaços³⁹⁵

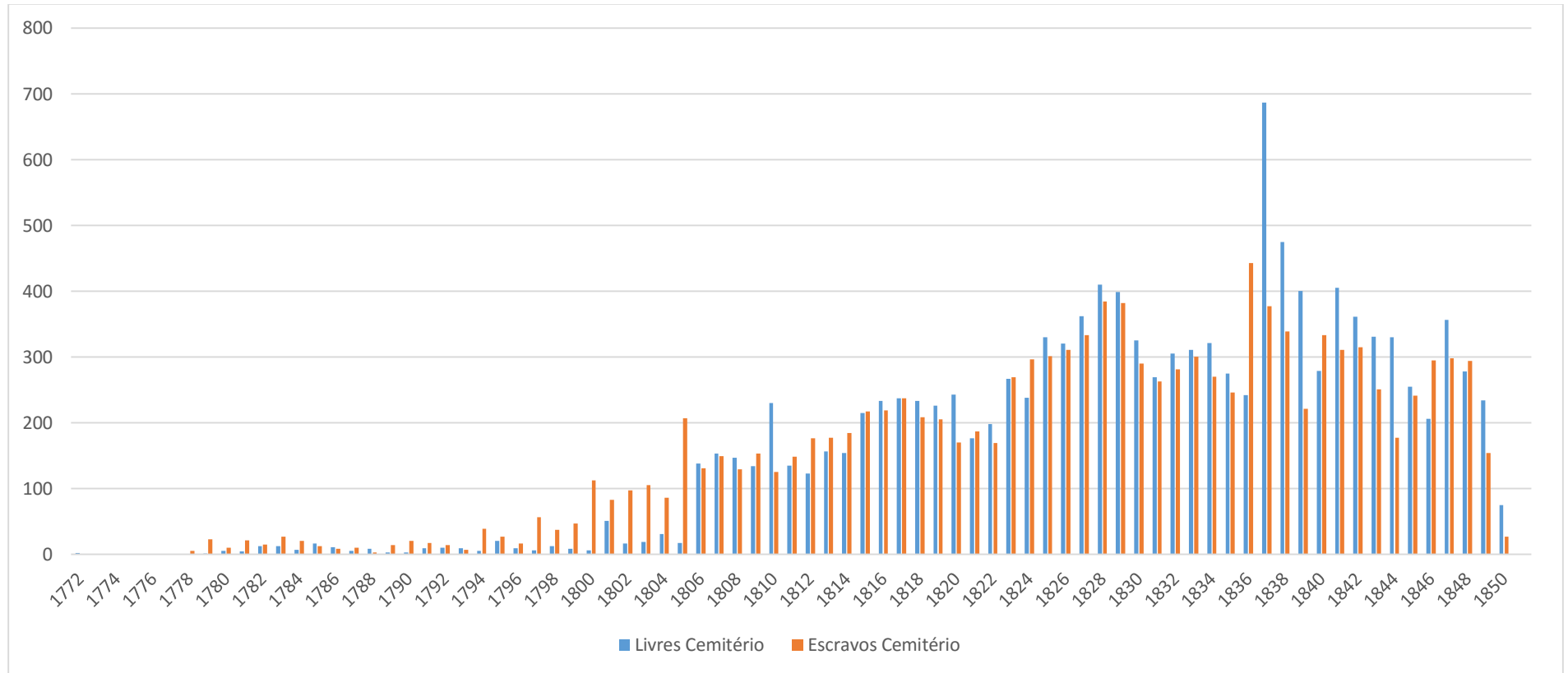


Fonte: AHCMPA, Livros 1º a 7º de óbitos livres da Madre de Deus, 1º a 5º de óbitos escravos da Madre de Deus, 1º de óbitos livres do Rosário, 1º de óbitos escravos do Rosário.

Considerando apenas o cemitério (visto que o *adro*, como já dito, teve um período muito curto de utilização, somando um total de 172 sepultamentos, sendo 107 deles, livres), na longa duração, há um equilíbrio do uso desse espaço por livres e escravos, sendo que os últimos ultrapassam ligeiramente a média na década entre 1794-1805, e os primeiros se tornam a maioria entre 1837 e 1847, com ênfase naquele primeiro ano.

³⁹⁵ Para fins quantitativos, além dos registros mencionando "neste Cemitério" ou "Cemitério desta Matriz", foram incluídos aqueles que indicavam ter sido o morto sepultado "no cemitério de Porto Alegre", "no cemitério desta Freguesia", e "no cemitério desta Vila".

Gráfico 5 – Distribuição anual de livres e escravos no cemitério (1772-1850)



Fonte: AHCMPA, Livros 1º a 7º de óbitos livres da Madre de Deus, 1º a 5º de óbitos escravos da Madre de Deus, 1º de óbitos livres do Rosário, 1º de óbitos escravos do Rosário.

A cova no cemitério, para a maioria dos pesquisadores, faria com que aqueles nelas sepultados não fossem lembrados por não possuir nenhum sinal (lápide, cruz, placa) que identificasse o cadáver nela depositado. Ora, a sociedade em questão se focava na coletividade, uma vez que a sepultura individual será uma invenção dos cemitérios modernos.³⁹⁶ A cova externa era anônima porque também o era a sepultura de fábrica ou de irmandade.³⁹⁷ No entanto, é possível que conforme se aproximava a metade do século, e com ela, as críticas ao cemitério paroquial (questão a ser discutida no capítulo seguinte), fossem implementadas melhorias no sentido de tornar o espaço cemiterial atrás da igreja mais de acordo com as novas mentalidades.

Em agosto de 1837, um vereador denuncia que no cemitério da Matriz não havia “hum signal, ou inscripção que denote o dia, mêz, e anno, em que o deffuncto ali foi sepultado, para se lhe não ballir, se não passados pelo menos doiz annoz, succedendo de hum tal desleixo a terem-se aberto sepulturaz, onde se encontrão ainda Cadaveres n’um estado terrível de podridão”.³⁹⁸ Sabemos com certeza que no cemitério, ao menos em um período final, foram utilizados elementos para identificar os cadáveres graças a preservação de uma única lápide, hoje existente na Cúria Metropolitana.³⁹⁹

³⁹⁶ O que não significa que houvessem valas comuns no cemitério da Matriz, tal como consta terem existido na Europa. Foram encontrados alguns registros de óbito, principalmente de escravos, onde mais de um indivíduo fora registrado no mesmo assento, o que pode significar que foram sepultados na mesma cova, mas evidências arqueológicas encontradas em 2012 nos terrenos do antigo cemitério apontam que a maioria dos enterramentos era individual. Mais informações sobre esta escavação serão dadas no último capítulo deste trabalho.

³⁹⁷ Afinal, como se mostrou no item acima, ao se discutir as sepulturas de irmandade, estas não existiam em número igual ao de membros, o que seria impossível devido a área interna da igreja, além de uma séria ameaça ao rendimento da fábrica. É bem provável – embora não tenha achado menção disso na documentação pesquisada – que existisse um ossuário (privativo ou geral), no qual os restos mortais já ressecados eram depositados quando da abertura das mesmas covas para reutilização do espaço. Como diz Ariès, importava mais ao fiel da época que seus ossos estivessem dentro de um espaço sagrado e bento do que a manutenção da individualidade do esqueleto. ARIÈS, 2014, p. 75-82.

³⁹⁸ É possível que se tratasse tanto de uma crítica feita visando os cemitérios europeus e os já existentes em outras partes do Brasil, quanto o descaso do pároco com uma prática já instituída em Porto Alegre, mas que acabou sendo relaxada. AHPAMV, Atas de Vereança 1835-1839, Vol. 12, Fala do Vereador Ferreira em 01 de agosto de 1837, p. 168v.

³⁹⁹ Essa lápide, de arenito, com cerca de um metro e meio de altura, está quebrada na porção superior. Possui uma decoração simples, como moldura, na parte frontal, sendo a porção distal lisa. A inscrição remanescente diz: “Restos mortais d’Antonio Martins de Castro. Faleceo a 15 d’abril de 1847 com 29 annos d’idade”. Busquei o registro de óbito de Antonio, onde consta o seguinte: “Aos quinze dias do mez de abril de mil oitocentos qarenta e sette annos nesta cidade de Porto Alegre falleceo de molestia interior, sem Sacramentos, na idade de vinte e nove annos, Antonio Martins Castro, solteiro, natural de Portugal, filho legitimo de Manoel Antonio da Cruz, e de Maria do Rosario; fez testamento. Foi encomendado por mim, e sepultado no cemitério desta Matriz. E para constar fiz este assento. O vig.o Thomé Luiz de S.za”. AHCMPA, Livro 7º de livres da Madre de Deus, fl. 178. Cabe mencionar uma nota trazida por Augusto Porto Alegre: “Ainda a proposito do cemitério, diremos, que no anno de 1905, ao proceder-se obras de reformas nas escadarias que haviam entre a capella do Divino e cathedral, encontrou-se uma grande pedra

Figura 6 – Lápide existente na Cúria Metropolitana, datada de 1847.



Fonte: Fotografia do autor, agosto de 2012.

No cemitério foram realizados mais de 91% dos enterramentos feitos em Porto Alegre no período. O uso desse espaço se intensificou a partir de 1815 quando, como demonstrado acima, se modificaram as práticas de enterramento na cidade, e o interior do templo deixou de ser uma opção disponível para a maioria da população. A partir de 1825 o cemitério ultrapassa a marca dos seiscentos sepultamentos anuais atingindo, em 1837 –

com inscrição onde apareciam as letras Ant... e os números 177...; é fora de dúvida ter pertencido a alguma sepultura do primitivo cemitério na Praça do Palacio ou da propria Cathedral. O ‘Correio do Povo’ num numero de julho, narrou o facto em noticia por nós escripta.” PORTO ALEGRE, 1905, op. cit., p. 234, nota 37. Procurei o jornal mencionado pelo autor, mas nada encontrei. É provável que a lápide citada por ele seja a mesma existente hoje na Cúria, apesar de o número mencionado não ser o mesmo, mas não há como ter certeza.

ano no qual foi feita a denúncia pelo vereador Ferreira, acima citada – a impressionante quantia de 1.130 indivíduos enterrados. T tamanha quantidade de cadáveres em um espaço tão exíguo iria acelerar o fechamento dessa necrópole.

Antes que isso ocorresse, porém, as irmandades buscaram uma solução para poderem continuar a sepultar seus irmãos junto ao templo. Se a reclamação principal das autoridades era de que a sepultura eclesiástica empestava a atmosfera interna, foram criadas as catacumbas ou carneiros, semelhantes as gavetas encontradas nos cemitérios atuais: estruturas de alvenaria com nichos cobertos de argamassa de cal (para eliminação dos odores), nos quais o caixão ou o corpo amortalhado era colocado e em seguida lacrado. Por não entrar em contato com a terra, e por só ser aberto passado muito tempo, essa nova modalidade de sepultura era acreditada ser mais higiênica que a cova no chão.⁴⁰⁰

Em Porto Alegre essas estruturas foram implementadas no início dos Oitocentos, mas por algum motivo não encontrado na documentação, tiveram vida aparentemente curta.⁴⁰¹ No ano de 1806 houve dois sepultamentos em catacumba da irmandade das Dores, e elas só voltam a ser mencionadas nos assentos em 1814, quando são usados dois nichos pertencentes à irmandade da Conceição, três das Dores, um de São Miguel e Almas e um do Santíssimo Sacramento.⁴⁰² Em 1816 é citada uma “catacumba desta Matriz”, talvez pertencente à fábrica da mesma.⁴⁰³ Mara do Nascimento informa que a partir do momento em que as irmandades adquirem esses espaços, cessam os gastos com a fábrica nos compromissos das mesmas, indicando que nada mais era pago à igreja.⁴⁰⁴ A existência de uma catacumba pertencente à Matriz pode indicar uma tentativa da fábrica em reaver

⁴⁰⁰ Na Bahia, escreve Reis, eram usados desde meados do século XVIII por algumas irmandades. REIS, 2009, p. 178. Para o Rio de Janeiro, Cláudia Rodrigues reproduz um relato de viajante de 1846, citando as catacumbas da Ordem Terceira de S. Francisco de Paula. RODRIGUES, 1997, p. 227.

⁴⁰¹ Em correspondência da irmandade do Santíssimo Sacramento e Madre de Deus ao Provedor da Santa Casa de Misericórdia, em 17 de dezembro de 1849, a irmandade reafirma “a posse legítima adquirida há mais de 40 anos às catacumbas, e terreno adjacente a referida Igreja Matriz especificada no seu Compromisso, que foi sancionado por El-Rei D. João VI”. AHRS, Fundo Documental Assuntos Religiosos, Caixa AR7, Maço 15, Correspondência do escrivão da Mesa José Bernardes Velho da Veiga ao Provedor da SCM em 17 de dezembro de 1849. Já Dom Barea afirma que em 1808 a irmandade do Rosário adquiriu “um terreno dentro do adro da Igreja Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus, junto ao da Irmandade de São Miguel e Almas”, no qual mandou fazer “várias catacumbas”, que ficaram prontas no ano de 1809. Como pode ser visto na figura 3, essas estruturas ficavam entre a igreja e o cemitério, mais ou menos no espaço hoje ocupado pela Cripta da Catedral Metropolitana. BAREA, 2004, p. 50.

⁴⁰² AHCMPA, Livro 2º de óbitos livres da Madre de Deus, fls. 114 e 114v; Livro 3º de óbitos livres da Madre de Deus, fls. 29 e 29v.

⁴⁰³ Livro 3º de óbitos livres da Madre de Deus fl. 55.

⁴⁰⁴ NASCIMENTO, 2007, p. 251.

esses lucros, cedendo-a a mortos sem pertença. Nenhuma catacumba é citada nos livros de escravos da Matriz, nem nos livros do Rosário (iniciados em 1844), o que pode indicar que a vida útil dessas estruturas, seja qual for o motivo, não foi muito longa.

2.2.2.6 Espaços da morte: outros locais de enterramento

Afora a freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus, outros doze locais foram citados nos livros de óbito analisados como recebendo enterramentos. As Constituições Primeiras ordenavam aos párocos que registrassem os óbitos de seus fregueses mesmo que estes fossem enterrados em outra paróquia, justificando-se assim o porquê se encontrarem esses assentos nos livros específicos da Matriz.⁴⁰⁵ Desses locais, dois merecem maior destaque, pela grande quantidade de sepultamentos: o Hospital da Santa Casa de Misericórdia e seus arredores; e a povoação de Pedras Brancas, atual município de Guaíba.⁴⁰⁶

Entre 16 de janeiro de 1825 e 7 de abril de 1850, quatrocentas e quarenta e seis indivíduos foram registrados nos livros da Matriz como sendo sepultados em locais como “capella do Senhor dos Passos”, “Cemitério da Caza da Misericórdia”, “Cemitério da Santa Casa de Misericórdia”, “Cemitério da Caridade”, “Cemitério da Igreja da Caridade”, entre outros similares. Para Diego Pufal, autor que recentemente analisou os cemitérios pertencentes à irmandade da Caridade em Porto Alegre antes de 1850, todas essas nomenclaturas se referem a três locais, com cronologias diversas: um primeiro, aberto em 1825, para receber os padecentes do hospital, rapidamente lotado; um segundo, de 1826, no interior e exterior da Capela dos Passos, destinado aos irmãos da Misericórdia, seus familiares, escravos, e demais pessoas que ali desejassem ser sepultadas. Esse segundo local, informa Pufal, possuía catacumbas, embora essa informação não tenha sido confirmada pelos registros de óbito. E um terceiro local, de 1829, localizado mais distante do hospital, fora das muralhas da cidade, e destinado aos

⁴⁰⁵ Título XLIX, parágrafo 832: “E se os defuntos forem enterrados em Igrejas, ou Capellas de outras Freguezias, farão os ditos assentos, assim os Parochos das Igrejas, de que forem fregueses, como daquellas em que forem enterrados, o que uns, e outros cumprirão sob pena de quinhentos reis”. VIDE, 2011, p. 292.

⁴⁰⁶ Os outros locais, que não irei detalhar mais, são: a freguesia de N. S. do Rosário e seu cemitério, com oito sepultamentos; a freguesia de N. S. da Conceição de Viamão, com dois sepultamentos; as praias do Guaíba, com dois sepultamentos; a freguesia de Belém, a localidade de Capela Queimada (atual Alegrete), o cemitério da Barra [do Ribeiro], a fazenda do Capitão José Francisco da Silveira Casado, a ilha em frente ao sítio de João Inácio Teixeira, a praia do sítio de Manoel José Ribeiro, todos com um sepultamento. Além desses, há dois assentos indicando o “Cemitério desta Província” como local de enterramento, o que pode apontar para qualquer local da Capitania; sete assentos onde não o local está ilegível, e outros cinquenta e cinco assentos que não o informam.

que morressem no hospital. A partir de 1835, em decorrência da Farroupilha, as autoridades resolvem fechar os portões da cidade para impedir o acesso dos rebeldes, tornando impossível o sepultamento neste cemitério externo, motivo pelo qual a Mesa Administrativa permitiu o enterro dos pobres e falecidos no hospital no cemitério exclusivo dos irmãos.⁴⁰⁷

O segundo local com maioria de enterramentos fora da freguesia da Matriz, somando 104 óbitos entre 1803 e 1845, com concentração entre os anos de 1816 e 1827, é o cemitério do oratório aprovado da fazenda de Santa Maria Maior de Pedras Brancas. As Constituições Primeiras autorizavam o sepultamento em capelas particulares, desde que autorizadas pela autoridade religiosa local.⁴⁰⁸ Parece ter sido o caso de Pedras Brancas, pois assim informa o registro de óbito de Maria, filha natural da escrava Rosa:

Aos quatro dias do mez de Dezembro, de mil oitocentos vinte quatro no Districto de Pedras Brancas faleceu Maria, de idade dous annos, filha natural de Rosa, escrava de Ignacio Manoel; foi encommendada pelo Reverendo Francisco Ferreira Leitão, e sepultada no Cemitério do Oratorio aprovado de Nossa Senhora, digo de Sancta Maria Maior d'este Districto. E para constar, mandei fazer este assento que assino. O Par. Ant. V. da Soled.⁴⁰⁹

Praticamente só escravos foram sepultados nas terras dos irmãos Antônio e Francisco Ferreira Leitão, ambos padres, a quem Arlindo Rubert credita a criação do oratório anterior a 1813,⁴¹⁰ “que se tornou público pela concorrência dos fiéis, que não

⁴⁰⁷ Para mais detalhes a respeito desses cemitérios, além de uma listagem completa dos lá enterrados, ver o artigo de Diego Pufal. Analisando os mesmos livros de óbito, encontrei outros seis sepultamentos que não foram computados pelo autor, a saber: Livro 6º de óbitos livres da Madre de Deus, fl. 60, Hera, falecida a 15/9/1837, sepultada no Cem. da Misericórdia; fl. 116v Honorato, fal. 22/11/1838, sep. Cem. da Misericórdia. Livro 7º de óbitos livres da Madre de Deus, fl. 117v, Constancia, fal. 17/06/1844, sep. Cem. da Misericórdia; fl. 117v Manoel, fal. 20/06/1844, sep. Cem. da Misericórdia; fl. 148v, Maria, fa. 9/12/1845, sep. Cem. da Misericórdia; fl. 189v, José, fal. 02/10/1847, sep. Cem. da Santa Casa de Misericórdia. PUFAL, Diego de Leão. O cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre antes de 1850. **Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: Histórias Reveladas IV**. Porto Alegre: Evangraf; ISCMPA, 2015, p. 147-197; AHCMPA, Livro 6º e 7º de óbitos livres da Madre de Deus.

⁴⁰⁸ Título LVI, parágrafo 856. VIDE, 2011, p. 299.

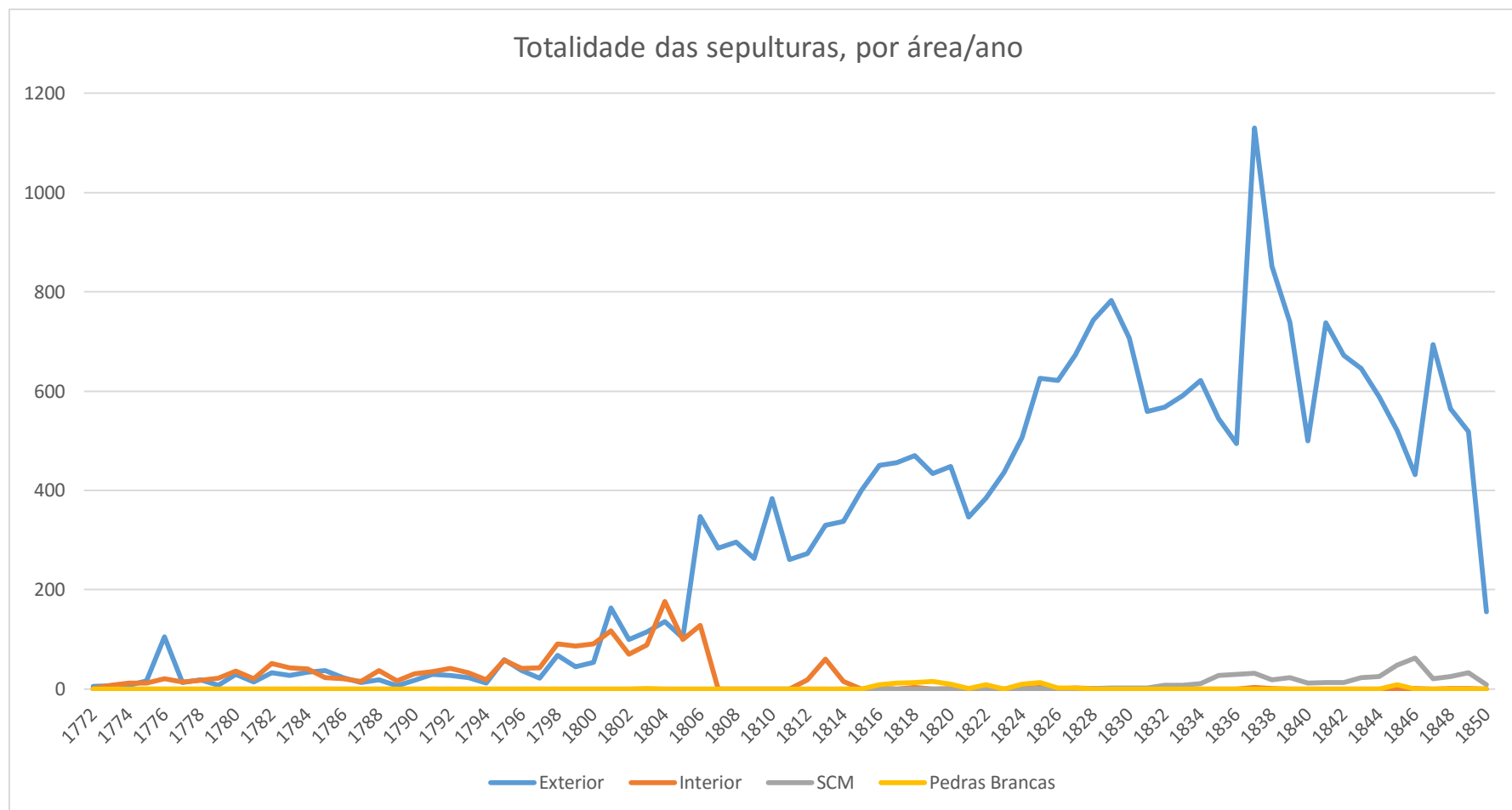
⁴⁰⁹ AHCMPA, Livro 3º de óbitos escravos da Madre de Deus, fl. 108.

⁴¹⁰ Amyr Borges Fortes e João Wagner informam outro dado, dizendo que a Provisão Eclesiástica autorizando os moradores da localidade a erigir uma capela data de 2 de novembro de 1815. Essa data dialoga melhor com os registros de óbito, pois o assento de 1803 apenas informa que o cadáver foi sepultado “na fazenda do Capitão Antônio Ferreyra Leitão”, enquanto a partir de 1816 aparecem assentos indicando como local de sepultamento o “Cemitério de Santa Maria da Fazenda das Pedras Brancas” e títulos análogos. BORGES FORTES, Amyr & WAGNER, João B. S. **História Administrativa, Judiciária, e Eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1963, p. 256.

podiam ir até a Matriz da Madre de Deus de Porto Alegre”, distante duas léguas da localidade.⁴¹¹

⁴¹¹ RUBERT, 1998, p. 242.

Gráfico 6 – Somatório dos principais assentos abordados no decorrer deste capítulo. Por “Exterior”, entenda-se aquelas sepulturas analisadas no item 2.2.2.5; por “Interior”, as dos itens 2.2.2.1 a 2.2.2.4; e por “SCM” e “Pedras Brancas”, as do item 2.2.2.6.



Fonte: AHCMPA, Livros 1º a 7º de óbitos livres da Madre de Deus, 1º a 5º de óbitos escravos da Madre de Deus, 1º de óbitos livres do Rosário, 1º de óbitos escravos do Rosário.

E assim, Porto Alegre chega à metade dos Oitocentos, com 78 anos de existência e cerca de 27.000 cadáveres sepultados dentro de seus muros. A cidade, diminuta, estrangulada pela guerra civil finda em 1845, aos poucos voltava a respirar e se expandir.⁴¹² Novos ideais políticos, religiosos, urbanistas, higiênicos e de vida em sociedade surgiam. A Porto Alegre, embora ainda imperial, tomava vultos de cidade burguesa, não mais desejava do cotidiano de Antigo Regime. E o cemitério eclesiástico – esse local terreno de comunicação com o sobrenatural, no qual os mortos eram contabilizados mais enquanto corpo coletivo da igreja, e menos como indivíduos, com uma organização de espaço que horrorizava as autoridades civis, já cientes das novidades europeias – seria um dos primeiros alvos dos reformistas. Em 6 de abril de 1850 o cemitério da Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus é declarado fechado, e em um só ato de lei é impedido o enterro de qualquer cadáver em qualquer outro local dentro dos limites urbanos. Até se chegar a este ponto, porém, foram anos de diálogo entre governo e clero, diversas leis ignoradas por ambos poderes e muitas discussões na Câmara. O processo de fechamento dos cemitérios intramuros de Porto Alegre é o tema do terceiro capítulo dessa dissertação.

⁴¹² Uma correspondência enviada pelo provedor da Misericórdia ao Presidente da Província em 1838 demonstra bem o estado de sítio e a sua relação com os mortos e a salubridade urbana. Queixando-se de que “a Sancta Caza Misericórdia desta Cidade [foi] uma das victimas que tem experimentado não pequenas formmas de males ocasionados pela revolta que infelizmente appareceu n’esta Província”, o Provedor denuncia ser o “entricheiramento d’esta Cidade” o maior causador desses males, pois foi com o fechamento do portão de acesso ao exterior das trincheiras que o hospital se viu sem poder lançar fora o lixo das enfermarias, buscar água no poço, realizar as limpezas e arranjos diários dos doentes e, principalmente, “por [ser] aquelle Portão muito necessário para por elle se levar ao Cemitério os corpos dos mortos, resultando de tudo isto gr[av]es inconvenientes, e embaraços”. Solicita então ao Presidente que, como cessaram os conflitos, que autorize a Santa Casa a colocar uma porta fechada com cadeado nas citadas fortificações, permitindo assim que o hospital retome as suas atividades no exterior da cidade, ao mesmo tempo em que mantém a segurança da mesma. AHRs, Caixa AR2, maço 4, Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, 1838. Correspondência do Provedor ao Presidente da Província em 26 de fevereiro de 1838.

Capítulo 3 - O gravíssimo dano que se segue do costume de se sepultarem os mortos nas igrejas: o lento exílio dos mortos.

Esse espaço intermediário entre o mundo profano e o polo sagrado, entre as esferas secular e eclesiástica que era o cemitério *ad sanctos et apud ecclesia*, era relativamente recente no mundo Ocidental, durante o contexto analisado nesse trabalho. A maioria dos especialistas credita o surgimento desse tipo de espaço ao século IV da era cristã, ainda durante o cristianismo primitivo, quando “foram erguidas igrejas junto aos monumentos dos mártires [as suas relíquias, ou melhor dizendo, ossadas], lugar onde, [...] se começou a enterrar os mortos. Deram o exemplo os imperadores e os reis, seguidos de bispos e demais eclesiásticos, logo imitados pelos simples fiéis”.⁴¹³

Dentre o enterro de reis e o dos “simples fiéis”, muitos séculos passaram, motivo pelo qual outro autor, Michel Lauwers, oferece uma teoria diferente. Para ele, a igreja católica ocidental só começou a sua tomada de poder e institucionalização a partir do século IX, quando começaram os processos de distinção entre quais eram os cristãos e quais eram os pagãos. Nesse contexto, a aglutinação de túmulos ao redor do templo – ainda não denominado de cemitério – teria um papel fundamental na organização da sociedade: uma vez que a partir do batismo todos os cristãos se tornavam irmãos, a partir do fortalecimento da igreja, todos passariam para a vida eterna inumados em conjunto. Nesses primeiros anos, o cemitério seria mais uma ferramenta para organização espacial da sociedade, e menos para a salvação das almas.⁴¹⁴ Para o autor, esse espaço só será chamado de “cemitério” a partir do século X, quando se completa um processo de maior especialização do templo cristão, sendo reunidos em um só lugar as funções de batismo, casamento, culto, coleta de dízimos e enterro dos defuntos. Conjuntamente com a

⁴¹³ CATROGA, Fernando. **O céu da memória: Cemitério romântico e culto cívico dos mortos**. Coimbra: Minerva, 1999, p. 42.

⁴¹⁴ Tanto o é que Santo Agostinho, ao ser questionado se havia vantagem para o cristão ter o seu cadáver sepultado perto de uma igreja, no ano de 421, irá escrever que “providências relativas aos funerais, escolha de sepultura, pompa de enterro, tudo isso é mais consolo dos vivos que alívio dos mortos” por ser “o cadáver desprovido de sensibilidade [...]. Portanto, que loucura essa, de ultrajar os cristãos por causa de cadáveres deixados insepultos, se aos fiéis foi prometido que a própria carne e todos os membros, deixados sobre a terra e até dispersos no seio secretíssimo de outros elementos, hão de, num abrir e fechar de olhos, tornar a vida e serem restituídos à primitiva integridade, como foi prometido por Deus? (1Cor 15,52)”. AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. **A verdadeira religião; O cuidado devido aos mortos**. São Paulo: Paulus, 2002; LAUWERS, 2015.

sacralização do espaço de culto há a consagração do seu entorno, tornando a necrópole, ao mesmo tempo, *cemitério* e terra abençoada.⁴¹⁵

Para Lauwers, do décimo século até o fim do período medieval irá ocorrer paulatinamente uma maior sacralização da igreja e seu entorno, culminando, no século XV, com a proibição de danças, comércio e julgamentos no interior do cemitério:

Pois, no momento em que as autoridades eclesiásticas proibiam as danças ancestrais nos cemitérios, os muros desses cemitérios eram cobertos por imagens que representavam os defuntos arrastando os vivos para sua dança. O lugar de inumação se tornou o teatro de certa pastoral do medo. [...] A frequência do cemitério pelos vivos – que tinha por função a *memento mori* – adquire aqui um significado na perspectiva de salvação individual. Tal utilização do campo funerário, coerente com sua natureza sagrada, supunha que os restos dos defuntos fossem concebidos de modo radicalmente diferente daquele que tinha prevalecido nos séculos precedentes. No espírito dos clérigos, o cemitério foi, desde então, menos o lugar onde os ancestrais apoiavam os atos dos vivos do que aquele, atemorizante, onde os vivos deviam contemplar sua morte futura.⁴¹⁶

Assim, no espaço de dez séculos, os mortos primeiro foram aproximados dos vivos com a justificativa de manter, sob o mesmo teto, a grande comunidade dos batizados para, ao fim desse período, serem afastados em uma resignificação dos restos mortais, a partir daí vistos como lembranças da própria finitude, sem, porém, dessacralizar a necrópole. Sacralização esta que não foi feita sem percalços, pois “certo número de concílios tinha claramente proibido a inumação no interior de edifícios eclesiais, enquanto a literatura canônica e penitencial afirmava a incompatibilidade entre a consagração de uma igreja e a presença anterior, no mesmo lugar, de sepulturas”.⁴¹⁷

A sepultura que deixa de ser santa para, pouco a pouco, servir de lembrança da morte de cada um passaria a agregar em si outros atributos que não o religioso. A partir do século XVI, mas com mais força nos séculos XVII e XVIII, uma incipiente medicalização da sociedade virará seus olhos para os espaços dos mortos, vendo ali um foco de podridão inédito. Como as questões de higiene serão tratadas pela maioria dos autores como as responsáveis pelo fim dos sepultamentos eclesiásticos, tratarei delas com mais atenção em um subcapítulo a seguir.

⁴¹⁵ LAUWERS, 2015, p. 145-248.

⁴¹⁶ Ibid., p. 331.

⁴¹⁷ Ibid., p. 161.

3.1 As terras infeccionadas das sepulturas: o túmulo se torna manancial da peste

Em voga na época estava a teoria miasmática que, em oposição à teoria bacteriana, divulgava que as doenças eram causadas por partículas denominadas “miasmas”, encontradas nos locais de mau cheiro, em especial águas e áreas estagnadas.⁴¹⁸ A partir dos Setecentos, matadouros, açougues, prisões, hospitais e os locais de sepultamento dos mortos – igrejas e cemitérios –, serão vistos como enormes focos de doenças.⁴¹⁹ A abertura de sepulturas suscita dramas e a fetidez das igrejas causa repugnância a um abade francês em 1745.⁴²⁰ Em Lisboa, Vicente Coelho Telles escreve ao rei em 1800, dizendo “não sei porque fatalidade [nós católicos] fazemos com a sepultura dos cadáveres, que os santos Edifícios em vez de serem attrativos puros, e saudáveis, sejam pavorosos, impuros, e a origem de innumeraveis doenças”.⁴²¹ Mude-se o local e o ano, e o discurso é basicamente o mesmo em toda a Europa:

A história cem vezes repetida depois de 1770, a ponto de tornar seu lugar intercambiável, é a de um eflúvio pútrido que espalha a morte num lugar fechado: no mês de julho de 1774, plácidas crianças são reunidas na igreja de Saulieu, na Borgonha, para fazer sua primeira comunhão. Uma “exalação maligna” eleva-se de repente de um dos túmulos escavados naquele mesmo dia sob as lajes da igreja. O eflúvio se difunde e provoca, segundo tudo indica, uma catástrofe: “O cura, o vigário, 40 crianças e 200 paroquianos que entravam morreram.” O episódio, quase mítico, é levado a sério, tomado como exemplo, divulgado. O cheiro das carnes em decomposição pode ser mortal. Os mortos ameaçariam fisicamente os vivos.⁴²²

A solução não poderia ser mais simples: interromper essa prática nociva que era o sepultamento *ad sanctos apud ecclesia*, e se possível remover os cadáveres das igrejas. Para evitar que o ar cemiterial ficasse estagnado e continuasse a ameaçar os vivos, as novas necrópoles deveriam ficar o mais distante possível das cidades, em local elevado, com circulação de ventos e longe das fontes de água. Se a igreja já não necessitava mais da proximidade dos cadáveres para dar a ilusão de cristandade unida, decerto não haveria

⁴¹⁸ MARTINS, Lilian Al-Chuyer Pereira; MARTINS, Roberto de A. **Infeção e higiene antes da teoria microbiana: a história dos miasmas**. Disponível em: <http://www.ghc.usp.br/server/pdf/ram-Miasmas-Sci-Am.PDF>. Acesso em 18 jan 2016.

⁴¹⁹ CORBIN, Alain. **Saberes e odores: O olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; CATROGA, 1999, p. 42.

⁴²⁰ CORBIN, 1987, p. 73-74.

⁴²¹ TELLES, Vicente Coelho de Seabra Silva. **Memória sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadáveres nos templos e Methodo de os prevenir...** Lisboa: Fr. José Mariano Velloso, 1800, p. 2.

⁴²² VIGARELLO, 1996, p. 161.

problema que atrasasse a ação dos médicos e reformistas. Na prática, porém, não foi assim.

Fernando Catroga, para ilustrar “a campanha iluminista contra a sepultura *ad sanctos*”, irá elencar diversas leis e ordens europeias com o propósito de criação de cemitérios extramuros. Na França, escreve ele, os primeiros alertas serão de 1737, quando o Parlamento de Paris cria uma comissão de médicos para resolver o problema, que só seria concluída “em 1763, através de um édito que obrigava a fechar os cemitérios paroquiais e substituí-los por oito necrópoles [...] a situar fora da cidade. A medida, pela sua radicalidade, não teve aplicação” e Paris só veria seus cemitérios desativados em 1780. Na Suécia, na Espanha, e no Império Austro-Húngaro, o problema foi resolvido na década de 1780, já na Grã-Bretanha, “será necessário esperar pelos meados do século XIX”.⁴²³

Em Portugal – discussões que nos interessam mais, por sua natureza de Corte –, diz o autor, as primeiras denúncias vieram após o terremoto de Lisboa, em 1756, ecoando os escritos de um abade francês da década anterior. Médicos e higienistas seguiram publicando alertas e estudos exigindo a criação de cemitérios públicos em Lisboa, distante das igrejas e em área elevada na década de 1770. Em 1796, um decreto da rainha Maria I autorizava a compra de dois terrenos para a criação de um cemitério público, mas “o alvará de 17 de março de 1805 e o decreto de 21 de setembro de 1806 (disposições que retomavam objetivos análogos) provam que nada disso foi concretizado”. Para Catroga, as razões para o não prosseguimento das ações em prol de um cemitério laico estavam tanto na Igreja quanto no Estado:

Não deve surpreender. O que se propunha implicava uma mudança substancial nos comportamentos populares e na vontade política. Por isso, somente com a derrota do absolutismo e do catolicismo tradicionalista e ultramontano, e com o gradual enraizamento das estruturas do novo Estado liberal (que, enquanto projeto de modernização, pretenderá actuar como “Estado higienista”), se reuniram alguns dos requisitos necessários para uma maior aceitação política das novas formas de sepultamento.⁴²⁴

Assim, nas décadas de 1810, 1820 e 1830, mesmo sob pressão de epidemias e com proposições de médicos, políticos e até mesmo arcebispos, as propostas de mudança cemiterial não saíram do papel. Apenas em 1835, com complementos em 1837 e 1845,

⁴²³ CATROGA, 1999, p. 43.

⁴²⁴ *Ibid.*, p. 48.

que uma legislação sanitária oriunda “dos governos liderados pela facção menos radical do liberalismo” conseguiu implementar o novo cemitério público em Portugal:

Para mudar as coisas, o novo poder liberal, seguindo o espírito das leis de saúde francesas do princípio do século, determinava que: a escolha do terreno para os novos cemitérios ficasse a pertencer às Câmaras Municipais (mais tarde, também às Juntas de Paróquia), ouvido o Subdelegado de Saúde e dois facultativos do Concelho; o seu estabelecimento far-se-ia em terrenos municipais; a sua localização teria de ficar fora das povoações, estipulando-se a distância mínima de 143 metros; os terrenos destinados deveriam ter uma extensão mínima – espaço para sepultura de 2m² e capacidade para um número de sepulturas igual ao quántuplo da média anual de óbitos da freguesia, acrescentando-se a essa superfície a que fosse necessária para ruas, plantações de árvores, jazigos, etc.; se elevasse um muro com o mínimo de 2,2m, “construído com a precisa solidez”; o enterramento de cada corpo fosse feito em cova separada, com pelo menos cinco palmos de profundidade, e à distância de palmo e meio das outras covas; a sua administração e inspeção passassem a pertencer às autoridades políticas, admoestando-se “o pároco, ou qualquer eclesiástico beneficiado que, desde que o cemitério estiver designado e benzido, consentir que algum cadáver seja enterrado dentro dos templos, será pelo simples facto privado do benefício, e ficará inábil para obter outro.”⁴²⁵

É importante destacar-se esses pontos pois muitos dos detalhes aqui evocados se refletiram na legislação brasileira, e mais precisamente, gaúcha,⁴²⁶ a ser tratada a seguir. Assim, percebe-se a linhagem de pensamento sanitarista, que surgiu em uma França burguesa, revolucionária e antiabsolutista, chegou a uma Lisboa sob um governo “menos radical do liberalismo”, e ecoaria no sul do Império Brasileiro na primeira metade do século XIX.⁴²⁷ Mas antes, conclui Catroga:

As novas necrópoles eram um ditame de inspiração iluminista e, politicamente, obra do liberalismo nascente, sendo assim natural que os valores ideológicos que legitimavam a sociedade dos vivos viessem a condicionar a idealização da cidade dos mortos. Em última análise, o que está subjacente a todas estas disposições é o desejo de fuga ao enterramento anônimo, típico do Antigo Regime, e a afirmação simbólica da individualidade e do direito à cidadania. Mas as leis

⁴²⁵ CATROGA, 1999, p. 51-52.

⁴²⁶ Conforme salientou o professor Paulo Moreira em minha banca de defesa desta dissertação, é um anacronismo utilizar o adjetivo gaúcho para o período abordado neste trabalho, principalmente nos três últimos capítulos. No entanto, como as discussões relativas a esta questão não são importantes para a compreensão do tema desta pesquisa, escolhi por deixar escrito como está, salientando, porém, ao leitor que estou ciente de que a palavra “gaúcho”, para os séculos XVIII e XIX, não teria o mesmo significado que tem hoje em dia, e como estou usando aqui: para identificar aquele nascido no atual Estado do Rio Grande do Sul.

⁴²⁷ DIAS, Vitor Manuel Lopes. **Cemitérios, jazigos e sepulturas: Estudo histórico, artístico, sanitário e jurídico.** Coimbra: Edição do Autor; Coimbra Editora Ltda., 1963, p. 83-84.

modernas, ao caracterizarem os novos cemitérios como *espaços públicos*, potenciavam uma diminuição do controlo eclesiástico dos enterramentos e davam poder a autoridades que até aí tinham sido estranhas à gestão do culto dos mortos [...].⁴²⁸

Os cemitérios tradicionais, por estarem profundamente inseridos na estrutura da sociedade, não teriam, na maioria das vezes, uma revolução fácil ou tranquila. Muitos dos atrasos em implementar a legislação acima citada foram justificados por falta de dinheiro ou outros empecilhos, e em alguns lugares irromperam verdadeiras revoltas contra a criação dos cemitérios públicos e secularizados.⁴²⁹ Ainda assim, estes espaços que por tanto tempo foram administrados pelas irmandades e pela fábrica das igrejas foram, lentamente, perdendo espaço para a administração municipal. Cemitérios ligados a instituições religiosas ainda existem hoje em dia, mas em moldes totalmente diferentes dos apresentados até aqui neste trabalho. Analisarei agora o processo de secularização da morte em Porto Alegre.

3.2 Porto Alegre e a criação do cemitério extramuros: o fim do gravíssimo dano (1804-1815)

Em sintonia com o pensamento higienista europeu, “Domingos Jozé Marques Fernandes Sargento Mor da Sagrada Religião de Malta e Escrivão das sesmarias da Villa do Porto Alegre na Capitania do Rio Grande de S. Pedro do Sul”, enviou em 9 de março de 1804 um requerimento ao Príncipe Regente D. João informando que

[...] Tendo a Igreja, e a Parochia deste nome a única dad.a Villa, tem admittido o costume enterrarem-se dentro da mesma Igreja todos os Paroquianos dela, por intenderem aquelles Povos supersticiozam.te, q. estas sepulturas lhes garanta espirituais beneficios, do mesmo passo q.

⁴²⁸ CATROGA, 1999, p. 52.

⁴²⁹ Catroga irá apontar que os principais redutos do tradicionalismo cemiterial em Portugal serão as zonas rurais, que resistiram por muitos anos à implantação dos novos cemitérios, enquanto que os grandes centros urbanos aderiram mais facilmente e sem maiores problemas à reforma. Para esse autor, a resistência seria decorrente de uma mentalidade tacanha e atrasada dos agricultores. CATROGA, Fernando. Revolução e secularização dos cemitérios em Portugal. In: FLORES, Francisco Mota. **Cemitérios de Lisboa: entre o real e o imaginário**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1993, p. 23-33. Esse preconceito é combatido por João José Reis, que analisa a única revolta cemiterial de que se tem notícia no Brasil, que fora composta por membros de diversos estratos sociais, inclusive da nobreza, demonstrando como mais do que um problema de “caipiras”, a sepultura secularizada era vista como ameaça por quase toda a sociedade. Para maiores detalhes, ver diretamente a obra de Reis. REIS, 2009. Para São Paulo, Renato Cymbalista não encontrou nas fontes sinais de confronto direto com as autoridades, mas pondera: “Se por um lado a população parece não ter resistido explicitamente ao novo discurso da higiene, da salubridade e do perigo da convivência próxima com os mortos, por outro tampouco encontramos evidências de processos de construção de cemitérios cuja iniciativa tenha partido ou sido viabilizada pelas comunidades locais – este papel coube principalmente ao poder público, pressionado pela esfera provincial e apoiado pela Igreja Católica”. CYMBALISTA, 2002, p. 54.

do referido costume se tem seguido todo funesto damno á saude publica, q. no anno de 1800, percizou a Camara des.a Villa ordenar ao Rev.do Vigario daquela Igreja, q. não continuasse a sepultar nella os mortos, como se não sepultarão por espaço de seis meses, porq. sendo húmido, efrio aquelle terreno consome difficultosam.te os cadáveres, e hum vapor insupportavel, athé consegue q. os Povos deixassem de frequentar aquella Igreja, na occasião dos Divinos Officios. E como as ideas populares são superiores á continuação deste damno, não havendo meio de evitallo, q. não seja huma Providencia Regia, [...], solicita da Real, e Paternal Bondade a Graça de providenciar, como for mais do Real Agrado, este import.e negócio [...].⁴³⁰

Esta foi a primeira documentação que encontrei para a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul mencionando esta mudança de mentalidade em relação aos mortos. Embora seja interessante a informação dada pelo sargento-mor, de que no ano de 1800, por questões de clima e solo – alinhadas com a teoria miasmática – se interrompeu por seis meses o sepultamento no interior da igreja, ao se verificar no livro de óbitos, a história não se sustenta: segundo o Livro 1º de óbitos livres da Matriz, entre os dias 26 de janeiro de 1800 e 20 de junho de 1801,⁴³¹ dos 173 mortos registrados, apenas oito não foram enterrados “nesta Matriz”. Mas ao partir para o Livro 1º de escravos, no mesmo período, dentre os 113 mortos registrados, 27 foram enterrados na igreja. A diferença é menor, mas poderia indicar um recorte social associado à noção de impureza: perante uma aparente proibição, foi permitido aos livres burlar a decisão da Câmara, enquanto aos escravos restou serem sepultados do lado de fora do templo.

A resposta ao requerimento de Fernandes seria enviada pelo Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Visconde de Anadia, a Paulo José da Silva Gama, governador do Rio Grande de São Pedro entre 1803 e 1809, em correspondência de 17 de abril de 1805 (recebido em 11 de setembro),⁴³² onde se lia:

⁴³⁰ Cabe lembrar que Marques Fernandes foi o autor, em 1804, da “primeira história gaúcha”, conforme abordado no primeiro capítulo dessa dissertação. Aquele texto, oferecido a Dom João em 10 de setembro de 1804, repetiria o discurso constante nesta carta. Ao tratar das “reais providências interessantes à Capitania de que se trata”, o sargento-mor sugeria ao príncipe proibir “ou coibir a liberdade de serem os mortos sepultados dentro das igrejas, por serem poucas, pequenas, não caberem nelas os cadáveres, ficarem mal enterrados, e daqui se originarem epidemias, como se tem visto, e com grande estrago da povoação”. FERNANDES, 1961, p. 87-88; Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), 019, Caixa 9, Documento 574. Disponível em <http://bdib.bn.br/acervo/handle/123456789/162705>. Acesso em 19 jan 2016.

⁴³¹ Dada escolhida por que, em 1800, neste período há uma concentração inédita de enterramentos *ad sanctos*. A carta do escrivão de sesmarias não informa quais foram os meses daquele ano em que ocorreram a restrição dos sepultamentos.

⁴³² MARTINS, Liana Bach. **A Geografia Histórica de Porto Alegre através de três olhares: 1800-1850**. (RS). Porto Alegre: PPG Geografia/UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2008, p. 130.

Sendo presente ao Príncipe Regente N. S. o gravissimo damno, que se segue do costume de se sepultarem os Mortos nas Igrejas dessa Capitania: Hei S. A. R. Servido ordenar que V. Sa., com a prudencia necessaria, e ajudado com o auxilio persuasivo dos Parochos, e pecuniario das Camaras, mande destinar em todas as Parochias hum Lugar, fora das Povoações, e murado, para servir de Cemiterio, pcedendo a Benção solemne do Terreno e a erecção de hum Altar, e todas as demais cerimonias, praticadas em taes Actos. O que V. Sa. Fará executar.⁴³³

Esse Aviso seria redirecionado por Silva Gama aos vigários das freguesias rio-grandenses:

Querendo Sua Alteza Real, dar mais um testemunho das suas Benéficas Intenções, providenciando a saúde pública de seus vassallos, foi servido ordenar-me que em todas as Paróquias, destinasse um lugar fora das Povoações e murado para servir de Cemitério [...], e para que esta Soberana Ordem tenha a sua devida execução, o mesmo Senhor ordena que V. M. *empregue todos os meios de persuasão a fim de convencer os seus Paroquianos das tristes e fatais consequências* de sepultarem-se os cadáveres nos Templos, cujo costume insensato é bem alheio dos belos e primeiros dias do Cristianismo; reduz [sic] impropriamente o santuário a ser muitas vezes *origem de impura infecção e de mortes*, a cuja prática, já abjurada por todas as Nações cultas, até repugna com as luzes do presente século; pelo que, passando depois em companhia do Comandante do Distrito a escolher fora dessa Povoação um lugar arejado e próprio para Cemitério, lho fará a benção solene e todas as mais Cerimônias Religiosas, fazendo-me com tudo preceder o competente aviso, para o mandar demarcar e prestar todos os auxílios necessários.⁴³⁴

Esta Ordem Real, semelhante a documentos já enviados para outras Capitancias,⁴³⁵ significava o primeiro passo em direção a cemitérios não administrados pela igreja. Percebe-se que no requerimento de Domingos Fernandes, nada é dito sobre a administração religiosa da necrópole, apenas sobre os danos à saúde causados pelos enterros dentro dos templos. Já a Carta Régia – emitida em um período em que Lisboa tinha sua Administração Pública nas mãos do Intendente Pina Manique, conhecido como “ditador sanitário” por querer implementar a todo custo em Portugal as soluções de ordem sanitária encontradas por Napoleão, na França, com a proibição dos enterramentos eclesiásticos e abertura urgente de cemitérios laicos – inauguraria nessas terras três

⁴³³ AHRS, Códices de documentos emanados do Governo Central, Correspondência recebida pelos governantes do Rio Grande do Sul de Ministros e outras autoridades do Governo Central, maço B-1.05, Aviso Real de 1805.

⁴³⁴ Ofício do governador Paulo José da Silva Gama ao vigário da freguesia da vila de São Pedro. Porto Alegre, 10/09/1805 apud KUHN, 1996, p. 138. Grifos meus.

⁴³⁵ Renato Cymbalista transcreve uma Carta Régia de teor muito semelhante enviada para o governador da província de São Paulo, em 14 de janeiro de 1801. CYMBALISTA, 2002, p. 43.

questões que guiarão todas as discussões futuras sobre os cemitérios modernos: o encargo ficaria para as Câmaras, que deveriam pagar pela obra; as autoridades eclesiásticas não eram excluídas das negociações, devendo auxiliar na busca dos novos locais e benzer o cemitério antes de inaugurá-lo; e, principalmente, os novos cemitérios, um por paróquia, seriam distantes do núcleo urbano.⁴³⁶

Dois documentos demonstram que a Ordem Régia não caiu em ouvidos moucos. A primeira, embora não se possa precisar a data por danos no papel, data de 1805, após a chegada da resposta do Visconde de Anadia, e se trata de correspondência trocada entre o vigário da Matriz, padre José Inácio dos Santos Pereira, ao Presidente da Província, informando “nunca ter sido contrário ao aviso Imperial de 17 de abril de 1805 que proíbe sepultura de cadáveres dentro das igrejas, como afirmam os vereadores”, e que portanto estava disposto a colaborar com a Câmara na escolha do novo local.⁴³⁷

Em igual sentido pode ser lida a resposta que Silva Gama enviou ao Visconde de Anadia em 2 de março de 1806, notificando ao ministro do rei que estava tomando providências para observar a Ordem de 17 de abril do ano anterior.⁴³⁸

Com base nos registros de óbito pode-se ter uma idéia de quais eram essas providências. Primeiro, percebe-se que nem Marques Fernandes, nem Visconde de Anadia, nem Paulo Gama, os três representantes dos poderes seculares a discutir o espaço cemiterial neste período divagaram a respeito do cemitério atrás do templo. A preocupação inicial dos governantes, quer aquém, quer além-mar era impedir esse “pernicioso hábito” que é o enterramento *no interior* das igrejas. Assim, trago novamente à tona dados já apresentados no segundo capítulo.

Entre 1772 e 1849, foram enterrados dentro do templo 1.767 cadáveres, número pequeno se comparado com o total do cemitério, mas provavelmente bem considerável, levando-se em conta de que o primitivo templo parecia ter tamanho bem diminuto. Em

⁴³⁶ DIAS, 1963, p. 80-81.

⁴³⁷ Inexistem documentos internos da igreja para este período, e apenas os que se relacionam com os poderes seculares ou irmandades são conhecidos nos arquivos. Não encontrei nenhuma outra fonte que possa informar que tipo de ação o vigário estava tomando para adequar-se ao Aviso Real. NASCIMENTO, 2007, p. 253.

⁴³⁸ Apesar de constar no catálogo dos documentos referentes ao Rio Grande do Sul, constantes no Projeto Resgate, o mencionado documento não existe no CD-ROM, estando apenas a sua ficha catalográfica e resumo, como pode ser observado no endereço: <http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/162760>. Acesso 20 jan 2016. BERWANGER, Ana Regina; OSÓRIO, Helen; SOUZA, Suzana Bleil de. **Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania do Rio Grande do Sul existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa**. Porto Alegre: IFCH, UFRGS; CORAG, 2001, p. 147.

gráfico apresentado anteriormente, percebe-se que há dois períodos que concentram os sepultamentos internos, que podem ser lidos através de uma nova ótica em sintonia com essa legislação. Um primeiro momento se estende até o ano de 1806, sendo que neste ainda há 128 sepultamentos internos, mas que entre 1807 e 1811 desaparecem. Tudo leva a crer que houve uma obediência tardia do pároco da Matriz ao Aviso Real de 1805. Consultei as atas da Câmara, mas não encontrei discussão alguma a respeito da procura por terrenos nos quais poderia ser o novo cemitério.

Em 1812, no entanto, voltam a aparecer sepultamentos no interior da igreja, segunda leva esta que se estende até 1814, somando-se 92 óbitos, número bastante grande para um período tão curto, e após um hiato tão extenso. Não sei a que atribuir este retorno: teimosia da população em aderir às novas práticas, brigas do padre com a Câmara, falta de verbas da Câmara que a impediram de criar um cemitério extramuros, etc. O fato é que após 1815 há novamente uma baixa nos sepultamentos, somando apenas 18 até 1849. Conforme se discutiu na seção respectiva, estes últimos sepultamentos internos são bastante *sui generis*, fato que torna esta segunda quebra de práticas bem mais fácil de ser explicada.

Conforme nos explica Fábio Kühn, no século XVIII houve a implantação no Rio Grande do Sul de um “projeto reformador [...] levado a cabo pelo bispado fluminense” interessado na “reforma da fé e dos costumes” através de uma inspiração tridentina: o Concílio de Trento havia estabelecido a obrigatoriedade de uma visita diocesana anual por todo o território da diocese, destinada a detectar, corrigir e punir os desvios da prática e da crença. O auge dessa atuação pastoral se deu, na Capitania, em 1815, ano em que pela primeira vez o bispo em pessoa – anteriormente havia sido seus representantes – visitou esta parte da diocese, situação muito aguardada pela igreja gaúcha.⁴³⁹

De passagem por Porto Alegre, o bispo D. Caetano Coutinho escreveu: “Fui ver o Cemitério, que achei magnífico, posto que mal acabado. [...] Nesta Igreja, assim como em todas as mais do Continente, poucos, ou nenhuns se enterram, porque há ordens para isso do Governo”. Poucos dias depois, na freguesia de Triunfo, o bispo reclamava da “má inteligência que tem dado alguns párocos das ordens dos Governadores, que Autorizamos

⁴³⁹ KÜHN, 1996.

e Confirmamos pela parte que nos toca, de se não enterrarem os defuntos nas Igrejas, o que só deve ter lugar aonde houver Cemitérios Sagrados, e nunca em terra profana”.⁴⁴⁰

Percebe-se assim a sintonia da autoridade máxima da diocese com os poderes seculares. Embora as Constituições Primeiras, criadas em 1707 de acordo com o discutido no Concílio de Trento, ainda estivesse em vigor, e nelas nada constasse sobre a proibição do enterramento eclesiástico, nota-se nas ações de Dom Coutinho que houve uma atualização no Regimento do Visitador da diocese, visto que o bispado “autorizava e confirmava” as decisões “do Governo”, apesar da teimosia de alguns párocos em se adequarem às novas exigências. Desse modo, é possível que, se 1806 havia representado uma interrupção no sepultamento *ad sanctos* por conta do Aviso Real, o ano de 1815 se configurou como final de fato dessa prática em Porto Alegre, quer por ordem do bispo (embora nada conste no diário de sua visita), quer em homenagem a este.

Desse modo, o problema foi parcialmente resolvido, faltando a criação do novo cemitério da paróquia. Por uns anos, as fontes silenciam, não tendo sido encontrada mais nenhuma ordem oriunda do governo a respeito dos cemitérios extramuros, até 1828, com a Lei das Câmaras.

Antes de dar continuidade a essa história é preciso explicar porque as Câmaras foram encarregadas pela Coroa desde 1805 a assumir a transferência e a administração das novas necrópoles, e esta explicação passa pela compreensão dessas instituições na Colônia e no Império.⁴⁴¹

Como escreveram João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa, “a Coroa, através de seu Governo Geral, não apareceu como um Leviatã nesta América”. Para tentar explicar como a sociedade portuguesa nos trópicos deu certo, apesar de composta por populações das mais variadas, e estar distante do governo central, além de que, na maior parte de sua história colonial, não ter sido preferida por aquela administração, os autores cunharam o conceito de *autogoverno das comunidades (repúblicas)*, para definir as Câmaras municipais americanas. Essa definição faz sentido ao se pensar a monarquia como a “cabeça pensante” da “república”, mas sem se confundir com esta, como a peça capaz de “articular as jurisdições das várias partes que compunham o conjunto do corpo social,

⁴⁴⁰ Ibid., p. 137.

⁴⁴¹ Agradeço ao professor Fábio Kühn por sua disciplina sobre poder e governabilidade na América portuguesa, que cursei no terceiro semestre deste mestrado. As discussões e os textos lidos, muitos inéditos para mim, ajudaram sobremaneira a enriquecer a argumentação deste capítulo.

seja no reino, seja no ultramar”. E nesta monarquia pluricontinental,⁴⁴² a parte que compunha o poder local na América, distinta de suas similares no Reino, era a Câmara.

Para os autores, era nas Câmaras que se resolviam os problemas decorrentes da “administração do cotidiano”, uma vez que as mesmas muitas vezes eram criadas e geridas com verbas próprias da sociedade, pois os impostos régios iam diretamente para o Reino. As evidências demonstrariam que os temas relativos ao cotidiano colonial mal aparecem nas correspondências trocadas com a Coroa, indicando que eram resolvidos na própria esfera local:

[...] temas como ordenamento do mercado, abastecimento, justiça e hierarquia social eram certamente assuntos permanentes – cotidianos – das pautas de gestão das comunidades ultramarinas. Entretanto, isto era tratado, provavelmente, em fóruns como as câmaras e discutidas nas freguesias por potentados e párocos. Depois, se fosse o caso, eram enviadas aos governadores e aos conselhos palacianos do reino.⁴⁴³

Sem temor pode-se acrescentar os temas relativos à morte e aos cemitérios dentre os citados pelos autores.⁴⁴⁴ Como já disse, não encontrei nas atas da câmara para o final do século XVIII/início do século XIX discussões relacionadas ao cemitério da Matriz, mas é de se supor que elas existiram, pois na missiva enviada por Marques Fernandes ao príncipe, o mesmo informa que “no anno de 1800, percizou a Camara des.a Villa ordenar ao Rev.do Vigario daquella Igreja, q. não continuasse a sepultar nella os mortos”.⁴⁴⁵ O que se encaixa na teoria dos autores, pois pode-se imaginar que em 1800 tenha ocorrido um debate local a respeito da superlotação da igreja, parcialmente resolvido, e quatro anos

⁴⁴² Os autores definem esse sistema como sendo o resultado “do processo de amálgama entre a concepção corporativa e a de pacto político, fundamentada na monarquia, e garantindo, por princípio, a autonomia do poder local. A monarquia pluricontinental se torna uma realidade graças à ação cotidiana de indivíduos que viviam espalhados pelo império em busca de oportunidades de acrescentamento social e material; indivíduos que não se colocavam passivos diante das regras gerais e que se utilizavam das fraturas existentes no permanente diálogo travado entre regras gerais e locais.” FRAGOSO; GOUVÊA, 2009, p. 56.

⁴⁴³ FRAGOSO; GOUVÊA, 2009, p. 58-59.

⁴⁴⁴ Sobre a origem das Câmaras, escreve Francisco Bethencourt: “Introduced during the sixteenth century and based on the Regimento dos oficiais das cidades, vilas e lugares destes reinos (1504) and the chapters of Ordenações Manuelinas (1512-1513, Book I, Chapters 45-54), the municipal councils were entrusted with numerous responsibilities. These included local government, safety, *the health and hygiene of urban centers*, determining prices and salaries, levying taxes, establishing rules for buildings, distributing and leasing land, making provisions for war, creating defensive structures, and regulating holydays and religious processions.”. BETHENCOURT, Francisco. Political configurations and local powers. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo R. (Orgs.) **Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 219. Grifos meus.

⁴⁴⁵ AHU – ACL – CU – 019, Caixa 9, Documento 574. Disponível em <http://bdib.bn.br/acervo/handle/123456789/162705>. Acesso 19 jan 2016.

depois, com o mesmo problema vindo novamente à tona, tratou-se de enviar ao Ministro do Ultramar um pedido de auxílio.

Ainda nesta visão, sem comprometer o que já disse, servem as reflexões de Francisco Bethencourt, para quem a perspectiva de um império ultra centralizador não serve, pois impede que se compreenda uma realidade na qual “decisions made by the crown’s central agencies did not shape real action and were constantly opposed by local initiatives and political responses to daily challenges”.⁴⁴⁶ Penso novamente aqui na comunicação entre Marques Fernandes e o príncipe: a ordem dada pela Coroa foi a da criação de um cemitério extramuros, enquanto a ação executada pela Câmara e pelo pároco da Madre de Deus foi uma interrupção, lenta e gradual, dos enterramentos eclesiásticos. Num período em que a própria Coroa foi incapaz de implementar os cemitérios extramuros em Lisboa, somente após passados muitos anos do início das discussões sanitaristas, o que se viu em Porto Alegre foi uma adaptação da ordem de acordo com os “daily challenges”. A Câmara, neste caso – quer seja por falta de verbas ou qualquer outra questão – agiu em conformidade com o cotidiano dos povos a quem lhes servia servir.

As análises de Bethencourt servem para ampliar, a meu ver, a compreensão de Frago e Gouvêa sobre o funcionamento do império. Para este autor, império e coroa não são intercambiáveis, pois aquele estaria muito mais identificado com uma “nebulosa de poder” compreendida pela Igreja católica, pela Inquisição, pela Misericórdia, pelos concelhos municipais, e pelas agências da Coroa, cada qual operando em um nível, mantidos unidos pelo Rei, que mantinha o controle através de competição e anomia hierárquica.⁴⁴⁷ Pode-se ver isso funcionando no Aviso Real: a Coroa, ao mesmo tempo em que retira os cemitérios das mãos da Igreja – pois a legislação que foi enviada para a Colônia era idêntica à encontrada no Reino, que passava por uma reforma secularizante – passando para os poderes municipais o encargo de criar e gerenciar as novas necrópoles, mantinha uma confusão administrativa, pois sendo o novo espaço secular, mas não irreligioso, ainda era necessária a opinião e auxílio da autoridade religiosa local.

⁴⁴⁶ Em igual sentido servem as reflexões de Laura de Mello e Souza, para quem pensar a Coroa portuguesa como um Leviatã sobre a Colônia, apenas impondo, sem negociar, não faz sentido, pois desse modo o “edifício” colonial acabaria desmoronando. SOUZA, Laura de Mello. **O sol e a sombra: Política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 31; BETHENCOURT, 2007, p. 197.

⁴⁴⁷ BETHENCOURT, 2007, p. 201.

Se para Charles Boxer:

A Câmara, e a Misericórdia podem ser descritas, com algum exagero, como os pilares gêmeos da sociedade colonial portuguesa do Maranhão até Macau. [...] Seus membros provinham de estratos sociais idênticos ou semelhantes e constituíam, até certo ponto, elites coloniais [a ponto de existir o ditado] “quem não está na Câmara está na Misericórdia”.⁴⁴⁸

Aponta-se assim para um “pacto político” que garantia a soberania portuguesa, efetuado entre o rei e os *melhores cidadãos* das conquistas, tendo a Câmara como palco.⁴⁴⁹ Um pacto que funcionava graças à comunicação direta que as Câmaras tinham com a Coroa, forma de garantir que estas falavam em nome do bem comum da localidade, e eram ouvidas pelo rei.

Essa dinâmica administrativa mudará significativamente no século XIX, a partir da interiorização da metrópole, com a chegada dos Bragança ao Rio de Janeiro em 1808, alterando o status político da antiga colônia ao equipará-la à Lisboa.⁴⁵⁰ A consolidação do Império Brasileiro ao longo daquele século passaria necessariamente pela alteração das estruturas da administração colonial, pois o surgimento de um novo país marcaria o surgimento de uma nova realidade política. O que nasceria com a vitória do ideário liberal seria um Estado unitário, centralizador, que enfraqueceria as *repúblicas* em prol da figura central do governante. No que tange aos interesses desse trabalho, a Lei de 1º de outubro de 1828, criada por D. Pedro I, irá dar “nova forma” às Câmaras Municipais, modificando suas atribuições.

3.3 Porto Alegre e a criação do cemitério extramuros: o fechamento do foco de miasmas (1828-1850)

Embora certos pontos permanecessem os mesmos (como a composição pela elite local, como apontou Boxer), a relação entre *repúblicas* e Coroa seria drasticamente reduzida, eliminando a comunicação direta com o monarca, ao colocar os vereadores sob o jugo dos Presidentes de Província. O poder camarário fica assim bastante reduzido, a ponto de, nas palavras de Miriam Dolhnikoff, os vereadores tornarem-se “meros agentes

⁴⁴⁸ BOXER, Charles. **O império marítimo português – 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 286-299.

⁴⁴⁹ BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Ultramarinas e governo do Império. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.) **O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 189-221.

⁴⁵⁰ DIAS, Maria Odila Leite. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005, p. 7-37.

administrativos”.⁴⁵¹ Por outro lado, para a questão cemiterial, a nova legislação apenas consolidaria a ordem régia emitida vinte e três anos antes, pois em seu artigo 66 (título III, Posturas Policiais), inciso 2, postulava:

[As Câmaras terão a seu cargo e proverão por suas posturas] sobre o estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos templos, conferindo a esse fim com a principal autoridade eclesiástica do lugar; sobre o esgotamento de pântanos, e qualquer estagnação de águas infectas; sobre a economia e asseio dos curraes, e matadouros públicos, sobre a collocação de cortumes, sobre os depósitos de immundices, e quanto possa alterar, e corromper a salubridade da atmosfera.⁴⁵²

A semelhança com o Aviso Real de 1805 é notável. Novamente, o que importava ao monarca era a saída dos mortos de dentro das igrejas, provavelmente em uma tentativa de secularização da sociedade. Embora a Igreja católica fosse um dos esteios da monarquia, o Estado imperial já estava aberto para praticantes de outros credos, a quem interessava incorporá-los à sociedade. Para Mara do Nascimento, além de uma questão higiênica (bastante aparente na lei, ao equiparar os cemitérios a outros “depósitos de imundices” responsáveis pela “corrupção da atmosfera”):

[...] através da implementação – praticamente simultânea em toda a nação – de um inédito sistema administrativo das novas necrópoles, o governo imperial podia atrair mais facilmente os colonos europeus não católicos, adaptar as cidades a esse novo contingente de pessoas e preparar-se para ingressar, de fato, numa outra fase da economia liberal. [...] [Em suma,] os primeiros cemitérios brasileiros situados longe dos adros das igrejas ou dos terrenos das irmandades religiosas foram, assim, estratégias de aceitação do elemento estrangeiro e acatólico.⁴⁵³

A “principal autoridade eclesiástica do lugar” ainda deveria dar suporte para as Câmaras pois o espaço a ser criado, embora não fosse de administração eclesiástica, não seria terra não-consagrada. Ainda que, como se verá, não seria permitido num primeiro momento o enterro de católicos e não católicos no mesmo espaço, as novas necrópoles concentrariam em um só lugar todos os sepultamentos da freguesia, de acordo com as noções de higiene e urbanismo vigentes na época. Retornemos à Lei das Câmaras.

⁴⁵¹ DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005, p. 86.

⁴⁵² Lei de 1º de Outubro de 1828. Dá nova forma as Camaras Municipaes, marca suas atribuições, e o processo para sua eleição, e dos Juizes de Paz. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm. Acesso em 22 jan 2016.

⁴⁵³ NASCIMENTO, 2007, p. 303-304.

As semelhanças entre as duas leis não foram ignoradas na época. Em sessão de 8 de março de 1830, os vereadores em Porto Alegre escreveram a seguinte mensagem à ser enviada para a Presidência da Província:

Lendo-se outro Officio de Sua Excelencia, do dia cinco, em que ponderando que informado o Conselho do Governo da Provincia de existir na Secretaria do mesmo o *Aviso de dezessete de Abril de mil oitocentos e cinco*, que remette por copia, resolvera que elle se ponha e effetiva observancia por considerar a sua disposição muito conveniente, e indispensavel á salubridade geral; por isso determinava que esta Camara lhe desse o devido cumprimento; o que visto depois de algumas reflexoens, se assentou que este negocio ficasse addiado, para se poder a Sua Excelencia motivadamente; e que isto mesmo se levasse ao conhecimento; o que se executou.⁴⁵⁴

Reativava-se assim as discussões interrompidas anos antes. Como já fazia treze anos que os cadáveres não compartilhavam mais o espaço com os vivos durante o culto religioso, vereadores, presidência da Província, e párocos irão discutir, desta vez com entusiasmo, a criação das novas necrópoles. Tanto o é que, no verso do Aviso original recebido por Silva Gama em 1805, pode ser lida a seguinte nota: “Em 5 de Maio de 1830 officiou-se a todas as Camaras M.es da Prov.a remetendo c. copia esta Ord. e nesta m.ma data tambem se off.ou ao Exm.a Vigar. Geral”.⁴⁵⁵

O andamento desta questão, no entanto, sofrerá com a morosidade típica encontrada em praticamente todos os assuntos postos nas mãos da Câmara. As próximas menções aos cemitérios serão encontradas dois anos depois quando, em sessão de 17 de dezembro de 1832 é lido um officio do Presidente da Província, comunicando que o “Conselho Geral da mesma exige que a Camara remeta huma informação circunstenciada das providencias, que se tem dado a respeito da saúde publica, das visitas nas boticas, e lojas de drogas, dos Titulos dos Medicos, e Cirurgioenz, tanto nacionais, como estrangeiros, e igualmente sobre a Colocação dos Cemiterios”.⁴⁵⁶ Essas questões seriam discutidas pelos vereadores no dia 20 seguinte, constando no officio encaminhado ao Presidente a seguinte resposta:

E sobre a Colocação de Cemiterios informasse que tendo sobre este objeto em sessão de oito de Março de mil oitocentos e trinta, deliberara

⁴⁵⁴ AHPAMV, Atas de Vereança 1829-1830, Vol. 9, Sessão de 8 de março de 1830, p. 203-203v. Grifos meus.

⁴⁵⁵ AHRS, Códices de documentos emanados do Governo Central, Correspondência recebida pelos governantes do Rio Grande do Sul de Ministros e outras autoridades do Governo Central, maço B-1.05, Aviso de 17 de abril de 1805, verso.

⁴⁵⁶ AHPAMV, Atas de Vereança 1832-1835, Vol. 11, Sessão de 17 de dezembro de 1832, p. 4-4v.

o adiamento do negocio para poder motivar a sua deliberação, mediante a conferencia, que a Lei lhe encarrega, com a Autoridade Ecclesiastica competente, o que se não tem podido verificar até o presente, por motivos de negócios urgentes do serviço publico, que tem afluído de sobremaneira sobre o expediente da Camara, e sobre tudo por ella ter experimentando a falta de alguns de seus membros [...].⁴⁵⁷

Os negócios urgentes do serviço público devem ter realmente afluído sobre o expediente dos vereadores, pois em 23 de janeiro de 1834, sem qualquer menção ao hiato de mais de ano, foi anotado nas atas da sessão que:

Deliberou a Camara que se officie ao Parocho da Matriz desta Cidade, como Authoridade Ecclesiastica mais graduada para no dia vinte sette do corrente comparecer ao auto de Sessão da mesma Camara, afim de conferenciar sobre a mudança do Cemiterio, na conformidade do disposto no artigo secenta e seis á respeito da Lei do primeiro de Outubro de mil oitocentos vinte oitto.⁴⁵⁸

Assim, em 27 de janeiro comparece à Câmara o padre Tomé Luis de Souza. O tom da ata deixa bastante óbvio o conflito de jurisdições a respeito do novo cemitério, jogado sobre a Câmara desde o começo do século, que de algum modo deveria negociar com a Igreja, apesar de estar, ao mesmo tempo, retirando desta parte importante dos seus lucros:

[...] tratando-se sobre o objeto, [o padre] dispôs de algumas reflexões, e discussão, em que se notarão *grandes embaraços* na mudança do Cemiterio da Matriz da Cidade, e depois de alguns debates, o senhor Medeiros indicou que para remover taes obstaculos intenda convir nomear-se huma Comissão composta de Faculthativos de Medicina, e Cirurgia, para dar o seu parecer ácerca da transferencia do mesmo Cemiterio, indicando o local, que julgar mais proprio para o novo estabelecimento, e sendo de accordo com o referido Conego admittida a medicação, e reflexionando a Camara sobre a sua materia, depois de discussão a respeito, e posta á votação, se venceu por a maioria de votos que se nomeasse a Comissão indicada, votando neste sentido os senhores Presidente, Salgado, Rodrigues, Passos, e Medeiros, e contra o senhor Rosa.

E procedendo-se á nomeação da Comissão na forma do costume foram eleitos os Doutores em Medicina Marciano Pereira Ribeiro, e Americo Cabral de Mello, e o Cirurgião Mor Ignacio Joaquim de Paiva, em que visto do que a Camara resolveo que se officiasse a cada hum, communicando a nomeação feita, afim de formarem a Comissão e

⁴⁵⁷ AHPAMV, Atas de Vereança 1832-1835, Vol. 11, Sessão de 20 de dezembro de 1832, p. 6-6v. Grifos meus.

⁴⁵⁸ AHPAMV, Atas de Vereança 1832-1835, Vol. 11, Sessão de 23 de janeiro de 1834, p. 199v.

encarregar-sem dos trabalhos respectivos, e apresental-os com a *precisa urgencia*.⁴⁵⁹

Ao nomear “doutores em medicina” para a tarefa de achar o melhor lugar para assentar o novo cemitério, a Câmara se vinculava assim a uma linhagem de pensamento originária no Iluminismo francês que, questões políticas postas à parte, pôs no poder médico em ascensão os principais opositores dos antigos cemitérios. O mesmo se veria em Portugal, sendo os médicos (alguns deles, brasileiros), os que mais publicaram tratados alertando a opinião pública e as autoridades para o mal das sepulturas internas.⁴⁶⁰

E não eram médicos quaisquer os nomeados pela Câmara: Marciano Pereira Ribeiro, formado em medicina em Edimburgo, era cidadão de prestígio em Porto Alegre: membro do Conselho Geral da Província, de 1829 a 1831, foi deputado na primeira Assembléia Provincial. Como 4º Vice-Presidente da Província, assumiu o comando desta na ocasião da fuga de Fernandes Braga, em 21 de setembro de 1835, ficando até 28 de março do ano seguinte. Com a retomada de Porto Alegre pelos legalistas, foi deposto e preso.⁴⁶¹ Américo Cabral de Mello fazia parte da mesma elite. Formado em Lisboa em 1817, também fora membro do Conselho Geral e vice-presidente da Província, assumindo o governo em diversas ocasiões entre 1830 e 1836.⁴⁶² Já Ignácio Joaquim de Paiva, embora não proviesse da mesma classe (pois não tinha formação acadêmica), era cirurgião-mór do Batalhão de infantaria e artilharia do Rio Grande desde 1809, e foi o primeiro responsável pela “prática da medicina” no recém-criado hospital da Santa Casa, em 1825.⁴⁶³ Paiva representava, assim, o início das relações da Santa Casa com o novo cemitério, como se verá a seguir.

Mas urgência e cemitérios não são assuntos que combinam. Sete meses depois, registrava o escrivão da Câmara:

⁴⁵⁹ AHPAMV, Atas de Vereança 1832-1835, Vol. 11, Sessão de 27 de janeiro de 1834, p. 201-201v. Grifos meus.

⁴⁶⁰ Fernando Catroga lembra o publicado pelo médico português Francisco d’Assis de Souza Vaz, em 1835: “a criação de novos cemitérios impunha-se por razões de ordem sanitária – proliferava, então, a cólera-morbus – e de natureza política e educativa: uma sociedade livre precisava de uma nova maneira de gerir a memória de seus mortos”. CATROGA, 1999, p. 49.

⁴⁶¹ FRANCO, Sérgio da Costa. **Dicionário político do Rio Grande do Sul 1821-1937**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010, p. 181.

⁴⁶² *Ibid.*, p. 136.

⁴⁶³ FARINHA, Augusto R. S. B. **Dicionário Aristocrático que contém todos os alvarás de foros de fidalgos da casa real, médicos, reposteiros e porteiros da Real Camara, títulos e cartas do conselho...** Lisboa: Typ. do Panorama, 1867, p. 54; FRANCO, Sérgio da Costa; STIGGER, Ivo. **Santa Casa 200 anos: Caridade e Ciência**. Porto Alegre: Editora da ISCMPA, 2003, p. 35.

Não tendo a Comissão encarregada pela Camara em Officio de vinte nove de Janeiro deste anno de intergar o seo parecer ácerca da Mudança do Cemiterio, e de esclarecel-a neste caso sobre o lugar, que se julgasse mais apropriado, apresentando ainda os esclarecimentos pedidos; se resolveo a mesma Camara, que se officiasse aos Doutores Marciano Pereira Ribeiro, e Americo Cabral de Mello, membros da mesma Comissão, para que hajão de enviar-lhe as precisas informaçoenz, a fim de poder deliberar á respeito, como pede a importancia do negocio; o que assim foi executado.⁴⁶⁴

Pouco mais de um mês depois, em 18 de setembro, os vereadores se dispuseram a discutir longo ofício enviado pela presidência a respeito de diversos temas que estavam na pauta do governo no momento, dentre eles, limpeza pública, cemitérios e epidemias. Quanto à salubridade urbana, disseram os vereadores “que a Camara tem por todos os meios ao seo alcance tractado de remmover os males que se experimentão por causa das imundícies”, chegando a lavrar Edital oferecendo a particulares que quisessem arrematar os serviços. E a respeito dos mortos por moléstia infecciosa, decidiram ordenar ao pároco que exigisse “serem condusidos cadaveres em caixão fechado, e coberto, e que as covas sejam pelo menos de seis palmos abaixo da superficie da terra, e que não sejam abertas sem passarem dois annos”. Enquanto não conseguiam fechar o cemitério, ao menos tentavam torná-lo menos perigoso. E por fim, informavam ao Presidente que uma Comissão de especialistas já havia sido nomeada para resolver esta questão, restando aguardar o relatório da mesma.⁴⁶⁵

Relatório este que jamais viria, pois na madrugada de 19 de setembro de 1835 os rebeldes farrapos atacam e tomam posse de Porto Alegre, dando início à revolta já mencionada neste trabalho. Assim, todas as decisões relacionadas à criação de uma nova necrópole seriam adiadas para após o conflito, período no qual a situação funerária da cidade piorou sobremaneira, como pode ser observado nos gráficos apresentados no segundo capítulo, e no exposto pelo vereador Ferreira, em 1º de agosto de 1837:⁴⁶⁶

⁴⁶⁴ AHPAMV, Atas de Vereança 1832-1835, Vol. 11, Sessão de 6 de agosto de 1834, p. 246v.

⁴⁶⁵ AHPAMV, Atas de Vereança 1832-1835, Vol. 11, Sessão de 18 de setembro de 1834, p. 256v-257.

⁴⁶⁶ Os cemitérios da Misericórdia também sofreram com a revolta, como consta em correspondência trocada entre o Provedor da irmandade e o Presidente da Província, em 1838, na qual o primeiro informa ter experimentado “não pequenas formmas de males occasionados pela revolta”, sendo uma delas o fechamento do portão da trincheira, localizado atrás do hospital, por onde “se lançavão fora as limas das enfermarias [...] e o mais que era de mister para a limpeza e arranjos diários do Hospital, procedendo também por aquelle Portão muito necessário para por elle se levar ao Cemiterio os corpos dos mortos, resultando de tudo isto gr.es inconvenientes, e embaraços”. AHRS, Fundo Assuntos Religiosos, Caixa AR2, Maço 4, SCM Porto Alegre, 1838.

Constando que no Cemiterio da Matriz desta Cidade se não tem adoptado regulamento algum, não só respeito á profundidade que devam ter as Sepulturaz, e espaço que deve mediar de humas ás outras; como afalta de hum signal, ou inscripção que denote o dia, mêz, e anno, em que o deffuncto ali foi sepultado, para se lhe não ballir, se não passados pelo menos doiz annoz, sucedendo de hum tal desleixo a terem-se aberto sepulturaz, onde se encontrão ainda Cadaveres n'um estado terrível de podridão; e com ainda a bem da salubridade publica, que se fação disapparecer quanto antez estes, e outros escandalosos abusos, que se observão no mencionado Cemiterio. Proponho que se officie ao Reverendíssimo Cônego Vigário da Freguesia Thomé Luis de Sousa, para que haja de providenciar a semelhante respeito, *por intender que lhe compete autoridade sobre o referido objecto*; e mais que se sua Senhoria intende não ser sufficiente, por pequeno o Cemiterio atual em crise de tantos defuntos, indique a forma do remédio; na certeza de que esta Corporação, sollicita no desempenho dos seus deveres, e há de colaborar em tudo quanto estiver ao seu alcance.⁴⁶⁷

Vê-se, por esta fala, novamente a confusão em que estavam as autoridades no período: ambos, clero e governo, estavam interessados (ainda que em graus diferentes) em criar o novo cemitério, sendo para isso necessário fechar o que já se encontrava em uso. A administração do novo caberia à Câmara, com auxílio do pároco, enquanto que a administração do antigo ainda estava nas mãos do pároco, mas podiam os vereadores, como responsáveis pela salubridade urbana, discutir e decidir sobre o cotidiano do mesmo.

Findo o estado belicoso em Porto Alegre, em janeiro de 1843 resolve a Câmara retomar a prospecção por um terreno para o cemitério, formando nova Comissão, uma vez que a anterior, como já foi dito, sofreu baixas por conta da revolta farroupilha. Formada pelos “Senhores Dr. Campos, Dr. Ramos, Dr. Américo, e Cap. [Engenheiro] João Alves Ferraz”, essa segunda comissão camarária tinha além do objetivo inicial de achar um local que melhor condissesse a uma necrópole moderna, deveria elaborar um orçamento para a dita obra.⁴⁶⁸

Entre 1843 e 1845 o Provedor da Santa Casa de Porto Alegre era ninguém menos que Luis Alves de Lima e Silva, o Barão de Caxias, que juntamente com o cargo máximo de uma das irmandades mais nobiliárquicas da cidade, ocupava também o posto de Presidente da Província. Os dois postos de Caxias se mesclaram no assunto *cemitério*, que o futuro Duque tomará como a grande melhoria urbana de sua gestão. No comando

⁴⁶⁷ AHPAMV, Atas de Vereança 1835-1839, Vol. 12, Sessão de 1º de agosto de 1837, p. 168v. Grifos meus.

⁴⁶⁸ AHPAMV, Atas de Vereança 1839-1846, Vol. 13, Sessão de 19 de janeiro de 1843, p. 176v.

da Câmara – uma vez que a lei de 1828 subordinava os vereadores ao Presidente provincial – e da Misericórdia, Caxias estava sentado sobre os dois “pilares máximos” de Charles Boxer pois, ainda que a instituição camarária tivesse sido reduzida em poder no primeiro reinado, a Misericórdia prosseguia reunindo a elite da cidade, e gerenciando seus interesses.

Em artigo recente, Adriano Comissoli buscou, dentre os irmãos da Misericórdia, aqueles também envolvidos na administração da Capitania, comprovando que, além de seus provedores (foram vários os que ocuparam o cargo conjuntamente com o governo do Rio Grande), vários dos irmãos eram “vereadores, juizes, ouvidores, oficiais militares de alta patente e oficiais das ordenanças”.⁴⁶⁹ Pode-se dizer assim que os interesses da cidade passavam, também, pela mesa da irmandade.

Assim, não se deve estranhar quando a Misericórdia resolveu entrar nas discussões sobre o novo cemitério. Como mostrei acima, na primeira comissão formada pela Câmara já constava um médico ligado à irmandade. Irmandade esta que, embora em suas origens portuguesas tivesse como prerrogativa o enterro dos pobres, em Porto Alegre essa função acabou na maioria das vezes sendo executada pela própria Matriz, servindo-se do cemitério da irmandade apenas⁴⁷⁰ para os padecentes no seu hospital. A Caridade tentaria, na quinta década do século XIX, tomar posse dos lucros oriundos da totalidade dos sepultamentos da cidade, como indicarei a seguir.

Em 6 de novembro de 1843 a comissão formada pela Câmara enfim emite seu parecer:

A Comissão encarregada da escolha de um lugar não muito distante desta Cidade, adequado nara nelle se formar o Cemiterio, entende que o mais proprio é o espaço de terreno entre a Chácara do Ten. Gen. Camara, e o Major Moraes. Assignados os Senhores Membros da Comissão. Posto o parecer á discução, requiere o Senhor Vereador Medeiros, que *ficasse adiada a resolução á respeito, té que a Comissão, que lhe consta ter sido nomeada pela Santa Casa como fim de escolher o terreno para objeto*, apresente o seo parecer á respeito, e possa então a Camara, á vista delle decidir qual o preferível, e assim se venceo.⁴⁷¹

⁴⁶⁹ COMISSOLI, Adriano. Porto Alegre oitocentista: Misericórdia, jantares e teatro. **Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: Histórias Reveladas IV**. Porto Alegre: Evangraf; ISCMPA, 2015, p. 26-42.

⁴⁷⁰ Faltam pesquisas que esclareçam melhor o cotidiano dos cemitérios da Misericórdia e a sua relação com o cemitério da Matriz.

⁴⁷¹ AHPAMV, Atas de Vereança 1839-1846, Vol. 13, Sessão de 6 de novembro de 1843, p. 203v. Grifos meus.

A Câmara, nesse momento, passa a abrir mão de sua tarefa, ordenada pelo Imperador, de executar as obras do novo cemitério. Atribuo a saída de cena da Câmara dessa questão à pressão de Caxias. Pode-se ler nas atas da Misericórdia de 28 de abril de 1844 que a comissão formada pelos irmãos se decidiu por um lugar, no Alto da Azenha (o mesmo escolhido pela comissão da Câmara), e por unanimidade de votos, oficiou o fato ao Presidente da Província (que estava presente, presidindo a reunião), solicitando um empréstimo do erário público de 20:000\$000 réis para estabelecimento do cemitério, a ser pago com os rendimentos do mesmo.⁴⁷²

A mesa da irmandade envia, então, concomitantemente à Câmara e à Presidência da Província o resultado de sua comissão, e decisão quanto ao empréstimo. O ofício seria lido na seção do dia seguinte:

Lido um Officio do Provedor Interino da Santa Caza de Misericordia desta Cidade, fazendo sciente á Camara de que a Comissão nomeada pela mesma Santa Caza para escolher um terreno, que mais apropriado fosse para o novo Cemiterio; havia escolhido o Alto d’Azenha á direita da estrada que vai para Belem, resolveo a Camara que accusasse a recepção do dito officio, e que manifestasse estar a Camara conforme com a dita escolha por ser ella feita do mesmo terreno, de que para tal fim havia a Comissao por ella nomeada feito seleção [...].⁴⁷³

Rapidamente, em início de maio, Caxias – na função de Presidente da Província – aprova a seleção do local, avisando a Câmara que sua tarefa estava cumprida,⁴⁷⁴ e oficia à Santa Casa, autorizando o empréstimo solicitado.⁴⁷⁵ A partir de então, o encargo pela construção do cemitério – e os lucros oriundos do mesmo – passaria das mãos municipais para a Misericórdia. A Câmara só voltará a discutir o assunto como se fosse qualquer outra obra particular que requisitasse demarcações e alinhamentos de terreno.⁴⁷⁶

Em seu relatório no fim do governo, Caxias assim informou a Assembléia Provincial sobre a conclusão do problema do cemitério da Matriz:

Pouco decente, por não dizer mais, era a maneira porque nesta Cidade se enterravam os mortos. Nem mais impróprio podia ser o lugar, quasi no Centro da Cidade, e por detraz da principal Igreja aberto por todos os lados, expostas as sepulturas aos olhos de todos, e servindo esse campo de ruínas de pasto, e refugio a quantos animaes por alli vagavam em despeito das posturas da Camara. E quantas vezes não jasiã á porta da sacristia fechada cadaveres de escravos mal amortalhados, e foçados

⁴⁷² CHCSCMPA, 5º livro de atas da Santa Casa, fl. 26v-27.

⁴⁷³ AHPAMV, Atas de Vereança 1839-1846, Vol. 13, Sessão de 29 de abril de 1844, p. 214v.

⁴⁷⁴ AHPAMV, Atas de Vereança 1839-1846, Vol. 13, Sessão de 2 de maio de 1844, p. 215v.

⁴⁷⁵ CHCSCMPA, 5º livro de atas da Santa Casa, fl. 28v-29.

⁴⁷⁶ AHPAMV, Atas de Vereança 1839-1846, Vol. 13, Sessão de 23 de outubro de 1844, p. 230.

pelos cães errantes. Espectaculo de repugnante desmazelo, e já não de horror, que extingue n'alma o sagrado respeito aos mortos, e que tanto, como á vista, offende a moral, e os costumes. Não menos damnoso era á salubridade pública este tão pequeno cemitério, mas tão apinhado de cadáveres, cuja exhalação, tão sensível ao olphato em dias calorosos, era quasi que sufficiente para peijar o ar de particulas deletérias.

Para extinguir o escandalo, e esse foco de miasmas, não julguei dever esperar mais. *Fiz com que a Santa Casa* se incubisse da edificação de um novo Cemeterio fóra da Cidade, em logar escolhido por uma Comissao de pessoas entendidas.

Foi designado o Alto da Azenha, como reunindo todos os quesitos necessarios para um Campo Santo; e para ajudar a Santa Casa n'esta empresa de tão grande importancia para esta Cidade mandei dar-lhe por emprestimo dos Cofres Provinciaes a quantia de 20:000\$000 rs.

A construção de metade do Cemeterio feita por arrematação já esta concluida, e d'este mez em diante pode-se alli dar sepultura aos mortos.⁴⁷⁷

Vários pontos se salientam nessa fala de Caxias. Percebe-se claramente um tom autoritário, do homem que veio para o Rio Grande pacificar a sociedade, recebe o governo, e passa a executar obras que há muito eram solicitadas. A própria “intromissão” da Santa Casa no assunto cemiterial, certamente obra de Caxias, soa como uma grande necessidade de resolver um assunto que era postergado pela Câmara havia quatro décadas. Portanto, há uma retórica de convencimento bastante forte nesse discurso. E, nele, vários elementos que se assemelham, em muito, a discursos já pronunciados no Brasil e na Europa. Tome-se a menção aos animais que pastavam no cemitério e comiam os cadáveres mal sepultados: João José Reis menciona discurso semelhante proferido por uma autoridade baiana, na década de 1830, repetindo uma história que teria ocorrido em Minas Gerais, “onde um cemitério aberto facilitara a entrada de porcos e outros animais, que devoraram alguns cadáveres”. Em Salvador, a anedota – que até poderia ser real – foi repetida com o mesmo propósito usado por Caxias em Porto Alegre: convencer a sociedade do absurdo que eram os cemitérios eclesiásticos.⁴⁷⁸

Um segundo ponto são os miasmas, que a julgar pelo relato do presidente, assemelharia o cemitério da Matriz ao rio Tâmisia durante o período da *pea soup fog*.⁴⁷⁹

⁴⁷⁷ CRL/BGD, **Relatorio com que abriu a primeira sessão ordinaria da segunda legislatura da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul no 1.o de março de 1846, o exm.o sr. conde de Caxias, presidente da mesma provincia.** Porto Alegre, Typ. de I.J. Lopes, 1846, p.19-20. Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul Acesso em 11/09/2013. Grifos meus.

⁴⁷⁸ REIS, 2009, p. 260.

⁴⁷⁹ A “neblina da sopa de ervilhas” é um termo cunhado para batizar uma espessa névoa esverdeada, oriunda da poluição urbana (queima de carvão), que cobriu a cidade de Londres na década de 1950, levando o

Reis, novamente, ao abordar toda a literatura médica produzida no Brasil contra os miasmas e os enterramentos nas igrejas, faz troça: “nossos médicos eram dedicados caçamiasmas. Não era uma ocupação fácil. Os miasmas eram invisíveis, imprevisíveis e donos de muitos disfarces”. Para alertar a sociedade e o governo sobre essa coqueluche da medicina da época, os médicos brasileiros produziram teses baseadas em exemplos franceses e portugueses produzidos ao longo do século XVIII, muitas vezes copiando literalmente os exemplos usados nesses trabalhos. Diz Reis: “Todos esses escritos repetem sempre os mesmos argumentos, autores e episódios”. Para provar que as sepulturas eram perigosas, esses médicos afirmavam terem feito testes com animais, colocando-os em contato com o ar pestilento dos túmulos, experimentos esses citados nas fontes europeias. No entanto, na opinião do pesquisador baiano, não passava de retórica vazia, pois nada prova que tais testes foram feitos no Brasil. Verídicos ou não, essas histórias serviam a um propósito bem claro:

A ciência andava confusa. Mas a imagem de ataques noturnos, sobre a cidade adormecida e indefesa, criava um clima de assombração que talvez fosse útil como recurso pedagógico. Tudo valia para despertar o povo contra o fantasma da morte.⁴⁸⁰

Não quero afirmar que Caxias apenas lograva a Assembléia. Como mostrei, o número de cadáveres sepultados em relação à área do cemitério era realmente enorme, e aumentava a cada ano que a Câmara demorava na criação do novo lugar. Mas é importante destacar que não se pode tomar esse discurso como um relato fidedigno do cotidiano cemiterial em Porto Alegre, uma vez que era um *patchwork* de histórias em sua maioria europeias e, por que não?, inventadas para amedrontar e não para descrever a realidade.⁴⁸¹

governo a proibir o uso de combustível fóssil nas residências, após uma série de mortes causadas pela substância. Por se tratar de um ar pestilento e encorpado, semelhante aos miasmas cemiteriais citados pelo presidente, achei a metáfora apropriada.

⁴⁸⁰ Ibid., p. 254-259.

⁴⁸¹ Um detalhe, talvez banal, mas que pode demonstrar como parte do discurso do Barão não é original. O mesmo se refere ao cemitério ser aberto por todos os lados, com as sepulturas à vista de todos. Embora Mara do Nascimento afirme que “não havia muros nem cercas em torno do cemitério”, utilizando para isso relatos de escravos constantes em um processo judicial de 1840, analisado por Paulo Moreira, várias outras fontes mostram que o espaço era cercado. A começar, no processo de 1840, os escravos afirmam ter se escondido “junto do cemitério, atrás da Igreja”, portanto, do lado de dentro deste. NASCIMENTOS, 2006, p. 295, nota 619; APERS - 1º Cartório Sumário Júri, maço 37, auto 1128, 1866. (Agradeço ao prof. Paulo Moreira pelo envio da fonte já transcrita, bem como esclarecimentos a seu respeito). Diversas atas da Câmara fazem menção a um “paredão” que circundaria o cemitério, principalmente junto às ruas do Arvoredo e do Cemitério (atuais Fernando Machado e Espírito Santo). AHPAMV, Atas de Vereança 1830-1832, Vol. 10, Sessão de 14 de abril de 1831, p. 92-92v. Esse paredão, conforme um artigo não assinado

Para mim, a última frase da citação de Caxias soa estranha: estaria metade do cemitério já concluída em 1846? Ao que parece, sim. Em reunião de 27 de junho de 1847 o provedor (que já não era mais Caxias) informa aos presentes que já está quase tudo pronto para o funcionamento do espaço, sendo necessárias providências quanto ao transporte dos cadáveres até lá.⁴⁸² Era um requisito importante, pois obedecendo as necessidades de higiene para evitar o contato miasmático, o novo cemitério ficaria verdadeiramente longe do núcleo urbano, como pode ser visto na planta a seguir:

Figura 7 – Detalhe da "Planta de Porto Alegre" de 1888, de João Cândido Jacques. Embora no período representado no mapa a cidade já estivesse se aproximando do cemitério (circulado em vermelho), na década de 1840 este poderia

publicado no jornal Correio do Povo na década de 1920, seria bastante antigo: “Aos fundos, as águas levavam, barrosas, a terra e por isso, mandou-se, em 1792, resguardar o terreno, que devia servir para cemitério, com um paredão de trinta metros de comprimento por vinte metros, aos lados, e para o qual se despendeu, em pedras, a quantia de vinte e oito mil cento e quinze réis.”. MCHJC, **Correio do Povo**, Porto Alegre, 22 ago. 1920.

⁴⁸² CHCSCMPA, 5º livro de atas da Santa Casa, fl. 129v-130.

ser considerado como distante da urbe (cuja área aproximada em 1840 foi circulado em verde).



Fonte: IHGRGS, 2005.

Em 30 de agosto do mesmo ano, após pergunta do Presidente da Província, o Provedor da Santa Casa informa que o cemitério está concluído, bastando a finalização das cocheiras para a inauguração do mesmo, prevista para “princípios de novembro próximo”.⁴⁸³ O que não ocorreria, uma vez que a estrada que conectava a cidade ao cemitério ainda ofereceria muitos problemas tanto à Câmara quanto à própria Santa Casa.⁴⁸⁴

⁴⁸³ CHCSCMPA, Atas da Mesa Administrativa, Livro 5, 1843-1850, 30 de Agosto de 1847, fl. 133-134v.

⁴⁸⁴ Não abordarei aqui a continuidade das discussões internas à Santa Casa em relação ao novo cemitério, visto que o objetivo desta dissertação enfoca no cemitério da Matriz. Em trabalho anterior abordei exclusivamente a participação dessa irmandade em sua nova necrópole, e outros dados podem ser encontrados na tese de Mara do Nascimento. MEIRELLES, 2010; NASCIMENTO, 2006, p. 309-331.

O governo parecia ter entregue o problema para a Santa Casa e esquecido do assunto, mas havia outros interessados no negócio fúnebre, mais especificamente, as irmandades que possuíam jazigos no pátio da Matriz. O detalhe que todos perceberam era que a Misericórdia, por ter ganho do governo o monopólio de construção do cemitério, “roubaria” de todas as outras associações religiosas da cidade os lucros pelo enterro de seus irmãos. Decididas a não terem seus privilégios anulados – sendo os mesmos garantidos pela Coroa a partir da aprovação de seus estatutos, que instituíam sepulturas próprias, dentre outras regalias –, os provedores do Santíssimo Sacramento e da Madre de Deus, representando as outras irmandades presentes na igreja, enviaram um ofício ao provedor da Misericórdia, em 17 de dezembro de 1849, lembrando que a lei de 1828:

apenas authoriza ás Camaras Municipais a promoverem o estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos templos, donde se infere que a mente dos Legisladores hé vedar os enterramentos dentro das Igrejas, e não em catacumbas e sepulturas fora dellas em terreno exposto ao ar livre, em cujo caso estão os desta Irmandade; nem o seu local he tão exposto aos principios de salubridade publica, como os que nas Igrejas da Costa do Rio de Janeiro, por exemplo, o Carmo contiguo ao Palacio Municipal do Soberano, S. Francisco de Paula, May dos Homens, Hospicio, Sancta Rita, São José, sem fallar dos Conventos de Santo Antonio, São Bento, e innumeras capellas que tem Irmandades, e estas conservão ainda seus especiais jazigos.⁴⁸⁵

Assim, nem os vereadores, nem o presidente da Província, nem a Misericórdia deveriam poder ameaçar “a posse legitima adquirida há mais de 40 annos ás catacumbas, e terreno adjacente a referida Igreja Matriz especificada no seu Compromisso, que foi sancionado por El-Rei D. João VI”. Lembrando a Misericórdia que nos dizeres do Aviso de 26 de janeiro de 1833: “as Camaras Municipais podem e devem fazer Cemiterios seus, para n’elles se enterrarem os Cadaveres mediante o preço que marcarem a cada sepultura; não podendo abstar que qualquer Confraria e Irmandade tenha jazigos particulares”, os representantes das irmandades decidiam por não criar um cemitério só seu, mas desde que a Misericórdia concordasse em revisar o seu regimento cemiterial, estipulando que:

[No artigo] 1º No Cemitério extra-muros serão concedidas á Irmandade 25 catacumbas grátis em compensação de outro igual numero que he forçada a abandonar no terreno contiguo á Igreja Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus, e huma porção de terreno de palmos quadrados, igual á frente das ditas catacumbas, para sepulturas abertas

⁴⁸⁵ AHRs, Fundo Documental Assuntos Religiosos, Caixa AR7, Maço 15, Correspondência do escrivão da Mesa José Bernardes Velho da Veiga ao Provedor da SCM em 17 de dezembro de 1849.

ao ar livre na forma do 2º quesito dos jazigos reservados, de que trata o art. 2º do Regimento de 3 de Novembro de 1848.

Além de ter por artigo 2º a autorização de, caso sejam necessárias às irmandades mais sepulturas, às comprarão da Misericórdia pelo preço estipulado no Regimento. Assim, a Santa Casa garantiria o seu monopólio, e as demais irmandades não lesionariam seus irmãos, que se vincularam, dentre outros motivos, para ter sepultura própria e acompanhamento funerário.⁴⁸⁶

Desnecessário dizer que a Misericórdia não acatou as mudanças, pois sua renda era oriunda basicamente de doações, além do privilégio concedido pela Coroa de alugar esquifes para funerais e cobrar pelo sepultamento de escravos.⁴⁸⁷ Assim, os lucros que receberia com o monopólio do serviço fúnebre da cidade seriam grandiosos demais para se dar ao luxo de doar 25 catacumbas com os respectivos jazigos para cada uma das irmandades presentes na Matriz. O Regimento do Cemitério de 1849, que seria atualizado em 1889, assim dizia sobre as catacumbas de irmandade:

Do Cemitério. Art. 2º No Cemitério haverão jazigos geraes, e reservados. Os geraes dividem-se em tres classes, a saber: 1ª jazigos com catacumbas, e sepulturas para os contribuintes; 2ª para as praças de Pret, em quanto uma Irmandade Militar não tomar a si algumas catacumbas, e campo correspondente; 3ª Sepulturas para os Marinheiros e Pobres: estes últimos não poderão ser considerados taes, sem que se apresente attestado do respectivo Vigário, ou de qual quer autoridade policial, que se assim declare. Os reservados serão 1ª uma parte com muro com catacumbas, exclusivamente destinadas aos Irmãos da Santa Caza da Miziricordia; 2ª *Jazigos com catacumbas para cada uma das Irmandades, que as quiserem ter suas separadamente: a estes jazigos das Irmandades corresponderá uma porção de terreno para sepulturas abertas ao ar livre*; 3ª Jazigos particulares, e perpétuos para famílias, que os queirão possuir. Estes Jazigos serão compostos de uma linha vertical de catacumbas com um subterrâneo correspondente á frente das catacumbas, segundo o plano geral da obra, para se guardarem neste subterrâneo os ossos das varias pessoas de famílias, segundo o capricho de seus parentes.

[...]Art. 7º As Corporações Religiosas separarão as catacumbas, e porção de terrenos de que necessitarem para jazigos de seus Irmãos, *mediante uma indemnização para a Santa Casa, que será conveniada.*⁴⁸⁸

⁴⁸⁶AHRS, Fundo Documental Assuntos Religiosos, Caixa AR7, Maço 15, Correspondência do escrivão da Mesa José Bernardes Velho da Veiga ao Provedor da SCM em 17 de dezembro de 1849.

⁴⁸⁷ NASCIMENTO, 2006, p. 318.

⁴⁸⁸ O Regimento também estipulava que “nas immediações” do cemitério haverá lugar, cercado, para o enterro dos praticantes de outras religiões, bem como outro local, “próximo ao Cemitério”, para a sepultura dos escravos. CHCSCMPA, **Copia do Regimento para o Cemitério da Cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: Typographia de Claudio Dubreuil, 1849, p. 3-4. Grifos meus.

Embora o Regimento tenha sido escrito em novembro de 1848, portanto antes da correspondência enviada pelas irmandades à Misericórdia, as alterações solicitadas não foram feitas, pois no Regimento revisado em 1889, assim constava esta questão:

Art. 3º As corporações religiosas separarão no cemitério a porção de terreno de que necessitarem para jazigo de seus irmãos ou associados, *mediante uma indemnização para a Santa Casa*, que será convenionada, tendo-se em vista o custo e bemfeitorias do terreno; e poderão recorrer para o Presidente da Provincia sempre que houver duvida quanto ao valor da indemnização.⁴⁸⁹

E quanto ganharia a Misericórdia com o cemitério?

Art. 43 O preço do 1º carro será de 40\$000 reis; do 2º, 25\$000 reis; do 3º, 12\$000 reis; e do 4º, 4\$000 reis.

Art. 44 Quando os carros forem ás casas buscar os corpos para levar-os as Igrejas se pagará, além do preço estipulado no artigo antecedente mais pelo 1º - 10\$000 reis, - pelo 2º - 5\$000 reis, - pelo 3º - 2\$500 reis, e pelo 4º, - 1\$000 reis.

Art. 45 O preço das catacumbas será de 20\$000 reis para os adultos, e de 10\$000 para os menores de dez annos.

Art. 46 O preço das sepulturas no chão será o de 2\$000 reis para os adultos; de 1\$280 reis para os menores de dez annos, e o de 1\$000 reis para os escravos.

Nestes preços não se comprehendem os direitos Parochiaes.

Por se abrir e fechar as sepulturas, e catacumbas não se pagará cousa alguma.

Art. 47 O preço dos jazigos particulares e perpetuos será de dous contos de reis pagos por uma vez, ou em prestações.⁴⁹⁰

Ou seja, só para o sepultamento de um irmão adulto, com o carro e a sepultura mais simples, as irmandades incorreriam no custo de 7\$000 réis,⁴⁹¹ sem contar as despesas com o pároco. Dinheiro este que anteriormente ao novo contexto cemiterial iria para as próprias irmandades, uma vez que as catacumbas no cemitério da Matriz não rendiam lucros à fábrica da igreja, e o serviço funerário ficaria a cargo dos irmãos, bem como as missas (mediante doação do falecido).

⁴⁸⁹ CHCSCMPA, **Regulamento do Cemitério da Cidade de Porto Alegre**: Aprovado pela lei provincial n. 1873 de 18 de Junho de 1889. Porto Alegre: Typographia da Livraria Americana, 1889, p. 2. Grifos meus.

⁴⁹⁰ CHCSCMPA, **Copia do Regimento...**, 1849, p. 16.

⁴⁹¹ A título de comparação, trago alguns “preços dos principaes generos que pagão direitos de exportação e disimo” em outubro de 1849: Por 8\$000 réis era possível comprar um arreo em prata, liso, ou um bezerro. Um leitão custaria 6\$000, o mesmo que custava dois alqueres de feijão. HDBN, **O Riograndense**, Rio Grande, p. 4, 09 out. 1849.

O novo cemitério não desagradava só as outras cinco irmandades presentes em Porto Alegre. Em relatório apresentado ao Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno pelo Tenente General Francisco José de Souza Soares de Andréa em 9 de março de 1850, eram visíveis os descontentamentos do Presidente da Província com o cemitério:

O Cemiterio foi posto a uma grande distancia dessa Cidade, sem se pensar primeiro nos meios de chegar até lá. A construcção mesmo das catacumbas foi tão imprevidente, que seguio as ondulações do terreno, e será indispensavel, mais adiante, perder, pelo menos, um lado inteiro da obra já feita. Alem desses defeitos de longitude e direcção do trabalho, accresce ser quasi inaccesivel, a carros, a subida até lá.

Se fosse comprado algum terreno pouco adiante do lugar chamado – Os Moinhos de Vento – todos estes inconvenientes deixarião de existir; mas o caso hoje é sem remédio, e só nos resta aplanar as difficuldades.

Por algum tempo se gastou dinheiro em melhorar-lhe a subida sem plano ou ideia fixa. Os engenheiros a quem encarreguei de dar direcção a esta subida, resolverão a questão levando-a primeiro em só ramal, e em linha recta, e depois dando volta ao morro até a porta do Cemiterio.⁴⁹² Esta disposição é talvez a única a seguir; e na intenção de pôr a primeira parte da obra, quero dizer, o ramal, em arrematação, marquei-lhe o declive ou declinação, e ficarão cravados postes, marcando a altura, e outras dimensões da muralha que deve sustentar as terras da ladeira. Resta só pôr mãos á obra, por arrematação, ou administração, como mais prompto fôr. Este trabalho é do exclusivo interesse da Santa Casa da Caridade, a quem pertence o rendimento do Cemiterio e carros de conducção, e por isso é a este pio estabelecimento que pertence tambem fazer a despeza; mas como deve ella ser superior á possibilidade dos seus cofres, sou de parecer que se lhe faça o emprestimo, preciso, para que a obra se conclua no menor tempo possivel; e que a restituição se faça com as rendas do mesmo Cemiterio.⁴⁹³

Apesar das reclamações do presidente, menos de um mês após essa fala, o cemitério foi inaugurado, antes mesmo de estar concluído e benzido pela autoridade eclesiástica:

O primeiro sepultamento realizado no cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, foi o do português José Domingues, vitimado em viagem do Rio Grande para esta Capital pela febre amarela. O cadáver foi desembarcado de um *yacht* e a população assustou-se receiando poder a moléstia propagar-se, tanto mais que reinava intenso calor.

⁴⁹² Criando a, hoje denominada, Praça da Saudade.

⁴⁹³ CRL/BGD, **Relatorio do Estado da Provincia do Rio Grande de S. Pedro apresentado ao Exmo. Sr. Conselheiro José Antonio Pimenta Bueno pelo Tenente General Francisco José de Souza Soares de Andréa**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1850, p. 27. Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul. Acesso em 24 jan 2016.

O presidente da província, Dr. Pimenta Bueno, determinou que o corpo não fosse à igreja e proibiu que o sepultamento se desse no cemitério intramuros da Matriz (Praça Marechal Deodoro).

Oficiou ao bispo o provedor da Santa Casa, dizendo dever o corpo ser enterrado no cemitério da Azenha, então em construção. Respondeu o provedor não ser possível atender a essa requisição, porquanto não dispunha a Santa Casa de recursos para a remoção do cadáver, pois não tinham chegado os carros destinados a esse fim, e que, desde há muito, tinham sido encomendados.

Procurou-se fazer seguir o corpo no conhecido carro do Padre Francisco, que tinha uma caranguejola que serviu para casamentos, batizados e enterros. O padre, receiando perder a freguesia dos casamentos e batizados, não quis ceder o carro. Afinal, fez-se a remoção numa “carretilha”.[...] [Assim se fez o registro de óbito:] José Domingues, idade de 50 anos, natural de Portugal, prático do rio, desta cidade para o Rio Grande. Faleceu em 5 de abril de 1850 e foi sepultado em 6 do mesmo dito mês e ano, no Campo Santo, na sepultura n.º 1. Declara que este corpo foi mandado para o cemitério por *ordem superior* que vão apresentar por escrito em razão de se *presumir* que a sua morte tinha sido de febre amarela. O seu sepultamento foi encarregado a um negro que acompanhou o mesmo corpo, não se tendo por esta repartição tomado conhecimento algum, mais do que consentir-lhe o sepultamento, *em razão de não haverem ainda ordens para enterrarem os corpos no cemitério extra-muros*.⁴⁹⁴

É estranho pensar que após esperar 45 anos para obedecer a ordem real de criação de um cemitério externo à urbe, a autoridade provincial tenha se apressado a inaugurar um cemitério antes do mesmo estar concluído, mas o medo da febre amarela estava no ar. Na Corte carioca, desde fins de 1849 o flagelo da febre matava centenas, sendo uma das epidemias mais terríveis da cidade durante o século XIX. Para Cláudia Rodrigues, “a ocupação desordenada e a falta de uma política metódica de limpeza pública [no Rio de Janeiro], aliadas às características climáticas e topográficas, tornariam constante a presença de epidemias na cidade”.⁴⁹⁵

A constância das epidemias na capital do império, em especial desta iniciada em 1849, levaria as autoridades civis e médicas a discutirem soluções mais a longo prazo, envolvendo melhoramentos urbanos e a promoção do saneamento para preservar a saúde pública na Corte e nas demais províncias. Baseados nas discussões europeias, os médicos cariocas tentavam compreender se a moléstia era causada por contágio (contato físico direto ou indireto) ou por infecção (originária de causas locais, os miasmas).

⁴⁹⁴ Embora não tenha localizado os documentos citados pelo autor, a história é verossímil. O cemitério ainda não estava realmente pronto para ser inaugurado, visto que sua capela – uma das exigências da Coroa – só seria benzida, isto é, inaugurada, em 1852. FORTINI, 1962, p. 129. Grifos meus.

⁴⁹⁵ RODRIGUES, 1997, p. 34.

Em que pese ao combate teórico, medidas profiláticas foram propostas para eliminar os efeitos da epidemia. Os contagionistas pregavam como solução as medidas de quarentena para os recém-chegados e o isolamento dos doentes, através do estabelecimento de hospitais fora dos limites da cidade. Os infeccionistas não acreditavam na eficiência dessas medidas, defendendo a limpeza do espaço, com o objetivo de impedir as emanações miasmáticas. Desta última tendência originaram-se as medidas de reforma urbana levadas a cabo em momentos subsequentes.⁴⁹⁶

Em setembro de 1850 a epidemia foi considerada extinta, após ter contagiado 90.658 pessoas, dentre os 166.000 habitantes do Rio naquele período, matando 4.160.⁴⁹⁷ Um dos efeitos mais imediatos foi o início da discussão sobre o fim dos cemitérios, visto que os médicos infeccionistas passaram a divulgar a teoria de que as sepulturas dos mortos que estavam ferindo os vivos. No entanto, segundo Rodrigues, a febre amarela (até então desconhecida na Corte) e seu altíssimo número de mortos só catalisou um processo mais amplo, que já vinha sendo gestado desde o começo do século, graças a três questões: desenvolvimento de um saber médico empenhado na prevenção das doenças, e não só no seu tratamento (a partir de 1830); surgimento da imprensa, em 1808, que auxiliou na divulgação das discussões higiênicas europeias; e a emergência “do poder público, empenhado na adoção de medidas de salubridade, com fins de empreender seu projeto de urbanização”.⁴⁹⁸

Em março de 1850, as autoridades médicas cariocas proibiram os enterramentos no interior das igrejas, bem como o toque dos sinos para avisar de falecimentos, além dos velórios nas casas e nas igrejas. Quanto a criação do cemitério extramuros, embora sua discussão tenha iniciado em 1832 a partir da lei de 1828, foi somente quando uma proposta privada surgiu em 1843 que a Câmara “abriu as discussões sobre a urgência do estabelecimento de cemitérios extramuros”, sendo o mesmo finalmente inaugurado em 1850, após a epidemia.⁴⁹⁹ Caso semelhante ocorreu em Salvador, quando o primeiro extramuros só foi construído em 1835 a partir da iniciativa privada.⁵⁰⁰ Além de, é claro, Porto Alegre, a partir do momento em que Caxias transfere a autoridade da construção do novo cemitério do poder público para o particular.⁵⁰¹

⁴⁹⁶ Ibid., p. 41.

⁴⁹⁷ Segundo estimativas da época. Ibid., p. 40.

⁴⁹⁸ RODRIGUES, 1997, p. 54.

⁴⁹⁹ Ibid., p. 103.

⁵⁰⁰ REIS, p. 281-285.

⁵⁰¹ Rodrigues destaca ainda que “[...] na freguesia de Campos dos Goitacases, nas cidades de São Paulo, Salvador e Recife. Em todos esses lugares foi recorrente, primeiro a demora das autoridades municipais em

Vista através dos casos passados em outras cidades do Império, Porto Alegre estava na vanguarda, inaugurando seu primeiro extramuros alguns anos antes de outras grandes cidades brasileiras, e em sintonia com Recife, outro cemitério motivado pela epidemia de febre amarela iniciada na Corte. Se foi confirmado que José Domingues morreu mesmo em decorrência da febre, não sei informar, mas analisando-se os livros de óbito da Misericórdia, os óbitos seguintes, até 1851, não constam outro falecido pela mesma doença.⁵⁰²

No entanto,

Porto Alegre sofreu ameaças de epidemias, fazendo parte das cidades atingidas no Brasil, em 1855, pela cólera. Essas ameaças foram constantes na década de 1850, destacando-se de febre escarlatina em 1850 e 1853, provavelmente em consequência do cerco da cidade na década de 1840, do aumento da população, devido a presença de tropas durante a Revolução Farroupilha, e do comércio com a área colonial, que não foram acompanhadas, imediatamente, de condições urbanas ideais para enfrentar uma maior concentração populacional. Essas epidemias acarretaram as medidas higiênicas na cidade e justificaram as preocupações em estabelecer uma estratégia para manter a cidade limpa.⁵⁰³

E assim, embora as epidemias não tenham motivado a criação do cemitério extramuros em Porto Alegre, tal como houve na Corte, pode-se creditar ao medo do contágio e da mortandade no restante do Império a inauguração antecipada do cemitério da Azenha. No mesmo dia em que foi sepultado José Domingues, o Presidente da Província aprovava provisoriamente um adicional ao Código de Posturas de Porto Alegre, proibindo, a partir daquele dia 6 de abril, o sepultamento de qualquer indivíduo, civil ou eclesiástico, em qualquer outra área em Porto Alegre que não fosse o recém-inaugurado cemitério da Misericórdia, sob risco de multas e punições.⁵⁰⁴

As irmandades, que haviam entrado em contato com a Santa Casa para tentar manter os seus privilégios de enterramento, por fim negados, com a proibição provincial

legislar a respeito do estabelecimento de cemitérios extramuros, como determinou o decreto imperial de 1828; posteriormente, sancionada a lei, surgia o problema de seu cumprimento, demoravam-se anos até a efetivação das obras dos prédios mortuários, bem como de seu funcionamento. Somente diante do recrudescimento de algum surto epidêmico é que os mortos deixavam de ser levados para as igrejas ou seus cemitérios contíguos.” Nos Campos dos Goitacases, o cemitério foi inaugurado em 1855; em São Paulo, em 1858; em Salvador, em 1855; e em Recife, em 1850, após epidemia de febre amarela. RODRIGUES, 1997, p. 104.

⁵⁰² CHCSCMPA, Livro 1º de óbitos livres; Livro 1º de óbitos escravos.

⁵⁰³ WEBER, Beatriz Teixeira. **Código de Posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre: PPG História/UFRGS, Dissertação de Mestrado, 1992, p. 98.

⁵⁰⁴ *Ibid.*, p. 99.

resolveram novamente se organizar. Em 14 de abril a irmandade do Santíssimo Sacramento e Madre de Deus enviou um ofício para cada uma das irmandades que teriam que pagar novamente por catacumbas, dentre outras questões, dizendo:

[...] por uma execução que proíbe desde já enterramentos em outra qualquer parte que não seja no cemitério extramuros, resolveu a mesa submeter-se àquela deliberação, atentas as circunstâncias inspecionais que reclamam providências extraordinárias além da salubridade pública, e ao mesmo tempo conveio [...] de *suma necessidade, estabelecer um cemitério pertencente às cinco irmandades que há nesta capital, e que atualmente não tem jazigos próprios no cemitério.*⁵⁰⁵

A confraria do Santíssimo nomeara uma comissão para tratar do caso, sugerindo aos demais provedores que assim o fizessem, “a fim de conjuntamente darem o seu parecer sobre tão importante objeto”. Dias depois, de posse das respostas, os irmãos do Santíssimo marcariam reunião para o dia 12 de maio, afim de reunirem as requisições de todos.⁵⁰⁶ Antes, notificaram ao Presidente da Província em 20 de abril, respondendo ao ofício enviado pelo mesmo, ao apresentar a proibição:⁵⁰⁷

como que pretende [a SCM] sujeitar-nos as disposições manifestamente agravantes, que contem o Regulamento de 3 de Novembro de 1848, a Irmandade do SS SS e N. S. Madre de Deus, tem resolvido *estabelecer hum Cemiterio extra-muros, de commum accordo com as Irmandades de N. S. do Rosário, Conceição, Dores e de S. Miguel e Almas, para cujos fins algumas dellas já formarão comissões que devem propor os meios de levar a effeito tão util estabelecimento [...]*.⁵⁰⁸

Após a reunião das cinco irmandades, ofícios foram enviados ao vigário geral e à câmara, solicitando a ambos a autorização para a criação de novo cemitério. À Câmara informavam que o terreno escolhido para o empreendimento se situava “dentro da potreira de Antonio José Lisboa, alem da ponte da azenha, contíguo pelo lado sul com a potreira de Laurentino Antonio da Silva, (...) quarenta braças quadradas, quantas se tornam

⁵⁰⁵ Citado por TAVARES, 2008, p. 235. Grifos meus.

⁵⁰⁶ TAVARES, 2008, p. 235-236.

⁵⁰⁷ Convém destacar que o Presidente da Província, ao informar as demais irmandades que o cemitério da Santa Casa se tornava o único autorizado por lei, ao mesmo tempo cancelava o monopólio da Misericórdia em usar carros fúnebres, além de reduzir os preços destes. AHRS, Fundo Documental Assuntos Religiosos, Caixa AR7, Maço 15, Correspondência de Acácio Joaquim Correa ao Pres. José Antonio Pimenta Bueno em 20 de abril de 1850.

⁵⁰⁸ AHRS, Fundo Documental Assuntos Religiosos, Caixa AR7, Maço 15, Correspondência de Acácio Joaquim Correa ao Pres. José Antonio Pimenta Bueno em 20 de abril de 1850. Grifos meus.

necessárias para o número de cathacumbas e sepulturas dos Irmãos das quatro conjuntas Irmandades”.⁵⁰⁹ Ao vigário, solicitavam:

devendo ter conforme seus respectivos Compromissos, cemitérios próprios para nelles serem sepultados seus Irmãos *que outrora gozarão de jazigos no interior e próximos ás suas Capellas*, mas que hoje segundo a determinação do ordinário devem ser extra muros dos Povoados, congregados deliberarão erigir hum cemitério na Azenha aquém do actual cemitério da Charidade , em hum lugar que encerra a dupla vantagem de ser mais perto, menos dispendiozo, e próprio para o fim reverente à que se destina, para o que já se tem conseguido a aprovação da Superior Authoridade Civil da Província, faltando assim a concessão de VEx [...].⁵¹⁰

De posse das duas autorizações, oficiaram ao Presidente da Província:

Exmo. Senhor Presidente da Província

Não se compadecendo a prohibição que ultimamente houve da inhumação dos corpos nos recintos dos Templos, e jazigos com a disposição dos compromissos das Irmandades do S.S., Conceição, São Miguel, e Rozario desta Cidade, que sempre gozarão desse indulto, entretanto resignadas obedecerão a semelhante ordem pela convicção de que alguma utilidade della resulte; *porem cõscias as mesmas Irmandades de que tirado essa garantia, única, que offerece os compromissos para compensar o Ônus que partilha cada Irmão, deixarão de existir, com o que grave damno se seguiria para o culto externo*; assim para conciliar o duplo fim do progresso do culto e das Irmandades congregadas estas convierão na creação de um Cemitério extramuros, para cujo fim acharão hum terreno na Azenha aquém do actual Cemitério da Caridade, que offerece as incalculáveis vantagens de ser o mais próximo, menos dispendiozo e próprio para o reverente fim a que se porpoe, para o que já obtiverão á premissão do Ex. e Red. Senhor Vigário Geral da Província, na parte que lhe hé compatível como verá V. Excelência no documento junto, e não podendo, sem a intervenção da Authoridade de VEx em quem as mesmas Irmandades encarão a mais sabida protecção, por isso authorizarão ao abaixo designado, Acácio Joaquim Correa, seu Provedor para por ellas e em nome dellas impetrar de VEx em tal deferimento, e por essa razão o mesmo abaixo assignado submisso, e respeitosa-

VEx se digne a authorizar, e permitir as mesmas Irmandades para afim requerido, de cuja graça,

Porto Alegre, 23 de Agosto de 1850
Acácio Joaquim Correa.⁵¹¹

⁵⁰⁹ AHPAMV, Construção e Melhoramentos do Município, Caixa 7, documento anexo ao officio das irmandades em 23 de agosto de 1850.

⁵¹⁰ AHPAMV, Construção e Melhoramentos do Município, Caixa 7, documento anexo ao officio das irmandades em 23 de agosto de 1850. Grifos meus.

⁵¹¹ AHPAMV, Construção e Melhoramentos do Município, Caixa 7, Officio das irmandades em 23 de agosto de 1850. Grifos meus.

Não localizei documentos que mostrem como se resolveu a questão, mas se confiarmos nos escritos do padre José Barea, “a tentativa [das irmandades] resultou infrutífera, não tendo chegado a um acordo com a Santa Casa, com a qual o Governo Provincial fizera entrega do novo cemitério e que deviam entender-se as irmandades que quisessem, mediante pagamento, possuir algum quadro para a sepultura de seus irmãos”.⁵¹²

Na abertura da Assembleia Provincial em 1º de outubro de 1850, o presidente Pimenta Bueno fez um balanço das questões cemiteriais e, apesar de seu julgamento negativo anterior, quanto ao lugar escolhido pelas comissões, suas considerações foram bastante favoráveis ao novo estabelecimento:

Cemitério da Santa Casa da Capital – Este util Estabelecimento está prestando *valiosos serviços* a esta Capital, já no sentido da moral e da Religião, como no sentido da saúde pública.

Com efeito às inumações verificadas no pequeno terreno que fica por detrás da Igreja Matriz, futura Cathedral desta Cidade, *compromettia todas as ideias de civilização, de piedade, e de prudencia relativa á sua salubridade*. Os animaes descobrirão allí os cadaveres, quando quizessem, e exhalações mephiticas darião força ás molestias epidemicas, ou a qualquer peste que viesse decimar a população. Os proprios selvagens respeitão os restos dos seus mortos, e zelão de sua propria saúde.

Por isso, e *temendo que semelhante fóco de enfermidades augmentasse os estragos da febre amarella, e escarlatina*, que simultaneamente nos ameaçavão, entendi-me com o digno Presidente da Camara Municipal o Doutor Luiz da Silva Flores, e mediante um artigo de posturas que decretou acertada a medida de policia sanitaria, prohibi todo e qualquer enterro não só naquelle lugar, como em qualquer outro dentro dos muros da Cidade.

Para o efeito de tornar mais facil, e menos despendioso, o serviço dos carros funebres modifiquei o regulamento destinado para o serviço do dito Cemiterio, pelo modo que vos será presente. Tenciono no fim de Dezembro mandar abonar á Santa Casa de Misericordia a differença que contra ella houver em semelhante serviço, por conta do credito votado para as despesas eventuaes; então provavelmente concordarei em que ella eleve razoavelmente o preço dos transportes. *Não me parece porém justo*, ao menos sem profundo exame e experiencia de algum tempo, *que se lhe dê o exclusivo para esses transportes*, e ainda quando fosse elle authorisado, deverião exceptuar-se sem falta alguma os coches das proprias familias ou intimos amigos dos mortos, pos o

⁵¹² Embora, em 16 de outubro daquele ano, a Câmara tenha formado uma comissão para avaliar o local escolhido pelas irmandades. Não encontrei o relatório dessa comissão, nem sei se a mesma chegou a propor alguma solução. BAREA, 2004, p. 108; AHPAMV, Atas de Vereança 1846-1855, Vol. 14, Sessão de 16 de outubro de 1850, p. 109v-110.

contrário seria offender em momentos dolorosos as últimas consolações de perdas as mais sensíveis.⁵¹³

Neste balanço, encerrando os problemas de ordem cemiterial, o Presidente da Província retomava alguns pontos do relatório de Caxias, salientava novamente a necessidade que Porto Alegre tinha, em termos higiênicos, civis e morais, de ter um cemitério moderno, e exonerava a Santa Casa de prejuízos supostamente causados pelo governo ao adiantar a inauguração daquele espaço. O privilégio anteriormente dado à Misericórdia de uso exclusivo do transporte funerário na cidade havia sido temporariamente abolido, mas não em prol das demais irmandades, que tanto solicitaram por um auxílio, mas sim para as “próprias famílias ou íntimos amigos dos mortos”.

A sociedade portoalegrense em meados do século estava mudando. A abolição do tráfico negreiro naquele mesmo ano iria gerar a necessidade da imigração de trabalhadores livres e assalariados, muitos dos quais (como os alemães chegados na década de 1820) praticantes de outras religiões que não a católica, que necessitariam de cemitérios aptos para se sentirem acolhidos, o que a partir de 6 de abril de 1850, existia em Porto Alegre. Na metade dos Oitocentos, um novo ideário urbano surgia, com novos espaços de sociabilidade que não as irmandades: nesse mesmo ano foi concluído o prédio da Sociedade Bailante, casa de baile na Praça da Matriz; em 1852 é fundado o primeiro jornal de língua alemã; em 1854, fundou-se a Sociedade Portuguesa de Beneficência; no ano seguinte, criou-se a Sociedade Germânia; em 1858, foi inaugurado o Teatro São Pedro, e fundada a Sociedade Beneficente Alemã.⁵¹⁴

A criação do extramuros deve ser visto como um primeiro passo em prol dessa nova forma de se enxergar a cidade, melhor adaptada à sociedade que passava a surgir. A esse respeito, concordo plenamente com Mara do Nascimento quando a autora olha:

[com] certa desconfiança acerca da higienização ou medicalização da sociedade como explicações em si mesmas que dessem conta, elas próprias apenas, às radicais e irreversíveis transformações sociais, econômicas e culturais oitocentistas. A forma quase “explosiva” e insistentemente repetitiva com que o discurso sanitarista aparece durante o século XIX em relatórios, atas, correspondências vindas dos

⁵¹³ CRL/BGD, **Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no. 1.º de outubro de 1850; acompanhado do orçamento da receita e despeza para o ano de 1851**. Porto Alegre, Typ. de F. Pomatelli, 1850, p. 27-28. Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul Acesso em 10/09/2013.

⁵¹⁴ FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre ano a ano: Uma cronologia histórica 1732/1950**. Porto Alegre: Letra&Vida, Editora da Cidade, 2013.

poderes municipais e provinciais e artigos de jornais [...] fizeram-me inevitavelmente crer nesse discurso – e mesmo na teoria miasmática também emergente nesta centúria – como sinalizador de que sua ocorrência se dá mais no nível da *representação social*. Ou, em outras palavras, *ali está apenas como representante de algo que está mais profundamente enraizado, mais sutil e quase imperceptível*.

Apelando para as metáforas braudelianas, a autora identifica:

A higienização como aquela história mais ligada aos eventos, à velocidade rápida das ondas que espumam e que podemos visualizar, como a “agitação da superfície”; enquanto, em uma velocidade mais lenta, longe dos olhos, estariam a *secularização*, de um lado, e *ideal de vida urbana*, amparada na idéia de circulação, de outro. E ambas, em conjunto, dando forma à modernidade.⁵¹⁵

Para a autora, seriam “as idéias capitalistas [que] provocaram a extinção das sepulturas *ad sanctos* e das necrópoles no coração dos centros urbanos, porque novas formas de viver o urbano se apresentaram”.⁵¹⁶ Nascimento e eu divergimos quanto ao papel que as irmandades terão nesse novo contexto. Para a autora, a partir da emergência de novas formas de sociabilidade e de outras organizações de socorro mútuo, as confrarias religiosas “mantiveram-se influentes no cenário urbano” a partir da manutenção dos terrenos fundiários.⁵¹⁷ Ora, a partir da documentação que mostrei aqui, as irmandades estavam cientes de que o exclusivo cemiterial dado à Misericórdia acabaria por força-las ao fim. Este não se deu de imediato, mas o apogeu das irmandades em Porto Alegre, no que tangi a administração da morte, havia passado:⁵¹⁸ a Misericórdia só irá vender 1/16 avos de seu terreno à São Miguel e Almas dezesseis anos após o primeiro sepultamento em seu cemitério.⁵¹⁹ Dois anos adiante, seria a vez da irmandade de Santa Bárbara adquirir fatia de igual tamanho. Essas irmandades teriam direito aos rendimentos das

⁵¹⁵ NASCIMENTO, 2006, p. 300-301. Grifos meus.

⁵¹⁶ *Ibid.*, p. 305.

⁵¹⁷ NASCIMENTO, 2006, p. 319.

⁵¹⁸ Não quero de modo algum afirmar aqui que as irmandades deixarão de existir ou de ter papéis importantes do desenvolvimento posterior da cidade, existindo diversos trabalhos que comprovam o contrário. O que estou afirmando diz respeito apenas ao trato dos irmãos “fidalgos e filantropos” com a morte dos seus. As irmandades seguirão aceitando membros com a promessa do cuidado da alma mas, pelo menos até o século XX, o único local de enterramento aprovado será o cemitério da Misericórdia. Atualmente, em Porto Alegre, outras associações leigas tem o seu próprio local de enterramento, destacando a São Miguel e Almas e a São José, que possuem os seus cemitérios, respectivamente, à frente e à direita da necrópole da Misericórdia.

⁵¹⁹ A irmandade das Almas só iria inaugurar seu cemitério próprio, localizado justamente defronte ao da Misericórdia, em 1909. A respeito dessa irmandade e seu trato com o fúnebre, ver a tese de mestrado de Mauro Tavares. TAVARES, Mauro Dillmann. **Morte e práticas fúnebres na secularizada república: Irmandade e o Cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre na primeira metade do século XX**. São Leopoldo: PPG História/UNISINOS, Tese de Doutorado, 2013.

catacumbas adquiridas, mas ainda seriam obrigadas a pagar uma taxa de utilização de espaço à Santa Casa sempre que ocorresse um funeral.⁵²⁰

Como já afirmei em outra ocasião, acredito que a Misericórdia foi a escolhida pelo governo para assumir a tarefa de criação do novo cemitério justamente para romper com esta tradição de vincular as irmandades aos espaços funerários.⁵²¹ Das associações existentes em Porto Alegre no período, a Santa Casa – apesar de ser a única a possuir zonas de sepultamento próprias – não estava contida entre as que possuíam sepulturas no interior da Matriz e em seu cemitério, representando, portanto, uma quebra de tradições, caso se pense o cemitério da Azenha como um sucessor daquele da Matriz.⁵²²

Destaco as motivações religiosas para essa descontinuidade, pois o contexto no qual se desenvolveu toda essa ação pode levantar esta hipótese. Apesar de as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1707, terem introduzido “no âmbito colonial as prescrições tridentinas, tendentes à implementação de uma reforma na fé e nos costumes” da população, a concepção relacionada aos cemitérios presente naquele código de leis logo não estaria de acordo com os bispos e visitantes interessados em verificar o cumprimento dos mesmos ideais tridentinos no Brasil.⁵²³ Nas Constituições, conforme apontei em capítulos anteriores, estava prevista a sepultura eclesiástica para todo cristão. No entanto, conforme também já informado, na ocasião da visita de Dom Coutinho, em

⁵²⁰ Embora, há de se destacar, as associações de leigos irão permanecer no cotidiano da cidade (dentre outras, as irmandades da Misericórdia, São Miguel e Almas, e São José existem até hoje) através de outras ações, que não só as cemiteriais. NASCIMENTO, 2006, p. 319.

⁵²¹ Daniel Oliveira, em artigo sobre a gênese dos livros de óbito da Santa Casa, se pergunta do porquê desta instituição ser encarregada do novo cemitério, elencando como hipóteses a importância da irmandade na sociedade e seu caráter religioso. Esquece o autor que as demais irmandades também possuíam caráter religioso (inclusive mais forte, por ter santos como oragos), além de que a Caridade, apesar de bastante importante socialmente, não era a única irmandade de elite na Porto Alegre da época. OLIVEIRA, Daniel. Registrando a morte, refletindo vidas: Reflexões metodológicas sobre os livros de óbito da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre como fonte para a história social. In: **Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: Histórias Reveladas III**. Porto Alegre: Evangraf; ISCMPA, 2013, p. 204-224; MEIRELLES, Pedro von Mengden. A criação do Cemitério da Santa Casa e o contexto da Reforma Cemiterial em Porto Alegre (Séc. XIX). In: **Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: Histórias Reveladas IV**. Porto Alegre: Evangraf; ISCMPA, 2015, p. 130-146.

⁵²² Fato constante em praticamente todos os trabalhos que abordam ou citam as mudanças de enterramento em Porto Alegre. O contexto de 1850 é sempre descrito como “*transferência cemiterial*”. Ora, se se compreende “transferir” por seu sentido vulgar, que é “levar de um lugar para o outro”, nada foi transferido naquele momento: fechou-se um cemitério eclesiástico, localizado atrás de uma igreja Matriz e administrado pela fábrica da mesma, para se abrir um cemitério pertencente e administrado por uma instituição leiga e particular, localizado alguns quilômetros do centro da cidade. Quanto aos ossos dos que se encontravam no lugar antigo, sabe-se que alguns podem ser encontrados hoje no novo, mas não foi encontrada na documentação nenhuma menção de translados em larga escala (assunto tratado com maiores detalhes no capítulo quarto).

⁵²³ KÜHN, 1996, p. 26.

1815, o mesmo procurou verificar se os párocos locais estavam seguindo as ordens dadas pelo governo de não sepultarem mais nas igrejas.

Duas interpretações são possíveis. A primeira se relaciona à instituição do Padroado Régio, que constituía na supremacia do poder régio sobre o clero, reservando a esses, funções “menores” da atividade religiosa, como a disciplina dos párocos e dos fiéis, sendo as questões “maiores”, como a nomeação dos párocos, construção de templos, fundação de irmandades e controle das devoções, reservadas aos monarcas.⁵²⁴ Assim, Dom Coutinho não teria escolha sem ser acatar a decisão dos governantes em fechar os cemitérios eclesiásticos.

Uma outra interpretação, que prefiro mais, se baseia na eclosão de um movimento, mais consolidado a partir da década de 1840, de reordenação do sistema de união entre Estado e Igreja. Esse novo movimento, liderado pelo papa Pio IX e denominado “Reforma Católica” ou “Romanização”, seria uma “atitude dos membros da Igreja contra o regalismo [e] ficou conhecida como ultramontanismo [...] [possuindo] como base fundamental tanto uma perspectiva tridentina, quanto romanizante para o poder e para a autoridade do episcopado”.⁵²⁵ Irá se buscar uma reforma dos costumes, preferencialmente das devoções e das irmandades. O culto aos santos, como praticado nas festas de irmandade, será visto pelo novo clero como recheado de elementos pagãos, sendo necessário de uma reforma. A autonomia das confrarias em relação às autoridades eclesiásticas também incomodava os reformadores, que procuraram intervir ao máximo.⁵²⁶

Quanto ao cemitério, o que se viu no Rio Grande do Sul foi uma posição de total apoio dos bispos reformistas às atividades do governo. Novamente, há duas hipóteses complementares: a primeira se baseia na crença medieval de que a proximidade com as relíquias e com a igreja ajudaria na ascensão mais rápida da alma dos sepultados aos céus, que soaria aos ultramontanos como reminiscência idólatra necessária de correção. A outra, também ligada à reforma dos costumes, estaria interessada na limpeza da *casa de Deus*, com a remoção ou interrupção do enterro de cadáveres no interior e ao redor dos templos, para destinar estes apenas ao culto divino. Cabe destacar também que os

⁵²⁴ NASCIMENTO, 2006, p. 39-40.

⁵²⁵ Ibid., p. 49.

⁵²⁶ Para uma análise aprofundada da política ultramontana e sua relação com as irmandades em Porto Alegre, ver TAVARES, 2008.

ultramontanos desejavam afastar a igreja da autoridade civil, e os registros de óbito elaborados pelos párocos constituíam, à época de registros civis: ao não precisar mais bancar este papel ordenado pelo Estado, os párocos poderiam voltar suas atenções para questões mais importantes, como o doutrinamento dos fiéis e a difusão da fé.

O regime do Padroado Régio só foi oficialmente interrompido com a proclamação da República, assim nem os ultramontanos nem os processos de secularização da sociedade foram vitoriosos a curto prazo. O cemitério da Azenha, que fora inaugurado sem ter sua capela pronta e seu terreno benzido – em total contradição com o que previa a sua instalação – foi finalmente tornado bento em 28 de outubro de 1852.⁵²⁷ Em abril do mesmo ano, uma Carta Imperial apresentava à então criada (em 1848) Diocese do Rio Grande do Sul o seu primeiro bispo, Dom Feliciano Rodrigues Prates, que tomaria posse em 29 de junho de 1853.⁵²⁸

Isso significaria que enfim o Rio Grande do Sul não estava mais submetido à diocese fluminense.⁵²⁹ Assim, se encurtavam as distâncias entre o prelado e os fiéis e o clero aos quais lhe cabia gerenciar e reformar, garantindo um maior rigor e controle para a aplicação das doutrinas tridentinas. Embora Dom Feliciano chegue à Porto Alegre três anos após o fim dos sepultamentos eclesiásticos, irá atuar no fechamento de outros cemitérios gaúchos, e a análise desses casos pode fornecer o ponto de vista religioso para a reforma cemiterial, tão ausente na documentação reunida sobre Porto Alegre.

⁵²⁷ MCHJC, **Correio do Sul**, Porto Alegre, 27 out. 1852, n. 12, p. 5.

⁵²⁸ HASTENTEUFEL, Zeno, Padre. **Dom Feliciano na igreja do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria Editora Acadêmica Ltda., 1987.

⁵²⁹ Para Fábio Kühn, a criação da diocese está diretamente relacionada ao conflito farroupilha findo em 1845, por ter deixado em “caótico estado religioso” a província sul-riograndense, já que, nas palavras do bispo D. Manoel do Monte Rodrigues Araújo, em 1845, “a guerra rompe as consciências dos fiéis, faz cessar ou interromper o exercício regular dos atos religiosos, perturba e destrói o estado público da igreja”. KÜHN, 1996, p. 153-154.

Capítulo 4 - O que foi feito do Cemitério da Matriz após 1850? O uso do terreno entre 1865 e 2012.

A partir de 1º de outubro de 1850, quando o presidente Pimenta Bueno abre a Assembléia Legislativa Provincial daquele ano, discursando a respeito do sucesso do cemitério da Azenha, (então funcionando há cerca de seis meses) o cemitério da Matriz não é mais citado na documentação relacionada ao poder público. Entendo que a ex-necrópole, uma vez não funcionando mais para o enterro de cadáveres, passa a ser vista não mais como um perigo à saúde pública, um cancro a ser extirpado do centro da urbe, um caso de polícia ou de interesse dos governantes, e volta a representar aquilo que era desde 1772: o adro da igreja Matriz, aqui entendido em sua concepção original, qual seja, a de um pátio, uma área anexa ao templo.

É, porém, curioso pensar que aquelas autoridades que pelas últimas cinco décadas vinham apontando para o perigo representado pelos cadáveres ali inumados não tenham se preocupado em remover os que recém tinham sido sepultados naquele espaço: Algumas pessoas ainda foram enterradas no cemitério após a aprovação da Postura de 6 de abril, como o escravo africano Antônio, em 8 de abril,⁵³⁰ e os livres Antônio Eusébio, e Cândida, sepultados “no cemitério da freguesia Madre de Deus” em 7 e 8 de abril, respectivamente.⁵³¹ Sem contar nos outros tantos corpos lá depositados antes do dia 6 e nos meses anteriores. Não é possível ter certeza do tempo necessário para a decomposição de um cadáver naquele espaço, visto que diversos fatores como a quantidade de ar ou umidade, a composição e acidez do solo, a *causa mortis*, o estado do cadáver no momento do enterro, etc.⁵³² No entanto, sabe-se que a Santa Casa, em seu cemitério na Azenha, considerava três anos o tempo hábil para o consumo das partes moles de um cadáver, pois era esse o ritmo de reocupação das sepulturas de seu Campo Santo.⁵³³

⁵³⁰ AHCMPA, Livro 5º de óbitos escravos da Madre de Deus, fl. 225.

⁵³¹ AHCMPA, Livro 1º de óbitos livres do Rosário, fl. 81v.

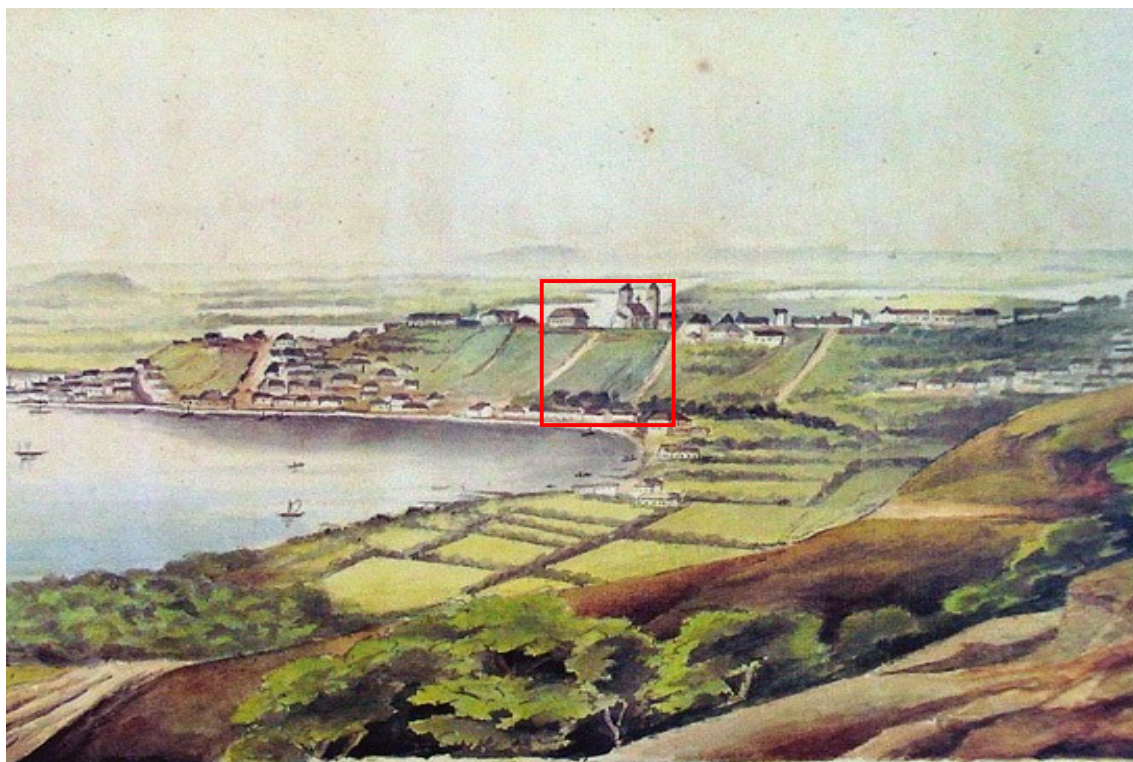
⁵³² Claro que estas são preocupações higiênicas modernas que não eram levadas em consideração na época, mas cabe a reflexão. O solo onde está erguida a igreja Matriz de Porto Alegre é de classificação areno-argilosa, que, dependendo da quantidade de argila, mais impróprio o é para a atividade cemiterial, pois não permite que o oxigênio chegue até o cadáver, fazendo com que a decomposição demore “longuíssimos anos”. Salienta-se, também, que o solo do cemitério já deveria estar saturado de tanta matéria orgânica, após ter funcionado por oito décadas, somado o aumento exponencial de cadáveres lá sepultados após 1815. DIAS, 1963, p. 224-229; PHILIPP, R.; VARGAS, J.; BENEDETTI, V. A memória geológica do centro antigo de Porto Alegre: o registro da evolução urbana nos prédios históricos e no urbanismo da cidade. In: **Pesquisas em Geociências**, n. 36, jan/abr 2009, p. 65.

⁵³³ OLIVEIRA, 2013, p. 219.

Por esses critérios, existiriam ainda corpos propensos a causar perigo à população no cemitério da Matriz, que, apesar do ambiente de pânico criado pelo Presidente da Província em abril de 1850, permaneceram sepultados no centro da cidade.

E assim o velho cemitério caiu em relativo esquecimento. Ao passar por Porto Alegre em 1852, o mercenário alemão Hermann Rudolph Wendroth desenhou uma aquarela mostrando a cidade vista a partir dos morros ao sul, possibilitando uma das raras gravuras a mostrar as “costas” da Crista da Matriz, promontório no qual se ergue o centro da cidade. Nessa imagem vemos o terreno anteriormente ocupado pelo cemitério, após passar dois anos sem sepultamentos.

Figura 8 – Detalhe da gravura "Porto Alegre vista sul, 1852", de Hermann Wendroth.



Fonte: O RIO Grande do Sul em 1852: Aquarelas de Hermann Rudolph Wendroth. Guaíba: Riocell, 1982.

Na gravura acima destaquei em vermelho a quadra constituída pelas atuais ruas Dom Sebastião, Fernando Machado, e Espírito Santo, onde hoje se localiza a Cúria Metropolitana. Em 1852, no entanto, aquela encosta relvada ocultava os restos do antigo cemitério. Percebe-se, também, a forte inclinação do terreno, bastante surpreendente pensando no cotidiano daquele lugar alguns anos antes.

Para explicar a ocupação do espaço do antigo cemitério, de 1850 até os dias de hoje, preciso fazer um desvio e voltar a discutir a atuação dos dois primeiros bispos gaúchos, buscando principalmente a atuação de Dom Feliciano Rodrigues Prates sobre os cemitérios, após a sua chegada em Porto Alegre em 1853. É a partir da análise desses casos que procurarei demonstrar qual era a política oficial do bispado em relação às novas necrópoles e à destruição dos antigos cemitérios.

4.1 O Rio Grande passa a ter um bispo: a atuação de Dom Feliciano sobre os cemitérios

Em 27 de outubro de 1854, Dom Feliciano responde aos vereadores da cidade de Piratini, que lhe haviam escrito para denunciar as atividades do pároco Nápoles Massa a respeito da criação do novo cemitério. Reclamava a Câmara que o dito eclesiástico estava atrasando as negociações, para o qual respondeu o prelado:

se queixa a Camara do escandaloso procedimento que o dito Vigario tem desenvolvido n'aquelle lugar; procedimento na *verdade reprehensivel*, e sobre o qual passamos a dar as necessarias providencias, para que sobre elle seja no Nosso Juizo ecclesiastico instaurado hum processo. Bastante nos há tambem desgostado a leitura da correspondencia official havida entre a Camara, e o Vigario sobre a transferencia do Cemiterio, no que *nenhuma razão damos ao Vigario*, por isso que procurando a Camara cumprir o seu dever, nomeando huma Comissão que honre-se de entender-se com elle Vigario a respeito da dita transferencia, foi este acto da Camara hum motivo para que subisse elle Vigario a minuciosidades vans que só servirão para indicar certa *desintelligencia*, querendo fazer sentir a Camara que aberrára ella da sua obrigação; quando a Lei do 1.º de Outubro de 1828 diz no Art. 66 §2 que sobre o estabelecimento de Cemiterios se conferirá com a principal Authoridade ecclesiastica do Lugar, o que para que procurou fazer a Camara por meio de huma Comissão. *Nos passaremos a dirigir-nos ao referido Vigario*; e sobre o que faz o objeto da Representação da Camara da Villa de Piratinim procuraremos expender-lhes nossos pastoraes sentimentos.⁵³⁴

Dom Feliciano (tal como Dom Coutinho havia feito anos antes) mostra total apoio às decisões do governo em criar novas necrópoles, chegando ao ponto de acusar de burrice o padre que estaria colocando “minúcias demais” na elaboração do projeto do novo cemitério. Não encontrei a provável correspondência trocada entre o pároco Massa e os camarários, mas pela resposta do bispo percebe-se que o mesmo deseja interferir o

⁵³⁴ AHRS, Fundo Documental Assuntos Religiosos, Caixa AR5, Maço 10, Correspondência do Bispo, 28 de outubro de 1854. Grifos meus.

máximo possível na criação da nova necrópole, apesar de a lei de 1828 encarregar as Câmaras dessa tarefa. Para Feliciano, que por questões de consciência ultramontana, apoiava a saída dos mortos do centro das cidades, o pároco de Piratini sofreria as devidas críticas por tentar tratar esse espaço como se estivesse gerenciando uma necrópole eclesiástica.

Em igual sentido pode ser compreendida a resposta que Feliciano oferece ao presidente provincial em 1º de fevereiro de 1855, quando este questiona a respeito do translado de ossos de um cemitério antigo para o novo:

Tendo-me V. Ex. feito a honra de me comunicar que a Camara Municipal da Villa de Jaguarão pedira aprovação de V. Ex. a cerca da transferencia dos restos humanos do antigo Cemitério para o novo deposito no Cemiterio da Municipalidade, e *parecendo a V. Ex. ser este objecto adherente ao meu cargo*, procura saber minha decisão a respeito: permittame V. Ex. responder, que ainda quando a Camara de Jaguarão dirigirse a mim sobre esse pretendido acto, *por julgar de minha competencia*, nem por isso deveria deixar de com preferencia faze-lo a V. Ex. como Primeira Authoridade da Provincia, portanto sem a menor contra dicção concordarei com o que V. Ex. determinar sobre a dita transferencia.⁵³⁵

Novamente se vê aqui a interpretação do bispo sobre a lei de 1828: sobre os novos cemitérios cabia a Câmara legislar; a autoridade eclesiástica estava restrita aos cemitérios antigos, enquanto uma nova necrópole não fosse criada. Pode-se entender que uma vez existisse o cemitério moderno na freguesia, a necrópole antiga passaria a ser considerada apenas um foco de miasmas, destituída de caráter religioso, uma vez que se enquadraria no Código de Posturas Policiais, que dava à Câmara a autoridade para resolver as questões de imundície urbana.⁵³⁶ Assim, embora ao bispo poderia caber a decisão sobre o destino dos ossos do antigo cemitério, este transfere a autoridade sobre o assunto para a presidência, a “primeira autoridade da Província”.

Não que o bispo descuidasse dos novos cemitérios. Em 15 de setembro de 1855, envia uma solicitação ao Presidente da Província, pedindo que a Assembleia Provincial aprove lei regulamentando os “cemitérios de campanha” pois consta ao prelado que muitos cemitérios clandestinos tem sido abertos no interior da Capitania, sem serem murados ou bentos, prejudicando as atividades do governo, uma vez que sem a

⁵³⁵ AHRS, Fundo Documental Assuntos Religiosos, Caixa AR5, Maço 10, Correspondência do Bispo em 1º de fevereiro de 1855. Grifos meus.

⁵³⁶ WEBER, 1992.

administração eclesiástica nesses cemitérios, não seria possível fazer-se mapas de população corretos, pois faltaria a informação do número de óbitos. Afora esta questão, apela Feliciano para a decência e religiosidade, ausentes nesses espaços. Essa carta nos informa que em partes do Estado, os novos cemitérios continuavam a ser administrados pela igreja, que auxiliava a administração provincial na feitura dos mapas de população. E que sobre esses cemitérios o bispo possuía preocupações, os considerava sob sua alçada.⁵³⁷

Caso semelhante se dá em relação a um cemitério de irmandade a ser inaugurado em São Leopoldo, conforme mostra correspondência enviada pelo bispo ao Presidente da Província em 11 de agosto de 1857:

He pois o que observamos no piedoso procedimento da Episcopal Irmandade do Senhor dos Passos da Villa de S. Leopoldo, procurando estabelecer ali hum Cemiterio, cujo plano há apresentado a V. Ex., e o qual há ter V. Ex. a honra de submetter á vossa aprovação.

[...] [E servirá esse cemitério] não somente para jazigo de seus Irmãos falecidos, mas tambem para o de todos os que delle se quiserem utilizar, satisfeitas as clausulas indicadas pela Irmandade no referente regulamento [...]. *Portanto o aprovamos, assim como aprovaremos sempre planos para Cemiterios, quando os vejamos encarregados a huma bem organizada administração [...].*⁵³⁸

O bispo observa que o dito cemitério deverá ser extramuros, e proíbe o enterro em qualquer outro lugar da vila a partir da inauguração do mesmo, tal qual ocorreu em Porto Alegre. Pode-se imaginar que haveria uma correspondência semelhante entre o bispo e a autoridade secular, caso este estivesse na cidade quando da autorização da Santa Casa em erigir o seu cemitério. Ao que competia a autoridade eclesiástica opinar na instalação das novas necrópoles, era necessário que estes fossem obra de “bem organizada administração”, sendo aqui representada por uma Episcopal Irmandade. Invocando “todas as nações cultas” e seu cuidado com os mortos, o bispo solicita ao Presidente que aprove o dito cemitério.

Dom Feliciano faleceria em 27 de maio de 1858, encerrando o primeiro governo diocesano do Rio Grande. Da atuação do prelado, destacou-se a sua enorme vontade em criar um Seminário Episcopal para a formação de sacerdotes doutrinados desde o início

⁵³⁷ AHRS, Fundo Documental Assuntos Religiosos, Caixa AR5, Maço 10, Correspondência do Bispo em 15 de setembro de 1855.

⁵³⁸ AHRS, Fundo Documental Assuntos Religiosos, Caixa AR5, Maço 10, Correspondência do Bispo em 11 de agosto de 1857.

nos preceitos tridentinos, pois não via ganho em tentar reformar os fiéis antes de corrigir as ações do clero. Mas mesmo assim, Feliciano deu o “arranque inicial” na civilização dos costumes dos fiéis gaúchos. Os casos cemiteriais que trouxe de exemplo mostram bem as diretrizes tomadas pelo bispo, de grande concordância com as autoridades civis na instalação dos novos cemitérios, desde que nestes fossem observados alguns critérios básicos, como a decência religiosa do mesmo, o asseio, e o cuidado para evitar que neles acontecesse o mesmo que acontecia nos cemitérios eclesiásticos: o livre trânsito de animais e de profanadores, devido a inexistência de cercas. A igreja não abandonava de vez a sua preocupação com os cemitérios, mas estava ciente de que estes não estavam mais a seu encargo. É visível nos escritos de Feliciano que o mesmo tem plena noção de que a autoridade sobre os mesmos reside no poder secular, quer diga isso por conta do Padroado, quer por suas diretrizes ultramontanas.

É irônico que, em 29 de maio de 1858, o padre Juliano Lobato, secretário do Bispado, juntamente com o vigário da vara e outros membros do clero enviam uma solicitação ao Presidente, informando que apesar de o próprio Feliciano ter solicitado que seu sepultamento se realizasse no cemitério extramuros, não seria de bom tom um bispo não repousar dentro da catedral na qual serviu, como mandava a tradição.⁵³⁹

Pedido este que foi atendido.⁵⁴⁰ E assim o primeiro representante de um bispado destinado a depurar a religiosidade dos gaúchos, eliminando hábitos que consideravam como maus costumes, e purificar igrejas, hábitos e crenças, foi sepultado em um local que consideraria deveras inapropriado para um cadáver.

A partir do segundo governo episcopal, com Dom Sebastião Dias Laranjeiras, a base construída por Feliciano será aproveitada, e o novo bispo se dedicará a uma reforma mais profunda dos costumes da população. Parece-me apropriado dizer que a Reforma Cemiterial pretendida por autoridades de ambos setores (secular e religioso) foi bem resolvida no Rio Grande do Sul, ou ao menos em Porto Alegre. A conjuntura da igreja brasileira naquele período facilitou com que bispos e governantes concordassem com a

⁵³⁹ AHRS, Fundo Documental Assuntos Religiosos, Caixa AR5, Maço 11, Correspondência do clero ao Presidente da Província em 19 de maio de 1858. Grifos meus.

⁵⁴⁰ Conforme noticiado na ocasião da morte do segundo bispo rio-grandense, quando saiu nos jornais que este foi sepultado “frente ao altar-mor [do lado do Evangelho], junto a em que foi inumado o primeiro bispo desta Diocese, D. Feliciano Prates.” AHCMPA, Documentos sobre o Seminário de Porto Alegre levantados pelo Pe. Ruben Neis, original d’**A Reforma**, Porto Alegre, de 17/08/1888; AHCMPA, Documentos sobre o Seminário de Porto Alegre levantados pelo Pe. Ruben Neis, original d’**O Mercantil**, Porto Alegre, de 18/08/1888.

questão da criação dos novos cemitérios, diferente do que ocorreu em outras partes do globo.⁵⁴¹ E assim, talvez por instruções dos párocos perante os fiéis, a interrupção do uso do cemitério da Matriz transcorreu sem qualquer resistência observável na cidade.

Há quem possa dizer que o atraso em fazer cumprir o Aviso Real de 1805 (que a rigor só foi concluído em 1850) como uma forma de resistência, mas como procurei demonstrar no decorrer desses últimos dois capítulos, o Aviso foi em parte seguido pela administração da igreja, tendo os enterramentos internos sido extintos até 1815, preservando assim o templo da fedentina dos cadáveres. Já a demora na criação do cemitério extramuros pela Câmara é algo ainda a se investigar com mais clareza, mas pode-se dizer que a falta de verbas, de interesse, e a turbulenta situação política do Rio Grande do Sul no século XIX pode explicar muito bem este atraso, mais do que acreditando ser ele uma forma de resistência velada por parte dos vereadores. Vereadores estes que, conforme se percebe em suas falas contra o cemitério da Matriz, estavam bastante atualizados quanto as discussões higiênicas e miasmáticas, não indicando qualquer receio na criação das necrópoles modernas.

4.2 O Seminário Episcopal Madre de Deus

Quando Dom Feliciano tomou posse da Diocese, havia cerca de 60 padres atuantes no Rio Grande do Sul, alguns dos quais cometiam abusos e irregularidades de diversos tipos. Esses desvios eram vistos por Feliciano como oriundos da falta de preparação sacerdotal, bem como da “origem incerta” de muitos desses padres, sem contar aqueles “religiosos leigos”, que não foram ordenados, mas estavam espalhados pelo interior, pregando e administrando sacramentos sem autorização episcopal. Para corrigir esses abusos, seria necessário um bispo ativo. Nas palavras do padre Hastenteufel,

⁵⁴¹ Catroga ressalta que, diferente do que ocorreu no Rio Grande, em Portugal, principalmente na porção rural, houve grande resistência das confrarias imbuídas de ideais tridentinos em aceitar as decisões do governo. Como naquele país a reforma cemiterial surgiu em um contexto de difusão de ideais liberais e antirreligiosos, os representantes mais ortodoxos do clero e das irmandades leigas demonstraram “desprezo [ante] serem os finados enterrados fora dos templos”. O autor salienta que ocorreu também um outro tipo de resistência, mais pacífica, de “algumas ordens religiosas (femininas), *Misericórdias* e alguns notáveis”, que faziam pressão e requisitavam ao Governo que abrisse exceções nos seus casos, permitindo o funcionamento de cemitérios privados no interior da cidade. CATROGA, 1999, p. 58-59. Caso semelhante ocorreu em Porto Alegre, quando a Ordem Terceira do Carmo – irmandade feminina de elite – através de sua Priora, requisitou à Câmara em 24 de março de 1865 autorização para sepultar suas irmãs em um cemitério contíguo à sua capela (existente até hoje no bairro Cidade Baixa), ao que os vereadores declinaram por não convir “semelhante concessão a bem da salubridade publica”. AHPAMV, Atas de Verença 1863-1867, Vol. 16, Sessão de 24 de março de 1865, p. 97.

Dom Feliciano era sem dúvida um disciplinador. A sua rígida formação obtida no Seminário da Lapa, os longos anos de Capelão Militar e a clara consciência de seu Ministério Episcopal nô-lo apresentam como disciplinador. Tinha plena consciência de ser o último responsável por todos os atos praticados por seus sacerdotes e por isso os admoesta severamente e os ameaça com severas punições.⁵⁴²

Tridentino e ultramontano, Feliciano chegara ao Rio Grande disposto a colocar ordem na vida religiosa e secular da diocese, ciente de que antes e além de corrigir os costumes dos fiéis, era preciso reformar o clero antigo, e instruir um novo, preparado de acordo com os rígidos preceitos do Concílio de Trento e do movimento da Reforma Católica. Em sua primeira Carta Pastoral, lida em 3 de julho de 1853, Feliciano diria aos que lhe estavam ouvindo suas intenções de “extirpar quaisquer abusos que se acham aqui introduzidos e de acudir com remédio contra os males que tenham afligido o rebanho que nos é recomendável. Assim, nesta dilatação não haverá tolerância, haverá prudência”.⁵⁴³

Isto dito sobre os fiéis. Ao clero, informava:

Havemos em consequência julgado que não podemos conceber coisa mais proveitosa aos nossos diocesanos do que preparar a educação e instrução apropriadas àqueles que se quiserem dedicar ao culto e ao serviço do Senhor. *A instituição de um Seminário, em conformidade ao preceito do Concílio Tridentino é um dos objetos mais caros de nossas diligências e de nossos cuidados.*⁵⁴⁴

Feliciano fora ordenado bispo aos 71 anos de idade, e tinha a consciência de que seu governo seria curto. Assim, disposto a alterar o máximo possível da atividade pastoral precária da Província, haveria de criar um Seminário para formação sacerdotal no qual a sua conhecida disciplina se faria sentir. Para ele, era necessário que o bispo conhecesse de perto os candidatos ao clero, para verificar se eles possuíam as qualidades que julgava necessárias, além da decência, da integridade e da paixão pela doutrina. Mais do que saber os dogmas da igreja, deveriam os sacerdotes se portar como bons representantes da Igreja perante os rebanhos que lhes fossem outorgados. Outro motivo, bastante comum em uma província com já forte presença estrangeira, era a vontade em criar um clero nacional, imune às tentações do protestantismo, do liberalismo, da maçonaria e do espiritismo, os males da época aos olhos do bispo.

⁵⁴² HASTENTEUFEL, 1987, p. 227.

⁵⁴³ Ibid., p. 265.

⁵⁴⁴ Ibid., p. 266. Grifos meus.

Na abertura da Assembleia Provincial, em 6 de outubro de 1853, o presidente Cansansão de Sinimbu apresentava a situação do culto público na Província, transmitindo aos legisladores as palavras do bispo. Solicitava auxílio na construção e no reparo de templos, orçamento para a compra de alfaias e pagamento de sacerdotes, e expunha aos presentes as intenções de criação de um Seminário:

Bem sabe elle que, se o culto externo perde o brilho do Catholicismo, e se as Igrejas vão ficando desertas, não é culpa do povo, em cujos corações arde ainda o zelo da Fé, mas sim dos Sacerdotes, que, encarregados de guardarem acesa a Lampada Sagrada, fogem dos Templos para se perderem no golfo dos prazeres mundanos. S. Exc. annunciou a resolução em que está de *perpetuar a lembrança* de sua elevação ao Episcopado com a fundação de um Seminario, onde, modelando por suas virtudes, e instruindo com o seu exemplo, possa *organizar a joven milicia* com que deseja guardar a Igreja Catholica. Tão nobre pensamento deve achar éco no coração de todos os fieis; e por vós, Senhores, é justo que comece o exemplo *consignando alguns meios para realisação* de tão útil Estabelecimento.⁵⁴⁵

O presidente se baseava, aqui, no “item n.º 8 do Decreto que serviu de base para a Bula de fundação da Diocese, [que] afirma *explicitamente que é atribuição do Governo Imperial prover o Bispado com um Seminário*, tal como prescreve o Concílio Tridentino”.⁵⁴⁶ A partir de então, enquanto aceitava as esmolas dos fiéis para a criação dessa escola, Feliciano insistiria, ano após ano, com o governo solicitando verbas para sua realização.

No relatório de 1854, um ano após a posse de Feliciano, o presidente Sinimbu novamente se dirigia à Assembleia solicitando auxílio pecuniário, além de propor uma solução mais econômica para a criação do Seminário, sugerindo também a localização do edifício:

Desprezai, Senhores, algumas obras, ainda quando sejam necessidades do presente; restringi vossa liberalidade para com as cazas de prazeres, ou com sumptuosos asylos – para a indigencia imprevidente; mas não desprezeis a educação, e sobretudo a educação religiosa, porque ella é a semente do futuro, e o futuro pertence á aquelles que nos são mais caros.

Peço-vos por tanto, que auxiliéis os piedosos exforços do nosso venerando Prelado. Como á questão de theoría deve logo succeder a questão de facto, não duvidarei manifestar-vos a opinião que tenho

⁵⁴⁵ CRL/BGD, **Relatorio do Presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1853.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1853, p. 8-9. Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul Acesso em 10/09/2013. Grifos meus.

⁵⁴⁶ HASTENTEUFEL, 1987, p. 275. Grifos meus.

sobre esta materia, embora não tenha a fortuna de merecer o vosso assenso.

Fundamentos se achão lançados para dous grandes edificios de educação nesta nossa Cidade, para cada um dos quaes Concorreo S. M. O Imperador; em um Lançando a primeira pedra, o Lyceo⁵⁴⁷; em outro, Dando valiosa offerta, o Collegio de Santa Thereza⁵⁴⁸. Ambos estes edificios estão parados em sua construcção por falta de meios; o primeiro apenas em alicerces, o segundo, todo em alicerces, e já com uma das azas coberta até o pavimento superior. É innegavel que o Collegio de Santa Thereza, com o qual se tem despendido 122:740U305, não póde ser concluido com o producto dos donativos que falta arrecadar, na importancia de 75:703U373; alguns subscriptores são já fallecidos, outros mudárão de fortuna, e todos difficilmente poderão completar as promessas que fiserão; e é tambem innegavel que ainda quando fosse elle concluido, faltão-lhe fundos proprios para manutenção e educação das orfãs a que é destinado, despeza avultada e que não poderá correr por conta dos cofres Provinciaes já tão sobrecarregados de obras pias.

Não será talvez inoportuno que nesta situação a Assembleia se dirija por intermedio do Governo implorando de Suas Magestades Imperiaes, como Principaes Padroeiros, a Graça de *Darem nova destinação no referido Collegio, ou para ser convertido em Seminario Episcopal, se o lugar fôr julgado apropriado, ou para qualquer outro estabelecimento de que careça o Estado, applicado seo valor para a edificação do mesmo Seminario*. Nesse caso, ou mesmo quando a idéa indicada não possa por qualquer motivo ser convertida em facto, o *Seminario projectado poderá tambem ser construido na rua do Arvoredo, lado opposto ao novo edificio do Lyceo, de modo que este estabelecimento seja commum ao Seminario, ficando com duas entradas distinctas, uma pela rua da Igreja para os alumnos externos que o frequentarem, e outra pelo páteo para os alumnos internos do Seminario*.⁵⁴⁹

Esta proposta, porém, não foi levada adiante, talvez por intervenção do próprio bispo. Apesar de seu ardente desejo em ver iniciadas as obras de seu Seminário, Feliciano não ousaria desobedecer ao decreto *Cum adulescentium aetas*, de 1553, que determinou as exigências tridentinas para a instalação de Seminários. Dentre estas, uma das mais importantes pregava a localização do edificio junto à Catedral, para que possa haver intima relação do bispo com os internos seminaristas, de modo que o controle seja total.⁵⁵⁰

⁵⁴⁷ Localizado na atual rua Duque de Caxias esquina rua Marechal Floriano, conforme pode ser visto na planta de Porto Alegre em 1869. OLIVEIRA, 1993, entre as páginas 134 e 135.

⁵⁴⁸ Localizado na região sul de Porto Alegre, no Morro Santa Tereza, batizado em homenagem ao colégio. Atual terreno da FASE.

⁵⁴⁹ CRL/BGD, **Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854**. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1854, p. 10-11. Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul Acesso em 10/09/2013. Grifos meus.

⁵⁵⁰ HASTENTEUFEL, 1987, p. 272-273.

Em 26 de dezembro de 1854, Lopo Gonçalves Bastos, grande comerciante e membro da elite portoalegrense, com um “currículo” de diversas obras pias,⁵⁵¹ assume o cargo de tesoureiro das (futuras) obras do Seminário, conforme documentação encontrada no arquivo da Cúria.⁵⁵² O Estado estava em dívida desde a década anterior, e Feliciano passaria também a solicitar contribuições dos fiéis em uma tentativa de ver a Caixa Pia mais cheia.⁵⁵³ Em janeiro de 1855, Feliciano resolve não esperar mais e funda um Seminário provisório em sua residência (cujo aluguel era subsidiado pelo governo, em mais uma mostra do apoio da presidência ao bispo), o “Palácio Episcopal da Lapa”, localizado algumas quadras da Catedral. Desse modo, não estava tão de acordo com as decisões de Trento, mas possibilitava ao bispo um controle direto sobre os estudantes.⁵⁵⁴

Porém, em 30 de junho, o presidente Sinimbu relatava ao seu vice, para quem passou o governo, que:

Foi entregue á disposição do Exmo. Sr. Bispo desta Diocese a quantia de 7 contos de reis, consignada no §82 do orçamento vigente para auxilio da edificação do Seminario Episcopal, cuja planta⁵⁵⁵ ordenou esta Presidencia ao Capitão de Engenheiros Luiz Manoel Martins da Silva que levantasse, segundo as condições que lhe devem ser ministradas por S. Ex. Reverendissima, quanto ao numero dos educandos, salas de ensino, e outras accomodações proprias destes Estabelecimentos. Para auxilio do ensino, que no Palacio de sua residencia foi já estabelecido pelo mesmo Exm. Prelado para instrucção dos jovens, que se destinão ao Sacerdócio, foi igualmente posta á sua disposição a quantia de 800\$000 rs. consignada no §83.⁵⁵⁶

⁵⁵¹ Português nascido em Braga em 1800, já estava em Porto Alegre em 1828, quando manteve sociedade com seu sogro no comércio de fazendas e de secos e molhados. Foi vereador entre 1833-1837 e 1845-1849; fundador do Banco da Província do Rio Grande do Sul, e da Praça do Comércio de Porto Alegre. Além de tesoureiro do Seminário, foi Provedor da Misericórdia (1851), tesoureiro do Asilo Santa Leopoldina (1858), e Prior Jubilado da Ordem Terceira das Dores. Foi eleito para os cargos de Juiz de Paz, Juiz Municipal de Orfãos, e membro da Junta para Execução do Código do Processo Criminal. SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira. Grupos domésticos, comportamento de consumo e louças: o caso do Solar Lopo Gonçalves. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, 1997, p. 87.

⁵⁵² AHCMPA I-4B.2.2.1/1, Conta corrente das obras do Seminário Episcopal.

⁵⁵³ Padre Hastenteufel, citando um retrospecto financeiro da Província demonstra como a Receita anual de 1850 estava em 435:280\$000, e a Despesa em 612:137\$000. A dívida perdurou em 1855, quando a Receita de 713:851\$000 confrontou uma Despesa de 736:062\$000. Nesse cenário, o auxílio para a construção de um edifício religioso, por mais importante que fosse, estava longe das preocupações dos cofres públicos. HESTENTEUFEL, 1987, p. 277.

⁵⁵⁴ O palácio estava inicialmente situado na rua da Igreja, atual Duque de Caxias, esquina com a rua do Rosário, atual Vigário José Inácio. **História do Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição de Viamão**. Disponível em: <http://www.arquidiocesepoa.org.br/paf.asp?catego=63&exibir=5218>. Acesso em 28 jan. 2016.

⁵⁵⁵ Apesar da planta do Seminário ser citada algumas vezes na documentação pesquisada, não foi encontrada cópia nem nos arquivos eclesiásticos nem nos arquivos do governo.

⁵⁵⁶ CRL/BGD, **Relatorio com que o Dr. João Lins Vieira Cansação de Sinimbu entregou a Presidencia da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Vice-Presidente Dr. Luis Alves Leite de Oliveira**

O apoio governamental ao sonho do bispo continuaria com a presidência de Luis Alves de Oliveira Bello, que na abertura da Assembleia de 1855, solicitava:

Para prover à primeira destas necessidades [da Igreja rio-grandense], é indispensável a realização do primeiro empenho manifestado pelo digno Prelado, ao receber o báculo de São Pedro, de fundar nesta cidade um Seminário Episcopal, onde receba a mocidade, que se destinar ao Sacerdócio, uma educação especial, e a ilustração e exemplos de virtude necessária à regeneração do nosso clero. Infelizmente muito escassos são ainda os meios até hoje coligidos para a construção do edifício; e, *se a Assembleia Provincial não auxiliar com mais largueza os piedosos esforços do venerando Prelado, não se fundarão tão cedo esse estabelecimento tão útil à religião e à moral.*⁵⁵⁷

Talvez com a intenção de incentivar um maior orçamento oriundo da Assembléia, em 26 de setembro de 1855 o bispo escreve à presidência críticas ao clero existente na Província no momento, formato sobretudo por muitos estrangeiros “e que se tem reconhecido que não é o serviço de Deus e da Religião que os traz ao nosso país, mas sim o desejo de se locupletarem, ainda mesmo por meios ilícitos para regressarem a sua pátria e irem desfrutar ali os bens injustamente adquiridos”.⁵⁵⁸ Possíveis exageros à parte, Feliciano se dirigia ao governo de uma Província em crise, pedindo que lhe auxiliassem na formação de um clero nacional, que seria mais barato a longo prazo. Segue o bispo:

Logo que tomei posse do Bispado tive a distinta honra de dirigir a Sua Majestade, o Imperador, uma representação neste sentido, manifestando nela a minha dor pela falta de meios para levar a efeito esta obra, e suplicando por isso apenas algum auxílio, mas infelizmente nenhuma solução tem havido a respeito, e somente o Exmo. Sr. Ministro da Justiça⁵⁵⁹, por haver eu dito em minha representação que, para não ser totalmente pesado aos cofres públicos, pretendia recorrer às esmolas dos meus diocesanos, me enviou a dizer que lhe participasse sobre o produto das esmolas. Com efeito, percorri todas as Paróquias da Província, pedindo a algumas pessoas de mais representação nelas o encargo deste peditório, e o resultado apenas tem sido até o presente de 7 contos que, com os outros 7 contos que a Assembleia Legislativa Provincial nos consignou na Lei do Orçamento do ano passado, monta-se a quantia que existe para a obra do Seminário de 14 contos de réis. Mas, o que fazer-se com esta quantia? Pequena certamente para a obra projetada, ainda que não muito grande.⁵⁶⁰

Bello no dia 30 de Junho de 1855. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1855, p. 25. Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul Acesso em 10/09/2013.

⁵⁵⁷ Relatório de 18 de agosto de 1855, conforme citado por HASTENTEUFEL, 1987, p. 279. Grifos meus.

⁵⁵⁸ Conforme citado por HASTENTEUFEL, 1987, p. 267.

⁵⁵⁹ Ministro e Secretário dos Negócios da Justiça e Eclesiásticos.

⁵⁶⁰ Conforme citado por HASTENTEUFEL, 1987, p. 275-276.

Disposto a fazer render os 14 contos que tinha em mãos, que deveriam ser utilizados na compra de terreno e nas obras do edifício, Feliciano faz uma proposta ousada ao Presidente:

ocorreu-me pedir ao Governo Central a cessão do terreno nacional, que fica no fundo do Palácio do Ex. Sr. Presidente, e finaliza na Rua do Arvoredo, pois poupando pelo lado da compra poderia com essa mesma quantia tentar o começo da obra, que ainda quando não pudesse ser levado ao seu fim, poder-se-hia ao menos fazer hum dormitório, e algumas salas para aulas; e ir-se-ia depois continuando o edifício à proporção que fossem aparecendo ainda alguns auxílios, para esse fim. [...].

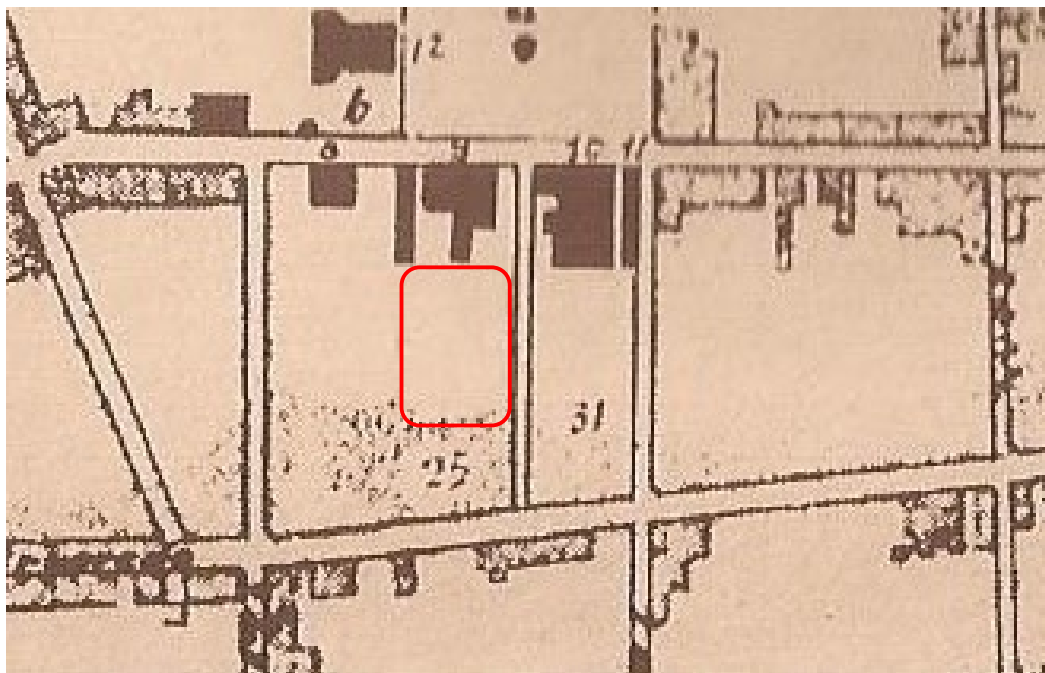
A cerca do terreno mencionado, já eu havia representado ao Ex. Antecedente de V. Ex. pedindo-lhe uma intervenção para com o Governo, e elle m'ahavia promettido; mas nada pôde concluir a respeito, seguindo-se a sua mudança. Eis aqui, Ex. Sr. o que tem havio sobre a edificação do Seminario.⁵⁶¹

A proposta, se aceita, resolveria grande parte dos problemas do bispo. O terreno solicitado encontrava-se vago, e era localizado praticamente ao lado da Igreja Matriz. Afora que, caso o governo aceitasse a proposta, os 14 contos de réis seriam destinados exclusivamente à construção do Seminário.

Figura 9 – Detalhe da "Planta da cidade de Porto Alegre, Capital da Prov. de São Pedro do Rio Grande do Sul", de Antônio Eleuthério de Camargo, 1868. O n° 9

⁵⁶¹ Correspondência de 26 de setembro de 1855 ao Presidente da Província. AHRS, Fundo Documental Assuntos Religiosos, Caixa AR5, Maço 10. Grifos meus.

representa o Palácio do Governo; o 10 representa a Igreja Matriz; e o 11, a Capela do Espírito Santo. O espaço circulado em vermelho era o pretendido pelo bispo.



Fonte: OLIVEIRA, 1993, entre as páginas 134 e 135.

Entretanto, o despacho escrito pelo presidente Barão de Muritiba no próprio documento já mostra a posição pouco favorável do governo provincial ante a proposta:

Leve-se ao conhecimento do Governo Imperial do que pede o Exmo. Sr. Diocesano e diga-se acerca do terreno para o Seminário que não julgo conveniente no terreno adjacente ao Palácio porque a serventia deste ficaria [provável continuação sugerida por Hastenteufel, pois ilegível no original: assim comprometida e o nosso Palácio não poderia mais ser ampliado].⁵⁶²

O pedido deve ter sido negado, pois no relatório à Assembleia em abril de 1856, o Presidente informava ainda serem grandes os desafios do senhor bispo, “porque tenues são os meios pecuniários de que dispõe para a obra, cujo maior obstaculo é a falta do terreno onde seja feita”.⁵⁶³ Em agosto, Feliciano novamente pedia auxílio para a presidência, requisitando verbas.⁵⁶⁴ O bispo já ia perdendo as esperanças de ver o edifício

⁵⁶² Conforme citado por HASTENTEUFEL, 1987, p. 291.

⁵⁶³ CRL/BGD, **Relatório com que o Conselheiro Barão de Muritiba entregou a Presidencia da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm. Sr. Presidente e Comandante das Armas, Conselheiro e General Jeronymo Francisco Coelho no dia 28 de Abril de 1856**. Porto Alegre: Typographia do Mercantil á Rua da Praia nº 393, 1856, p. 50. Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul Acesso em 10/09/2013.

⁵⁶⁴ “[...]vendo sem alguns meios de poder edificar huma casa propicia para esse fim, julgamos ser hum dever nosso participar a S. M. o Imperador a necessidade de acodir a essa falta; e igualmente rogar ao Mesmo Augustissimo Senhor, não somente a necessaria concessão; como tambem algum auxilio, visto não

iniciado, escrevendo em setembro daquele ano que já “estamos capacitados para compreender que não será mais dado ao Prelado Riograndense o gosto de em sua vida ver estabelecida essa casa de suma educação religiosa e científica em que se instruem os candidatos ao sacerdócio”.⁵⁶⁵ Ao abrir a Assembleia em dezembro daquele ano, o Presidente da Província mais uma vez solicitava fundos aos legisladores, ressaltando as necessidades religiosas básicas da Província:

Há falta de muitos templos, de paramentos e alfaias, de numero sufficiente de parochos, de um Seminario, que prepare individuos para o sacerdocio, e até o Prelado não tem um palacio para a sua residencia, e por isso o vemos reduzido a uma acanhada caza de aluguel, e ahí mesmo de boa vontade, mas seguramente á custa de sacrificios, mantém elle como pensionistas internos alguns seminaristas.

[...]O digno Prelado fazendo sentir a inconveniencia do emprego de sacerdotes estrangeiros, que, salvo algumas poucas excepções, não tem provado bem, acrescenta que muitas vezes se vê inhibido de os corrigir com severidade, impondo-lhes a pena de suspensão, porque não teria que os substituísse.

D’aqui se deduz que entre as necessidades as mais urgentes, é dellas a principal fundar um estabelecimento de educação, doutrina e disciplina ecclesiastica, no qual se habilitem os nossos jovens compatriotas, que mostrarem ter vocação para o sagrado ministerio e serviço do culto.

Esse estabelecimento deve ser um Seminario, que sómente se poderá fundar com o auxilio conjuncto dos governos geral e provincial, e a vantagem desse estabelecimento será tanto e especialmente á bem do ensino ecclesiástico como do poderoso auxilio á instrucção seccundaria em geral. Tendo sido votada a quantia de 2:000\$ rs. no §47 da lei do orçamento vigente para auxilio da educação e ensino dos seminaristas, mandou o meu antecessor fazer immediatamente entrega dessa quantia.⁵⁶⁶

O Seminário Provisório ao menos, ia rendendo frutos. Respondendo a uma solicitação da Câmara de Alegrete em setembro de 1857, Feliciano informa não ser

termos meios para a construção desse edificio; entretanto que passamos a recorrer aos nossos diocesanos, pedindo-lhes algumas esmolas para ajuda da edificação do Seminario, por julgar nelles hum dever, e mesmo para que fosse esta menos pesada ao Estado, quando por ventura, sendo ella aprovada, fosse ao mesmo Estado necessario concorrer com algum socorro para ella. Forão porem malogradas nossas esperanças por que nossas supplicas a S. M. o Imperador não tiverão o exito que esperavamos, assim como as esmolas a que recorremos a pouco montavão, pois nem para a compra do terreno chegão; e se achão em deposito para serem empregadas na mesma obra; *quando nós ou os nossos successores tenhamos a faccildade de que possa ella ser levada a effeito.*” AHRS, Fundo Documental Assuntos Religiosos, Caixa AR5, Maço 10, Correspondência do Bispo, 1856, Correspondência de 28 ago. 1856. Grifos meus.

⁵⁶⁵ Conforme consta em HASTENTEUFEL, 1987, p. 293.

⁵⁶⁶ CRL/BGD, **Relatório do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Jeronymo Francisco Coelho, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1856, p. 78-79. Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul Acesso em 10/09/2013.

possível enviar um coadjutor para aquela paróquia uma vez que dos três ordenados na primeira turma, todos já haviam sido colados a outras freguesias.⁵⁶⁷ Mas o Seminário real estava tão perto de sair do papel quanto no início do governo do Prelado. Em seu relatório para 1857, Feliciano diria:

Quanto a um [Seminário] cuja edificação temos projetado *sem que tenhamos esperança alguma de ser realizada*; porque havendo nós recorrido a esmolas dos fiéis do Bispado, estas apenas não chegaram a uma quantia, com a qual poderá *somente fazer-se a compra do terreno necessário* para essa edificação, vindo porém a por ela a falta de meios para esta, que somente poderão haver se o Governo Central, se a Assembleia Geral ou a nossa Provincial se dignasse a atender à necessidade desses meios, auxiliando sua construção com alguma prestação ainda que fosse anual.⁵⁶⁸

O Prelado ainda não possuía terreno para a edificação de seu Seminário, e embora a Assembleia Provincial havia dado contribuições em alguns anos, o valor total estava longe de ser suficiente para terreno e construção. Não sei informar onde Feliciano pensava em construir seu edifício neste momento, para já ter noção do valor do terreno, mas é certo que não seria em nenhum dos lugares já propostos na documentação anterior. O governo provincial estava mais do que ciente dos problemas do bispo, pois relatório após relatório à Assembleia, voltava a requisitar apoio para a construção da obra.⁵⁶⁹

⁵⁶⁷ HASTENTEUFEL, 1987, p. 289.

⁵⁶⁸ Relatório do bispo de 21 de julho de 1857, conforme consta em HASTENTEUFEL, 1987, p. 293. Grifos meus.

⁵⁶⁹ No relatório em fins de 1857, o vice-presidente da Província diria: “todavia é limitado o numero dos [estudantes] que se dedicão aos estudos necessarios para receber Ordens, por falta de estabelecimento proprio, montado regularmente, onde se possam admittir grande numero de siminaristas, e educal-os convenientemente, e esse estabelecimento está dependendo do respectivo edificio, que ainda não foi possivel, nem ao menos começal-o, por não serem sufficientes os meios que para essa obra existem disponiveis.

O Exm. Sr. Bispo Diocesano no Relatorio que enviou á Presidencia, reconhece que o clero existente na Provincia não é sufficiente, para o parochiato, e diz que algumas Igrejas existem vagas, e não é possível provê-las, em quanto não tivermos um Seminario com as proporções necessarias para serem nelle admittidos grande numero de alumnos, e que este tenha meios sufficientes para manter-se, e conservar-se, pois que aquelle que existe em sua residencia, além de sua pequenez, tem a difficuldade da falta de meios, tendo já sido necessario para conservar-se, recorrer á Caixa Pia do Bispado, além dos sacrificios pecuniarios que tem feito S. Ex. Rvm., o que demonstra evidentemente a necessidade de providencias a semelhante respeito.

Sobre a edificação do Seminario projectado, diz S. Ex. Rvm., *que nenhuma esperança tem de que se realise*, se o Governo ou a Assembleia não attender a essa urgente necessidade, auxiliando-a com uma consignação annual, visto que as esmolas dos fieis, já arrecadadas, apenas poderão chegar para a compra do terreno.

Em 21 de Março do corrente anno, se officiou á Contadoria Provincial, mandando pôr á disposição de S. Ex. Rvm. a quantia de 3:000\$000, consignada no §50 da Secção 18ª da Lei do orçamento vigente, como auxilio para o ensino do Seminario Episcopal”. CRL/BGD, **Relatorio do vice-presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o commendador Patricio Correa da Camara, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 11 de outubro de 1857**. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1857, p.

No entanto, as intuições de Dom Feliciano estavam corretas. Durante uma viagem à freguesia de Encruzilhada, adoeceu gravemente, chegando a lhe serem ministrados os últimos sacramentos. Recuperado, porém, retornou à Porto Alegre no começo de maio, tornando a cair de cama. No dia 26 de maio, rascunhou o seguinte officio ao Ministro dos Negócios Eclesiásticos:

Agora porem, Illmo. Exmo. Sr., que é de esperar que em virtude da quantia de 10.000\$000 rs., que se sabe haver sido consignado pela Camara Quatriennial em sua Lei do Orçamento, haja a Assembleia Provincial de suspender a continuação desse seu auxilio para a conservação das aulas estabelecidas no Seminario Provisorio, não posso deixar de rogar encarecidamente a V. Exa., que se digne não somente permittir a continuação dos actuaes Professores em seus exercicios, como tambem marcar-lhes ordenado que seja sufficiente á sua manutenção attenta a carestia hoje neste lugar, e por isto é extraordinaria a despesa com alugueis de casas e generos de 1.^a necessidade; e *igualmente fazer com que esses seus ordenados sejam pagos pelos cofres desta Capital.*

[...] Concluirei pois de enfadar a V. Ex., communicando a V. Ex., que *logo que mo ache reestabelecido dos incommodos que estou soffrendo com minha saude,* pretendo tratar da edificação do projectado Seminario, e *em terreno proximo á Igreja Cathedral, visto que pertence á Fabrica da mesma Igreja, e não me é necessario despender para a posse delle;* com tudo ainda que tenha essa circumstancia á meu favor para a edificação do Seminario, não deixa de ser-me necessaria a valiosa cooperação de V. Ex. em quem espera a necessaria protecção assim como espero que o Exmo. Sr. Presidente desta Provincia não deixará de auxiliar-me com o que estiver ao seu alcance para com V. Ex. a quem tão justamente estão affectos os Negocios Ecclesiasticos, e por consequencia os objectos que dizem respeito a Nossa Santa Religião.⁵⁷⁰

Morreria na manhã seguinte. Apesar desse fato, diversos pontos são destacáveis nesta carta.⁵⁷¹ Em primeiro, o surpreendente otimismo do bispo que, mesmo no estado de doença em que se encontrava, demonstra-se confiante em seu Seminário Provisório, propondo a criação de novas disciplinas. Destaco também a quantia de 10 contos de reis doados pela Câmara Quadriennial, maior valor já cedido ao bispo até o momento. Mas mais

10-11, 14. Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul Acesso em 11/09/2013. Grifos meus.

⁵⁷⁰ Essa carta seria remetida, pelo secretário do bispo, primeiro ao Presidente da Província, em 6 de junho, e depois, finalmente, ao seu destinatário original, em 14 de junho. AHRs, Fundo Documental Assuntos Religiosos, Caixa AR5, Maço 11, Seminario Episcopal, Cópia do rascunho para um officio, que o finado Prelado desta Diocese, destinava mandar ao Illmo. Exmo. Ministro da Justiça pelo Banquete do fim de Maio passado, 1858; HASTENTEUFEL, 1987, p. 295. Grifos meus.

⁵⁷¹ Disponível na íntegra nos anexos deste trabalho.

importante é sem dúvida o dado apresentado no último parágrafo da carta: a escolha definitiva do local para o Seminário.

E não seria um lugar qualquer. Este terreno “próximo à Catedral” e “pertencente à Fábrica da mesma igreja” era nada menos que o espaço no qual, até oito anos antes, havia funcionado o cemitério da Matriz. Perceba-se que o bispo não se refere ao cemitério em nenhum momento, apesar de não haver quaisquer dúvidas de que o mesmo tinha conhecimento do uso anterior do espaço. Trago esta discussão para mostrar que, apesar do terreno pertencer à igreja, não sendo necessário despende qualquer quantia com ele, Feliciano só voltou seus olhos para aquele local após ficar cinco anos procurando por onde construir seu Seminário. Logo, apesar de gratuito, e de ser anexo à Matriz, não foi a primeira opção. Isto será importante no decorrer da discussão que pretendo apresentar neste capítulo.

Mas voltando ao falecido bispo. Em Encruzilhada, quando caiu doente, redigiu seu testamento no dia 4 de março, solicitando que seu corpo “será dado à sepultura sem pompa alguma, (*súplica que encarecidamente faço a meu testamenteiro e quando não esteja presente, àqueles amigos que por caridade queiram dirigir meus restos à sepultura*) e será sepultado à entrada da parte de dentro do cemitério e coberto com uma laje de pedra”.⁵⁷² No entanto, em 29 de maio, já tendo sido o bispo embalsamado (na primeira vez que esta operação era realizada na cidade) e exposto na câmara ardente da Capela do Palácio Episcopal, o “Secretario do Bispado, Vigario da Vara e Igrejas e mais Clerigos deste mesmo Bispado”⁵⁷³ escrevem ao Presidente da Província solicitando que, diferentemente do exposto pelo próprio Feliciano em seu testamento, de acordo com as disposições legais sobre honras aos cargos eclesiásticos, o bispo não poderia ser sepultado no cemitério, pois:

Este pedido não sendo senão mais uma prova de sua humildade deve somente ser assim apreciado, mas não executado rigorosamente porque se oppoem ao dever, e aos estillos ordenados pela Igreja, a tempos observados na Igreja Brasileira.

⁵⁷² NEIS, Monsenhor Ruben. As sepulturas dos Bispos de Porto Alegre. **Separata do Guia da Arquidiocese de Porto Alegre**, 1986-1987, p. 4. Grifos meus.

⁵⁷³ P. Francisco das Chagas Martins Avila e Souza; Vigário José Ignacio de Carvalho e Freitas; Coadjuntor Luis Manoel Gls. de Brito; Coadjuntor Bernardo Barb.a de Andr. P.to Brandão; Vig. de S. Fran.co de Paula Fran.co de S. Isabel Athaide; Vig. Ant. João de Carvalho; Vig. Felipe Isnardi; Vig. Candido Cypriano da Rocha; Vig. Joze Soares do Patrocinio Mendonça; Vig. Joze de S. Luis Bittencourt; P. Vizente Zeferino Dias Lopes.

Permitta V. Exa. que se reproduzão aqui as valiosas palavras do Respeitabilissimo Metropolita:

“Os Bispos gozão por toda parte da prerrogativa de serem sepultados no Santuario ou Presbiterio das respectivas Cathedraes, juncto ou mesmo debaixo do Altar, por que é justo, dizia Santa Ambrozia no 4º Século, que elles ahi repousem onde costumavão offerecer o Sacrificio.”

Se assim é, se assim se tem sempre observado, os abaixo assignados respeitosaemente reclamão este prerrogativo ao seu Venerando Prelado [...] [para que ele] seja depositado na Cathedral de que foi fundador.

[...] permittindo mais V. Ex. lembrar aqui que a Lei geral que prohibe os enterramentos dos corpos dentro das igrejas, faz excepção dos Bispos e d’outras personagens de elevadas cathegorias, e deste deposito de que se trata não pode resultar inconveniente algum á salubridade publica por que os Restos Mortaes despídos das visceras estão resguardados com os meios que a Medicina cuidadosamente empregou.⁵⁷⁴

Assim, no dia 30 de maio, às 9 horas da manhã, iniciou-se o funeral, com a presença de irmandades, oficiais das diversas armas, autoridades civis e eclesiásticas, titulares do Império, e o restante da população da cidade. Era a primeira vez que um bispo morria e seria sepultado em Porto Alegre:

Depois dos officios solenes e da oração fúnebre [pronunciada pelo Arcediago Vicente Zeferino Dias Lopes] foi o corpo depositado na própria igreja cathedral *debaixo do arco da Capela-Mor ao lado do Evangelho, na carneira n.º 30*⁵⁷⁵, *convenientemente preparada; e seu coração, que foi extraído para a operação do embalsamamento, metido em um vidro cheio de uma preparação química, e fechando-se em uma pequena caixa de folha, foi soterrado na carneira imediata n.º 29.*⁵⁷⁶

Morto o bispo, enquanto outro não era nomeado pela Santa Fé, o governo provincial tratava de fazer a manutenção do Seminário, a partir de então denominado de

⁵⁷⁴ AHRS, Fundo Documental Assuntos Religiosos, Caixa AR5, Maço 11, Correspondência do clero ao Presidente da Província em 29 de maio de 1858.

⁵⁷⁵ Aqui, acredito, que o padre Neis se refira ao que eu chamei neste trabalho de “sepultura de fábrica”, pois as diversas fontes e bibliografia secundária consultadas para o capítulo sobre a dinâmica cemiterial, informavam que as carneiras ou catacumbas seriam localizadas na parte de fora do edificio religioso. Outro documento, porém, do Provedor da Madre de Deus ao Presidente da Província, solicitava verba para reforma interna na igreja, para “a refação de todo o assoalho do corpo da Igreja, que destinado em principio a cobrir uma *sucessão de catacumbas* não apresenta um plano igual e commodo e se acha alquebrado nas numerosas junturas que para aquelle fim lhe derão”. Apesar disso, acredito ainda que as catacumbas mandadas fazer pelas irmandades a partir de 1809, e inauguradas em 1814, seriam do lado externo do templo, sendo essas mencionadas na documentação da segunda metade do século, sepulturas internas revestidas de alvenaria. AHRS, Fundo Documental Assuntos Religiosos, Caixa AR7, Maço 15, Carta de 21 de setembro de 1863.

⁵⁷⁶ Seus restos mortais foram exumados algumas vezes, a primeira em 1889, a segunda em 1920, e a terceira em 1986. NEIS, 1986-1987, p. 5. Grifos meus.

São Feliciano. Na fala à Assembleia Provincial em novembro de 1858, o presidente Angelo Muniz Ferraz disse:

Não ignoraes, Srs., que o seminario de S. Feliciano,⁵⁷⁷ por esta causa funcionava na propria casa da residencia do finado bispo, e que este á sua custa, e com o pequeno auxilio que dos cofres provinciaes recebia lhe dêo vida e o sustentava. Nesta conjuntura recorri ao Governo Imperial em data de 2 de junho do corrente anno, mostrando a conveniencia de *continuar o aluguer da casa* em que residia o finado prelado, afim de nella proseguir nas suas funcções o referido seminario, e fui autorizado por aviso de 17 do mesmo mez á conserval-o naquella casa, e á mandar pagar o respectivo aluguer.

[...] *Não se dêo ainda começo á construcção do edificio* para este seminario. Existe em deposito para este fim a quantia de 24:216\$520, producto da subscrição que se promoveo, e do auxilio que esta assembleia decretou para suas obras. Além disto na lei do orçamento geral em vigor se acha consignada a quantia de 10:000\$000 rs.⁵⁷⁸

E o Seminário foi mantido aberto, como mostra a fala do conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão à mesma Assembleia, no ano seguinte, informando que “dezesseis alumnos internos e vinte e cinco externos recebem ali instrucção”.⁵⁷⁹

Enfim, em 23 de março de 1860, um novo bispo era nomeado por Decreto Imperial: Sebastião Dias Laranjeira, baiano de nascença, ordenado pelo papa Pio IX no dia 7 de outubro daquele ano. No relatório em que informava a Assembleia da novidade, o Presidente da Província traria, também, novas informações no assunto Seminário:

O Seminario de S. Feliciano, na falta de edificio proprio, continua a funcionar no Palacio Episcopal, posto que ainda não tenha estatutos regularmente organizados. *A construcção do edificio proprio tem sido retardada por depender da escolha do local mais conveniente. O que se achava destinado para esse fim me pareceo que não offerencia as necessarias proporções, e é o terreno que fica por detrás do antigo cemiterio. Não sô está situado na encosta do morro, como exige grandes construcções de alvenaria, e de aterros, que elevará sua despesa a avultadas sommas, e virá a acontecer o que tem acontecido á muitas obras nesta Provincia, que consumindo grandes quantias em alicerces ali ficão paradas.* Para esta importante obra existe depositada

⁵⁷⁷ Após a morte do bispo o seu seminário seria chamado de “São Feliciano” por alguns dos membros do clero. Esse nome, informal, nunca chegou a ser oficializado. Após a inauguração do prédio definitivo por Sebastião, o colégio receberia o mesmo nome que a padroeira da freguesia.

⁵⁷⁸ CRL/BGD, **Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1.a sessão da 8.a legislatura**. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1858, p. 78-79. Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul Acesso em 11/09/2013. Grifos meus.

⁵⁷⁹ CRL/BGD, **Relatorio apresentado a Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 2.a sessão da 8.a legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão**. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1859, p. 28-29. Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul Acesso a 11/09/2013.

no Banco desta Província a quantia de 25:848\$340 reis, que é o producto da subscrição feita para esse fim. Logo que recebi o Aviso do Ministerio da Justiça, recommendando-me que fizesse proceder ao orçamento dessa obra, afim de se dar começo á sua edificação com o dinheiro recolhido ao Banco, e sob as vistas do Vigario Capitular, exigi o plano que havia sido dado para ella, e reconhecendo que os estudos não estavam ainda completos, e que *mais lucraria a Província e o Bispado* se em lugar fazer o Seminario no local que acima fallei, *fosse aproveitada a obra, que esta destinada para o Lyceo*, resolvi aguardar a vossa reunião para propôr-vos que seja concluida para o Seminario, admittindo na planta as modificações necessarias [...].⁵⁸⁰

Retomando a sugestão dada por seu antecessor, seis anos antes, o Presidente da Província tenta, novamente, alterar o lugar planejado por Feliciano para o Seminário, deslocando-o para a rua da Igreja. Observando-se as plantas de Porto Alegre de 1844 e 1868, apresentadas nos capítulos anteriores, percebe-se que o cemitério não se estendia dos fundos da igreja até a rua do Arvoredo, atual Fernando Machado, por conta de um grande declive existente no local. A se crer pela fala presidencial, Feliciano teria planejado construir o Seminário com entrada pela rua do Arvoredo e, neste caso, a construção realmente ficaria “na encosta do morro”. A proposta seria, então, manter o local do antigo cemitério – enfim denominado como tal – intacto, e instalar-se o Seminário no mesmo edifício que o Liceu Dom Afonso, aproveitando-se também as aulas ali ministradas. A Assembléia aguardaria a chegada do novo bispo, para opinar sobre a questão.

Dom Sebastião chegaria em Porto Alegre no dia 19 de julho de 1861, tomando posse na catedral no dia 28 seguinte,⁵⁸¹ e não resolveria de pronto o problema da localização do Seminário. Em relatório de 1862, o presidente desembargador Pereira Rocha informa que:

Ainda não se deu principio ao edificio para o Seminario, que continua em predio particular, existindo para essa obra apenas a quantia de vinte oito contos de réis, producto da subscrição promovida pelo falecido Bispo.

⁵⁸⁰ CRL/BGD, **Relatorio apresentado á Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 1.a sessão da 9.a legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão**. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1860, p. 18-19. Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul Acesso a 11/09/2013. Grifos meus.

⁵⁸¹ CRL/BGD, **Relatorio com que o conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão entregou a presidencia da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao exm. sr. vice-presidente, commendador Patricio Correa da Camara**. Porto Alegre, Typ. do Jornal A Ordem, 1861, p. 12. Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul Acesso a 11/09/2013.

A principal dificuldade para se levar a efeito a edificação do Seminário está na *falta de terreno, cuja compra absorveria talvez a referida quantia.*

Pende de decisão vossa o pedido que o Exm. Prelado fez o anno passado do *terreno que foi do finado Commendador Israel Soares de Paiva*⁵⁸², e hoje é proprio provincial.

Se elle fosse cedido para a dita edificação, teria a Provincia direito quasi perfeito para tambem lhe ser cedido o proprio nacional de que acima fallei.⁵⁸³

Deveria haver necessidade de desocupação do prédio à rua da Igreja, onde seguia morando o bispo e funcionava o Seminário São Feliciano, pois no relatório do ano seguinte, informava o presidente:

*Não estando ainda escolhido o local em que devem ser lançados os fundamentos para a construção do edificio para o Seminario Episcopal, que até dezembro do anno passado funcionava na casa á rua da Igreja, de propriedade de D. Francisca Urbana Fontoura Barreto, o Exm. Prelado, de accordo com o meu antecessor, contratou a chacara do cirurgião Antonio José de Moraes, sita na varzea desta cidade, para onde foi transferido este estabelecimento no dia 1.º de Janeiro, depois de feitas á custa do proprietario as accomodações que erão indispensaveis, entre as quaes sobresahe um espaçoso dormitorio com proporções para admittir commodamente 40 alumnos.*⁵⁸⁴

Quase dois anos se passariam sem que a documentação apresentasse maiores novidades quanto as obras do Seminário. Em algum momento entre o relatório citado acima, e 29 de agosto de 1865, Sebastião, “vendo a inaptidão de edificios improvisados para servirem de Seminário”, se resolve pelo local destinado por seu antecessor e inicia movimentações para iniciar de pronto a ereção do “ciclópico Seminário”.⁵⁸⁵ Em 29 de agosto oficia ao Ministro dos Negócios Eclesiásticos avisando que já possui 40:000\$000 dos 100:000\$000 estimados para a obra, e solicitando auxilio do Governo Central para iniciar as obras.⁵⁸⁶ No dia seguinte seria escrita a resposta:

⁵⁸² Possivelmente a chácara existente onde hoje seria o bairro Cidade Baixa. A atual rua Sarmento Leite foi aberta nos terrenos do Comendador. FRANCO, 2006, p. 227.

⁵⁸³ CRL/BGD, **Relatorio apresentado pelo presidente da provincia do Rio Grande do Sul, desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, na 1.a sessão da 10.a legislatura da Assembléa Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Jornal A Ordem, 1862, p. 23. Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul Acesso a 11/09/2013. Grifos meus.

⁵⁸⁴ CRL/BGD, **Relatorio apresentado pelo presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, dr. Espiridião Eloy de Barros Pimental, na 2.a sessão da 10.a legislatura da Assembléa Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1863, p. 27. Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul Acesso a 11/09/2013. Grifos meus.

⁵⁸⁵ RUBERT, 1998, p. 221.

⁵⁸⁶ AHCOMPA, Documento sobre o Seminário de Porto Alegre nº18 levantado por Pe. Neis, Cópia de documento original do Arquivo Nacional, Cx 941, Pac. 2.

O reverendo Bispo do RGS pede auxilio do Gov. para a construção, que vai começar, de um edificio p. Sem. Episcopal. A Seção de Contabilidade informará o q. a este respeito se pode fazer. 6º, 29 de agosto de 1865. O credito destinado as obras e auxilios necessários aos seminários episcopais, no atual exercicio, já está reduzida a 16:000\$000. Para desta soma conceder-se alguma quantia por conta do elevado auxilio de 60:000\$000 q pede o Bispo do RGS para a construção do sem. Epis., é mister ter se a segurança de q no decorrer do exercicio não apareçam conserto e reparos, ou antes as obras de segurança e conservação nos edificios do Seminários existentes, a que seja urgente e indispensável atender, tão pequena é a reserva. *A construção, de q trata o Bispo é necessária, mas tendo ele próprio declarado que mandara fechar a casa que servia de Semin. por falta de educandos, não é de certo urgente nem parece prudente empreender já obra de tanto custo nas criticas circunstancias em que se acha o Tesouro da nação.* 7. Seção, 30 de agosto 1865. J.V.Jorge.⁵⁸⁷

Apesar da negativa, Sebastião dá início aos trabalhos com a quantia já arrecadada. “De início encarregou o engenheiro francês Jules Villain de fazer a planta e executar a obra”, sendo o mesmo citado na conta corrente das obras a partir de 5 de setembro de 1865.⁵⁸⁸ Em 12 de setembro requeria à Câmara o alinhamento do terreno,⁵⁸⁹ e no dia 24 do mesmo mês, a imprensa oficial do bispado noticiava aos fiéis a grande novidade:

Seminário Episcopal – Lê-se no Mercantil: - Vae começar-se a construção deste edificio *no terreno comprehendido entre o cemiterio, que existe atraz da Cathedral desta cidade e a rua do Arvoredo.*

Em consequencia da configuração do terreno, o edificio será collocado em tres differentes planos de nivel, sendo a parte central ligada as outras duas, por grades de ferro e escadarias de alvenaria.[...]

O edificio forma um quadrado de 40 m. de lado, contendo um arco de 24 m. de lado, tem acomodações para 60 alumnos e foi orçado em 161:800\$008, *devendo estar terminado em dous annos.*

A execução da obra foi confiada ao Sr. Villain, engenheiro já vantajosamente conhecido entre nós.⁵⁹⁰

Seria de sentir se por falta de dinheiro a obra tivesse de ser interrompida, como tem acontecido a tantas construcções da provincia.⁵⁹¹

⁵⁸⁷ AHCMPA, Documento sobre o Seminário de Porto Alegre nº18 levantado por Pe. Neis, Cópia de documento original do Arquivo Nacional, Cx 941, Pac. 2. Grifos meus.

⁵⁸⁸ RUBERT, 1998, p. 221; AHCMPA I-4B.2.2.1/1, Conta corrente das obras do Seminário Episcopal.

⁵⁸⁹ AHPAMV, Atas de Verença 1863-1867, Vol. 16, Sessão de 12 de setembro de 1865, p. 120.

⁵⁹⁰ Günter Weimer informa que as primeiras notícias da atuação desse arquiteto no Rio Grande do Sul datam de 1867, quando se encarregou da reforma da igreja Matriz e do conserto da torre direita da igreja do Menino Deus. No entanto, a levar em consideração o veiculado pelo jornal, Villain já deveria ter atuado junto ao clero gaúcho antes de 1865. WEIMER, Günter. **Arquitetos e construtores rio-grandenses na Colônia e no Império.** Santa Maria: Editora UFSM, 2006, p. 200-201.

⁵⁹¹ AHCMPA, **A Estrella do Sul**, Porto Alegre, nº51, p. 403, 24 set. 1865.

No dia 2 de outubro lançava a pedra fundamental, “no local onde se achava o *antigo cemitério*, à sombra da igreja Matriz Na. Sa. Madre de Deus, na rua do Arvoredo. A 12 de dezembro seguinte se iniciou a construção. [...] Nesse meio tempo, o bispo se viu obrigado a suspender temporariamente o funcionamento do Seminário de São Feliciano. Não havia mais condições”, todas as verbas seriam destinadas à construção do edifício definitivo.⁵⁹²

Havendo communicado a V. Ex. em officio de 8 do corrente que *fui obrigado a encerrar o Seminario desta Diocese o qual deixou de funcionar desde o 1.º deste mez*, tenho a honra de fazer sciente a V. Exc. que nestes dias devo dar começo ás obras do edificio que há de servir para o novo Seminario, para cujo fim já tenho em cofre a quantia de 40:000\$000 proveniente das subscrições agenciadas pelo meo Antecessor e por mim. A planta do edificio feita pelo Engenheiro Francez, encarregado das obras da Companhia hydraulica nesta cidade, nada deixa a desejar, e em tempo farei appresentar ao Governo Imperial, para ser approvada, se V. Exc. julgar conveniente. *O orçamento da obra sobe a cem contos de réis, a qual se eu tiver a fortuna de levar a effeito, como espero, será um edificio magnifico com todas as accommodações, não só para um optimo seminario, como ainda para a residencia dos Bispos, tendo a vantagem de ser edificado contiguo á Cathedral, com a qual terá communicação.* Nutro a esperanza de ser *coadjuvado pelo Governo Imperial, e desde já rogo a V. Exc. se digne proteger este meo empenho*, cuja utilidade ocioso é provar.⁵⁹³

Após tanto esperar para iniciar a construção, Dom Sebastião não deixaria o edifício inacabado por falta de verbas. Através da imprensa oficial, clama aos fiéis de todas as classes sociais que contribuam com as obras, dessa que é a maior realização do jovem bispado gaúcho.⁵⁹⁴ Mas não só o órgão oficial se dirige à população, incentivando doações. O Jornal do Commercio, em fevereiro de 1866 o chama de “um estabelecimento importante, pela influencia que póde exercer sobre o futuro das lettras e da religião, essas duas pedras de toque, pelas quaes se afere a civilisação dos povos, levanta-se humilde, e quase desajudado dos favores publicos entre nós”, dirigindo-se aos leitores: “Se, pois, somos todos interessados na conclusão deste edificio, que tão directamente actua sobre o futuro de nossa provincia, porque não lhe daremos todo o apoio, porque não lhe votaremos toda a sympathia de que é merecedor?”.⁵⁹⁵ Igual apoio seria dado pelo

⁵⁹² RUBERT, 1998, p. 221.

⁵⁹³ AHCMPA, *A Estrella do Sul*, Porto Alegre, nº3, p. 18, 15 out. 1865. Grifos meus.

⁵⁹⁴ AHCMPA, *A Estrella do Sul*, Porto Alegre, nº4, p. 32, 22 out. 1865.

⁵⁹⁵ AHCMPA, *A Estrella do Sul*, Porto Alegre, nº19, p. 145-146, 11 fev. 1866.

periódico Rio Grandense.⁵⁹⁶ O apelo seria ouvido, pois no relatório à Assembleia em 1866, o vice-presidente provincial declarava dar quatro loterias em benefício das obras, num total de “7:500\$000 em prestações mensaes para ser paga com o producto liquido das duas primeiras partes da primeira loteria que se extrahir”.⁵⁹⁷

Situação inesperada, mesmo que a documentação governamental, e as notícias escritas pelos periódicos mencionassem o uso anterior do espaço das obras, vários anos se passaram sem que qualquer um aparentemente reparasse que o canteiro de obras um dia fora campo santo. Não encontrei nenhuma documentação por parte do clero mostrando preocupação em dessacralizar o lugar, talvez por haver a crença de que sendo o Seminário um edifício religioso, não seria necessário o procedimento. A primeira voz contrária ao uso da ex-necrópole partiria do jornal anti-clerical A Reforma, em 2 de julho de 1869:

Profanação - Pessoas que nos merecem inteira fé, informam-nos que nos terrenos juntos ao seminario em construcção, *encontram-se ossos humanos*, que servem de divertimento aos rapazes que vão por alli vagar!

Os nossos informantes viram não só caveiras e outros ossos, como o divertimento a que nos referimos.

Só o Sr. Bispo que alli vai tardes inspeccionar suas obras, só os padres que o acompanham não tem olhos para verem aquella profanação!

Levante-se o edificio do seminário, qu’importa os ossos humanos que lhe servem se alicerce e que junto a elle branqueiam?

Os olhos clericaes não os vêm: a luz que os esclarece concentra-se em outros interesses que dizem respeito á.....igreja.

⁵⁹⁶ “O governo geral comprometteo-se a concorrer para essa obra e temos esperança que assim o faça: a assemblea provincial pôde tambem attendendo ás forças do thesouro provincial auxilia-la, mas tudo isto não será bastante, e portanto é da generosidade e do espirito religioso da população da provincia que se deve esperar o concurso para a satisfação d’essa necessidade.

E ninguem contestará que o Seminario é uma necessidade; é delle, estabelecido em bases solidas e proprias ao fim a que se destina, que hão de sahir os pregadores da doutrina do Crucificado, que com o exemplo e a palavra, levantarão o espirito publico tão abatido em materia de religião; é n’elle que se creará um nucleo de Ministros do Altar, que comprehendendo a sua missão, podem espalhados pela provincia prestar relevantes serviços, é n’elle emfim que muitos comprovincianos nossos, ainda que se não destinem á vida ecclesiastica, poderão beber os conhecimentos necessarios para outras profissões. Um estabelecimento que promete tantos resultados, e cuja utilidade e importancia todos reconhecem deve ser attendido e todos os que poderem devem concorrer para a sua realisação.” AHCOMPA, **A Estrella do Sul**, Porto Alegre, nº20, p. 154, 18 fev. 1866.

⁵⁹⁷ CRL/BGD, **Relatorio do Vice-Presidente da Provincia Dr. Antonio Augusto Pereira da Cunha, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial**. 1866, p. 28. Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul Acesso em 11/09/2013.

Se se tratasse d'algum negocio jesuitico, d'alguma questão ultramontana, d'algum rendimento da secretaria do bispado, os olhos clericas estariam abertos.

Mas, ossos humanos, os padres não os vêm!

Que profanação!⁵⁹⁸

Para Mara do Nascimento, apesar de ser um “conteúdo declaradamente liberal e anticlerical” que só deseja “provocar a Igreja e propagar juízos negativos acerca de seus membros”, a autora reproduz o mesmo trecho citado acima “por ser este uma tradução exata desta irremediável quebra com o passado que a população leiga pressente e até se coloca inconformada”.⁵⁹⁹ A quebra com o passado citada pela autora seria o fim dos sepultamentos no interior da cidade. Discordo de suas conclusões. Acho interessante que um jornal liberal tenha trazido justamente a dessacralização de um campo santo como ferramenta para criticar o clero, mas não vejo uma população leiga inconformada. Onde estavam os inconformados quando o cemitério da Matriz foi fechado antes mesmo de seu substituto estar bento? Onde estavam eles quando não houve traslado dos restos mortais? Onde estavam os mesmos quando, em 1865, Sebastião começou a revirar o antigo cemitério para cravar as fundações de seu Seminário? Se, apenas quatro anos após o início das obras surgem “inconformados”, é porque não há tanta inconformidade assim.

Não, onde a autora vê algum grau de repulsa às novas práticas sepulcrais, vejo uma Reforma Cemeterial muito bem executada, pois contava com o apoio do governo secular e do clero, era uma mudança desejada pelo imperador e pelo bispado reformador, era um desejo da elite tradicional e dos liberais, pois o novo cemitério viria para abrigar a todos, mas sem derrubar as barreiras de classe.

Entretanto, trago a matéria aqui para provar que os restos mortais (ao menos os do cemitério, mas mais adiante mostrarei como também os das catacumbas) permaneceram no local após o seu fechamento. E o artigo, seja qual fosse a intenção de seus autores, não provocou qualquer reação aparente no bispado.

As obras prosseguiram normalmente, com alguns problemas de verbas logo solucionados pelos frequentes pedidos de auxílio que o senhor bispo fazia ao governo provincial. Em 4 de novembro de 1878 este avisava ao presidente que em “principio do ano proximo vindouro pretendo inaugurar as aulas do Seminario Episcopal e estabelecer

⁵⁹⁸ MCHJC, **A Reforma**, Porto Alegre, p. 3, 02 jul. 1869. Grifos meus.

⁵⁹⁹ NASCIMENTO, 2006, p. 53-54.

minha residência na parte do edifício, destinada a este fim, que se acha concluída.” Continua agradecendo a ajuda do governo e pede novas verbas para a conclusão do prédio, lembrando que uma vez concluídas as obras, o governo não terá mais que pagar o aluguel de sua residência.⁶⁰⁰ Em 31 de dezembro, com a conclusão da ala de moradia do Seminário, Sebastião se muda para lá.⁶⁰¹ Ao passar o governo ao seu sucessor, em 26 de janeiro seguinte, o presidente Américo de Andrade informava que as chaves do prédio alugado pelo bispo já foram devolvidas à proprietária, não devendo nada o governo a esta, e que as aulas no referido Seminário estavam marcadas para iniciar no mês seguinte.⁶⁰²

Em 15 de fevereiro, apesar de inconcluso o edifício, o Seminário é enfim reaberto para as aulas. Na cerimônia de inauguração do ano letivo, Sebastião fala aos futuros seminaristas, seus pais, aos professores e autoridades. O texto será transcrito na íntegra nos anexos desse trabalho, só trarei aqui o necessário para a análise que estou propondo. Solicito ao leitor que confira o texto integral para uma maior compreensão de seu conteúdo:

O que fizemos antes de dar começo a este edificio, antes de abrir os alicerces sobre os quaes devia ser fundado? Removerão-se e se consumirão as urses, e os espinhos que os crobrião, nivelou-se o terreno cheio de asperezas, removerão-se os ossos havidos dos que outrora forão n'elle sepultados, e só depois deste trabalho preparatório foi que se abrirão os alicerces e lançou-se a primeira pedra; neste intuito não descansámmos em quanto não se achámmos o terreno solido.

É isto mesmo, Senhores, o que vão fazer os discretos Diretores e o digno Reitor, a quem encarregamos o ensino e governo deste Seminario em bem dos filhos que confiardes ao seu ensino, prudência e luzes.

Nos alicerces do templo das almas, para que se possa construir alguma cousa amável, é preciso semear a terra superficial, é preciso aprofundá-los até chegar ao terreno solido, que é como a baze do ser humano. [...]Para edificarmos casas de pedra não tememos rasgar o solo, cortar as raízes, lançar fora os materiais inúteis. O que não devemos fazer, o

⁶⁰⁰ AHCMPA, Documentos sobre o Seminário de Porto Alegre levantados pelo Pe. Ruben Neis, original do Arquivo Nacional, Cx 941, Pac. 2.

⁶⁰¹ AHRS, Fundo Documental Assuntos Religiosos, Caixa AR5, Maço 10, Correspondência ao Presidente da Província em 31 dez. 1878.

⁶⁰² CRL/BGD, **Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Americo de Moura Marcondes de Andrade passou a administração desta Provincia ao Exm. Sr. Dr. Felisberto Pereira da Silva no dia 26 de Janeiro de 1879.** Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1879, p. 41. Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul Acesso a 11/-9/2013.

que não devemos sofrer para preparar a construção do templo do Senhor, que é a alma sacerdotal? [...].⁶⁰³

Há de se levar em conta quais eram os ouvintes de Sebastião naquele longínquo dia 15 de fevereiro: Sim, os principais eram os seminaristas e seus familiares, mas também lá estava o restante da população da cidade, gente de fé que doou ao longo de quase 26 anos para que o Seminário saísse do papel. Gente, decerto, que viu o cemitério sobre o qual estava agora o edifício em pleno funcionamento. Para esses, também, Sebastião falava.

Basicamente, o bispo compara a alma do futuro seminarista ao prédio da igreja, tal como o evangelista Mateus disse ter feito Cristo ao apóstolo: “E eu digo-te que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela”.⁶⁰⁴ Em um texto recheado de referências bíblicas a outras pedras sobre as quais se ergueram importantes templos da história da cristandade, Sebastião fala aos estudantes através dos ideais tridentinos: Vós sereis a base da igreja. O bom sacerdote, formado desde o início na doutrina, talhado para ser o representante de Roma, este é a pedra sobre o qual se estruturaria a sociedade que Sebastião pretendia inaugurar.

Mas um detalhe não pode ser deixado de lado. No início da fala, Sebastião compara a alma secular dos seminaristas ao terreno prévio ao Seminário. Pode-se dizer que esta também é a resposta do bispo aos seus opositores do periódico A Reforma: os ossos existentes no terreno eram “materiais inúteis” atravancando o caminho da construção desse edifício que moldaria a cristandade gaúcha. Claro, eram também os restos dos cidadãos de outrora, mas para atingir objetivos mais grandiosos é preciso “sofrer” algumas perdas. Mara do Nascimento – sem citar o discurso de Sebastião – oferece a seguinte interpretação:

Certamente a conveniência em ter o seminário próximo à igreja foi um dos fatores que pesaram para a escolha deste como o local mais apropriado. Entretanto, a força simbólica de tal decisão não deve ser desprezada. *O novo projeto deixava definitivamente para trás, e com o risco inclusive de perder-se da memória da comunidade, a antiga tradição da cidade colonial de enterrarem-se os mortos próximos aos templos, ou até mesmo no interior destes.* Num ato que em certa medida assemelha-se ao de *passar uma borracha* num risco mal traçado, num *borrão que se deseja apagar*, a edificação do Seminário sobre os ossos

⁶⁰³ AHCMPA, Documentos sobre o Seminário de Porto Alegre levantados pelo Pe. Ruben Neis, Discurso de inauguração do Seminário Episcopal, redigido pelo Bispo Diocesano Dom Sebastião Laranjeiras em 15 de fevereiro de 1879. Grifos meus.

⁶⁰⁴ Mateus 16:18.

dos antepassados, sejam nobres ou não, livres ou escravos, evidencia o *rompimento que a Igreja Católica planejava com o passado*. Um passado *indesejável*, que aos olhos do clero reformador, estava *repleto de heresia e de elementos pagãos e profanos*.⁶⁰⁵

Concordo parcialmente com a autora. Sim, com a construção do edifício, o cemitério seria aos poucos esquecido, isso é fácil de ser demonstrado. No entanto, por não ser o de foco sua de análise, Nascimento não trabalhou com a evolução das negociações do bispado com o governo a respeito do local a se construir o prédio, não tendo, assim, dados para saber que o cemitério, por mais gratuito que fosse, e extremamente próximo da igreja Matriz, não foi a primeira, nem a segunda escolha de Feliciano. E, assim, por questões práticas, visto ser o orçamento para o Seminário uma das maiores preocupações do bispo, Sebastião manteve o local escolhido, apesar de tentativa da presidência da Província de removê-lo para o Liceu.

Há de se atentar também para as diferenças entre os dois bispados. Feliciano tomou posse do bispado poucos anos após a proibição dos enterramentos intramuros em Porto Alegre, ação que logo estimulou que as outras cidades da Província também colocassem seus mortos para fora das cidades. Então, no arranque inicial da diocese gaúcha, o primeiro bispo tratou de fazer com quem estes novos cemitérios mantivessem um mínimo de decência religiosa, como se mostrou anteriormente. Já Sebastião assumiu um bispado já melhor constituído, tornando sua atenção para – além da construção efetiva do seminário, que iria por si só reformar o clero – a correção dos atos religiosos dos fiéis, em especial, em diálogo com as irmandades.⁶⁰⁶ Buscou distanciar a igreja do poder temporal, ao mesmo tempo em que utilizava da imprensa católica para divulgar a doutrina. Os cemitérios não estavam em sua agenda, esse trabalho já havia sido feito por seu antecessor, mas um caso em especial merece atenção, por sua similitude com a construção do Seminário sobre a necrópole da Matriz.

Em abril de 1872 o pároco da vila de Piratini também utilizou o terreno do antigo cemitério da cidade, fechado vinte anos antes, para construir uma capela dedicada à Virgem do Rosário. Por diversos motivos, principalmente de ordem política, entrou em conflito com o Delegado de Saúde Pública da cidade, que o acusou de causar uma

⁶⁰⁵ NASCIMENTO, 2006, p. 53. Grifos meus.

⁶⁰⁶ Sobre a ação do segundo bispo com as irmandades portoalegrenses, ver TAVARES, 2008.

epidemia por remexer o terreno cheio de miasmas.⁶⁰⁷ Acusava-o também de profanar os restos mortais dos antepassados da cidade. Em ofício ao Presidente da Província, Sebastião se posicionou ao lado do pároco na contenda:

Por este officio e documentos, para os quaes chamo a particular attenção de V. Ex., vê-se que o antigo Cemitério, *de propriedade da Igreja Matriz*, em que o Vigário da Villa de Piratiny edificou uma Capella dedicada á N. S. do Rosario com licença do Prelado Diocesano, *estava há longos annos aberto e em completo abandono, sendo por isso profanado por animaes de toda a especie, que concorrerão para o desabamento de catacumbas mal construidas, algumas das quaes se achavão abertas, e os ossos dos finados espalhados pelo chão.*

Que *ninguem reprovou ou se oppoz ao arrasamento dessas catacumbas*, de há muito descuidadas e damnificadas pela acção do tempo, e que os ossos humanos forão reunidos *pelo proprio Parocho auxiliado por algumas pessoas piedosas*, e logo encerrados em um tumulo, que para este fim elle mandou levantar no mesmo Cemiterio;

Que longe de ser inpuñado a edificação da dita Capella no antigo Cemitério pertencente a Igreja Matriz, como já se disse, pelo contrario foi este projecto do Rdo. Vigário *tão bem aceito por seus parochianos, que encontrou nos mesmos a mais decidida coadjuvação*, podendo por isso realisar esta obra em pouco tempo com admiração e louvor de todos, na qual acertadamente empregou tijollos das catacumbas, arrasadas, que *não eram reclamadas por pessoa alguma*, e que não devião ser empregadas em obra profana [...].⁶⁰⁸

Sebastião, tal como o pároco de Piratini, havia recebido total apoio da população para arrasar um cemitério fechado há muitos anos e que (como tudo indica) se encontrava em completo abandono, com trânsito de animais e ossos espalhados pela superfície. Como a área pertencia à igreja Matriz e existiam boas intenções em transformá-la em algo mais útil à sociedade, o bispo não demorou a remover os ossos⁶⁰⁹ para erguer no local seu Seminário. O prédio seria finalmente concluído em 1888, dois meses após a morte de Sebastião, em 13 de agosto.⁶¹⁰

⁶⁰⁷ Para uma análise completa do caso, remeter a MEIRELLES, Pedro von Mengden. Espetáculo de consternações: Os conflitos jurisdicionais na administração do cotidiano cemiterial na Piratini da segunda metade do século XIX. No prelo.

⁶⁰⁸ AHRS, Fundo Documental Assuntos Religiosos, Bispado do Rio Grande do Sul, Correspondência Ativa do Governo do Bispado 1872, 1875, Caixa AR5, Maço 11, Ofício do Bispo ao Presidente da Província em 5 set. 1872. Grifos meus.

⁶⁰⁹ Em escavação arqueológica feita na área do antigo cemitério, em 2012, foram achadas grandes pilhas de ossos, colocadas contra o muro externo do Seminário. É provável que fossem os restos mortais presentes nas sepulturas que tiveram de ser removidas para instalação das fundações do prédio. Assim, não foram jogados fora em 1879.

⁶¹⁰ RUBERT, 1998, p. 224-225.

Certamente que a igreja ultramontana não desejava ver retornar o hábito de enterramento eclesiástico, por isso deu total apoio às reformas cemiteriais feitas pelo governo. Mas me parece exagero afirmar que houve um projeto consciente voltado para o esquecimento do cemitério da Matriz. Pelo contrário, evidências (leia-se: ossos humanos) continuariam aparecendo nos anos seguintes, e noticiadas pela imprensa. A atitude da igreja, em todos esses casos, parece-me ter sido a de apenas manter o silêncio.

4.2 A destruição da igreja Matriz no século XX

Já aludi algumas vezes nesse trabalho à destruição da primitiva igreja Matriz, executada na década de 1920. Trago-a novamente pois a igreja também serviu de necrópole, e a sua demolição viria, logicamente, a expor restos do antigo cemitério. Não é minha intenção fazer um histórico da nova igreja (já existem livros tratando disso),⁶¹¹ mas sim elencar as informações que possam trazer dados novos ao assunto principal desta dissertação, que é a mudança dos hábitos funerários em Porto Alegre no século XIX.

A Comissão de Obras da Nova Catedral foi criada pelo Arcebispo Dom João Becker, em 1916, com a intenção de angariar fundos para a construção de um novo templo, visto que o da época se tornara pequeno demais para uma cidade que contava com cerca de 178.000 habitantes.⁶¹² Porém, por diversas razões relacionadas ao projeto arquitetônico, as obras só foram começar em 19 de abril de 1920, com a remoção de terra (cerca de 10.000 metros cúbicos) no terreno localizado entre o Seminário Episcopal e a igreja.⁶¹³

A intenção dos construtores era a de limpar o terreno localizado logo atrás da igreja, demolir a capela-mor, fechar o templo no arco-cruzeiro para mantê-lo funcionando, e no meio tempo, erguer a cripta da nova igreja no espaço vazio, para onde seria transferido o culto futuramente, possibilitando a demolição do resto da igreja. No dia 27 de maio, noticiou o periódico A Federação:

Tem continuado a remoção das actuaes edificações nos terrenos constantes do projecto da nova Cathedral Metropolitana, e onde ela será edificada. Logo que terminado seja a construcção da Cripta do novo templo, *da parte posterior do altar-mor serão removidas para ella as urnas dos restos mortaes ali depositados. Os nomes das pessoas que*

⁶¹¹ CHEUICHE, Dom Antônio do Carmo. **Catedral Metropolitana de Porto Alegre: Guia histórico-artístico.** Porto Alegre: Diagramme Produções, 2012.

⁶¹² Ibid., p. 21.

⁶¹³ HDBN, **A Federação**, Porto Alegre, p. 2, 12 abr. 1920; HDBN, **A Federação**, Porto Alegre, p. 4, 4 maio 1920.

*pertenceram os despojos serão publicados na imprensa, por ocasião da remoção, a fim de que se inteirem os parentes.*⁶¹⁴

Procurei nas edições posteriores até a inauguração da dita cripta, mas não encontrei mais menção a essas urnas. Acredito que possam ser os restos mortais dos corpos antes depositados na nave da igreja, que devem ter sido removidos durante o bispado de Feliciano. Dois meses depois, nova notícia a respeito de ossos encontrados durante as obras:

A Nova Cathedral – Continuam activamente os trabalhos de remoção de terras para as obras da nova Cathedral Metropolitana. A terra retirada está sendo aproveitada pela Intendência Municipal no aterro da parte do caes do Riacho, próxima á estação da estrada de ferro da Tristeza.

Na escavação tem sido encontrados, além de cerca de 14 metros cúbicos de ossos humanos, diversos objetos, como um pregador de ouro, sapatos e chaves. É provável que ao ser removida a terra onde está assentada a actual Cathedral, sejam encontrados objectos de valor, o que não se deu com a parte já desaterrada, por ter a mesma servido de Campo Santo em tempos remotos.

Em agosto próximo, terá início a demolição da sacristia, da cappella-mor e da cappella do Santíssimo Sacramento, sendo então construída uma parede provisória, no interior do actual templo. Depois desses trabalhos, serão immediatamente atacadas as obras da cripta do novo templo.⁶¹⁵

Graças ao secretário-geral das obras, Monsenhor João Balém, existem dezenas de fotografias que apresentam a destruição gradual da antiga igreja, e a elevação as estruturas da nova catedral. No arquivo da Cúria existem também os diários de Balém, que compõe um material inédito e detalhado, abordando o dia-a-dia das obras, por vários anos. Embora nenhuma dessas fotografias permita ver ossos espalhados pelo canteiro de obras (tal como aparentemente existiam junto aos alicerces do seminário, no século anterior), as mesmas permitem acompanhar a radical transformação do espaço, e um vislumbre de como teria sido aquele terreno em tempos anteriores.

⁶¹⁴ HDBN, **A Federação**, Porto Alegre, p. 4, 27 maio 1920. Grifos meus.

⁶¹⁵ MCHJC, **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 4, 22 jul. 1920. Grifos meus.

Figura 10 Fundos da igreja matriz após a demolição da nave e traslado do altar-mor para o arco-cruzeiro (percebe-se a cicatriz na alvenaria). Abaixo, à esquerda, a antiga rua Dom Sebastião, e à direita, o barranco escavado para a construção da cripta.



Fonte: AHCMPA, Fotografias da nova catedral.

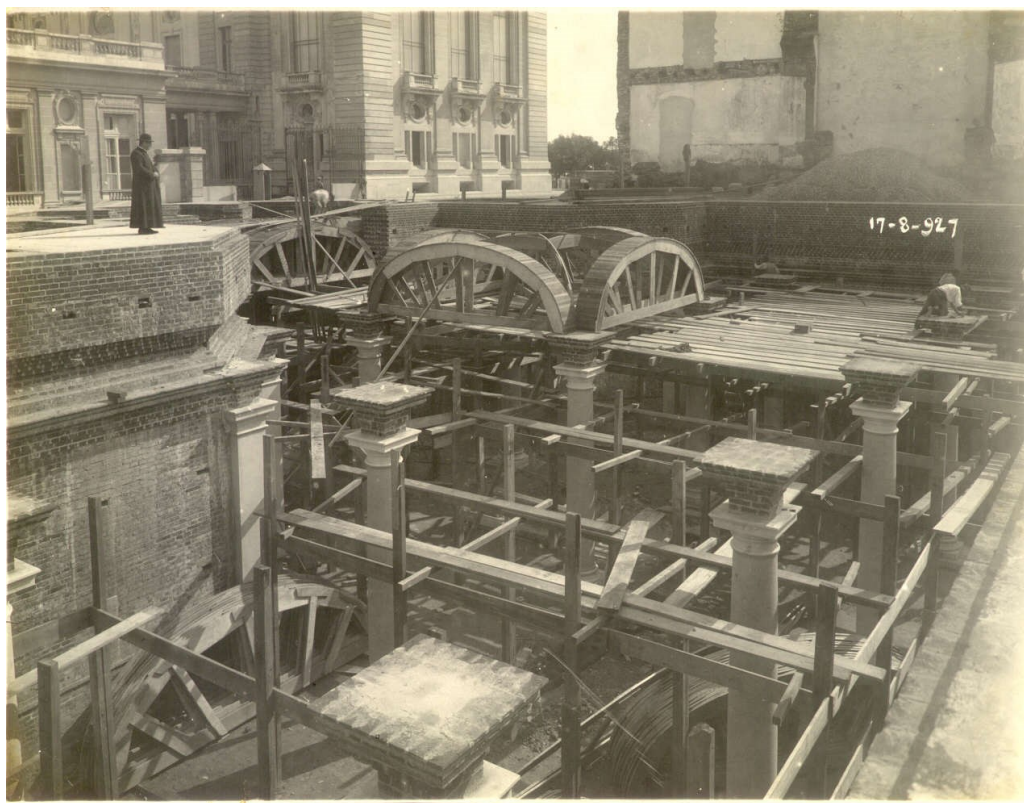
Figura 11 Preparação do terreno para a construção da Cripta da nova catedral. O fotógrafo estaria posicionado de costas para o Seminário, nas proximidades da atual Sala do Papa. Na porção direita da fotografia, vê-se os prédios da rua Espírito Santo.



Fonte: AHCMPA, Fotografias da nova catedral, foto C7.

Nas fotografias acima, pode-se perceber o barranco existente nos fundos da igreja, onde outrora existiam as catacumbas, e que na década de 1920 foi removido para possibilitar a construção da cripta. Esse terreno seria ainda muito desaterrado, como pode-se ver na imagem abaixo, tirada sete anos depois da anterior:

Figura 12 Fotografia tomada quase na mesma localidade que a anterior. Ao fundo, à direita, vê-se os fundos da antiga matriz, não sendo possível mais perceber o barranco à mostra em 1920. No quadrante oposto, percebe-se a sede do governo estadual, o Palácio Piratini, e próximo à ele, vestido de preto, está o Monsenhor Balém, posicionado no mesmo nível em que se encontrava a antiga igreja. Pode-se assim medir a profundidade escavada para a instalação das pilastras da cripta.



Fonte: AHCMPA, Fotografias da nova catedral, foto C14.

Voltando a 1920. Em meados de setembro as estruturas da capela-mor já não existiam.⁶¹⁶ Como nela estavam os caixões dos dois primeiros bispos, a fábrica da Matriz solicita à irmandade São Miguel e Almas que abrigue os despojos em suas dependências enquanto não é construída a cripta, o que aceitam.⁶¹⁷ Dom Feliciano e Dom Sebastião – esse último, com o cadáver em quase perfeito estado de conservação⁶¹⁸ – seriam exumados de suas sepulturas originais em dezembro de 1920.⁶¹⁹

⁶¹⁶ HDBN, **A Federação**, Porto Alegre, p. 5, 18 set. 1920.

⁶¹⁷ AHCMPA, Documentos sobre o Seminário de Porto Alegre levantados pelo Pe. Ruben Neis, Correspondência do Cônego Balém ao Provedor da Irmandade das Almas em 23 set. 1920.

⁶¹⁸ NEIS, 1986/1987, p. 10.

⁶¹⁹ HDBN, **A Federação**, Porto Alegre, p. 6, 13 dez. 1920.

Figura 13 Missa de traslado dos esquifes dos bispos Feliciano e Sebastião⁶²⁰



Fonte: AHCMPA, Fotografias da nova catedral.

⁶²⁰ No verso da imagem, com a letra do Monsenhor Balém, está a seguinte legenda: “Último aspecto do altar-mor da antiga Catedral de Porto Alegre, quando no arco-cruzeiro, no dia da transferência dos ofícios

A missa de Ano Novo em 1928 seria realizada já na cripta quase concluída,⁶²¹ para onde os corpos dos bispos seriam solenemente transladados,⁶²² seguidos do altar-mor e altares secundários, tornando o local apto para o culto.⁶²³ A partir de então seria demolida o resto da Matriz antiga. No entanto, a futura Catedral demoraria muitos anos ainda para ser concluída, devido a monumentalidade da obra e os custos necessários para a mesma. A inauguração oficial só se daria na década de 1980, quando se finalizaram os afrescos em seu frontispício. Ainda assim, restos do antigo cemitério seguiram existindo, intactos, sob os dois edifícios.

Figura 14 Aspecto da Catedral em dezembro de 1940, vinte anos após o início das obras. Escritas a tinta, sobre a fotografia, com a caligrafia de Balém, estão as datas das conclusões de algumas das parcelas do edifício.



Fonte: AHCMPA, Fotografias da nova catedral.

4.3 O cemitério torna-se objeto arqueológico

Em junho de 1997, operários que realizavam uma obra de encanamento no pátio nordeste da Catedral Metropolitana acabaram encontrando ossos humanos enterrados. Como não estavam, no momento da descoberta, acompanhados por algum representante da Cúria Metropolitana (que passara a funcionar no edifício do antigo Seminário

divinos para a cripta e dos restos mortais dos Bispos D. Feliciano e D. Sebastião, que estavam depositados, provisoriamente, no Concistório da Irmandade de São Miguel e Almas, no lado esquerdo da Igreja (atrás da torre). O Arcebispo, Dom João Becker, fazendo o discurso de despedida, memorável e político. No alto vêm-se as armas do Papa Leão XIII e do Arcebispo Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão. Em baixo, os esquifes dos dois falecidos Bispos, prontos, após a missa, a serem transportados para a Capela Mortuária na Cripta.”

⁶²¹ HDBN, **A Federação**, Porto Alegre, p. 3, 21 jan. 1928.

⁶²² HDBN, **A Federação**, Porto Alegre, p. 3, 20 mar. 1928.

⁶²³ HDBN, **A Federação**, Porto Alegre, p. 5, 22 mar. 1928.

Episcopal na década de 1940), acionaram a polícia que veio recolher as ossadas. Após avaliação no Instituto Médico-Legal, constatou-se que o material era muito antigo, solicitando à arqueóloga do Município, Fernanda Tocchetto, para que fosse ao local. Em entrevista ao jornal *Correio do Povo*, o Secretário do Bispado, historiador e padre Ruben Neis declarou que “quem conhece a história da cidade sabe que nessa área havia o cemitério de Porto Alegre. Já foram feitas várias escavações nas construções da Cúria e da Catedral e sempre são encontrados ossos humanos. *E o que a gente deve fazer é enterrá-los novamente com respeito*. Não precisava chamar a Polícia, era só me perguntar”.⁶²⁴ Não foram realizadas pesquisas arqueológicas naquele momento por desinteresse da Cúria.

A fala do padre Neis evidencia a política tomada pelo clero gaúcho desde que se escavou o cemitério pela primeira vez, em 1865. Como *todos sabem* que ali embaixo existe um cemitério mais ou menos intacto, o que se deve fazer quando se descobrem ossos, é simplesmente reenterrá-los sem alarde. Neste sentido a afirmação de Mara do Nascimento, citada algumas páginas acima, está correta: a Cúria não tem interesse em fazer lembrar que o cemitério existe, mas não por alguma questão ultramontana, simplesmente por não ver interesse nos restos que lá estão. Talvez hoje em dia haja também algum temor de que alguém pergunte por que na época não se removeram os ossos.

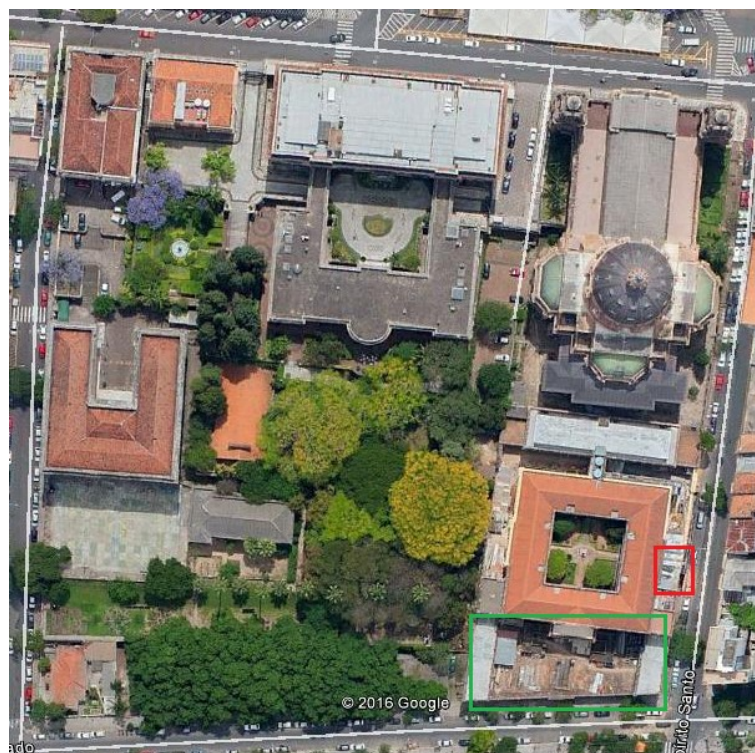
O silêncio seria mantido até a década de 2010, quando por ocasião do restauro do prédio do antigo Seminário, por solicitação do arquiteto responsável, foram contratados arqueólogos para acompanhar os trabalhos e resgatar qualquer material – humano ou não – que fosse encontrado. Seria a ocasião de finalmente interromper a prática de “achar e reenterrar”, e passar a se estudar realmente os restos do cemitério da Matriz de Porto Alegre.⁶²⁵

⁶²⁴ OSSADAS achadas junto à Cúria: Policial chama peritos, providência criticada por secretário do Arcebispado. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 24 jun. 1997. Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/Jornal/A102/N266/HTML/19OSSADA.htm>. Acesso em 18/03/2015. Grifos meus.

⁶²⁵ O trabalho de arqueologia, coordenado por Angela Maria Cappelletti, nunca foi concluído. Problemas decorrentes da falta de verba da Cúria para a conclusão do restauro atrapalharam o andamento do projeto. Participei do projeto na condição de pesquisador de história e auxiliar em campo e laboratório, e por isso tive acesso às informações e fotografias que apresentarei nesse sub-capítulo, tendo me referido também ao relatório final. Quanto ao problema de verba da Cúria, deveu-se principalmente a um roubo de milhões, bastante divulgado pela imprensa na época, e encontra-se resumido no seguinte endereço: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/46343-como-um-vice-consul-levou-r-25-milhoes-da-curia-metropolitana-de-porto-alegre>. Acesso em 1 fev. 2016.

As obras de restauro iniciaram em 2009, mas o trabalho arqueológico só iria começar em 2011. Foram previstas intervenções em duas áreas: a primeira, denominada “Área A”, se localiza bem na altura do portão lateral do antigo Seminário, na rua Espírito Santo; e a segunda, “Área B”, compreenderia toda a porção do antigo portão principal da escola de Dom Sebastião, à rua Fernando Machado. Previa-se que na Área A fossem encontradas sepulturas do antigo cemitério, e que a Área B, por se localizar bem no barranco apontado nas antigas plantas da cidade, seria encontrado apenas o aterro usado para nivelamento do terreno. Outras intervenções pontuais seriam feitas no terreno a medida que se tornassem necessárias.

Figura 15 – Vista aérea atual da quadra em que se localizam a Catedral e a Cúria Metropolitana. Em vermelho está circulada a "Área A" e em verde, a "Área B".



Fonte: Google Earth.

Ao fim e ao cabo, apenas a área A e alguns outros pontos aleatórios foram escavados, revelando diversas sepulturas com diferentes graus de preservação, e muitos ossos espargos. As sepulturas, escavadas no solo compacto do cemitério, acompanhavam o declive do terreno. Eram antropomórficas, revelando que, ao menos nessa porção do cemitério, não eram usados caixões. Em alguns enterramentos se acharam alfinetes que provavelmente eram usados para prender as mortalhas ao redor do corpo. Um dos enterramentos – o de uma adolescente identificada pelos biólogos que fizeram análises

ósseas como sendo de origem ou com ancestrais africanos⁶²⁶ – estava com os braços cruzados, posicionados sobre o peito, em uma posição que faria sentido caso o corpo tivesse sido enrolado em um pano antes de ser sepultado. Todas as sepulturas encontradas intactas apresentavam o morto posicionado em um eixo norte-sul, com a cabeça sempre ao norte, voltada para o altar-mor da matriz.⁶²⁷

Havia pouco espaço entre um enterramento e outro, com covas se sobrepondo umas as outras, corpos nunca dividindo a mesma sepultura (dentre os encontrados na escavação), mas também sem haver um plano ordenado de enterramento. Necessário dizer que o contexto encontrado nas escavações não representava um cemitério intacto, pois o mesmo, como se mostrou nas últimas páginas, foi bastante remexido desde a segunda metade do século XIX. Nesse sentido, é possível que as sepulturas encontradas fossem aquelas mais antigas, ou profundas, que escaparam dos desaterros feitos por Dom Sebastião.

Em várias das sepulturas foram encontrados materiais acompanhando os cadáveres: um crucifixo de metal; contas de colar de vidro, semelhantes às guias de santo⁶²⁸ (o enterramento que estava com o crucifixo também apresentou contas, podendo ser um indício de sincretismo); lantejoulas; diversos fragmentos de malhas de cobre, que podem ser o remanescente do forro de perucas usadas em anjinhos.⁶²⁹

Figura 16 – Vista aérea da Área A. Cada "quadrado" corresponde aproximadamente a 1m². Perceber como o enterramento mais à esquerda teve a porção inferior da perna esquerda removida quando ocorreu a construção do muro do

⁶²⁶ Foi realizada uma parceria com o Curso de Pós-Graduação em Biologia e Genética Forense da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), coordenado pela prof^a. Clarice Sampaio Alho, que permitiu a análise genética gratuita dos remanescentes encontrados. Foram emprestados à PUCRS pelo Museu de Porto Alegre (que detem a curadoria dos mesmos) 16.966 fragmentos de ossos e dentes encontrados. A análise ainda não foi concluída, mas alguns resultados podem ser encontrados em GONÇALVES, Pablo. **Histórico da população de Porto Alegre através de ferramentas anatômicas:** Um estudo preliminar. Porto Alegre: PUCRS, 2012.

⁶²⁷ CAPPELLETTI, Angela Maria. **Relatório Final Fase 1 - Monitoramento Arqueológico nas obras de Implantação de rede de drenagem pluvial e escavação para área de estacionamento no terreno da Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre, sede da Cúria Metropolitana – RS.** Volumes I, II e III. Novembro de 2013.

⁶²⁸ Hipótese sugerida por Ricardo Moreira de Oliveira, especialista em Cultura Africana e Afro-Brasileira pela FAPA. CAPPELLETTI, 2013, p. 36.

⁶²⁹ VAILATI, 2010, p. 143-144.

Seminário. Na porção superior da foto pode ser observado o declive original do terreno.



Fonte: Foto do autor, agosto de 2012.

Figura 17 – Alfinete de mortalha, retirado de um dos enterramentos.



Fonte: CAPPELLETTI, 2013.

Figura 18 – Contas de colar em vidro colorido.⁶³⁰



Fonte: Fotografia de Jocyane Baretta.

Figura 19 – Botão de fardamento militar, com uma coroa em relevo e a inscrição "P. II", achado junto aos ossos.



*Fonte: Fotografia de Ricardo Duarte para o jornal **Zero Hora**, Porto Alegre, 14 jul. 2012. Disponível em:*

⁶³⁰ Também conhecidas na literatura estrangeira como *trade beads* ou *slave beads*.

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/07/escavacoes-revelam-reliquias-escondidas-sob-o-solo-da-curia-metropolitana-3821312.html>. Acesso em 19 fev. 2016..

Outro contexto localizado durante as escavações foi justamente o da destruição do campo santo a partir de 1865, com as obras. Contra o muro oeste do Seminário, no limite com a rua Espírito Santo, foi achado um grande monte de ossos que devem ser originários das sepulturas que estavam localizadas nos locais em que se fizeram as fundações do prédio. Embora só tenha sido achado um desses “montes”, é provável que, se a escavação tivesse sido continuada, outros tantos aparecessem.⁶³¹

Figura 20 – Fotografia mostrando a concentração de ossos humanos encontrada na Área A, contra o muro do antigo Seminário Episcopal. Verifica-se que o amontoado não apresenta qualquer organização, misturando ossos longos e crânios. A concentração possuía na sua parte mais alta, ao norte, 1,30m de altura, com uma largura máxima de 1,10m. Foram encontrados mais de 90 fragmentos de crânios, mas o número mínimo de indivíduos só poderá ser calculado ao final das pesquisas em andamento na PUCRS.



Fonte: Fotografia do autor, agosto de 2012.

⁶³¹ A análise do perfil estratigráfico, isto é, da deposição do solo em cima dos ossos encontrados, mostra que os mesmos estavam localizados acima do solo do cemitério, e foram recobertos com o mesmo sedimento usado para aterro do restante do terreno. A análise de materiais presentes nesse aterro o datam da segunda metade do século XIX. Portanto, não é correto o que afirmou Mauro Tavares em sua tese, de que esses ossos teriam sido deslocados pelos coveiros contemporâneos ao cemitério para abrir espaço para novos corpos. Discordo igualmente da informação veiculada no relatório oficial das escavações, que credita à destruição da igreja em 1920 a formação desse monte de ossos. Essa hipótese vai contra todos os dados apresentados nessa dissertação, pois a área em que se encontravam já estava concluída em 1920, não sendo lógica a hipótese apresentada por Cappelletti. TAVARES, 2013, p. 48-49; CAPPELLETTI, 2013, p. 26.

Assim, além de contribuir com a descoberta de objetos e práticas que provavelmente não apareceriam na documentação escrita relacionada ao cemitério, a escavação arqueológica realizada em 2011 e 2012 serviu para comprovar e divulgar que tanto o Seminário Episcopal quanto a nova Catedral foram sim, de fato, construídos por cima do antigo cemitério da Matriz, sem haver por parte das autoridades eclesiásticas ou civis, a preocupação com a remoção dos restos ali existentes.⁶³²

⁶³² Em conversa com o Monsenhor Tarcísio Scherer, Vigário Geral de Porto Alegre, fiquei sabendo que, em um dos primeiros buracos abertos pela equipe de restauro, em 2009 (antes da chegada dos arqueólogos), foram encontrados restos humanos em meio ao aterro. Esses ossos foram recolhidos pelo monsenhor Scherer e levados ao Cemitério São Miguel e Almas, onde foram lançados ao ossuário geral. Perguntei a ele por que não os guardou, ao que respondeu que é assim que a igreja orienta que se faça nesses casos: tratar os ossos com respeito e retorná-los a um terreno consagrado.

Conclusão

Comecei a pesquisar a morte e os cemitérios de Porto Alegre em minha monografia de conclusão de curso, durante a graduação, na qual não foi possível – pelo próprio caráter breve do trabalho – abordar o cemitério anterior àquele que era meu objeto de pesquisa. No entanto, só comecei a elaborar o que viria a ser o germe para essa dissertação a partir de 2012, quando participei das escavações arqueológicas tratadas no último capítulo. Em um relatório que entreguei para a arqueóloga responsável, antes do início dos trabalhos, inferi que pouco ou nenhum remanescente humano poderia ser encontrado no subsolo da Cúria Metropolitana, por ter compreendido na época – com base apenas em relatos de memorialistas da cidade – que o cemitério da Matriz teve curta duração, e assim deveríamos esperar por poucos ossos apenas.

Quando, já no primeiro mês de escavação, encontramos sob o piso, ao escavar uma das salas internas do antigo Seminário (na qual atualmente se encontra a Pastoral da Comunicação), encontramos dois esqueletos intactos, vi que estava errado e passei a frequentar o Arquivo Histórico da Cúria, em busca de documentos primários que me mostrassem, por um lado, quantos enterramentos deveríamos esperar encontrar e, por outro, como se deu a destruição do cemitério (para ter noção do estado em que encontraríamos os ossos seguintes).

A partir desse ponto, com base tanto na fala do vereador Ferreira como na do Conde de Caxias, construí a hipótese de que haveria, por parte dos governos da Província e municipal, uma importação das idéias europeias, que não tratariam de contextos semelhantes aos apresentados em Porto Alegre. Além de as idéias higienistas terem sido expostas em contextos políticos diferentes, na Europa e no Brasil, não haveria como comparar os cemitérios de ambos os lados do Atlântico: em Paris, no momento da reforma cemeterial, o cemitério dos Santos Inocentes, que servia a mais de dez paróquias e funcionava havia mais de 800 anos estava lotado com cerca de um milhão de cadáveres – sendo sem dúvida um foco de “miasmas”. Agora, como equivaler esta necrópole com o diminuto campo santo portoalegrense, que funcionava há apenas sete décadas, e servira a uma única paróquia durante quase toda sua história? Acreditei, nesse momento, que os discursos acima citados seriam apenas retórica vazia de conteúdo real, destinados apenas a amedrontar a população para forçar a reforma dos costumes.

No entanto, foi a partir da análise serial e cronológica das fontes primárias – pois me coloco ao lado dos historiadores da *resistência moderna*⁶³³ - que pude por à prova minhas hipóteses, derrubando-as. Conforme apresentado no segundo capítulo, quase a totalidade dos mortos em Porto Alegre no período foram sepultados no cemitério da Matriz que, embora não se possa calcular a área exata, certamente era compatível com o que disse Caxias: “este tão pequeno cemitério, mas tão apinhado de cadáveres”.⁶³⁴

Resolvido esse problema, me dediquei ao seguinte: como poderia eu captar as intenções do clero na reforma cemiterial portoalegrense? O que me incomodava era que em quase todos os trabalhos que abordavam essas reformas, seja no Brasil, seja no exterior, a trabalhavam a partir de vieses sanitários, higiênicos, urbanísticos ou políticos. Como, penso eu, trabalhar com o fechamento de um espaço de gerenciamento religioso sem abordar o apoio ou a aversão do clero a essas mudanças? O que havia – como, por exemplo, no trabalho de Catroga – eram menções ao “clero atrasado” ou “ultramontano”, que por ortodoxia se recusava a aceitar reformas feitas (em Portugal) por um governo liberal e antirreligioso.

Infelizmente, inexitem nos arquivos eclesiásticos locais correspondências trocadas entre os párocos e o bispado na época anterior à criação da Diocese gaúcha, do mesmo modo com que são muito escassas as demais fontes de natureza religiosa do período, com notável exceção dos livros de óbito e da documentação das irmandades. Assim, todos os documentos que citei como referentes ao clero anterior a 1853 foram encontrados em fundos documentais do governo da Província ou da Câmara, sendo respostas enviadas aos governantes, ou cópias de ofícios recebidos pelo governo. Desse modo, o olhar dos párocos locais sobre a questão cemiterial teve que ser pinçado de dentro da documentação de caráter oficial.

No entanto, foram os livros de óbito que me deram mais detalhes do que o esperado a respeito do cotidiano cemiterial da cidade. Essa categoria documental, feita pelos párocos tanto para ordenar a sociedade – colocando também os mortos em uma

⁶³³ Como já disse Eric Hobsbawm, “é essencial que os historiadores defendam o fundamento de sua disciplina: a supremacia da evidência”. HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. 2ª edição, 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 286.

⁶³⁴ CRL/BGD, **Relatório com que abriu a primeira sessão ordinária da segunda legislatura da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul no 1.º de março de 1846, o exm.o sr. conde de Caxias, presidente da mesma província**. Porto Alegre, Typ. de I.J. Lopes, 1846, p.19-20. Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul. Acesso em 3 fev. 2016.

posição relativa a outros indivíduos – como para servir de registro “civil” e censo, ao ser abordada em sua totalidade permite observar certas nuances no uso do espaço que fonte nenhuma me permitiu. Foi a aplicação desta metodologia, calcada na longa duração e na análise total dos registros, que permitiu a maioria dos dados inéditos trazidos neste trabalho. Caso tivesse me limitado a uma amostragem de apenas alguns anos, como fizeram outros autores citados na bibliografia, não teria captado essas nuances que se “esconderam” no espaço de poucos anos, ou até mesmo alguns meses. Por exemplo, a informação dada por Domingos José Marques Fernandes, de que teria solicitado ao pároco que interrompesse, por seis meses, os enterramentos na igreja, o que os livros de óbito comprovaram não ter ocorrido.⁶³⁵ Outras flutuações entre o uso do espaço interno e do externo da igreja evidenciam possíveis estratégias dos padres em minimizar os danos causados pelos ares das sepulturas.

Em uma época em que os bispos estavam distantes de Porto Alegre, nunca vindo pessoalmente à cidade em suas visitas, pude perceber, através dos assentos de óbito, uma tímida, embora contínua, implantação dos ideais tridentinos, em concordância com o esperado pela Coroa, por parte dos párocos. O Aviso Real de 1805 pode não ter sido observado pela Câmara, mas em relação à igreja, creio ser correto afirmar que houve reação: ao cabo de dez anos, a culminar com a visita de Dom Coutinho, as sepulturas internas da Matriz deixaram de ser utilizadas, passando todo e qualquer enterramento *de cadáveres* para a área externa, quer nas catacumbas (que tiveram aparentemente curta duração), quer diretamente na terra sagrada do cemitério.

A atuação direta do alto clero com relação aos cemitérios pode ser vista no Rio Grande do Sul a partir da segunda metade do século. Embora não tenha sido em Porto Alegre, alvo deste trabalho, foi comparando os ofícios dos dois primeiros bispos gaúchos com relação aos cemitérios do interior da Província que busquei oferecer uma hipótese explicativa para a destruição do cemitério da Matriz. A posição da igreja neste assunto foi diferente da apresentada em outras partes do Ocidente cristão, conforme apresentado pela bibliografia de apoio. Dom Feliciano e Dom Sebastião compreenderam que sua autoridade recaía apenas sobre os cemitérios antigos, sendo as necrópoles modernas – ainda que necessitassem da benção religiosa para funcionar – assuntos da açada do

⁶³⁵ AHU – ACL – CU - 019, Caixa 9, Documento 574. Disponível em: <http://bdib.bn.br/acervo/handle/123456789/162705>. Acesso em 19 jan 2016.

governo secular, bastando aos bispos que estivessem bentas, cercadas e tratadas com decência.

Já as necrópoles antigas, uma vez fechadas, deveriam observar a mesma decência no trato com os restos mortais ali existentes, embora isso não impedisse *usos secundários* para o espaço, como ocorreu em Porto Alegre e Piratini. Sendo a estrutura construída sobre o cemitério da Matriz de uso religioso, e não profano, problema algum viu Sebastião em erigir sobre os ossos o seu Seminário.

Ao longo dessa dissertação procurei narrar uma só história, contada em tempos diferentes, com linguagens e atores distintos. Iniciei tentando provar por que era importante compreender que a escrita da história é um ato político e repleto de interesses, motivos pelos quais, acredito, a história desse cemitério nunca foi abordada, tendo sido o mesmo parcialmente esquecido. Passei, então, para uma apresentação desse espaço, desde a sua origem até o seu fechamento, mostrando como o mesmo se vinculava estreitamente à cidade que o utilizou por oito décadas. Por fim, tratei dos embates dos poderes em fechá-lo, quando o modelo pelo qual o mesmo funcionava não servia mais para a cidade moderna. Com o quarto capítulo, tratei do que foi feito do espaço, até os dias de hoje.

O que se iniciou como uma pesquisa que parecia fadada ao fracasso pela impossibilidade de se alcançar as vozes do clero local a partir de seus próprios textos, acabou atingindo resultados muito além dos esperados a partir de uma análise exaustiva em uma longa série documental de óbitos, que analisados em sua totalidade, acabaram revelando um cotidiano que ansiei em observar.

Assim, concluindo agora essa longa pesquisa, creio ter demonstrado o que era e como funcionou o cemitério da igreja matriz Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, e como esse espaço conciliou, em si, representações tão diferentes ao longo das décadas. Representações que não cessaram de existir, mesmo após a vitória da Reforma Cemiterial, pois, séculos depois do ocorrido, ainda agrega em si novos valores: chegou ao século XXI transformado, de necrópole à foco de doenças, de canteiro de obras à sítio arqueológico.

Documentação consultada

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

Arquivo pessoal do Pe. Ruben Neis;
Catálogo I-1 Visitações;
Catálogo I-4B.2.2.1/1 Conta corrente das obras do Seminário Episcopal;
Catálogo I-4B.2.2.1/2 Conta corrente das obras do Seminário Episcopal;
Catálogo III-1.1.18/2 Correspondência expedida pelo Bispado;
Fotografias da igreja matriz; do Seminário Episcopal; e da construção da Catedral;
Fundo documental sobre o Seminário Episcopal, levantado pelo Pe. Ruben Neis;
Jornal A Estrella do Sul, entre setembro de 1865 e fevereiro de 1866;
Livros 1º a 7º de óbitos livres da Madre de Deus;
Livros 1º a 5º de óbitos escravos da Madre de Deus;
Livro 1º de óbitos livres do Rosário;
Livro 1º de óbitos escravos do Rosário;
Livro 1º de óbitos de Viamão.

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

Atas de Verença, volumes 9 a 18 (1832 a 1877);
Fundo Concelho Municipal, Construção e Melhoramentos do Município, Caixas 7 e 10.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Códices de documentos emanados do Governo Central, Correspondência recebida pelos governantes do Rio Grande do Sul de Ministros e outras autoridades do Governo Central, maço B-1.05;

Fundo Documental Assuntos Religiosos, Caixas AR2, 5, 7 e 10.

Arquivo Histórico Ultramarino:

Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), 019, Caixa 9.⁶³⁶

Arquivo Público do Rio Grande do Sul:

1º Cartório Sumário Júri, maço 37, auto 1128, 1866.

⁶³⁶ Disponíveis em: <http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/162178>.

Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre:

Atas da Mesa Administrativa, Livro 5, 1843-1850

Copia do Regimento para o Cemitério da Cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: Typographia de Claudio Dubreuil, 1849;

Regulamento do Cemitério da Cidade de Porto Alegre: Aprovado pela lei provincial n. 1873 de 18 de Junho de 1889. Porto Alegre: Typographia da Livraria Americana, 1889;

Livro 1º de óbitos livres;

Livro 1º de óbitos escravos.

Center for Research Libraries/Brazilian Government Documents:⁶³⁷

Relatorio com que abriu a primeira sessão ordinaria da segunda legislatura da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul no 1.o de março de 1846, o exm.o sr. conde de Caxias, presidente da mesma provincia. Porto Alegre, Typ. de I.J. Lopes, 1846;

Relatorio do Estado da Provincia do Rio Grande de S. Pedro apresentado ao Exmo. Sr. Conselheiro José Antonio Pimenta Bueno pelo Tenente General Francisco José de Souza Soares de Andréa. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1850;

Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no. 1.o de outubro de 1850; acompanhado do orçamento da receita e despeza para o anno de 1851. Porto Alegre, Typ. de F. Pomatelli, 1850;

Relatorio do Presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1853. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1853;

Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1854;

Relatorio com que o Dr. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu entregou a Presidencia da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Vice-Presidente Dr.

⁶³⁷ Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul.

Luis Alves Leite de Oliveira Bello no dia 30 de Junho de 1855. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1855;

Relatório com que o Conselheiro Barão de Muritiba entregou a Presidencia da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm. Sr. Presidente e Comandante das Armas, Conselheiro e General Jeronymo Francisco Coelho no dia 28 de Abril de 1856. Porto Alegre: Typographia do Mercantil á Rua da Praia nº 393, 1856;

Relatório do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Jeronymo Francisco Coelho, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1856;

Relatorio do vice-presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o commendador Patricio Correa da Camara, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 11 de outubro de 1857. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1857;

Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1.a sessão da 8.a legislatura. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1858;

Relatorio apresentado a Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 2.a sessão da 8.a legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1859;

Relatorio apresentado á Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 1.a sessão da 9.a legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1860;

Relatorio com que o conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão entregou a presidencia da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao exm. sr. vice-presidente, commendador Patricio Correa da Camara. Porto Alegre, Typ. do Jornal A Ordem, 1861;

Relatorio apresentado pelo presidente da provincia do Rio Grande do Sul, desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, na 1.a sessão da 10.a legislatura da Assembléa Provincial. Porto Alegre, Typ. do Jornal A Ordem, 1862;

Relatorio apresentado pelo presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, dr. Espiridião Eloy de Barros Pimental, na 2.a sessão da 10.a legislatura da Assembléa Provincial. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1863;

Relatorio do Vice-Presidente da Provincia Dr. Antonio Augusto Pereira da Cunha, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. 1866;

Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Americo de Moura Marcondes de Andrade passou a administração desta Provincia ao Exm. Sr. Dr. Felisberto Pereira da Silva no dia 26 de Janeiro de 1879. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1879.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional:⁶³⁸

A Federação, Porto Alegre, de 28/12/1904; 29/11/1909; 12/04/1920; 04/05/1920; 27/05/1920; 18/09/1920; 13/12/1920; 21/01/1928; 20/03/1928; 22/03/1928; 13/04/1942.

O Comércio, Caxias do Sul, de 13/04/1942.

O Riograndense, Rio Grande, de 09/10/1849.

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul:

A História de Porto Alegre no Boletim Municipal. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2009. 1 CD-ROM;

Cartografia virtual histórica-urbana de Porto Alegre. Século XIX e início do XX. Edição em CD-Room, 2005.

Museu da Comunicação Hipólito José da Costa:

Correio do Povo, Porto Alegre, de 27/10/1852; 22/07/1920; 22/08/1920.

A Reforma, Porto Alegre, de 02/07/1869.

Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo:

CAPPELLETTI, Angela Maria. **Relatório Final Fase 1 - Monitoramento Arqueológico nas obras de Implantação de rede de drenagem pluvial e escavação para área de estacionamento no terreno da Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre, sede da Cúria Metropolitana – RS.** Volumes I, II e III. Novembro de 2013.

Fototeca Sioma Breitman, fotografias da igreja Madre de Deus e arredores.

⁶³⁸ Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>.

Referências bibliográficas

ANTONIOLLI, Juliano Francesco. **Através do Passado**: crônica, biografia e memória na série pedagógica de Achylles Porto Alegre (1916-1920). Porto Alegre: PPG História/UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2011.

ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente**: Da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

_____. **O Homem diante da Morte**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

ARQUIVO Público Mineiro. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano XXIV, Vol. 1, 1933.

BAYARD, Jean-Pierre. **Sentido oculto dos ritos mortuários**. São Paulo: Paulus, 1996.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendentés**. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

BALÉM, João Maria, Padre. A Paróquia de Nossa Senhora Madre de Deus (1772-1940). In: **Porto Alegre**: Biografia duma cidade. Porto Alegre: Tipografia do Centro S.A., 1940.

_____. **A Primeira Paróquia de Porto Alegre**: Nossa Senhora Madre de Deus (1772-1940). Porto Alegre: Tipografia do Centro S/A, 1941.

_____. **A Catedral de Porto Alegre**. Porto Alegre: Edmundo Luis Kunz, 1956.

BAREA, José, Bispo. **História da igreja de Nossa Senhora do Rosário**. Porto Alegre: EST Edições, 2004.

BARRETO, Lima. **A Nova Califórnia**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BARROSO, Vera Lúcia (Org.). **Do Morro Santana, a cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal de Cultura, 2004.

BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. Sob o céu que nos protege: o Cemitério dos Ingleses (RJ). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História Anpuh**. São Paulo, jul/2011.

Begliomini, Helio. Giovanni Battista Libero Badaró. **Biografias de acadêmicos da Academia de Medicina de São Paulo**. Disponível em: <http://www.academiamedicinasapaulo.org.br/?pg=biografias&idioma=1>.

BENTO, Cláudio Moreira. A participação militar de São Paulo na Guerra de Reconquista do Rio Grande do Sul aos espanhóis. **O Tuiuti**: Boletim Profissional de História Militar, n. 104, p. 4-14, jan. 2014.

BERUTE, Gabriel Santos. Com quem casar, a quem apadrinhar: notas de pesquisa sobre matrimônio e relações de compadrio na comunidade mercantil de Porto Alegre (primeira

metade do século XIX). In: **XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento Histórico e Diálogo Social**, Natal/RN, 2013.

BERWANGER, Ana Regina; OSÓRIO, Helen; SOUZA, Suzana Bleil de. **Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania do Rio Grande do Sul existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa**. Porto Alegre: IFCH, UFRGS; CORAG, 2001.

BETHENCOURT, Francisco. Political configurations and local powers. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo R. (Orgs.) **Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BÍBLIA Sagrada: traduzida da vulgata e anotada pelo Pe. Matos Soares. 6º edição. São Paulo: Edições Paulinas, 1933.

BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Ultramarinas e governo do Império. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.) **O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Dos “Estados nacionais” ao “sentido da colonização”: história moderna e historiografia do Brasil colonial. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel & GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **Cultura política e leituras do passado**. Historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BITENCOURT, Daiane Brum. **Para sua saúde e vigor: Práticas de cura e medicamentos populares em Porto Alegre (1776-1936)**. Porto Alegre: PPG História/PUCRS, Dissertação de Mestrado, 2011.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino...** Vol. 4. Coimbra: Collegio das Artes da Cia. de Jesus, 1713.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino...** Vol. 1. Coimbra: Collegio das Artes da Cia. de Jesus, 1728.

BORGES FORTES, Amyr. **Compêndio de História do Rio Grande do Sul**. 5º edição. Porto Alegre: Sulina, 1976.

_____; WAGNER, João B. S. **História Administrativa, Judiciária, e Eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1963.

BORGES FORTES, João. **Casaes**. Rio de Janeiro: Edição do Centenário Farroupilha, 1932.

_____. **Troncos Seculares: O povoamento do Rio Grande do Sul**. 2º edição. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

BOXER, Charles. **O império marítimo português – 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAET, Herman & VERBEKE, Werner (Eds.). **A Morte na Idade Média**. São Paulo: EDUSP, 1996.

BRIZOLA, Jaqueline Hasan. **A terrível moléstia: Vacina, epidemia, instituições e sujeitos: a história da varíola em Porto Alegre no século XIX (1846-1874)**. Porto Alegre: PPG História/UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2014.

BRUNA, Gilda Collet. Paradigmas urbanístico-ambientais das cidades luso-brasileiras. In: LOBO, Manuel Leal da Costa & SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo (Orgs.). **Urbanismo de Colina: Uma tradição luso-brasileira**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mackpesquisa e IST Press, 2012.

CAMPOS, Adalgisa A. Locais de sepultamento e escatologia através de registros de óbitos da época barroca. **Varia Historia**, n. 31, jan. 2004.

CAPPELLETTI, Angela Maria. **Relatório Final Fase 1 - Monitoramento Arqueológico nas obras de Implantação de rede de drenagem pluvial e escavação para área de estacionamento no terreno da Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre, sede da Cúria Metropolitana – RS**. Volumes I, II e III. Novembro de 2013.

CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha; PENNA, Rejane; OLIVEIRA, Paulo Marsiaj. **Porto Alegre de Aldeia à Metrópole**. Porto Alegre: Metrópole S.A., 1992.

CARVALHO, Mário Teixeira de. **Nobiliário Sul-Riograndense**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

CASAL, Manoel Aires de. **Corografia Brazilica ou Relação histórico-geografica do Reino do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.

CATROGA, Fernando. Revolução e secularização dos cemitérios em Portugal. In: FLORES, Francisco Mota. **Cemitérios de Lisboa: entre o real e o imaginário**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1993.

_____. **O céu da memória: Cemitério romântico e culto cívico dos mortos**. Coimbra: Minerva, 1999.

CEPOLLARO, Laura J. Casais (Algumas notícias de açorianos). In: IHGRGS. **Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia: Comemorativo ao Bicentenário da colonização de Porto Alegre**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, vol. 2, 1940.

CHAVES, Antônio José Gonçalves. **Memórias ecônomo-políticas sobre a Administração Pública do Brasil**. 4ª edição. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

CHEUICHE, Dom Antônio do Carmo. **Catedral Metropolitana de Porto Alegre: Guia histórico-artístico**. Porto Alegre: Diagramme Produções, 2012.

CYMBALISTA, Renato. **Cidades dos Vivos: Arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2002.

_____. **Sangue, ossos e terras:** Os mortos e a ocupação do território luso-brasileiro (séculos XVI e XVII). São Paulo: Alameda, 2011.

COMISSOLI, Adriano. **Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808).** Niterói: PPG História/UFF, 2006.

_____. **Os “homens bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808).** Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008.

_____. **A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.).** Rio de Janeiro: PPG História/ UFRJ, Tese de Doutorado, 2011.

_____. Porto Alegre oitocentista: Misericórdia, jantares e teatro. **Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: Histórias Reveladas IV.** Porto Alegre: Evangraf; ISCMPA, 2015.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores:** O olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CORUJA, Antônio Alvares Pereira. **Antigualhas:** Reminiscências de Porto Alegre. Porto Alegre: ERUS, 1983.

_____. **Antigualhas:** Reminiscências de Porto Alegre. 2º edição revisada e ampliada. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1996.

COSTA, Adroaldo Mesquita da. Discurso proferido a 24 de março de 1972, na Câmara Municipal de Porto Alegre. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: IHGRGS, n. 21, 1975.

COSTA E SILVA, Riograndino da. Do Porto dos Casais à Grande Porto Alegre (1974). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: IHGRGS, n. 21, 1975.

COUTO E SILVA, Morency; PIRES, Arthur Porto; SCHIDROWITZ, Léo Jerônimo. **Rio Grande do Sul:** Imagem da Terra Gaúcha. Porto Alegre: Editora Cosmos Ltda., 1942.

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DE PARANHOS ANTUNES, Deoclécio. Porto Alegre no século XVIII. In: IHGRGS. **Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia:** Comemorativo ao Bi-centenário da colonização de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, vol. 3, 1940.

DIAS, Maria Odila Leite. **A interiorização da metrópole e outros estudos.** São Paulo: Alameda, 2005.

DIAS, Vitor Manuel Lopes. **Cemitérios, jazigos e sepulturas:** Estudo histórico, artístico, sanitário e jurídico. Coimbra: Edição do Autor; Coimbra Editora Ltda., 1963.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARINHA, Augusto R. S. B. **Diccionario Aristocratico que contém todos os alvarás de foros de fidalgos da casa real, médicos, reposteiros e porteiros da Real Camara, títulos e cartas do conselho...** Lisboa: Typ. do Panorama, 1867.

FERNANDES, Domingos José. A Primeira História Gaúcha. **Pesquisas História**. Porto Alegre: Instituto Anchieta de Pesquisas, n. 15, ano 5, 1961.

FERREIRA, Athos Damasceno. **Imagens Sentimentais da Cidade**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1940.

_____. **Artes Plásticas no Rio Grande do Sul (1755-1900)**. Porto Alegre: Editora Globo, 1971.

FERREIRA FILHO, Arthur. A Fundação de Porto Alegre (Fala à Câmara Municipal em 20/04/1971). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: IHGRGS, n. 21, 1975.

FIGUEIRÓ, Raquel Braun. **Os deslocamentos do Leão: Uma análise da trajetória do médico Sebastião Leão em um contexto racializado – Porto Alegre de 1866 até 1903**. Porto Alegre: Departamento de História/UFRGS, Trabalho de Conclusão de Curso, 2007.

FLORES, Ana Paula Marquesini. **Descanse em paz: testamentos e cemitério extramuros na Santa Maria de 1850 a 1900**. Porto Alegre: PPG História/PUCRS, Dissertação de Mestrado, 2006,

FLORES, Moacyr. Povoamento e fundação de Porto Alegre. In: FLORES, Hilda Agnes Hübner (Org.). **Porto Alegre: História e Cultura**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

_____. Origem e fundação de Porto Alegre. In: DORNELLES, Beatriz (Org.). **Porto Alegre em destaque: História e Cultura**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2004.

FORTINI, Archymedes. **Porto Alegre através dos tempos**. Porto Alegre: Divisão de Cultura, 1962.

_____. **Histórias da nossa história**. Porto Alegre: Editora Grafipel, 1966.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. **Tempo**, vol. 14, nº 27, dez. 2009.

FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: _____; GOUVÊA, M^a de Fátima

(Orgs.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRANCO, Álvaro; COUTO E SILVA, Morency; SCHIDROWITZ, Léo Jerônimo (Orgs.) **Porto Alegre: Biografia duma cidade.** Porto Alegre: Tipografia do Centro S.A., 1940.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre e seu comércio.** Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983b.

_____. **Porto Alegre Guia Histórico.** Porto Alegre: Editora da Universidade, 1988.

_____. **História Ilustrada de Porto Alegre.** Porto Alegre: Gráficas Rioplatense S.A., JÁ Editores, 1997.

_____. **Gente e espaços de Porto Alegre.** Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

_____. **Dicionário político do Rio Grande do Sul 1821-1937.** Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.

_____. **Porto Alegre sitiada.** Porto Alegre: Editora da cidade, 2011.

_____. **Porto Alegre ano a ano: Uma cronologia histórica 1732/1950.** Porto Alegre: Letra&Vida, Editora da Cidade, 2013.

_____; STIGGER, Ivo. **Santa Casa 200 anos: Caridade e Ciência.** Porto Alegre: Editora da ISCMPA, 2003.

GOMES, Luciano Costa. **Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802.** Porto Alegre: PPG História/UFRGS, Dissertação de mestrado, 2012.

GONÇALVES, Pablo. **Histórico da população de Porto Alegre através de ferramentas anatômicas: Um estudo preliminar.** Porto Alegre: PUCRS, 2012.

HASTENTEUFEL, Zeno, Padre. **Dom Feliciano na igreja do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Livraria Editora Acadêmica Ltda., 1987.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História.** 2ª edição, 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL – IHGRS. A fundação de Porto Alegre e o IHGRS. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: IHGRGS, n. 21, 1975.

KÜHN, Fábio. **O projeto reformador da diocese do Rio de Janeiro: as visitas pastorais no Rio Grande de São Pedro (1780-1815).** Porto Alegre: PPG História/UFRGS, Dissertação de Mestrado, 1996.

_____. **Breve História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

_____. O Almanaque da Vila de Porto Alegre: Uma leitura do Rio Grande em 1808. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – RS em 1808**. Porto Alegre: IHGRGS, n. 143, ano 88, 2008.

_____. Um governador em apuros - A trajetória administrativa de José Marcelino de Figueiredo (Rio Grande de São Pedro, 1769-1780). In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Orgs.). **Temas Setecentistas: Governos e populações no Império Português**. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2009.

_____. **Gente da Fronteira: Família e Poder no Continente do Rio Grande (Campos de Viamão, 1720-1800)**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

LAUWERS, Michel. **O nascimento do cemitério: Lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente medieval**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

LAZZARI, Alexandre. **Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)**. Campinas: PPG História/ Unicamp, Tese de Doutorado, 2004.

LAZZAROTTI, Marcelo dos Santos. **Arqueologia da Margem: Porto Alegre: Formação de uma cidade portuária (do século XVIII a meados do século XIX)**. Porto Alegre: PPG História/PUCRS, Dissertação de mestrado, 2013.

LEÃO, Sebastião. Os Fundadores de Porto Alegre. In: PIMENTEL, Fortunato (Org.). **Aspectos Gerais de Porto Alegre**. 2 volumes. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial do Estado, 1945.

LEÃO, Sebastião. **Datas Rio-Grandenses**. Porto Alegre: Divisão de Cultura, Secretaria de Educação e Cultura, 1962.

LE GOFF, Jacques. **O Nascimento do Purgatório**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995

_____. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

LIMA, Afonso Guerreiro; ROSA, Otelo; VELLINHO, Moyses. Parecer de 1º de dezembro de 1953 ao Prefeito Ildo Meneghetti. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: IHGRGS, n. 21, 1975.

LIMA, Olympio de Azevedo. **Dados Estatísticos do Município de Porto Alegre, organizados em 1912, pelo 2º escriptuário**. Porto Alegre: Livraria do Commercio, 1912.

_____. **Recenseamento da População do Município de Porto Alegre, mandado executar pela Intendência Municipal, em Novembro de 1921, e outros apontamentos sobre o mesmo Município, organizados pelo 1º escriptuário**. Porto Alegre: Livraria do Commercio, 1922.

LOBO, Manuel Leal da Costa & SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. Introdução. In: _____ (Orgs.). **Urbanismo de Colina: Uma tradição luso-brasileira**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mackpesquisa e IST Press, 2012.

LOPES FILHO, João Simões. **Furtado de Mendonça: Descendência de Antônio Furtado de Mendonça.** Disponível em: <http://www.cbg.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/07/furtado-mendonca.pdf>.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Porto Alegre – Origem e Crescimento.** Porto Alegre: Sulina, 1968.

_____. **Porto Alegre: História e vida da cidade.** Porto Alegre: Edições URGs, 1973.

_____. **História de Porto Alegre.** Porto Alegre: UFRGS, 1993.

_____. **O Aniversário de Porto Alegre.** Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal de Cultura, 2004.

MACEDÔNIA, Leonardo. Discurso de Abertura do III Congresso Sul Riograndense de História e Geografia. In: IHGRGS. **Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia: Comemorativo ao Bi-centenário da colonização de Porto Alegre.** Porto Alegre: Prefeitura Municipal, vol. 1, 1940.

MAGALHÃES, Manuel Antônio de. Almanaque da Vila de Porto Alegre com reflexões políticas interessantes sobre o estado atual da Capitania do Rio Grande de São Pedro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – RS em 1808.** Porto Alegre: IHGRGS, n. 143, ano 88, 2008.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. **Varia Historia,** n. 31, jan. 2004.

MARTINS, José de Souza (Org.). **A morte e os mortos na sociedade brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1983.

MARTINS, Liana Bach. **A Geografia Histórica de Porto Alegre através de três olhares: 1800-1850.** (RS). Porto Alegre: PPG Geografia/UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2008.

MARTINS, Lilian Al-Chuyer Pereira; MARTINS, Roberto de A. **Infecção e higiene antes da teoria microbiana: a história dos miasmas.** Disponível em: <http://www.ghc.usp.br/server/pdf/ram-Miasmas-Sci-Am.PDF>.

MARTINS, Marisângela T. A. **A esquerda de seu tempo: Escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre, 1927-1957).** Porto Alegre: PPG História/UFRGS, Tese de Doutorado, 2012.

MARX, Murillo. **Nosso chão: do sagrado ao profano.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

MATOS, Paulo Teodoro de; SOUSA, Pablo Silveira e. A Estatística da População na América Portuguesa, 1750-1820. **Memórias: Revista Digital de Historia y Arqueologia desde el Caribe,** vol. 25, jan./abr. 2015.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: _____. **Sociologia e antropologia**. Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2003.

MEIRELLES, Pedro von Mengden. **Geografia Social da Morte: Uma análise espacial do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre**. Porto Alegre: Departamento de História/UFRGS, Trabalho de Conclusão de Curso, 2010.

_____. A criação do Cemitério da Santa Casa e o contexto da Reforma Cemiterial em Porto Alegre (Séc. XIX). In: **Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: Histórias Reveladas IV**. Porto Alegre: Evangraf; ISCMPA, 2015.

MENEGHETTI, Ildo. Ofício nº 1290 de 29 de outubro de 1953 ao IHGRGS. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: IHGRGS, n. 21, 1975.

MIRANDA, Marcia Eckert. **Continente de São Pedro: Administração Pública no Período Colonial**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; CORAG, 2000.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas: História e Memória da Cidade**. Porto Alegre: Edipucrs, 2006.

_____. **Breve História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. da Cidade; Letra & Vida, 2012.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; QUEIROZ, Fabiano Fischer de. E o cadáver é escravo: Comentários sobre doença e morte entre a população cativa de Porto Alegre no século XIX (1830-1834). In: ÁVILA, Vladimir Ferreira de (Org.). **Anais da V Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2007.

MOTTA, Carlos Alberto Pippi da. (Org.). **Histórias de Porto Alegre contadas por seus cidadãos**. Porto Alegre: Conselho de Cidadãos Honorários de Porto Alegre, 2009.

NASCIMENTO, Mara Regina do. **Irmandades leigas em Porto Alegre: Práticas funerárias e experiência urbana séculos XVIII-XIX**. Porto Alegre: PPG História/UFRGS, Tese de Doutorado, 2006.

NEDEL, Leticia. A recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 13, 2007.

NEIS, Ruben, Padre. **Porto dos Casais – Criação da Freguesia – Fundação de Porto Alegre**. Porto Alegre: Metrópole S.A., 1972

_____. **Guarda Velha de Viamão: No Rio Grande miscigenado surge Santo Antônio da Patrulha**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Sulina, 1975b.

_____. As sepulturas dos Bispos de Porto Alegre. **Separata do Guia da Arquidiocese de Porto Alegre**, 1986-1987.

NOAL FILHO, Valter Antonio; FRANCO, Sérgio da Costa. **Os viajantes olham Porto Alegre: 1754-1890**. Santa Maria: Anatterra, 2004a.

_____. **Os viajantes olham Porto Alegre: 1890-1941**. Santa Maria: Anatterra, 2004b.

OLIVEIRA, Clóvis Silveira de. **A Fundação de Porto Alegre: Dados Oficiais**. Porto Alegre: Gráfica Norma, 1987.

_____. **Porto Alegre: A cidade e sua formação**. 2ª edição. Porto Alegre: Metrópole S.A., 1993.

OLIVEIRA, Daniel. **Morte e vida feminina: Mulheres pobres, condições de saúde e medicina da mulher na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1880-1900)**. Porto Alegre: PPG História/UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2012.

_____. Registrando a morte, refletindo vidas: Reflexões metodológicas sobre os livros de óbito da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre como fonte para a história social. In: **Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: Histórias Reveladas III**. Porto Alegre: Evangraf; ISCMPA, 2013.

O RIO GRANDE DO SUL EM 1852: Aquarelas de Hermann Rudolph Wendroth. Guaíba: Riocell, 1982.

PAGOTO, Amanda Aparecida. **Do âmbito sagrado da igreja ao cemitério público: Transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860)**. Coleção Teses e Monografias, 7. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 7ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

_____. A construção de uma Porto Alegre imaginária – uma cidade entre a memória e a história. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos & NEUMANN, Eduardo Santos (Orgs.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

PEVSNER, Nikolaus. **Panorama da Arquitetura Ocidental**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PIMENTEL, Fortunato (Org.). **Aspectos Gerais de Porto Alegre**. 2 volumes. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial do Estado, 1945.

PHILIPP, R.; VARGAS, J.; BENEDETTI, V. A memória geológica do centro antigo de Porto Alegre: o registro da evolução urbana nos prédios históricos e no urbanismo da cidade. **Pesquisas em Geociências**, n. 36, jan/abr 2009.

PORTO, Aurélio. Velhos Troncos Brasileiros XII: Os Casados, do Rio Grande do Sul. **Carta Mensal: Colégio Brasileiro de Genealogia**, ano XIII, n. 59, mai/jun 2001.

PORTO ALEGRE, Achylles. **Contos e Perfis**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1910.

_____. **Folhas caídas**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1912.

_____. **Homens Ilustres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typ. do Centro, 1º edição, 1916.

_____. **Homens Ilustres do Rio Grande do Sul**. Livraria Selbach, 2º edição, 1917.

_____. **Vultos e Factos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1919.

_____. **Através do Passado**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1920a.

_____. **Flôres entre ruínas**. Porto Alegre: Oficinas Graphics Wiedemann & Cia, 1920b.

_____. **Jardim de saudades**. Porto Alegre: Oficinas Graphics Wiedemann & Cia, 1921.

_____. **Paizagens mortas**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922a.

_____. **Noutros tempos**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922b.

_____. **Homens do Passado**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922c.

_____. **Serões de inverno**. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1923a.

_____. **À sombra das Árvores**. Porto Alegre: Livraria Selbach de J. R. da Fonseca & Cia., 1923b.

_____. **Noites de luar**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1923c.

_____. **Palavras ao vento**. Porto Alegre: Livraria Selbach de J. R. da Fonseca & Cia., 1925a.

_____. **À Beira do Caminho**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925b.

PORTO ALEGRE, Augusto. **A Fundação de Porto Alegre**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1906.

_____. **A Fundação de Porto Alegre**. 2º edição. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1909.

PROJETO UNIARQ. **Arquitetura Comemorativa**: Exposição do Centenário Farroupilha 1935. Porto Alegre: Faculdade de Arquitetura; UFRGS, 1999.

PUFAL, Diego de Leão. O cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre antes de 1850. **Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: Histórias Reveladas IV**. Porto Alegre: Evangraf; ISCMPA, 2015.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Memória e Identidade: Reformas urbanas e arquitetura cemiterial na região cacaueira (1880-1950)**. Ilhéus: Editus, 2005.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

_____. **Nas fronteiras do Além: A secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005.

_____; LOPES, Fábio Henrique (Orgs.) **Sentidos da morte e do morrer na Ibero-América**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

RODRIGUES, José Honório. **O Continente do Rio Grande (1680-1807)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RUBERT, Arlindo, Padre. **História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial (1626-1822)**. Porto Alegre: EdPUCRS, 1994.

_____. **História da Igreja no Rio Grande do Sul: Época Imperial (1822-1889)**. Vol. 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

RÜDIGER, Selbat. A Formação de Porto Alegre. In: QUINTANA, Mário et. al. **Porto Alegre Ontem e Hoje**. Porto Alegre: Movimento, 1971.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos: A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

SANHUDO, Ary da Veiga. **Porto Alegre Crônicas da minha cidade**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1975.

_____. **Porto Alegre Crônicas de minha cidade**. 2º edição. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1979.

AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. **A verdadeira religião; O cuidado devido aos mortos**. São Paulo: Paulus, 2002.

SCHMIDT, Juliana. **Mortes vitorianas: Corpos, luto e vestuário**. São Paulo: Alameda, 2010.

SCHMITT, Jean-Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos. Gentes das Ilhas: repensando a migração do Arquipélago dos Açores para a capitania do Rio Grande de São Pedro no século XVIII. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos; MATOS, Paulo

Teodoro (Orgs.). **Gentes das Ilhas**: Trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790. São Leopoldo: Oikos, 2014.

_____.; SCOTT, Dario. Análise quantitativa de fontes paroquiais e indicadores sociais através de dados coletados para Sociedades de Antigo Regime. **Mediações**: Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 18, n. 1, 2013.

SILVA, Lucas Silva da. Cemitério da Matriz: a primeira necrópole de Porto Alegre. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul**: Arte, Sociedade, Ideologia. 2º edição. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

SILVA, Sarah Calvi Amaral. **Africanos e afro-descendentes nas origens do Brasil**: Raça e Relações raciais no II Congresso Afro-brasileiro de Salvador (1937) e no III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia do IHGRS (1940). Porto Alegre: PPG História/UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2010.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. **Dois pra lá, dois pra cá**: O Parthenon Litterário e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX. Porto Alegre: PPG História/UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2008.

SILVEIRA, Daniela Oliveira. **“O passado está prenhe do futuro”**: A escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-1930). Porto Alegre: PPG História/UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2008.

SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira. Grupos domésticos, comportamento de consumo e louças: o caso do Solar Lopo Gonçalves. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, 1997.

SORIO, Livia. **Cemitérios da Província**: História e arte cemiterial em Porto Alegre. Porto Alegre: Edição do Autor, 2009.

SOUZA, Laura de Mello. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **O sol e a sombra**: Política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA DOCA, José Fernandes de. **O Bi-Centenário da Colonização de Porto Alegre**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1941.

SPALDING, Walter. Cinco documentos interessantes. In: IHGRGS. **Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia**: Comemorativo ao Bicentenário da colonização de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, vol. 2, 1940a.

_____. Parecer sobre a monografia de De Paranhos Antunes. In: IHGRGS. **Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia**: Comemorativo ao Bicentenário da colonização de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, vol. 1, 1940b.

_____. **Porto Alegre – Retrato de uma Cidade**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1940c.

_____. História da Cidade de Porto Alegre por dois séculos. In: **Porto Alegre: Biografia duma cidade**. Porto Alegre: Tipografia do Centro S.A., 1940d.

_____. Noticiário. **Boletim Municipal**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, vol. IX, ano VIII, nº 23, jan.-mar. 1946.

_____. **Porto Alegre**. São Paulo, Habitat, 1953.

_____. **A Beneficência Portuguesa**. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Terezinha Ltda., 1954.

_____. **Pequena História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Sulina, 1967.

TAVARES, Mauro Dillmann. **Irmandades, Igreja e Devoção no sul do Império do Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

_____. **Morte e práticas fúnebres na secularizada república: Irmandade e o Cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre na primeira metade do século XX**. São Leopoldo: PPG História/UNISINOS, Tese de Doutorado, 2013.

TEIXEIRA, Manuel C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

TELLES, Leandro da Silva. **A Praça do Portão e o Viaduto Loureiro da Silva**. Porto Alegre: Gabinete Municipal de Coordenação e Planejamento, 1970.

_____. **Crônicas das Ruas de Porto Alegre**. Porto Alegre: Gabinete Municipal de Coordenação e Planejamento, vol. 1, 1971.

_____. **Porto Alegre Antigo**. Série Raízes Gaúchas, vol. 2. Porto Alegre: Painel Editora, 1980.

TELLES, Vicente Coelho de Seabra Silva. **Memória sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadáveres nos templos e Methodo de os prevenir...** Lisboa: Fr. José Mariano Velloso, 1800.

THIBAUT-PAYEN, Jacqueline. **Les morts, l'Église et l'État: recherches d'histoire administrative sur la sépulture et les cimetières dans le ressort du parlement de Paris aux XVII et XVIII siècles**. Paris: Éditions Fernand Lanore, 1977.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas - RS: 1847-1922**. Porto Alegre: PPG História/PUCRS, Dissertação de Mestrado, 2007.

TUPI CALDAS, Jaci. Porto Alegre – Síntese Histórica – De estância à capital. In: IHGRGS. **Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia:**

Comemorativo ao Bi-centenário da colonização de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, vol. 3, 1940a.

_____. Colonato Lusitano em Porto Alegre. In: **Porto Alegre: Biografia duma cidade.** Porto Alegre: Tipografia do Centro S.A., 1940b.

VAILATI, Luiz Lima. **A morte menina:** Infância e morte no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010.

VALLADARES, Clarival do Prado. **Riscadores de milagres:** Um estudo sobre arte genuína. Rio de Janeiro: Superintendencia de difusão cultural da secretaria de educação do estado da Bahia, 1967.

_____. **Arte e Sociedade nos cemitérios brasileiros:** Um estudo da arte cemiterial ocorrida no Brasil, desde as sepulturas de igrejas e as catacumbas do ordens e confrarias até as necrópoles secularizadas. 2 volumes. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura; Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1972.

VARELA, Deusino (Org.) **História Popular de Porto Alegre.** Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1940.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889).** Porto Alegre: PPG História/UFRGS, 2007.

VASCONCELLOS, Barão de. **Archivo Nobiliarchico Brasileiro.** Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.

VELLINHO, Moysés. O Fundador de Porto Alegre. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: IHGRGS, n. 21, 1975.

VERISSIMO, Erico. **O Tempo e o Vento, parte I:** O Continente I. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

VIDE, Sebastião Monteiro da, Arcebispo. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.** Brasília: Edições do Senado Federal, 2001.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo:** Uma história da Higiene Corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VOVELLE, Michel. **As Almas do Purgatório:** ou O Trabalho de Luto. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

WEBER, Beatriz Teixeira. **Código de Posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX.** Porto Alegre: PPG História/UFRGS, Dissertação de Mestrado, 1992.

WEIMER, Günther. **Origem e evolução das cidades rio-grandenses.** Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

_____. **Arquitetos e construtores rio-grandenses na Colônia e no Império**. Santa Maria: Editora UFSM, 2006.

WEISS-KREJCI, Estella. Unusual life, unusual death and the fate of the corpse: A case study from Dinastic Europe. In: MURPHY, Eileen M. (Edit.). **Deviant burial in the archaeological record**. Oxford: Oxbow Books, 2008.

XAVIER, Paulo. Porto Alegre: Origem do agrupamento urbano (artigo ao Correio do Povo de 6/07/1957). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: IHGRGS, n. 21, 1975.

Anexos

1- Carta de Dom Feliciano ao Ministro dos Negócios Eclesiásticos em 26 de maio de 1858:

Illmo. Exmo. Sr. Já tive a honra, logo que V. Sa. Entrou na posse do Ministério da Justiça, de fazer á V. Exma. a devida participação a cerca da existência de um Seminário creado provisoriamente na casa de minha residência, em quanto não se edificava um já em projecto, e também ácerca do estado em que se achava o referido Seminario, e das aulas no mesmo existentes, e da maneira por que aquelle e estas se conservavão: tenho agora a de repetir á V. Exa. que ainda existem as 3 aulas de que já tive a honra de fazer sciente a V. Exa., sendo uma dellas a de Latim, cujo Professor tem sido o Padre Francisco das Chagas Martins Avila e Souza desde o começo da creação do seminário referido, pouco depois de minha posse deste Bispado a 3 de julho de 1853, tendo antes tido a honra de pedir para isso venia a S. M. O Imperador, e ocupa essa Cadeira o referido Padre sem Provimento, por que sem ele principiou a exercel-a, e sem ele tem continuado. Segui-se a esta aula, por algum tempo única no Seminário, a necessidade da creação de duas outras – a de Theologia Dogmatica, convertida depois da de Philosophia e Rhetorica regidas pelo Padre João de Santa Barbara, e ade Theologia e Moral pelo Padre Vicente Zeferino Dias Lopes, creadas por Provimento meu a 28 de Fevereiro de 1855; e dellas teve lugar a abertura no dia 3 de Março na Igreja Cathedral com a assistência da 1.^a autoridade da Provincia, e das pessoas mais gradas e respeitáveis desta Cidade, desde então reconhecendo os Srs. da Assembléa Provincial a minha difficuldade em serem pagos os Professores do Seminario pelo meu pobre bolsinho, ou pela Caixa Pia do Bispado, não duvidarão conseguir na sua Lei do orçamento annua[1] alguma quantia para ajudar do pagamento do subsidio aos Professores em exercicio no referido seminario. Agora porem, Illmo. Exmo. Sr., que é de esperar que em virtude da quantia de 10.000\$000 rs., que se sabe haver sido consignado pela Camara Quatriennial em sua Lei do Orçamento, haja a Assembleia Provincial de suspender a continuação desse seu auxilio para a conservação das aulas estabelecidas no Seminario Provisorio, não posso deixar de rogar encarecidamente a V. Exa., que se digne não somente permittir a continuação dos actuaes Professores em seus exercicios, como tambem marcar-lhes ordenado que seja sufficiente á sua manutenção attenta a carestia hoje neste lugar, e por isto é extraordinaria a despesa com alugueis de casas e generos de 1.^a necessidade; e igualmente fazer com que esses seus ordenados sejam pagos pelos cofres desta Capital.

Parece-me Illmo. Exmo. Sr. opportuna a occasião de levar ao conhecimento de V. Ex. a necessidade da creação no seminario das cadeiras de Theologia Dogmatica, de Historia ecclesiastica e Biblia, e de Historia geral e Geographia; e não deixa tambem de ser necessarissima uma aula de canto gregoriano, visto que aos Ecclesiasticos muito convem sabel-o. Desta ultima aula é de muita necessidade a creação, e os seminaristas pelo pouco que tem aprendido com um companheiro já prestão algum serviço á Igreja; e quanto ás aulas indicadas tem mostrado a necessidade dellas e terem havido alguns seminaristas concluido o estudo de que constão as 3 aulas

estabelecidas, sem que haja alguma outra em que continuem a estudar outras materias; e mesmo é de esperar que edificado o novo Seminario haja para elle afluencia de alumnos, pois no Seminario Provisorio tem deixado de serem recebidos não poucos por falta de commodos, e então apparecerá a necessidade dessas aulas, assim como a de outras.

Tenho tambem de fazer vir a V. Ex. a necessidade de marcar um ordenado ao Sacerdote que servir de Reitor, pois nenhum se quererá sujeitar a esse onus sem alguma recompensa, bem como por me servir, em quanto não apparece quem possa servir. Concluirei pois de enfadar a V. Ex., communicando a V. Ex., que logo que mo ache reestabelecido dos incommodos que estou soffrendo com minha saude, pretendo tratar da edificação do projectado Seminario, e em terreno proximo á Igreja Cathedral, visto que pertence á Fabrica da mesma Igreja, e não me é necessario despender para a posse delle; com tudo ainda que tenha essa circumstancia á meu favor para a edificação do Seminario, não deixa de ser-me necessaria a valiosa cooperação de V. Ex. em quem espera a necessaria protecção assim como espero que o Exmo. Sr. Presidente desta Provincia não deixará de auxiliar-me com o que estiver ao seu alcance para com V. Ex. a quem tão justamente estão affectos os Negocios Ecclesiasticos, e por consequencia os objectos que dizem respeito a Nossa Santa Religião.

Deus Guarde a V. Ex.⁶³⁹

2- Discurso de inauguração do Seminário Episcopal, feito por Dom Sebastião Laranjeiras em 1879:

Et ipsi tamquam lapides vivi aedificamini, domus spiritualis, sacerdotium sanctum, offerre spiritalis hostias acceptabiles Deo per Jesum. S. Pedro Epist. cap. 11 v. 5

Todos vós, Senhores, sabeis o motivo desta festa de família, que hoje nos reúne. Graças as liberalidades do Governo Imperial e Representação Provincial, graças por suas esmolas e donativos, aos Sacerdotes e Fieis desta Diocese Riograndense, graças aos cuidados e zelo do mui digno Thezoureiro e óptimo architecto, e dos que trabalharão sob suas ordens e direcção, aos quaes todos me é gratissimo desde já pagar o tributo do meu profundo e extremo reconhecimento: vencidas as dificuldades que naturalmente offerecem empresas desta ordem, viemos hoje inaugurar com as bênçãos da Igreja este edificio, cuja construção há tanto tempo se fazia desejada.

Mas, minha palavra nesta occasião deve também construir alguma cousa em vossos corações, e o texto do Apostolo de antemão traça o programma que deve seguir nesta breve allocução que tenho a honra de dirigi-vos.

⁶³⁹ Essa carta seria remetida, pelo secretário do bispo, primeiro ao Presidente da Provincia, em 6 de junho, e depois, finalmente, ao seu destinatário original, em 14 de junho. Cópia do rascunho para um officio, que o finado Prelado desta Diocese, destinava mandar ao Illmo. Exmo. Ministro da Justiça pelo Banquete do fim de Maio passado. AHRS, Fundo Documental Assuntos Religiosos, Caixa AR5, Maço 11, Seminario Episcopal, 1858; HASTENTEUFEL, 1987, p. 295. Grifos meus.

Para que vindes, caros filhos, ao Seminário?, a que fim vos acolheis aqui? E para que este retiro, esta vida de estudos e meditação? É que deveis também construir um edifício ao Senhor, deveis erigir-lhe um santuário, levantar um templo em que se abriguem as gerações humanas; e este templo é a vossa alma, vossa inteligência, vosso coração e vossa vontade; e os vossos pensamentos, vossos desejos, vossas afeições, a direcção moral de vossa vida, são as pedras vivas que devem entrar na construção do templo, et ipsi tamquam lapides vivi.

O que fizemos antes de dar começo a este edifício, antes de abrir os alicerces sobre os quaes devia ser fundado? Removerão-se e se consumirão as urzes, e os espinhos que os crobrião, nivelou-se o terrenos cheio de asperezas, removerão-se os ossos havidos dos que outrora forão n'elle sepultados, e só depois deste trabalho preparatório foi que se abrirão os alicerces e lançou-se a primeira pedra; neste intuito não descansámmos em quanto não se achamos o terreno solido.

É isto mesmo, Senhores, o que vão fazer os discretos Directores e o digno Reitor, a quem encarregamos o ensino e governo deste Seminário em bem dos filhos que confiardes ao seu ensino, prudência e luzes.

Nos alicerces do templo das almas, para que se possa construir alguma cousa amável, é preciso semear a terra superficial, é preciso aprofundal-os até chegar ao terreno solido, que é como a baze do ser humano. Não é sem trabalho que isto se consegue: há muita terra de aluvião nas almas; há muitas jazidas misturadas e formadas de todas as aridesas e entulhos da vida. Para chegar-se á profundidade requerida é necessário que trabalhem de acordo a pá e o aluvião. Para edificarmos casas de pedra não tememos rasgar o solo, cortar as raízes, lançar fora os materiais inúteis. O que não devemos fazer, o que não devemos soffrer para preparar a construção do templo do Senhor, que é a a alma sacerdotal?

A Escriptura nos diz que na construção do Templo de Salomão, lançam-se nos alicerces pedras grandes e preciosas – ul tollerent – lápides grandes lapides pretiosos in fundamentum Templi (Reg. III.V.17)

É principalmente na alma sacerdotal que é preciso lançar pedras grandes e preciosas, porque o Omnipotente quer nella edificar um templo para a eternidade, Deus fundavit eam in aeternum (Ps XLVII). A fé, a esperança, a caridade, In fide fundati et stabiles (Coloss. 1 v.23) in charitate redicati et fundati (Eph. C. III. 17.) a força, a pureza, a abnegação, o zelo, a renuncia de si mesmo, o amor do bem, eis, Senhores, as pedras grandes e preciosas que devem formar os alicerces da alma sacerdotal – lapides grandes et proetiosos in fundamentum.

No mundo sempre se mostra o exterior, he necessidade de mostrar o que é melhor. É o contrário no Christianismo; o melhor deve estar oculto, tal é a lei da natureza e da graça; a fonte do bem deve ser sempre melhor do que o que della demana. Alem de que, só é durável e solido aquillo que é verdadeiro e bom; deve portanto formar a base para poder sobre carregar-se de mais.

Queridos Filhos em Jesus Christo, emquanto estiverdes no Seminário, tomar o que n'alma tiverdes de melhor, de mais forte e resistente, de mais divino, lançai-o nos alicerces de vosso ser: porque esses alicerces devem supportar todo o edificio de vossa existência; vossa vida de

sacerdote estará em relação com o que tiverdes lançado nesses alicerces desde o principio.

Porque vemos infelizmente, muitas vezes, um sacerdote môço, que apenas sahe do Seminário, parece já um edificio que vacilla, cujas paredes já estão fendidas. Não nos admiremos; é porque durante o tempo de Seminario não lançou bem os alicerces de sua vida sacerdotal; ou antes, para melhor dizer, lançou nelles somente materiaes sem consistência; e, como diz o Apostolo, madeiras, palhas, ervas secas, symbolo de todas as frivolidades d'alma, ligno foerrem, stipulam, diz S. Paulo aos Corinthios (III.2). E deste modo, ao primeiro contacto dos vendavaes do mundo, a parede estremece e cahe. E com effeito, nada há mais triste do que ver um sacerdote cuja vida assemelha-se a ruínas dissaminadas, a pedras que rôlao por toda a parte. Para elle e para a Igreja é isto origem das maiores calamidades; por isso o Propheta Isaias nos indica como uma graça particular de Deus a precaução que toma o Senhor de por, elle mesmo, em ordem as pedras que compõe o edificio de uma alma, isto é, seus pensamentos, seus desejos, sua vida inteira: Ecce ego sternam per ordinem lapides tuas, mesmo até de collocar, nos confins de sua actividade, pedras tão bem dispostas, que formem uma perspectiva encantadora e bella: et ponam onnes términos tnas in lapides desiderabiles (Is. L14.11.12).

Finalmente, em um templo, há um altar, um tabernaculo, e escolhe-se para construil-os o que há de melhor nas pedras que estão á disposição do architecto. Se possuimos mármorees preciosos e variados, os polimos com mais precauções e cuidado, e o altar erque-se no meio do Sanctuario como o principal ornamento do templo, seu tabernaculo torna-se a residência do Deus de amor.

Oh! Quanto me compraz contemplar a alma de um bom padre! Na parte mais recôndita, mais mysteriosa do templo dessa alma há um altar invisível formado dos mármorees mais ricos, isto é, dos pensamentos mais sanctos, dos affetos os mais divinos, e sobre esse altar ergue-se um tabernaculo ornado d'ouro e pedrarias; e, nesse tabernaculo o Verbo incorpóreo, como diz um Padre: Verbum incorporeum gestam, amimo circumfer. Ahi esta a fonte de vida para o bom padre. É dahi que mana todo o bem que faz, e se a luz de sua palavra, de seus actos é pura, é que demana o resplandecer desse centro divino.

Queridos filhos, attendei bem a esta minha ultima recomendação; exforçai-vos, todo o tempo do Seminario, em construir esse altar invisível, esse tabernaculo immaterial, cujas pedras preciosas são os melhores julgamentos, as affeições mais sanctas, os sentimentos mais ethereis d'alma.

Não cesseis, dia por dia, cada vez mais, de classificar vossas almas, afim de que suas partes mais puras, mais divinas subão a refugiar-se nas regiões do Ser e ahi formem como uma aureola luminosa, onde o Verbo estabeleça o seu tabernaculo,- in sole posuit tabernaculum suam. O Divino Salvador Jesus se compraz de um modo especial em residir nos corações desses padres, que lhe reservão na parte mais retirada, no sanctuario mais invisível de suas almas, o lugar que convem ao Senhor Soberano e Pae amorosissimo. Esses padres são tabernaculos vivos, altares perpétuos em que Deus se compraz de residir.

Meu Deus, Ó! Chisto Salvador, que sois o verdadeiro Sacerdote eterno, quando estivermos bensendo as pedras matérias d'este edificio, tomar

a vós, um por um esses Corações que me ouvem; consagrai-os com uma unção invisível, preparaie-os d'antemão para o grande dia do Sacerdócio, para que sejam um dia a verdadeira casa de Deus, onde o povo venha com praser ouvir a palavra santa, entoar cânticos, e refazer-se da Divindade: de hev saginari, na frase de Tertulliano.

Fim.⁶⁴⁰

⁶⁴⁰ AHCMPA, Documentos sobre o Seminário de Porto Alegre levantados pelo Pe. Ruben Neis, Discurso de inauguração do Seminário Episcopal, redigido pelo Bispo Diocesano Dom Sebastião Laranjeiras em 15 de fevereiro de 1879. Grifos no original.